UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TESE DE DOUTORADO

OS *ANAIS*, O CONVENTO E AS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES DE *NOTRE DAME* (MARAVILHA/SC-1954-1971)

VITOR MARCELO VIEIRA

FLORIANÓPOLIS

2021

VITOR MARCELO VIEIRA

OS *ANAIS*, O CONVENTO E AS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES DE *NOTRE DAME* (MARAVILHA/SC-1954-1971)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, na Udesc, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.
Orientadora: Prof.ª Dra. Luciana Rossato

Florianópolis

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vieira, Vitor Marcelo
OS ANAIS, O CONVENTO E AS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES DE NOTRE DAME (MARAVILHA/SC-1954-1971) / Vitor Marcelo Vieira. -- 2021.
195 p.

Orientadora: Luciana Rossato
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

1. Associações Escolares. 2. Anais. 3. Instituição feminina. 4. Irmãs de Notre Dame. I. Rossato, Luciana. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

VITOR MARCELO VIEIRA

OS *ANAIS*, O CONVENTO E AS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES DE *NOTRE DAME* (MARAVILHA/SC-1954-1971)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, na UDESC, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dra. Luciana Rossato

UDESC (orientadora)

Prof.ª Dra. Arlene Renk

UNOCHAPECÓ

Prof. Dr. Elison Paim

UFSC

Prof.ª Dra. Cristiani Bereta da Silva

UDESC

Prof.ª Dra. Maria Teresa Santos Cunha

UDESC

FLORIANÓPOLIS, 29 de junho de 2021

Para minha mãe de criação Julieta de Souza Vieira (*in memoriam*) que fazia cachos em meus cabelos e contava causos de sua infância no RS, para embalar meu sono.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de modo especial à orientadora Professora Doutora Luciana Rossato, pelo acolhimento do projeto da pesquisa. Gostaria de ressaltar a minha satisfação e alegria com a minha transformação e crescimento tanto como acadêmico como também como pessoa. O doutorado me tornou uma pessoa melhor para o mundo. O que proporcionou esses avanços? Uma orientação conduzida, sobretudo com rigor científico, com possibilidades para a escrita, foco nas evidências e apreensão de metodologias diferentes para documentos como, por exemplo, na análise dos *Anais* e dos Relatórios Anuais. As leituras orientadas compuseram um arcabouço teórico-metodológico que criou possibilidades para a pesquisa. E, muito importante, aprendi o que é ser elegante, principalmente no meio acadêmico, que serviu para as demais instancias da vida. Agradeço também à professora Doutora Cristiani Bereta da Silva pelas reflexões e análises que contribuíram fundamentalmente na construção da tese. Da mesma forma ao Professor Doutor Elison Paim que também participou da banca de qualificação, pelas contribuições na tese.

Agradecimentos à Professora Doutora Arlene Renk e à Professora Doutora Maria Teresa Santos Cunha, por aceitarem fazer parte da banca de defesa da tese. Em tempo gostaria de expressar minha satisfação em submeter meu texto a uma banca de excelência. Agradeço também ao secretário do PPGH/UDESC Piter Kerscher e à Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, pela sua essência de universidade pública e de qualidade, ao Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED e ao PPGH, que me acolheram. Também agradeço aos meus familiares, companheiros de luta. Ao meu pai J. Vieira e à minha companheira Juliana.

RESUMO

Esta pesquisa trata das ações das associações escolares comandadas pela Congregação das Irmãs de *Notre Dame* no Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete (GENSS) em Maravilha (SC). O recorte temporal é 1954 até 1971 que caracteriza a chegada da congregação ao povoado e os momentos finais do grupo escolar. Este texto está estruturado em quatro capítulos. O primeiro conta com três subcapítulos e utiliza o processo colonizatório do oeste de Santa Catarina como pano de fundo para a chegada de algumas instituições católicas. O segundo possui três subcapítulos e fala sobre as Escolas Paroquiais, um histórico da Congregação de *Notre Dame* e analisa a atuação da instituição no Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete. O capítulo três apresenta em oito subcapítulos que trata das associações escolares e o papel que desempenhavam no grupo escolar e na comunidade. O capítulo quatro analisa como a narrativa dos documentos construiu a identidade da instituição observando suas representações de família e infância. Com o objetivo de observar as ações da instituição feminina católica na condução do processo educacional, a relação com as famílias protestantes e autoridades, uma hipótese foi construída. As associações escolares, principalmente a *Bandeira da Cruzada Eucarística*, o *Clube de Mães* e as *Filhas de Maria* assumiam o papel central de legitimação dos princípios da Congregação de *Notre Dame*. Serviram como auxiliares de um projeto de expansão de um. Portanto, ao longo da pesquisa tornou-se relevante a tese de que as associações escolares foram instrumentos de apoio para um projeto de consolidação de um poder hegemônico religioso e educacional. As fontes desta pesquisa são documentos produzidos pelas freiras no período em que estiveram na direção do grupo escolar como *Anais*, atas das associações escolares, livro de *Termo de Visitas* do inspetor escolar, *Livro de Poesias*, jornalzinho escolar, Relatórios Anuais e atas de reuniões pedagógicas manuscritos e datilografados. A narrativa sobre as atividades das associações escolares se encontra principalmente em duas fontes, os *Anais* e o livro de *Termo de Visitas*. Os *Anais* foram tratados aqui como uma fonte narrativa das ações da instituição feminina católica.

Palavras-chave: Associações Escolares. *Anais*. Instituição feminina. Irmãs de *Notre Dame*.

ABSTRACT

This research deals with the actions of school associations led by the Congregation of the Sisters of Notre Dame in the Nossa Senhora da Salete School Group (GENSS) in Maravilha (SC). The time frame is from 1954 to 1971, which characterizes the arrival of the congregation in the village and the final moments of the school group. This text is divided into four chapters. The first has three subchapters and uses the colonization process in the west of Santa Catarina as a backdrop for the arrival of some Catholic institutions. The second has three subchapters and talks about the Parish Schools, a history of the Congregation of Notre Dame and analyzes the institution's performance in the Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete. Chapter three presents in eight subchapters dealing with school associations and the role they played in the school group and in the community. Chapter four analyzes how the narrative of the documents constructed the institution's identity by observing its representations of family and childhood. In order to observe the actions of the Catholic women's institution in conducting the educational process, the relationship with Protestant families and authorities, a hypothesis was built. School associations, especially the Eucharistic Crusade Flag, the Mothers' Club and the Daughters of Mary, assumed the central role of legitimizing the principles of the Congregation of Notre Dame. Served as helpers in an expansion project of one. Therefore, throughout the research, the thesis that school associations were instruments of support for a project to consolidate a hegemonic religious and educational power became relevant. The sources of this research are documents produced by the nuns during the period they were in charge of the school group, such as Annals, minutes of school associations, book of the school inspector's Terms of Visit, Book of Poetry, school newsletter, Annual Reports and minutes of pedagogical meetings handwritten and typed. The narrative about the activities of school associations can be found mainly in two sources, the Annals and the Visit Term book. The Annals were treated here as a narrative source of the actions of the Catholic women's institution.
Keywords: School Associations. Annals. Female institution. Sisters of Notre Dame.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia do seminário e a capela dos padres Missionários da Sagrada Família.....64
Figura 2 – Fotografia do GENSS, o convento da *SND*, o seminário e a capela *MSF*.... 70
Figura 3 – Fotografia da nevasca de 1965 em Maravilha (SC).....71
Figura 4 – Página do *Livro de Poesias* com fotografia da passeata de estudantes em defesa de irmã Ancila.....87
Figura 5 – Fotografia de crianças do Pelotão da Saúde do GENSS.....122
Figura 6 – Fotografia de 1957 do convento da *SND*.....131
Figura 7 – Fotografia das internas.....134
Figura 8 – Capa dos *anais*.....143
Figura 9 – Fotografia da primeira escola.....153
Figura 10 – Fotografia da visita do governador.....155
Figura 11 – Fotografia da inauguração das salas de emergência.....156
Figura 12 – Fotografia da homenagem para as autoridades.....157
Figura 13 – Fotografia da primeira turma do Jardim de Infância.....158
Figura 14 – Fotografia das Cestinhas da Páscoa.....160
Figura 15 – Fotografia da primeira Comunhão.....162
Figura 16 – Fotografia da homenagem aos professores.....162
Figura 17 – Fotografia da festa da boneca viva.....163
Figura 18 – Capa do jornal *O Girafinha*.....175
Figura 19– Página de *O Girafinha*.....176
Figura 20 – Capa de *O Girafinha* 177
Figura 21 – Página de *O Girafinha*.....178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Documentos de *SND*.....21
Tabela 1 – Documentos de *SND*.....22
Tabela 2 – Documentos de outras instituições católicas.....22
Tabela 3 – Quantidade de alunos e alunas em 1965 no GENSS.....142
Tabela 4 – Quantidade de internas do convento que estudavam no GE.....142
Tabela 5 – Exemplares do jornalzinho escolar *O Girafinha*.....174

LISTA DE SIGLAS

CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
Cia. Sul Brasil	Companhia Territorial Sul Brasil
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNSS	Casa Nossa Senhora da Salete (convento)
EBNSS	Escola Básica Nossa Senhora da Salete
EEBNSS	Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Salete
EMC	Educação Moral e Cívica
GE	Grupo Escolar
GEND	Grêmio Estudantil *Notre Dame*
GENSS	Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRASC	Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina
MSF	Missionários da Sagrada Família
OFM	Ordem dos Frades Menores
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PSJO	Paróquia São José Operário
SJ	Companhia de Jesus
SND	*Sisters of Notre Dame*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2. INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE 31
2.1 A "BOA COLONIZAÇÃO" 31
2.2 A INSTITUIÇÃO FEMININA CATÓLICA 39
2.3 AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E A EDUCAÇÃO 49
3 A INSTITUIÇÃO FEMININA CATÓLICA NO POVOADO 59
3.1 AS ESCOLAS PAROQUIAIS 59
3.2 *SISTERS OF NOTRE DAME.* 64
3.3 O GRUPO ESCOLAR 69
3.3.1 A inspeção escolar 73
3.3.2 Irmã Maria Ancila na direção do GE 84
4 ASSOCIAÇÕES ESCOLARES DE *NOTRE DAME* 92
4.1 DISCIPLINA, VIGILÂNCIA, HIGIENE 92
4.2 AS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES 98
4.3 A *LIGA PRÓ-LÍNGUA NACIONAL* 104
4.4 A *BANDEIRA DA CRUZADA EUCARÍSTICA* 106
4.5 *PELOTÃO DA SAÚDE* 119
4.6 O *CLUBE DE MÃES* 125
4.7 AS INTERNAS E AS *FILHAS DE MARIA* 131
5 OS DOCUMENTOS DE *SISTERS OF NOTRE DAME* 137
5.1 *ANAIS* DE *SND:* TESTEMUNHO E IMITAÇÃO DA REALIDADE 137
5.1.1 A passagem de irmã Ancila no GE Lauro Müller 147
5.2 FOTOGRAFIAS 154
5.3 O *LIVRO DE POESIAS* 165
5.4 *O GIRAFINHA* 171
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 184
REFERÊNCIAS 190

1 INTRODUÇÃO

> Devemos educar as crianças para o futuro e não somente para o momento presente e enquanto vão à escola. Ensiná-los que se deve tirar o chapéu ao passar num hasteamento da bandeira, não só quando se é aluno, mas também depois quando se é grande (RELATÓRIO ANUAL DO GENSS, 19 de set. de 1959, p. 20).

Esta pesquisa tem o objetivo de elaborar reflexões acerca da narrativa contida nos documentos produzidos pela Congregação das Irmãs de *Notre Dame* (*Sisters of Notre Dame - SND*) no convento e no Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete (GENSS) em Maravilha (SC) entre os anos de 1954 até 1971.[1] Essa instituição feminina católica conduziu o processo educacional neste município localizado no oeste do estado. Para tanto, será utilizada denominação de instituição para se referir à *SND*. Com relação ao conceito de instituição, Paul Ricoeur (2010) ao abordar acerca de uma determinação especifica de sociedade abarca uma problemática básica. O autor afirma que o conceito de sociedade consiste em

> indivíduos que vivem em uma comunidade organizada, dona de um território particular, garantida por instituições que servem para definir o estatuto assumido por diferentes indivíduos e lhes atribui os papéis que devem desempenhar, ao mesmo tempo em que perpetuam a existência ininterrupta da comunidade (RICOEUR, 2010, p. 321).

Dessa forma, as instituições caracterizadas pela organização em torno do trabalho com a distribuição dos bens e também os sistemas de parentesco que determinam os papéis individuais "constitui o fator de integração de uma sociedade particular que existe de maneira contínua" (RICOEUR, 2010, p. 321). O autor ainda afirma que alguns estatutos que as instituições atribuem aos indivíduos estão ligados a formas de assunção de papéis exercidos

[1] De agora em diante para facilitar a identificação no texto por parte do leitor e não precisar repetir várias vezes por extenso, utilizarei a sigla *SND* (*Sisters of Notre Dame*) para me referir à Congregação das Irmãs de *Notre Dame*. Aliás, essa é a identificação oficial da congregação feminina. Algumas vezes utilizarei também as denominações de instituição feminina católica ou congregação feminina, além de *SND*. Com relação às demais abreviações, para o Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete será utilizada a sigla GENSS. Para Grupo Escolar, utilizarei GE. É importante ressaltar que denominações como "Casa das Irmãs", "Casa Nossa Senhora da Salete" e "convento", aparecem na documentação.

pelos indivíduos, como “modos de trabalhar, de exercer uma profissão, de juntar trabalho e lazer, de se situar nas relações de classe, de hierarquia e de poder” (RICOEUR, 2010, p. 326).

A chegada da instituição feminina católica ao povoado de Maravilha, no oeste de Santa Catarina, no ano de 1954 e seus momentos finais a frente do GE, em 1971, delimita o recorte temporal desta pesquisa. São duas datas relevantes na medida em que é possível analisar as características singulares desta instituição feminina católica na condução do processo educacional a frente de um Grupo Escolar (GE). A operação historiográfica caracterizada pela seleção, compilação e interpretação das fontes, buscou refletir sobre as representações desta instituição feminina acerca de religiosidade, família, infância e de como conduzir o processo educacional naquele espaço. Algumas perguntas que foram feitas aos documentos podem revelar de início alguns temas abordados neste trabalho, como por exemplo, quem eram os sujeitos envolvidos em torno do processo educacional e religioso? Como os preceitos religiosos da instituição eram difundidos para as famílias e estudantes? Como era a relação da instituição feminina católica com os docentes e com os protestantes que também atuavam no vilarejo? Como as freiras construíam as narrativas sobre sua presença no local à frente do processo educacional? Como as associações escolares atuaram com a *SND* e quais eram as funções nesse espaço educacional e religioso?

Diante disso, a presença das associações escolares que existiam naquele momento no GENSS, ou seja, a *Bandeira da Cruzada Eucarística*, o *Pelotão da Saúde*, o *Clube de Mães* e a *Liga Pró-Língua Nacional*, levou a necessidade da elaboração de uma hipótese que contemplasse sobre sua atuação, de que essas associações escolares se tornaram extensões aos propósitos de *SND* para legitimar sua presença no povoado e consolidar seus propósitos de conduzir o processo educacional e religioso naquele espaço. Dessa maneira essa se tornou a tese da operação de escrita deste texto.

As associações escolares foram normatizadas e tornadas obrigatórias em Santa Catarina no ano de 1944, com a vigência do Decreto-Lei n.º 2.991/44. Em Maravilha elas tinham a função de serem vetores das doutrinas da instituição feminina católica no espaço escolar. Assumiram características diversas como auxiliares das freiras. Muito embora se diferenciassem em suas ações de frente, como, por exemplo, a Bandeira da Cruzada Eucarística e o Pelotão da Saúde, elas não deixavam de convergir de forma comum para os princípios dogmáticos de *SND*. A narrativa dos *Anais* sobre as ações das associações escolares revela que a forma de atuação delas era determinada pelo contexto no qual estavam inseridas. No início das ações das freiras, por exemplo, eram realizadas investidas da *Cruzada*

Eucarística via processo educacional, para a conversão de famílias protestantes no povoado, ao mesmo tempo em que o Pelotão da Saúde difundia princípios de higiene e asseio pessoal.

A utilidade das associações escolares para a difusão dos princípios de *SND* revela que elas se serviram de diferentes estratégias conforme as necessidades que o momento exigia. Um exemplo disso era a atuação da *Bandeira da Cruzada Eucarística*. Essa associação escolar teve importância relevante e esteve a serviço de *SND* de forma direta desde os momentos iniciais no povoado. É possível perceber a importância estratégica que esta associação tinha para a *SND*, principalmente pelas diversas vezes em que ela é mencionada nos *Anais*. Não é por acaso que na década de 1950 esses elementos aparecem com intensidade na narrativa dessas fontes, pois é nesse período que, segundo Artur Cesar Isaia (2009), ocorre uma ascendência do catolicismo no cenário nacional. Tratava-se de um período em que a Igreja ressentia a liberdade religiosa e construía uma narrativa baseada numa obsessão branqueadora e uniformizante. Essas lutas no campo religioso segundo o autor obedecem a condições históricas específicas. Pensar as lutas no campo religioso entre a instituição católica feminina em seus momentos iniciais no povoado, com os protestantes, é pensar que isto reaparece a todo o momento na sociedade brasileira.

Passarei agora a comentar algumas passagens sobre a construção e o interesse pelas fontes aqui contempladas. Para isso preciso remeter aos meus dias de infância na escola, no caso, esta que estou pesquisando, a atual Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Salete (EEBNSS). Preciso contemplar algumas passagens do breve período em que fui estudante nesta escola, pois considero importante a relação que se faz entre o lugar de fala e a escolha da pesquisa. Penso que a motivação da escolha pelo objeto de pesquisa, neste caso os documentos de *SND*, está relacionada com as vivências e experiências de infância e adolescência do pesquisador. É a partir do local de onde piso que vejo o mundo. As passagens que serão citadas na sequência desse trabalho, de modo algum têm a intenção de narrar a partir de uma posição de paixão ou relação de emoção com o objeto de estudo. A pesquisa, sem sombra de dúvidas requer que o pesquisador tome distância para observar as fontes. A escolha por essa escrita desses momentos se dá para que possamos compreender alguns elementos que determinaram a escolha pelo objeto da pesquisa.

Estudei nesta escola da primeira até a sexta série do então 1º Grau, quando tinha a denominação de Escola Básica Nossa Senhora da Salete (EBNSS). Eu estava lá entre os anos de 1976 e 1981. Apesar de nesse período não estarem mais na direção da escola, algumas freiras ainda atuavam como professoras. Minha professora na quarta série do 1º grau foi irmã Ana Maria. No ano de 1979, considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como

o Ano Internacional da Criança eu era uma criança rebelde e carente social e economicamente. Lembro que irmã Ana Maria tinha uma atenção especial por mim. Certo dia me convidou para visitar a casa onde moravam as freiras. Não era mais aquela de madeira com três andares construída em 1957 que ficava na montanha atrás do GE e que neste texto será chamado também de convento, pois essa denominação aparece nas fontes. A nova casa era de alvenaria e ficava do outro lado da rua onde estava o GENSS. Lembro vagamente que era um sábado de tarde e me encontrava numa sala onde tinha uma pequena luz vermelha que brilhava de dentro de uma caixa. Algo parecido com altar de uma igreja. Era uma luz misteriosa e estava tomado por um misto de medo e ansiedade.

Eu estava sentado ao lado de irmã Ana Maria em frente aquele pequeno altar. Ela me abraçou e disse apontando para a luz intensa e vermelha: "Jesus está ali dentro". A freira me perguntou por que eu era tão rebelde? Lembro que eu apenas ouvia e chorava muito. Mas respondi que era "porque meu pai não me dava dinheiro". Na época eu morava com minha tia que era muito religiosa e meu irmão mais velho. A renda da casa vinha de uma precária aposentadoria que tia Julieta recebia de meio salário mínimo. A casinha de madeira onde morávamos de aluguel ficava num terreno de fundos e nela havia uma imagem de Santa Bárbara de papel pendurada na parede. Tia Julieta nos ensinou a chamar pelo nome da santa quando havia noite com raios e tempestades. Aliás, nessas noites em que a casinha era iluminada por um pequeno lampião, um pequeno vidro de xarope com um pavio feito de pano umedecido com querosene, ela queimava ramos secos abençoados pelo padre, para afastar o temporal.

Ela era católica e rezava o terço todo final de tarde. Quando ouvia na rádio local os programas de outras igrejas como o da Cadeia da Prece, na hora da oração do pastor, atendia a este e colocava um copo d'água em cima do rádio para ser abençoado que depois ela e eu bebíamos. Nossa janela para o mundo era um rádio que tinha faixas de ondas médias e curtas. Na frente da casinha havia umas três ou quatro casas de famílias de classe média. Ali vivi boa parte de minha infância e a vida dizia mais não do que sim. Talvez um momento marcante que demonstrou isso foi no dia de minha expulsão da escola. Nesse momento as freiras não estavam mais na direção. Lembro que chorei muito quando a diretora do1º Grau me chamou, e me disse, talvez para me consolar, que aquela escola não era para mim. Que eu merecia estudar em uma escola avançada de uma cidade grande. Lembro que saí da sala dela e fui direcionado para o diretor do 2º Grau e geral. [2] Lá mais uma sessão de preceitos morais,

[2] A lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 fixou as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus.

constrangimento, coerção e humilhação. Novamente saí da sala do diretor em prantos, expulso da escola.

Naquele momento, todos os mecanismos de controles criados pela sociedade recaíram nas minhas costas. Ser expulso da escola era ficar a margem de tudo. Lembro que os olhos alheios assumiam ares de reprovação e de indiferença. Era se sentir culpado por tudo. Quando o estudante era expulso, se tornava o assunto mais comentado nos corredores da escola. Não havia quem não soubesse. Era um acontecimento que transbordava para fora dos muros da escola. Recaía sobre as costas da criança o ônus da expulsão. Senti esse peso. Uma situação dessas naquele contexto determinava a vida de qualquer estudante, dependendo de outros fatores obviamente, como por exemplo, a classe à qual pertencia. De fato, determinou. Depois daquela expulsão retornei aos estudos em outras escolas mais umas duas vezes ainda, mas sem concluir. Sentia vergonha pelo fato de estar com 17 anos estudando na sétima série. No final da década de 1990 prestei as provas do supletivo e concluí o ensino fundamental. Na virada do século, iniciei no Ceja o ensino médio e entrei na universidade em 2002. Em 2004 ingressei no curso de História. Foi quando despertou meu interesse para pesquisar sobre as irmãs de *Notre Dame* na educação em Maravilha.

Fui aos documentos e garimpei nos arquivos da escola quando já era professor temporário na mesma escola em que estudei e depois fui expulso, ou seja, na EEBNSS. Cursei o mestrado entre 2010 e 2012 na Universidade de Passo Fundo (UPF). Porém, antes havia sido reprovado em três processos seletivos. Inclusive, uma das reprovações foi em 2007 no PPGH\FAED. Assim, considero que os comentários iniciais desse texto servem para refletir sobre o que despertou o meu interesse para pesquisar o universo da atuação *SND*. Não tenho muitas dúvidas sobre o que influenciou minha escolha por pesquisar sobre a escola onde estudei: a minha expulsão dela. Na graduação fui aos documentos com a lente teórica de Michel Foucault (1987) para tentar compreender como se dava o controle e a disciplina no espaço escolar.

A descoberta da documentação que elas haviam produzido e que estavam na escola, foi o auge para esse aprendiz de pesquisador. Nessa fase fui aos relatórios anuais que as religiosas produziram no período em que estiveram à frente da escola. No mestrado no ano de 2010, a curiosidade me lançou literalmente para outras fronteiras. Em contato com a Casa Provincial de Santa Cruz em Passo Fundo (RS), que é a "Casa Mãe" de *SND*, descobri que lá estavam arquivados os *Anais* do convento de Maravilha. [3] O acesso a eles só foi possível após

[3] O termo é utilizado pelas freiras nos *Anais* para se referir a Casa Provincial de Santa Cruz que está localizada em Passo Fundo (RS).

o contato com a madre provincial que autorizou fazer cópias. Numa sala de arquivos bem-organizada na Casa Provincial, ouvi da freira responsável pela biblioteca em tom nada amigável a seguinte frase: “O que você quer com esses documentos? Vou fazer cópia apenas das partes que falam da escola”, disse ela em tom de reprovação.

Apresentando uma classificação de arquivos eclesiásticos, Carlos Bacelar (2008) afirma que apesar de existir um conjunto considerável de documentos religiosos, de maioria da Igreja Católica, eles nem sempre tem um acesso fácil. É evidente que o autor está falando de documentos religiosos disponibilizados e acessados por historiadores na década de 1960, mas para título de comparação, realmente senti essa dificuldade. Vasculhei no acervo de *SND* na EEBNSS e acabei encontrando uma pasta com as cópias dos *Anais* de 1957 até 1988. Eu não havia localizado essa pasta nas investidas anteriores durante a graduação e o Mestrado. Porém é interessante destacar que nas cópias que tirei em Passo Fundo estão os *Anais* dos anos de 1954, de 1955 e de 1956 que não constam na pasta do acervo da escola. Fiz uma comparação entre as cópias e percebi que algumas partes faltavam nas cópias de Passo Fundo que utilizei para o Mestrado.

No doutorado durante a ida aos documentos, percebi que a pasta com as cópias que encontrei na escola estava completa. De qualquer maneira, vale ressaltar que a tese que ora se apresenta foi construída no seu percurso. No início selecionei documentos e pesquisei no Museu Municipal Padre Fernando Nagel de Maravilha para investigar sobre a Companhia Territorial Colonizadora Sul Brasil (Cia. Sul Brasil). Neste museu onde está o maior acervo desta colonizadora compilei alguns documentos, pois tinha em mente elaborar uma tese a respeito da relação da empresa particular de colonização com as atividades das freiras no povoado. Não prossegui com essa ideia, porém a pesquisa foi aproveitada para verificar o contexto da chegada das freiras no local.

Mais tarde, na sequência da operação historiográfica, quando se iniciou a escrita da tese eu já havia pensado em relacionar a colonizadora e *SND* tendo como pano de fundo o processo de romanização, a partir da perspectiva de campo religioso. Artur Cesar Isaia (2009) afirma que os colonizadores portugueses já acenavam para uma complexidade do universo de crenças. A partir disso se pode afirmar que os migrantes que chegaram ao povoado onde as freiras aportaram em 1954, já traziam também consigo essas características culturais religiosas.

Algumas pesquisas já foram realizadas sobre as atividades educacionais e religiosas da *SND* como, por exemplo, a de Leci Salete Paier (2008). A autora analisou a Escola Menino Jesus de Passo Fundo (RS) pertencente à *SND* com o recorte entre 1941 e 2008. Essa pesquisa

observou as características da educação da rede de escolas *Notre Dame* a partir dos princípios de seus fundadores, calcados nos ensinamentos da fundadora Júlia Billiart. Também abordou sobre as origens da congregação e sua chegada ao Brasil no ano de 1923. A autora pesquisou as fontes relacionadas ao processo educacional como, por exemplo, o Projeto Político Pedagógico, Anais do Colégio *Notre Dame*, da Escola Menino Jesus.

Outra pesquisa foi de Belady Bonato (2010) que utilizou fontes do Colégio *Notre Dame* de Passo Fundo (RS) e delimitou sua dissertação de mestrado nos significados da reforma do ensino no Estado Novo, voltando-se para os respingos desse período na profissionalização dos estudantes no colégio. Destacou no trabalho como esse colégio de caráter confessional se adaptou aos preceitos patrióticos como, por exemplo, o culto ao chefe da nação e à ideia de unidade da nacional.[4]A chegada da *SND* ao Brasil foi em 1923 quando um grupo de freiras saiu da Alemanha impulsionada pelos ideais missionários. Após o desembarque na estação ferroviária de Passo Fundo, fundaram dois núcleos educacionais, em Passo Fundo e em Não-Me-Toque (RS). Com relação ao Projeto Político Pedagógico, segundo a *SND*:

> É uma trilha, carregada de sinais orientadores. Um caminho que em movimento desde o século XIX, vem se alargando até os dias atuais e prolonga-se no amanhã e continuamente. As irmãs pressupõem que o processo pedagógico tem como finalidade propor a fundamentação teórico-afetiva para compreensão do conhecimento, comprometida com a aprendizagem. Nessa itinerância, a pesquisa, o diálogo, a construção de regras coletivas, o respeito à autonomia e à dignidade de cada um, a cidadania, o trabalho prazeroso e o lúdico são algumas das expressões inerentes ao processo educacional (BONATO, 2010, p. 61).

Uma pesquisa que analisou as escolas de *Notre Dame* no Rio Grande do Sul foi a tese de Doutorado de Leci Salete Paier (2017). No trabalho a autora buscou observar como a rede *SND* sustentava sua identidade humanista cristã, mesmo crescendo em termos de alunos acima da média nacional e estadual. Soma isso à maneira com essa rede de escolas se articula na questão de sobrevivência diante de um cenário comandado pelo sistema mercantil. A autora analisa como fontes dados de matrículas da rede *SND* de 2002 até 2016, escritos históricos, panos estratégicos e relatórios de avaliação institucional e fichas de entrevista de pais de alunos. A autora descreve a trajetória da *SND* em sua vinda para o Brasil e atuação no campo educacional, além do surgimento de duas ramificações, a de Amersfoort Holanda e de

[4] Com relação ao conceito de escola confessional, se refere àquelas que são ligadas à igrejas ou à confissões religiosas. Seus objetivos se fundamentam numa religião, diferenciando-se de escolas laicas. O trabalho educacional nessas escolas baseia-se no desenvolvimento moral e religioso dos estudantes. A escola confessional fundamenta seu direcionamento pedagógico na filosofia e na teologia (Cf. BONATO, 2010).

Coesfeld na Alemanha. Vale ressaltar que esta última foi a base para a vinda para o Brasil. A autora pesquisou que atualmente a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora de Coesfeld (*SND*) está em 19 países: Alemanha, Brasil, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Holanda, Índia, Indonésia, Itália, Moçambique, Nicarágua, Papua Nova Guiné, Perú, Quênia, Reino Unido, Tanzânia, Uganda e Vietnã.

No ano de 1922 as Irmãs de Nossa Senhora de Coesfeld (*SND*) receberam um pedido para que viessem para o Brasil para trabalhar com a juventude feminina em escolas e internatos. O pedido foi feito pelo Frei Jacó Hoefer da Ordem dos Frades Menores (OFM) que trabalhava no Brasil juntamente com seus colegas os padres franciscanos. O religioso se referia à região norte do Rio Grande do Sul que era povoada por descendentes de europeus que desejavam uma educação mais consistente para seus filhos. Na verdade, o desejo dos agricultores era que suas filhas pudessem ter um ensino que as conduzisse para além da lida na roça. Tinham a esperança de que suas filhas fossem formadas para o ensino e para a academia, mas principalmente para serem boas donas de casa. Era a esperança de um futuro melhor daquele que as mães de família tinham, ou seja, trabalhos pesados nas lavouras, cuidar da casa e dos filhos, tudo isso em condições precárias e sem a perspectiva da instrução (PAIER, 2017).

Ao longo desta operação historiográfica, após algumas reflexões, as lentes se voltaram para as associações escolares. Isso porque a menção a elas começava a ficar relevante em cada vez que eu me debruçava sobre os documentos, ou seja, apareciam constantemente na narrativa contida nos *Anais*. Assim, a tese começava a ser definida. Como já havia selecionado atas dessas associações ainda no início da pesquisa, me debrucei sobre as demais associações ao mesmo tempo em que mantinha contato com obras que abordavam sobre elas, mas que, no entanto, não se detiveram nelas. Algumas abordavam sobre elas, mas como parte de um processo e cenário educacional maior. Outras falavam especificamente sobre uma delas. Mas ao longo da operação surgiu a compreensão da ligação delas ao projeto de *SND* na casa filial em Maravilha. Assim surgiu uma hipótese de vincular suas ações às intenções de comando do processo educacional e religioso por parte da *SND*.

Com as referências da orientação e da banca de qualificação abriram-se possibilidades. Passei investigar *SND* por dentro, ou seja, compreender suas representações a partir da leitura e interpretação das fontes compostas pelos *Anais*, atas das associações escolares, o Livro *Termos de Visita* do Inspetor Escolar, *Atas das reuniões pedagógicas*, *Livro de Regimento Escolar*, *Livro de Correspondência*, jornalzinho escolar *O Girafinha*, o *Livro de Poesias*, as *Atas do Ginásio Secundário Estadual Pio XII* e algumas fotografias. Essas fontes que fazem

parte do acervo da EEBNSS principalmente os *Anais*, narram as ações da instituição feminina católica no convento e no GENSS. Dessa maneira foi possível elaborar uma reflexão que construiu a tese de que as associações escolares se tornaram auxiliares na implantação do projeto de *SND* no povoado com o objetivo de legitimar sua presença.

As associações escolares assumiram diferentes funções no auxílio à difusão das doutrinas da instituição feminina no povoado. Primeiramente servindo para que *SND* desenvolvesse uma frente para a conversão de famílias protestantes do povoado a partir do contato com crianças que estudavam no GENSS. Para isso lançou mão da *Bandeira da Cruzada Eucarística*. A instituição feminina católica no povoado visava ir além do convento. Tinha a intenção de assumir outro GE, do município vizinho, Cunha Porã (SC). Porém, o contexto nacional trouxe mudanças quando em 1971 o GE foi extinto para dar lugar a uma escola básica.[5] Daí em diante surgiu o jornalzinho escolar *O Girafinha*. A partir do conteúdo publicado nele foi possível observar outros rumos. Marcava assim o início do final da presença da instituição feminina no povoado. No entanto vale ressaltar que é pela narrativa dos *Anais* de *SND* que foi possível em grande medida observar a instituição por dentro e suas representações.

Em termos de metodologia, a escolha foi de buscar espiar pelas frestas dos documentos produzidos por *SND* para tentar observar os corredores do convento e identificar as representações que a instituição católica tinha de si própria no que tange à infância, processo educacional e religioso e de família. Na leitura dos documentos também foi possível observar a constância com as quais aconteciam os rituais religiosos, principalmente de conversão para a Igreja Católica. Vale ressaltar que a narrativa nos *Anais* era influenciada, sobretudo pelo contexto econômico, político e social no qual estava inserido e a partir de onde era produzido. O que quero dizer aqui é que os momentos iniciais da instituição no povoado caracterizam ações voltadas para as relações religiosas, principalmente as conversões.

E finalmente as sociabilidades em torno do campo religioso e educacional entre freiras e leigos do povoado e com autoridades estaduais no âmbito do GENSS. Diante do olhar voltado para a presença das associações escolares inseridas na narrativa dos *Anais*, foi construída a tese de que as associações escolares eram constituídas por dogmas e preceitos da instituição feminina católica no espaço escolar e no povoado. Tais características visavam inicialmente a conversão de maior número de protestantes e de efetivar a sua presença definitiva no povoado na condução do processo educacional. As associações escolares foram

[5] Há uma razão legal da extinção dos GEs, ou seja, a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971,

normatizadas e tornadas obrigatórias nos GEs no ano de 1944, com a vigência do Decreto-Lei estadual n.º 2.991/44, e seus objetivos se voltavam à preparação de futuros cidadãos para a sociedade moderna. No GENSS essas associações se caracterizavam por ser agentes que fomentavam a realização de festas cívicas e datas comemorativas. Nesses eventos organizados pelas associações e também pelo jornalzinho escolar *O Girafinha* eram enaltecidos os deveres patrióticos e cívicos e os heróis nacionais.

Com relação as fontes eclesiásticas e escolares que foram selecionadas para esta pesquisa, o destaque são os *Anais* de *SND*, que, além de narrar a vida no convento, trazem dados estatísticos anuais sobre as ações desenvolvidas no espaço do GENSS e para além deste. Narrava também as intervenções das associações escolares, principalmente da *Bandeira da Cruzada Eucarística*, linha de frente das conversões das famílias protestantes. As atas das demais associações como as do *Clube de Mães*, *Pelotão da Saúde*, *Liga Pró-Língua Nacional*, também expressam as representações que a instituição religiosa tinha com relação à família, processo educacional e religioso no povoado. Aliás, todas elas eram dirigidas pelas freiras.

Foram utilizadas como suporte outras fontes eclesiásticas que foram produzidas por outras instituições, qual seja o *Livro Tombo I* da Paróquia São José Operário (PSJO) de Maravilha, que traz em suas páginas iniciais os momentos da fundação desta em 1965. Mas o principal objetivo de utilizar fontes de outras instituições católicas foi o de investigar as referências que elas faziam a *SND*. Este é o caso também de documentos de duas instituições católicas de Chapecó, ou seja, as *Crônicas da Congregação das Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora* e o *Livro Tombo* da Paróquia Santo Antônio.

A tabela a seguir apresenta as fontes que foram selecionadas para esta pesquisa. Elas fazem parte do acervo de *SND* na EEB Nossa Senhora da Salete, que foi a escola onde as freiras atuaram e iniciaram suas atividades em 1954. A tabela está organizada de tal forma que mostra os documentos que foram escritos manualmente e os que foram datilografados. A tabela número 2 mostra os outros documentos religiosos que foram utilizados como suporte. Referem-se a três instituições católicas, duas masculinas e uma feminina.

Tabela 1 – Fontes de *Sister of Notre Dame* utilizadas na pesquisa

(continua)

Documento	Manuscrito/Ano	Datilografado/Ano
Anais SND	1954, 1955, 1956	De 1957 até 1988
Relatório Anual Escola Reunidas	1954, 1956	1969
Livro de atas de reuniões	1954, 1955, 1956	

pedagógicas da Escola Reunidas		
Regimento Escolar EBNSS		1973

Tabela 1 – Fontes de *Sister of Notre Dame* utilizadas na pesquisa

(conclusão)

Documento	Manuscrito/Ano	Datilografado/Ano
Termos de Visita GENSS	1956, 1957, 1958, 1962, 1963, 1964, 1965, 1969, 1977	
Relatório Anual GENSS	1956, 1957, 1959, 1969	
Ata nº 01 Liga Pró-Língua Nacional	1968	
Relatório Final do Pelotão da Saúde	1959	
Ata nº 01 do Pelotão da Saúde	1968	
Livro de Atas do Clube de Mães números 01 e 02	1961	
Livro de Atas do Clube de Mães nº 10	1966	
Relatório do Clube de Mães	1966	
Livro de Atas do Clube de Mães	1962	
Livro de Atas do Clube de Mães nº 09	1965	
Livro de Poesias		1973
O Girafinha		1975, 1976
Livro de Atas do Ginásio Secundário Estadual Pio XII	1964 a 1974	

Fonte: Acervo da EEBNSS. Tabela elaborada pelo autor

Tabela 2 – Fontes de outras instituições religiosas

Documento	Manuscrito/Ano	Datilografado/Ano
Livro Tombo I Paróquia SJO	1965, 1968	
Livro Tombo Paróquia S. Antônio	1980	
Livro de Crônicas do Colégio Bom Pastor	1941-1979	

Fonte: Acervo Paróquia de São José Operário de Maravilha (SC); Paróquia Santo Antônio e Casa das Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora de Chapecó (SC). Tabela elaborada pelo autor.

Quanto à questão administrativa dos documentos da *SND* que estão na EEBNSS, é oportuno destacar que eles não estão armazenados em local apropriado. Muitos deles foram

escritos com caneta como é o caso do Livro de Correspondências que já se encontra danificado pela tinta da caneta. Em algumas páginas não é possível identificar o que está escrito. Especificamente neste livro, a tinta da caneta está atravessando as páginas e manchando o papel, fazendo com que gradativamente não seja possível identificar o que foi escrito. Quanto aos *Anais*, estão numa pasta e são cópias. Os originais estão arquivados na biblioteca da Casa Provincial de Santa Cruz em Passo Fundo (RS).

A *SND* esteve à frente da direção da escola até 1975. Porém como será possível perceber nesse texto, na prática o fim do GE também marcou os dias derradeiros das freiras na escola. Essa desagregação da instituição junto ao GE é refletida na administração dos documentos. É o caso dos originais dos *Anais*, que estão arquivados em Passo Fundo. No entanto, os demais documentos selecionados para esta pesquisa são originais e permanecem arquivados na EEBNSS.

É importante destacar que para direcionar o olhar para essas fontes, foi necessário beber na fonte de algumas autoras e autores, os quais alguns serão utilizados ao longo dos capítulos e outros aqui na introdução. Para começar, é importante destacar acerca da produção desses documentos. Carlos Bacelar (2015) afirma que isso é algo perceptível ao longo do tempo, inclusive em tempos de mudança institucional. Segundo o autor, não é tarefa fácil navegar por essa seara. Porém, um referencial mínimo deve-se ter presente, ou seja, de que as estruturas dos órgãos que produziram uma determinada documentação, sua organização e o trabalho de arquivamento, possuem entre si uma correspondência. Nesse ponto o autor vem ao encontro do trabalho desenvolvido aqui, pois a administração e a guarda das fontes pesquisadas revelam e se relacionam com as ações da instituição católica feminina no povoado. E essas ações refletem na dinâmica que caracteriza os bastidores e a importância que é dada a eles em seus diferentes contextos. Enfim, é possível ter em mente que quando da ida aos documentos se leva a ideia de que no andamento da pesquisa se deve conhecer a peça que se tem em mãos, de modo compreender, por exemplo, “sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador” (BACELAR, 2015, p.62).

Não me furtei também de utilizar a concepção de Rosa Fátima de Souza (2001), para quem os arquivos escolares servem para caracterizar o corpo docente e discente, seleção de estudantes, enfim, as formas de recrutamento e seleção. A autora também levanta uma questão sobre as condições precárias em que se encontram fontes como essas e não esconde a sua frustração com relação a isso.

Outra questão relevante é que neste texto não foi analisada especificamente cartas pessoais. Porém abordar sobre elas aqui de forma breve é traçar um paralelo com alguns documentos da pesquisa como, por exemplo, os *Anais*. Principalmente porque isso permite uma visão da dimensão cultural do sujeito, que também é expressa nelas. Quando o historiador analisa esse tipo de fonte, tem a possibilidade de espiar pelas frestas, identificando elementos culturais da vida desse sujeito. Essa vida palpitante pode ser investigada em sua dimensão histórica. Pode também expressar as condições sociais e econômicas de uma época, onde a vida privada desse sujeito se entrelaça com o público, se inserindo numa dimensão coletiva. O local de trabalho desse sujeito pode ter arraigado em si um sentimento de pertencimento, vendo por esse ângulo: "O que o escritor de cartas parece querer dizer a todo o momento, ao apresentar uma 'pose' de si mesmo, é simplesmente: 'eu estou aqui'" (MALATIAN, 2012, p. 201).

Não obstante, nunca é demais lembrar que documento nenhum é neutro. Ele sempre apresenta a opinião da própria pessoa que o escreveu ou do órgão que o produziu. Isso vale também, sem dúvida para os *Anais* de *SND*. Um bispo da Igreja Católica, por exemplo, em uma carta pastoral expressaria a ideologia da Igreja daquele momento e também seria revestida de peculiaridades inerentes a comunidade na qual ele se encontra. Mas, vale lembrar, que um ponto crucial a ser considerado quando o historiador acorre às fontes documentais é de que o texto deve ser entendido no contexto de sua época. O significado das palavras e expressões contidas no documento pode se tornar uma evidência para entender as relações no entorno, do tempo e espaço pesquisado (BACELAR, 2015).

Outro elemento relevante a ser considerado aqui é referente às contribuições de Luciana Heymann (2013) que reflete sobre arquivos pessoais. Aqui é possível analisar as representações da realidade contadas pelas freiras e deslocar o olhar para como esses documentos foram construídos. Ao trazer essa autora é possível entender que é preciso conhecer o contexto sócio-histórico, o qual foi produzido esses documentos. É preciso compreender como eles foram tratados naquele momento. Daí a necessidade de refletir sobre as mudanças, os deslocamentos que a narrativa sofreu em momentos distintos de escrita dos mesmos. Seria o caso então de falar sobre as condições sociais de produção das fontes históricas. De forma mais latente uma análise aproximada dos arquivos será percebida no capítulo quatro. Falar sobre a construção desses documentos ao longo de todo o texto é também pensar que

> Iluminar o caráter construído dos arquivos institucionais ou pessoais, investir na sua historicidade, não equivale a negar sua legitimidade, mas a examinar as práticas e os discursos por meio dos quais o "monumento", o arquivo-fonte, encobre o "fragmento", os gestos que constituíram concretamente esses conjuntos documentais. Trata-se de uma chave para o uso crítico dessas fontes (HEYMANN, 2013, p. 72).

Esta pesquisa encontrou repouso nas formulações teóricas de Paul Ricoeur (2007) acerca da especificidade da referencialidade no discurso historiográfico ou representação historiadora. A tese do autor é que essa especificidade "não pode ser discernida unicamente no plano do funcionamento das figuras que o discurso histórico assume, mas deve transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico" (RICOEUR, 2007 p. 263). O autor trata da oposição entre dois gêneros literários, ou seja, a narrativa de ficção e a narrativa histórica. Afirma que não se pode admitir a confusão entre os dois tipos de narrativas, pois realidade e irrealidade são duas modalidades referenciais heterogêneas. Elas se distinguem pelo pacto firmado com o leitor. Esse pacto suscita expectativas diferentes, ou seja,

> Ao abrir um romance, o leitor prepara-se para entrar num universo irreal a respeito do qual a questão de saber onde e quando aquelas coisas aconteceram é incongruente. O leitor suspende de bom grado sua desconfiança, sua incredulidade e aceita entrar no jogo do como se aquelas coisas narradas tivessem acontecido. Ao abrir um livro de história, o loeitor espera entrar, sob a conduta do devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente (RICOEUR, 2007, p. 275).

O autor faz uma longa discussão sobre os limites da representação historiadora. Trata dos efeitos retóricos desse tipo de narrativa. Ele alude ao "entrecruzamento da legibilidade e da visibilidade no seio da representação historiadora" (RICOEUR, p. 276). Sobre o par visível e o legível ele afirma que:

> Ora, acontece que **esse par** dá lugar a trocas notáveis que são fontes de efeitos de sentido comparáveis àqueles que se produzem **entre narrativa de ficção e narrativa de história**. Pode-se dizer alternadamente do amador de arte que ele lê uma pintura e, do narrador, que ele pinta uma cena de batalha. Como são possíveis tais trocas? Será apenas quanto a narrativa expõe um espaço, uma paisagem, lugares, ou quando se detém num rosto, numa postura, num porte, em que uma personagem se dá a ver por inteiro? Em resumo, só há legibilidade numa relação polar com a visibilidade – distinção que a superposição dos extremos não aboliria? Ou é preciso dizer que, em todos os casos, a narrativa coloca diante dos olhos, dá a ver? (RICOEUR, 2007, p. 277).

Com esse embasamento do autor, de modo específico, sobre os documentos de *SND*, é possível afirmar que eles se tornaram na terceira fase da operação historiográfica, aquela da interpretação e compreensão, a representação da realidade daquele momento. Só é possível pensar assim concebendo que na escrita dos *Anais*, as freiras que o faziam, estavam também interpretando, representando a realidade daquele momento. Pensando dessa forma as freiras, ao realizarem a escrita estavam imitando a realidade, estavam narrando as suas ações.

A representação daquilo que foi escrito pelas freiras, na interpretação agora dessas fontes se transforma em nova narrativa, também como representação historiadora. A narrativa é o agenciamento dos fatos que se encontram no documento. O agente da ação o faz mediado por suas representações simbólicas que dão sentido ao mundo que o cerca. Ainda sobre a problemática da função narrativa, é conveniente destacar que "a exigência de verdade de toda obra narrativa é o caráter temporal da experiência humana. O mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal" (RICOEUR, 2010, p. 09). Ele, o tempo, envolve e dá o sentido á ação dos agentes da narrativa documental.

Outro conceito de Paul Ricoeur (2007) com relação à operação historiográfica que percorre pela análise documental é o de testemunho. Pensando assim, os *Anais* foram constituídos e construídos como testemunho, mas não encerrou sua trajetória nesse ponto, o ponto do contexto de sua produção. Ressurgiram agora como representação do passado por meio do sentido que lhes foi dado na pesquisa. As perguntas foram formuladas a eles e nesse percurso de representação do passado, eles assumiram outros artifícios retóricos, diferente daqueles que lhes foi dado por seus interlocutores contemporâneos.

Ao longo de todo o texto esse é o olhar direcionado e a maneira proposta para a análise dos documentos, ou seja, não os tomando como a expressão real dos acontecimentos, mas aquilo que foi falado sobre eles, ou seja, o agenciamento dos fatos contidos na narrativa. O que será apresentado ao longo do texto é uma interpretação historiadora da narrativa dos *Anais*. Com elas, que expressam representações (imitação) do real, será possível em parte compreender como se constituíam sociabilidades em torno da ação da instituição feminina católica.

Nunca é demais lembrar o leitor que o objetivo desse trabalho é identificar as representações de *SND* pela narrativa das *Atas* das associações escolares, *Anais*, *Livro de Poesias*, livro de *Termos de Visita* do inspetor escolar, as fotografias e o jornalzinho escolar *O Girafinha*. E, com isso em construção a tese de que com o auxílio das associações escolares que eram vetores de doutrinas e princípios, a instituição feminina católica tinha a intenção de consolidar sua presença na condução do processo educacional e religioso no GENSS. É

possível identificar essa intencionalidade via rede de sociabilidades que contemplava lideranças políticas estaduais e a relação com famílias protestantes no povoado. Ademais, vasculhar todas essas fontes também tem o objetivo de entender o que era ser freira e o que era e como agia uma instituição feminina católica naquele momento. E mais, o que era ser uma instituição feminina católica a frente de um GE, conduzindo uma instituição educacional pública.

A respeito das intenções de *SND* de consolidar sua atuação no processo educacional, torna-se proveitoso trazer para a discussão também a autora Paula Leonardi (2008). Ela afirma que a fundação de colégios por congregações femininas católicas é somente uma estratégia dentre as várias possíveis. Segundo ela, não se devem observar na história da educação brasileira as instituições femininas somente a partir de suas atividades nas escolas, mas sim as mudanças sociais a sua volta. Então, a tarefa principal aqui deve ser a de observar elas por dentro, representações de si, para com isso compreender o modelo de freira e de congregação para o determinado contexto. Levando isso em conta, é possível entender as mudanças de estratégias de *SND* a partir das mudanças econômicas, sociais e políticas. Essas mudanças são refletidas na maneira de organizar a narrativa dos documentos. Em determinados momentos é perceptível uma investida religiosa no campo das lutas simbólicas no povoado, sobretudo com os protestantes. Em outro momento a postura modifica e a narrativa assume outra roupagem, sobretudo a partir de 1964.

Se a chegada das instituições femininas ao Brasil não foi somente para a fundação de colégios havia então a probabilidade de que as freiras trabalhassem a educação de outra forma, ou seja, que viesse a contribuir para a feminização das práticas. Por isso a autora escolheu não estudar as congregações somente a partir de seus colégios, pois segundo ela isso é "descartar outras possibilidades de ação e de educação desenvolvida por essas mulheres e para mulheres. Dessa forma, torna-se fundamental compreender seus percursos na instalação de comunidades no Brasil" (LEONARDI, 2008, p. 22). Pode-se dizer que essa intencionalidade encontrou eco no processo educacional levado a cabo pela *SND*. A presença da instituição feminina católica no povoado de Maravilha ia para além da tarefa de educar as crianças filhos dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul.[6]

---

[6] Como será utilizado ao longo do texto o termo "instituição" para designar as congregações religiosas femininas e masculinas, vale argumentar acerca da função social dela. Segundo Alfredo Teixeira, sociólogo português, a função de uma instituição é promover "a compatibilidade dos enunciados privilegiando a coesão social em detrimento da coerência lógica". Além do mais, ela deve regular "as formas de transmissão e os lugares de mediação" e primar pela normatividade no que se refere à produção das sociabilidades (TEIXEIRA, 2005, p.51).

É plausível de análise como *SND* ao aportar no espaço colonizado construiu estratégias via educação e no campo simbólico, para administrar os bens de salvação. Portanto, é menos contar uma história linear da saga dos migrantes que aportaram ao território da Companhia Territorial Colonizadora Sul Brasil, empresa particular que comercializou terras em vasto espaço do oeste de Santa Catarina, do que problematizar as relações e descontinuidades no campo educacional e religioso. É importante também considerar que se trata de um tema importante para a História do Tempo Presente na medida em que aborda sobre a questão das estratégias para alfabetização e os papéis prescritos a homens e mulheres vivendo em sociedade no processo educacional.

Muito embora não esteja no raio do recorte dessa pesquisa, é também necessário compreender o contexto dos momentos imediatamente anteriores a chegada da instituição feminina católica ao povoado, ou seja, durante a década de 1930 até meados da década de 1940. Esse foi um período em que o governo do estado de Santa Catarina se preocupou em reordenar o espaço rural e urbano. O objetivo era construir cidadãos calcados na ordem e úteis nas novas formas de relações sociais. Buscava-se com isso colocar em vigência, políticas que visavam aperfeiçoar os mecanismos de dominação e de controle e a promoção de uma gestão da população. Essa política teve um caráter normatizador que procurava solucionar o problema social causado pela vadiagem, prostituição e infância abandonada. Isso resultou em investimentos na família, no hospital e na escola. Na área da saúde buscou-se promover hábitos de higiene na população catarinense. Foi uma ação normatizadora, higienizadora e moralizadora (CAMPOS, 1992).

Foram criados dispositivos para intervir sobre o corpo e a mentalidade dos habitantes das cidades de Santa Catarina com o objetivo de promover uma “moral” sobre eles. Em relação ao corpo, buscava-se implantar o lazer regulado e a higiene. Além disso, havia a intenção de estabelecer normas para o cumprimento de horários e ritmo de trabalho. Como ideal, existia a intenção de formar o homem “ordeiro” e “trabalhador”. Agindo desta forma este homem seria um exemplo para inclusive se evitar “desvios” sociais (CAMPOS, 1992).

No capítulo um, a investigação se concentrará na presença de instituições religiosas no contexto da colonização do oeste de Santa Catarina. No entanto as reflexões acerca do processo colonizatório nesta região não se aprofundarão. Será elaborado o cenário do estabelecimento de uma instituição feminina católica, qual seja a *SND*. É importante lembrar que não há a pretensão aqui de problematizar as ações da colonizadora Cia. Sul Brasil e sim reflexões sobre sua presença enquanto pano de fundo. Alguns documentos da colonizadora investigados foram aqueles que trouxeram elementos ligados a chegada das freiras ao

povoado. Também foram utilizados no capítulo o *Livro de Crônicas* das irmãs franciscanas de Chapecó e os livros Tombo das paróquias de Maravilha e de Chapecó. Alguns autores que trataram sobre a colonização desta região também foram mobilizados neste capítulo.

O capítulo dois vai contextualizar a chegada da *SND* ao oeste de Santa Catarina. Serão utilizados os *Anais* da *SND* e também os relatórios anuais do GENSS. A partir deles são observados o estabelecimento e a organização do ensino por parte das freiras no povoado e também sobre a criação do GE, ocorrida no ano de 1956. A partir da investigação no livro *Termos de Visitas* será discorrido sobre as constantes fiscalizações, da figura do Inspetor Escolar. Também será observado o que representava para as freiras a presença dele no espaço do GE. E para finalizar, um estudo de caso da atuação de uma freira que era diretora do GE, quando será interpretado como os *Anais* narraram os momentos em que a presença dela na direção foi contestada.

O capítulo três destacará a atuação das associações escolares pelas quais *SND* difundia seus princípios. A partir da investigação das atas das reuniões foi possível verificar as representações de família, de costumes, de religiosidade e de higiene da instituição feminina católica. Nas atas do *Clube de Mães*, por exemplo, eram escritos de forma sistemática os conselhos e as palestras que irmã Maria Ancila, diretora do GENSS, transmitia às mães presentes nas reuniões. Também foram investigados outros documentos para este capítulo como *Atas* de reuniões pedagógicas, os *Anais*, *Relatório Anual* do GE e o livro *Termos de Visita*. Vale destacar aqui que as análises feitas neste capítulo sobre a *Bandeira da Cruzada Eucarística*, são a partir da leitura dos *Anais* de *SND*. Isso demonstra o grau de relevância que se dava a essa associação escolar. A atuação além-muro do GE, feito pelas freiras, com a participação dos "cruzadinhos", como eram chamados os estudantes membros da associação, se transformou numa cruzada moral prescrita para os lares das famílias do povoado. O alvo principal das conversões eram as famílias protestantes. As associações escolares se tornaram auxiliares dos princípios da instituição feminina.

No capítulo quatro serão empreendidas reflexões acerca da narrativa dos *Anais* da *SND*. Será analisado como a instituição feminina construía neles uma representação de si. Não somente neles, mas também nos demais documentos produzidos pela instituição feminina. Embora não tenha sido possível identificar quem eram as freiras que escreviam, pois a única identificação é o visto final da Madre Provincial, falar de si era também falar da instituição. Além dos *Anais* do convento os demais documentos que serão analisados neste capítulo são o jornalzinho escolar *O Girafinha*, o *Livro de Poesias* e as fotografias. A singularidade deste capítulo em relação aos demais é que nele será falado de modo específico das fontes, ou seja,

a construção do documento e suas peculiaridades serão colocadas em discussão. As fotografias também serão analisadas em seu contexto. Algumas assumiam o caráter de se tornar um testemunho e algumas não tinham a intenção de se tornarem arquivos. O jornalzinho escolar *O Girafinha* apresentava em suas páginas representações de infância e de pátria naquele momento. E finalmente, o *Livro de Poesias*, que foi produzido no ano de 1973 que cantava em versos os grandes feitos da instituição feminina e sua chegada ao povoado. Trata-se de observar como se produziu uma memória sobre a instituição feminina católica.

Considero a importância dessa pesquisa no sentido do que ela própria propõe analisar, olhar para o convento e tentar observar a singularidade da atuação de uma instituição feminina, tendo como pano de fundo a colonização do oeste de Santa Catarina. Identificar os agentes, suas singularidades e características que estiveram ali envolvidos numa teia de sociabilidades que envolvia a instituição feminina, as famílias protestantes, a instituição e as autoridades estaduais e locais ligadas à educação. Falar de emoções que podem ter sido embargadas pela angústia dos dias da clausura no convento nos confins da colonização e pelas mudanças, também se torna algo necessário compreender. Talvez a maior contribuição dessa pesquisa seja falar de algumas pessoas que viveram e expressaram seus testemunhos nos documentos. Mas isso foi apenas uma pontinha do imenso tecido de relações possíveis que ocorreram nesse recorte e que sem sombra de dúvidas, necessitarão de novas pesquisas, assim como necessitamos da água para sobreviver.

2 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE

2.1 A "BOA COLONIZAÇÃO"

A sede da Companhia Territorial Colonizadora Sul Brasil Sociedade Anônima, se encontrava na sala número dois do segundo andar do edifício do Banco Nacional do Comercio em Porto Alegre (RS) quando teve sua inscrição oficializada no Registro de Imóveis de Chapecó, sob o nº 01. Isso foi feito em 17/06/1938 pelo Decreto Lei nº 58 de 10/12/1937 e registrada sob o n° 02 na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura sob o Decreto nº 3010 de 20/08/1938.[7] Ela foi constituída em 23 de maio de 1925 e possuía 14 acionistas. Seu registro foi feito na Junta Comercial do Rio Grande do Sul com o número 15.871 como sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sendo que no dia primeiro de junho daquele mesmo ano, foi transformada em Sociedade Anônima. Sua primeira sede no oeste de Santa Catarina foi Taquaruçú, seguida de Linha Passarinhos, onde ficava o escritório administrativo, povoados no interior de Palmitos que momento pertencia a Chapecó (SC). Essa empresa foi detentora da maior área de terras no oeste de Santa Catarina, responsável pela colonização no espaço entre o rio Chapecó e rio das Antas, partindo do rio Uruguai (WERLANG, 2006).

A localização das terras da Cia. Sul Brasil se dava nos distritos de Palmitos, São Carlos, Saudades, Cunha Porã e Campo Erê, todos pertencentes ao município de Chapecó. As terras confrontavam ao sul com o Rio Uruguai, ao norte com as fazendas Campo Grande, Burro Branco, Primavera e com terras pertencentes à *Brazil Development* e *Colonization Company*, o braço colonizatório da *Brazil Railway Company*, construtora da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande.

[7] Trata-se de uma Nota da Companhia Territorial Sul Brasil que foi encaminhada para o Jornal da Tarde. Publicação angariada em 19/01/1952 na sede da administração, conforme recibo. Passarinhos, 26/01/1952.

No lado oeste, as terras iam até o rio das Antas, Sargento e Cafundó e a leste, faziam divisa com o Rio Chapecó e com as terras da colonizadora de Ernesto F. Bertaso.[8] Esses dados constam no relatório de registro da colonizadora que foi feito junto ao Ministério da Agricultura em 1938. O relatório afirma também que a empresa possuía em 23 de maio de 1925, ano de sua fundação, cerca de 11.500 colônias de 24,2 hectares, das quais a maior parte já se encontrava, segundo o relatório, loteadas e demarcadas.

No ano de 1929 o governador de Santa Catarina, Adolfo Konder, em seu discurso em Cascalho, município de Palmitos (SC), sede da colonização naquele momento, enalteceu a presença da Cia. Sul Brasil. [9] O documento a seguir, que foi produzido na década de 1940, narrou tal evento com o objetivo de propagandear e legitimar a atuação da empresa.[10] Percebe-se que o local onde o governador proferiu o discurso, mudou de nome. Aliás, essa informação aparece originalmente entre parênteses no próprio documento original, passagem abaixo. A observação diz que Cascalho, antes sede da colonizadora,na década de 1940, passou a ser conhecido depois como Passarinhos.

> Simpatia e respeito merecem, sim, as empresas que á semelhança da Sul Brasil, objetivam a alta e patriótica tarefa de expandir a cultura humana, através de ermos descampados, semeando cidades e povoando o sertão. O surpreendente sucesso de São Carlos, Palmitos e Cascalho (hoje Passarinhos), povoados que, como por encanto estão a brotar ás margens do Uruguai, prova o acerto dessa sabia política da gleba, que desejaria ver, por toda a parte, triunfante, para castigos dos mascates de terras e para a fortuna do Estado, por cujo engrandecimento todos temos o dever de trabalhar, resolutamente, porfiadamente, patrioticamente...(*MEMORIAL CIA. SUL BRASIL* AO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, TERRAS E COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUASSÚ, data aproximada, meados década 194O).

A “cultura humana [...] semeando cidades e povoando o sertão”, trecho citado pelo governador no discurso, refletia a visão que se tinha nesse momento de que a cultura humana inexistia e que naquele local não havia ninguém. Conforme o discurso governamental, ela chegaria com os colonos nacionais e estrangeiros que povoariam o território, que até aquele

---

[8] Coronel Ernesto Francisco Bertaso de origem italiana, natural do Rio Grande do Sul. A empresa Colonizadora Bertaso foi responsável por grande parte da colonização do município de Chapecó.

[9] O discurso do governador de Santa Catarina Adolfo Konder em Cascalho-Palmitos (SC), em 1929 foi reproduzido no jornal “República” de Florianópolis/SC de 30 de maio de 1929, conforme consta no memorial da Cia. Sul Brasil que faz parte do acervo da colonizadora no Museu Municipal Padre Fernando Nagel em Maravilha (SC). Esse documento foi produzido em meados da década de 1940 para ser apresentado ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguassú. Essa aproximação da data se justifica porque o Território do Iguassú foi criado em 1943 e foi extinto em 1946, mas principalmente, por que o documento está sem data.

[10] Com o objetivo de não prejudicar a leitura e evitar que possíveis erros de digitação do presente venham se confundir com as grafias do passado nos documentos investigados optou-se aqui pela utilização das normas e regras da ortografia atual.

momento, era visto como desabitado e descampado, sem a presença de almas que pudessem desencadear o progresso. Havia representações por parte dos colonizadores de que princípios civilizatórios precisavam chegar ao local a partir da ação de uma empresa particular.

Predominava a ideia de que essa região necessitaria de um espírito de civilização, esse que já estaria presente em outras áreas do estado. José Carlos Radin (2006, p. 42) afirma que a comitiva do governador se representava como uma missão fundadora e divina:

> Observa-se com isso a (re) significação e positivação da imagem do bandeirante, do conquistador e do colonizador. Ao se colocar como "terra prometida", sugere-se, também, que a conquista dessas terras teria em si algo de missão divina. Além disso, o uso dessas metáforas sinalizaria o ideal civilizatório almejado, presente no imaginário cristão.

A colonização do oeste de Santa Catarina, que andava a passos largos na primeira metade do século XX, foi caracterizada pelo enaltecimento ao desenvolvimento e ao progresso.[11] Com a migração de descendentes de alemães e italianos do Rio Grande do Sul para o oeste de Santa Catarina, a região passou pelo estabelecimento de um processo de constituição sociocultural, sendo criadas novas formas de relações sociais entre 1917 e 1954. Essa região era estratégica, pois fazia divisa com o Rio Grande do Sul e o Paraná e fronteira com a Argentina. Nesse período, vários distritos se desmembraram e surgiram novos municípios. Houve também uma redução do número de migrantes, pois boa parte das terras já havia sido vendida. O cenário nacional era marcadopelo fim da Era Vargas (NODARI, 2009).

Entre os anos de 1920 até 1960 ocorreu maior fluxo de migrantes, oriundos do Rio Grande do Sul, para o oeste de Santa Catarina. As terras localizadas entre o rio Chapecó e o Rio das Antas, que faziam parte de Chapecó, foi o território colonizado pela Cia. Sul Brasil. O distrito de Cascalho, inicialmente como local sede da colonização, foi criado pela Lei nº 45 de 19/07/1921. Posteriormente, esse distrito deu origem ao município de Palmitos (SC). O distrito foi elevado a categoria de vila em 1930, quando passou a ser sediado em Linha Passarinhos, local para onde a Cia. Sul Brasil transferiu sua sede havia dois anos. Com a expansão da colonização, a Lei nº 133 de 30/12/1953, permitiu o desmembramento de Chapecó, em oito municípios: São Carlos, Palmitos, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São Miguel do Oeste, Mondaí, Xaxim e Xanxerê. Mais tarde pela Lei nº 348 de 21/06/1958, foram

---

[11] O conceito de progresso é ocidental e seu ápice se dá durante o século XIX. O que o sustenta são os avanços científicos e técnicos, os sucessos da Revolução Industrial e a melhoria para a elite do conforto, instrução e democracia. Segundo Le Goff "é uma interpretação da história que considera que os homens avançam mais ou menos depressa, mas em geral bastante lentamente, numa direção definida e desejável" Cf. Le Goff (2003, p. 236).

desmembrados os municípios de Maravilha e Cunha Porã. Em 1965, no dia 29 de março, pela Lei nº 1016 foi desmembrado de Palmitos o município de Caibi e no dia sete de dezembro de 1961, foram desmembrados de São Carlos, os municípios de Modelo, Saudades e Pinhalzinho (WERLANG, 2006).

Conforme Radin (2016) o avanço da colonização no oeste de Santa Catarina deu-se a partir da ótica do colonizador. No início do século XX acreditava-se que as populações que já se encontravam nesse território eram inferiores e estavam destinadas a desaparecer. A redução das áreas em que esses grupos estavam foi vista com naturalidade e difundia-se a ideia de progresso que veio reforçar essa visão de normalidade. O progresso era almejado pelas elites e o passado era visto como atrasado. Era preciso, sobretudo, superar a realidade vivida pelos brasileiros que estavam nessa terra. O colono era visto como portador de liberdade e progresso, que trabalhava para alimentar o país. Esse conceito muda e então o colono passa a ser estigmatizado. Isso se deu com a chegada da mecanização da agricultura e a industrialização. O avanço da colonização teve razões a partir das dificuldades que foram enfrentadas pelos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul. Entre essas dificuldades havia o esgotamento do solo e o crescimento demográfico. Na maioria das vezes essa movimentação dos migrantes para Santa Catarina se dava em busca de uma vida melhor. Nesse sentido:

> Nos relatos acerca da expedição do governador Adolfo Konder, em 1929, ao oeste catarinense, região que recém havia sido incorporada ao estado por força do acordo de limites com o Paraná, difundiu-se a imagem de que a nova fronteira seria um desses espaços. Em certo momento da expedição, numa das noites, D'Eça descreve a fogueira que via diante de si, como se ela fosse o "lume brilhante" ou "nuvem milagrosa" que deslizava a frente dos hebreus no caminho da "terra da promissão" onde pudesse emanar leite e mel (RADIN, 2016, p. 157).

Se a nova fronteira era vista como uma "terra prometida", então era necessário que tivesse nessa terra, religiosos, homens e mulheres que atendessem as necessidades da prática da religiosidade das pessoas que acorriam aos povoados. Também era necessária a educação, não menos importante, para conduzir os primeiros passos das crianças filhas dos colonos. Radin (2016) afirma que a possibilidade de comprar terras em outras fronteiras agrícolas, moveu famílias de colonos para o oeste de Santa Catarina, tanto mais pelos altos preços e a impossibilidade de comprar novos lotes no Rio Grande do Sul. Entretanto, os preços nas novas fronteiras se tornaram acessíveis possibilitando a atuação das companhias particulares. Essa nova fronteira foi o palco de atuação das colonizadoras que eram, de modo geral, formadas por grupos de sócios. O modelo implantado para a comercialização foi o de propriedades destinadas à pequena agricultura. Essas companhias obtiveram facilidades para a

comercialização, por parte do governo do estado de Santa Catarina.[12] Vários artifícios eram usados para evitar o uso da moeda, como por exemplo, a abertura de estradas e de pontes, como forma de pagar pela terra ao estado. Os migrantes do Rio Grande do Sul eram atraídos pela propaganda que divulgava esse espaço como possuidor de terras férteis, valor baixo e facilidade para o pagamento, além de utilizar as questões étnicas e de crença para vender as terras.[13]

As representações de que esses espaços eram incivilizados e vazios foram utilizadas por muito tempo como justificativa para a conquista e colonização. Basta lembrar que o Território Federal do Iguaçú, criado pelo governo de Getúlio Vargas no ano de 1943, objetivava fortalecer as fronteiras nas regiões que formavam divisa com a Argentina, além de incentivar a colonização dessa região dentro da perspectiva da Marcha para o Oeste. Essa política se baseava no princípio de que a nação só seria construída com um resgate do espírito dos bandeirantes. A marcha deveria capitanear esse processo, abrindo trilhos e conduzindo a bandeira para a construção da brasilidade (RADIN, 2016). É oportuno lembrar aqui que junto com esse processo civilizador, aportam também instituições religiosas católicas masculinas e femininas, com não menos intenção de arrebanhar almas nessas áreas colonizadas.

As colonizadoras que atuaram no oeste de Santa Catarina foram criadas, em sua maioria, na segunda década do século XX. Fator preponderante para a atuação das companhias privadas nessa região foi os incentivos do poder público catarinense que objetivava dar impulso à colonização. Quase sempre apenas um dos sócios dessas companhias atuava na região, tratando diretamente da venda das terras (RADIN, 2009).

De modo geral, a comercialização das terras pelas colonizadoras atingia diretamente os posseiros, pois caso não se adequassem, seriam despejados e considerados intrusos. As

---

[12] A respeito de facilidades que a colonizadora tinha ao adquirir as terras do governo de Santa Catarina, houve uma solicitação da Cia. Territorial Sul Brasil ao governo do estado requerendo a diminuição de 20 para 10 mil réis por hectare, a base para o cálculo do imposto territorial por no mínimo quatro anos, foi deferida. A condição para isso foi a assinatura de um termo de compromisso que a obrigava a cumprir as exigências do Decreto Lei nº 1.633 de 04/08/1928. Uma delas era a de que deveria promover o povoamento das terras com colonos nacionais e estrangeiros. Os lotes tinham de ser vendidos com prestações anuais ao juro de 6 %. Outra exigência era a indenização do lote ao colono que o abandonasse. Também deveria enviar ao governo catarinense relatório anual sobre suas atividades com os mapas, necessários para a repartição das terras. Porém, mesmo usufruindo desses benefícios, a empresa não cumpriu tais exigências. Em agosto de 1931, a Comissão de Sindicância da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura concluiu que a Cia. Sul Brasil não havia cumprido os dispositivos do Decreto Lei nº 1.633, pois estava cobrando juros de 8 % e no caso de rescisão do contrato, o colono perdia as quantias pagas (WERLANG, 2006, p.70).

[13] Os propagandistas da Cia. Sul Brasil eram em geral colonos homens, que tinham de possuir credibilidade e conhecimento das terras. O trabalho da venda era feito corpo a corpo. Recebiam 10 por cento do que vendiam. O argumento utilizado para a venda dos lotes "era a existência de terras baratas e de boa qualidade para a produção de milho, mandioca, feijão e batata". Além disso, a colonizadora publicava propagandas em revistas e jornais a *Paulusblatt* e o *Volksblatt*, veículos que faziam parte da imprensa católica do Rio Grande do Sul (WERLANG, 2006, p. 61).

opções praticamente não existiam, pois, caso insistissem em permanecer nas terras, as companhias utilizavam o Decreto Lei 21 de 05/03/1925. O seu artigo primeiro determinava o estabelecimento do prazo de 31 de dezembro de 1925 para que os ditos intrusos regularizassem sua situação nas terras, as quais eram consideradas por parte das empresas colonizadoras como posses criminosas. Após esse prazo, os posseiros seriam despejados com a consequente perda das benfeitorias (WERLANG, 2006).

A presença das empresas particulares de colonização provocou uma desestruturação do modo de vida anterior dos brasileiros. A religiosidade vinha de mãos dadas com esse processo, pois não é por acaso que essa região era considerada nesse momento como "terra prometida". A Companhia Territorial Sul Brasil não abriu mão de promover estratégias que visassem atrair cada vez mais famílias de colonos oriundas do Rio Grande do Sul. A intenção era atrair essas famílias para um local com organização comunitária e presença de instituições como escola e igreja. Além do mais, também distribuiu as famílias de teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos, em regiões distintas. Esta política colonizatória evitava conflitos e viabilizava a prática religiosa e educacional dessas famílias. Na região do Rio Barra Grande até o Rio São Domingos, no atual município de Palmitos, as terras foram vendidas para os teutos\evangélicos. Mas devido ao imprevisto e grande fluxo de ítalo-brasileiros, essas terras também foram vendidas a estes, transformando-se assim numa colônia mista, dependendo da região (WERLANG, 2006). Esta política determinou a presença de instituições religiosas e as relações sociais nos povoados, concentrando em locais distintos, grupos étnicos com cultura religiosa e educacional também diferente.

A Cia Sul Brasil, ao fazer a separação, ou seja, a divisão das colônias de alemães católicos e evangélicos e italianos contribuiu, sobretudo, para a manutenção das práticas socioculturais dos grupos em questão, evitando tensões entre eles. No entanto, serviu também para aglutinar essas práticas e garantir a sobrevivência social e econômica do grupo. Além disso, se tratava de oferecer uma resistência à criação de uma memória nacional, pretensão do governo do Estado Novo de Vargas (1937-1945). Essas práticas se converteram numa reação as elites e aos demais grupos étnicos (NODARI, 2009).

Um documento contendo informações dos núcleos coloniais de Passarinhos e São Carlos,[14] produzido pelo Departamento Estadual de Estatística do Instituto Brasileiro de

[14] A Cia. Sul Brasil planejou algumas cidades no oeste de Santa Catarina. Eram entendidas como núcleos coloniais. A localização de praças, igrejas, escolas e comércio, eram definidos previamente e para a formação desses núcleos a colonizadora se comprometia em fornecer terrenos próprios para estas instituições que não

Geografia e Estatística (IBGE), no início da década de 1940, traz uma ideia das representações que eram projetadas sobre o espaço, relacionadas à ideia do que era uma "boa colonização".[15] Conforme rezava as normas contidas no documento, a colonização deveria fixar a população na terra, aumentar a produção, difundir o bem estar, distribuindo justamente os resultados, mesmo que fosse necessário diminuir a produção. Ela deveria ser particular e não controlada pelo Estado. Deveria buscar de forma obstinada a especialização profissional. O revestimento cristão estava presente nessas ações, na medida em que seria melhor colonizar com famílias do que com indivíduos, procurando conservar a fertilidade familiar e diminuir a mortandade infantil. Os salários precisavam ser elevados e fazer com que o colono pudesse participar dos lucros e frutos da colonização. E, finalmente, arrendar terras não era uma atividade bem vista, pois o que interessava era a expedição de títulos definitivos na colonização, conforme mostra a passagem na íntegra a seguir.

> Normas para colonização: 1. A colonização deve fixar a população. 2. A colonização deve aumentar a produção. 3. A colonização deve ter a obsessão de justiça, isto é, deve difundir o bem estar mediante uma distribuição justa, mesmo diminuindo a produção. 4. A colonização particular não deve ser tolhida, senão que o Estado deve controlá-la. 5. A colonização deve buscar, obstinadamente, a especialização profissional. 6. É melhor colonizar com famílias do que com indivíduos. 7. É necessário conservar a fertilidade da família, e diminuir as causas da mortalidade. 8. Os salários devem ser elevados. 9. Fazer o colono participar dos benefícios, lucros e interesses da colonização. 10. Em vez de arrendar terras expedir títulos e títulos definitivos, na colonização (*DADOS DOS NÚCLEOS COLONIAIS PASSARINHOS E SÃO CARLOS*, IBGE/Departamento Estadual de Estatística. 1940-1944).

Analisando esse documento produzido pelo IBGE, verifica-se a política conduzida pelas autoridades para povoar o "sertão inóspito". Pensando na questão da produção agrícola, percebe-se que havia a preocupação de que ela se efetivasse. Porém teria de ser embasada sobre alguns pilares fundamentados numa moral cristã. Para que essa formação não enredasse para outros rumos era preciso que a ocupação se desse por famílias, pois assim garantiria a sucessão e a herança e a coesão da formação social. Um dos riscos seria o de que a terra caísse nas mãos de posseiros, pois estes poderiam reivindicar o direito de permanecer nela.

Não obstante, um novo modelo de organização econômica se fez sentir no país a partir de 1950 com uma economia internacionalizada. Foi quando essa segunda etapa de migração se caracterizou no sul do Brasil com os filhos de imigrantes italianos e alemães em busca de

---

eram cobrados pelo estado de Santa Catarina. Exigia-se apenas a planta dos terrenos (WERLANG, 2006, p.61).

[15] Esses são elementos presentes nos *Dados relativos aos anos de 1940/44 dos Núcleos Coloniais* de Passarinhos e São Carlos do Departamento Estadual de Estatística do IBGE. Acervo: Cia. Sul Brasil, Museu Municipal Padre Fernando Nagel de Maravilha (SC).

novas terras. Aos poucos se definiram novos espaços na região oeste de Santa Catarina. Nas décadas de 1950 e 1960 passaram por profundas transformações que definiram as relações no campo e na cidade, ocasionando que pequenos posseiros se viram diante de uma nova realidade, com suas terras se tornando indisponíveis e finalmente se tornarem proletários e migrando para outros estados (TEDESCO, 2007, p. 16).

Predominou assim o modelo da pequena propriedade, diferente de outras regiões do país. Isso propiciou o surgimento de pequenas comunidades, onde se desenvolveu uma vida cultural que proporcionou a construção de igrejas, hospitais, escolas e centros comunitários. O trabalho árduo no cotidiano dessas pequenas comunidades baseadas na pequena propriedade apresentava solidariedade nas relações, produzindo certa qualidade de vida, pelo menos até a eclosão da chamada revolução verde nas décadas de 1960 e 1970, com a consequente modernização e mecanização da agricultura, o que provocou o êxodo rural (RADIN, 2016).

Com relação ao modelo de organização econômica que se fez sentir no país a partir da década de 1950, Paulo Bavaresco (2018) afirma que o ciclo agroindustrial do oeste de Santa Catarina não se dissocia do setor industrial e sua expansão no Brasil. Essa situação é causada pela modernização na agricultura e nas relações de produção que fomentam a instalação de agroindústrias na região. Somado a isso o aumento populacional e o deslocamento da administração do governo do estado com a implantação de órgãos regionais propicia o fluxo de famílias migrantes que se deslocam com a intenção de se tornarem comerciantes e proprietários. Conforme o autor, com a intenção de acesso ao mercado, os produtores aumentavam sua produção devido ao aumento da demanda da matéria-prima para os frigoríficos. No ano de 1965 o estado de Santa Catarina era o quarto maior produtor de suínos do Brasil. Estava atrás de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Nesse período se caracterizou uma segunda etapa de migração no sul do Brasil. Filhos de imigrantes italianos e alemães em busca de novas terras migraram para o oeste de Santa Catarina e aos poucos foram definindo novos espaços nesta região. O ritmo desse processo migratório para Santa Catarina diminuiu no início dos anos de 1960.

Eric Hobsbawm (1995) afirma que durante as décadas de 1950 e de 1960 houve um aumento maior da produção de alimentos no mundo pobre em relação ao mundo desenvolvido. Segundo o autor, entre o início da década de 1950 e a de 1970 quadruplicou a produção mundial de manufaturas. Na década de 1950 predominava o pensamento do progresso e que o domínio da natureza representava o próprio avanço da humanidade. Foi um período em que as incorporadoras e colonizadoras descobriram lucros exorbitantes pela especulação e a crença de que isso não poderia dar errado. Tanto é que a década seguinte, de

1960, segundo esse historiador, se caracterizou como a da urbanização, mas "provavelmente ficará como a mais desastrosa na história da urbanização humana" (HOBSBAWM, 1995, p. 256-257).

Para as pessoas que aportavam às terras vendidas pelas colonizadoras, havia a necessidade da prática religiosa e não menos importante a presença de escolas para as crianças filhas dos colonos. A religiosidade dos colonos era significativa e a Cia. Sul Brasil sabia da importância da presença dela para atrair novas famílias de colonos e convencê-los a adquirir as terras (WERLANG, 2006). Vale lembrar que o sentimento religioso nas comunidades era valorizado, sendo que isso se tornou prioridade nas propagandas de venda de terras por parte das empresas de colonização. No Rio Grande do Sul, os colonos já contavam com esse atendimento e as colonizadoras definiam a melhor maneira de colocar em prática a manutenção da religiosidade dos migrantes, que "almejavam conviver somente com membros do mesmo credo ou etnia" (NODARI, 2009, p. 45).

2.2 A INSTITUIÇÃO FEMININA CATÓLICA

A Congregação das Irmãs de *Notre Dame* (*SND*) chegou ao povoado de Maravilha quando este pertencia ao Distrito de Cunha Porá que pertencia ao município de Palmitos (SC). Isso ocorreu no dia 11 de fevereiro de 1954.[16] Nesse mesmo ano, aportou também ali, os padres Missionários da Sagrada Família (*MSF*) que fundaram um seminário no local. É bom lembrar que o recorte temporal dessa pesquisa, entre 1954 e 1971, é delimitado levando em conta a chegada das freiras ao povoado e os momentos finais da existência do GENSS. A presença delas se caracterizou na instalação de uma casa filial da Província de Santa Cruz, Casa Mãe da *SND* em Passo Fundo (RS).

Para que se possa entender a organização da *SND* a partir da Casa Provincial, é necessário um breve histórico de sua criação na Europa no século XIX. Isso ocorreu em 1804 em Amiens, na França. Seus trabalhos eram voltados a instruir os pobres, conforme Servatia e Amabilis (1952), que são autoras que expressam as visões da instituição católica. Aliás, sobre as referências na sequência que apresentam um histórico da *SND*, vale ressaltar que são fontes ligadas à *SND*. Na manhã do dia dois de fevereiro de 1804 em uma missa numa pequena capela em Amiens foram lançadas as bases para a fundação de uma nova congregação. Júlia Biliart (1751-1816) e Francisca Blin de Bourdon (1756-1838) renovaram e fizeram o voto de

[16] A opção de chamar o local de "povoado" neste texto se justifica por utilizar a linguagem das fontes, ou seja, naquele momento o local era chamado de povoado.

castidade. As fundadoras fizeram a promessa de trabalhar na formação de professoras e na instrução da juventude feminina pobre e deveriam ir aonde houvesse necessidade. Foi neste dia que se atribuíram o nome de Irmãs de Nossa Senhora. Para identificação os seus vestidos foram inicialmente tingidos de roxo (ARENS, 2001). Júlia Billiart nasceu em Cuvilly no norte da França em 1751. Morreu em 1816 em Namür na Bélgica. No dia 13 de maio de 1906, foi beatificada pelo papa Pio X e sua canonização foi em 22 de junho de 1969 no Vaticano durante o Pontificado do papa Paulo VI (SERVATIA; AMABILIS, 1952). Francisca de Bourdon nasceu dia 08 de março de 1756 no Castelo de Gézaincourt, uma aldeia no noroeste da Picardia próxima à cidade de Doullens. Nasceu como Viscondessa de Bourdon (ARENS, 2001).

No processo de constituição da instituição feminina, ocorrida no ano de 1844 feitas por Gregório XVI, foram lançadas as normas entre as quais deveria haver uma superiora geral a qual todas as casas filiais deveriam estar subordinadas. Tudo deveria convergir a ela, a quem caberia também a vigilância. E, para que não se tornasse um governo absolutista, deveria ter um conselho ao seu lado. Com relação à abstinência e jejum, deveriam ser seguidas as normas da Igreja. Com o crescimento da instituição veio a ideia da expansão e a própria Júlia Billiart considerava que a congregação poderia ir para qualquer parte do mundo. Dessa forma já havia noviças favoráveis a presença da instituição em Flandres. Em 1809 por decisão do bispo Monsenhor Demandolx, contrário as ideias das duas irmãs, Júlia e Francisca foram obrigadas a deixar a casa em Amiens e seguir com os trabalhos religiosos em Namur na Bélgica. No dia 15 de janeiro Júlia Billiart embarcou numa carruagem com mais cinco religiosas. Na viagem enfrentaram o frio do degelo. Em alguns momentos desciam da carruagem e caminhavam durante cinco ou seis horas em estradas escorregadias cobertas de gelo. Foram recebidas numa casa no caminho por pessoas que diziam nunca mais terem visto religiosas até que no dia 21 de janeiro de 1809 a carruagem parou diante de uma casa grande onde já habitavam religiosas da instituição (ARENS, 2001).

A fundadora das Irmãs de Nossa Senhora que assumiu a casa de Namur, morreu no dia nove de fevereiro de 1838. Logo após a morte da fundadora, assumiu a direção da congregação madre Ignatia. Para a América do Norte as freiras seguiram no ano de 1840 quando no dia 10 de setembro oito freiras embarcaram. Para a América Central seguiram no ano de 1859 onde surgiram duas casas na Guatemala. Porém, quando já tinham mil e duzentas crianças sob sua direção, foram expulsas pelos maçons em 1875 e se retiraram para a Califórnia. Em 1845 seguiram para a Inglaterra onde expandiram sua presença e atuam atualmente. Depois de meio século após sua fundação, *SND* tinha aproximadamente 945

membros que exerciam atividades educacionais junto a 36.428 pessoas, a maioria estudantes. Sob a direção das freiras havia escolas para crianças, escolas secundárias femininas e para formação de professoras. Em 1875 havia 80 estabelecimentos sendo 17 na Inglaterra, 42 na Bélgica e 21 na América (ARENS, 2001).

No ano de 1886 havia 2.447 freiras com 1.609 na Bélgica e também na Inglaterra e 838 na América. No ano de 1900, foram criados mais 11 casas e estabelecimentos de ensino. O destaque para o Colégio da Trindade dedicado ao ensino superior feminino, onde mais de 1.500 jovens católicas cursaram a universidade. Nos dias atuais ele conta com mais de 100 estudantes e confere grau acadêmico. No ano de 1894 a congregação chegou à Escócia onde foi estabelecida uma escola normal em Dowanhill. Após treze anos de sua fundação, formaram-se ali cerca de 200 professoras. Em 1894 a instituição se voltou para a África quando no dia seis de junho um grupo de freiras partiu do porto de Antwerpen sob o comando dos padres jesuítas com o objetivo da converter povos da região do Kwango. No ano de 1907 a congregação já contava com 3.500 freiras distribuídas na América (1.450), Inglaterra e Escócia (700) e África (28). Eram ao todo 117 casas que estavam distribuídas da seguinte forma: Bélgica (49), Inglaterra (18), Escócia (01), América do Norte (44) e África (05). A fundação da Congregação das Irmãs de *Notre Dame* em Amersfoort na Holanda e Coesfeld na Alemanha é única e exclusivamente criação direta de Júlia Billiart segundo Bernard Arens (2001). O autor afirma que se tratava de casas independentes que não estavam subordinadas a Namur. Ainda conforme o autor "a explicação desta separação do tronco mãe deve-se procurar única e exclusivamente nas circunstâncias que reinavam na época da fundação destas congregações" (ARENS, 2001, p. 432).

A instalação da congregação em Amersfoort encontrou duros obstáculos pelas características protestantes da Holanda naquele momento. Após a intenção de religiosas locais em trazer a instituição para Amersfoort e a obtenção das regras de Namur houve a aprovação de Roma no dia 16 de novembro de 1870 da presença das Irmãs de Nossa Senhora. Caso semelhante houve em Coesfeld na Alemanha duas mulheres se encontraram em uma escola feminina e com o apoio de padres locais e do bispo decidiu-se buscar uma congregação feminina para conduzir os trabalhos educacionais no ano de 1849. Em outubro daquele ano as duas professoras estavam com nove crianças na atividade educacional. Para instituir a educação ali foi chamada a Congregação de Nossa Senhora de Amersfoort (ARENS, 2001).

As duas professoras Hillegonde Wolbring e Lisette Kühling se submeteram à autoridade eclesiástica e já vieram duas freiras de Amersfoort para observar as condições para a nova fundação. No dia primeiro de outubro de 1850 receberam do bispo o hábito e o véu.

Wolbring recebeu o nome de Irmã Maria Aloysia. Kühlingrecebeu o nome de Irmã Maria Ignatia. Dessa forma ali foi fundado um estabelecimento para a formação de professoras. No ano de 1851 foram acolhidas ali meninas para a realização de trabalhos manuais e dessa forma iniciou o curso de formação de professoras. A casa grande que foi providenciada pelos religiosos locais se tornou um estabelecimento geral de ensino. Em seguida se tornou também uma creche. Rapidamente as atividades da instituição começaram a ser reconhecidas como local de educação de excelência. Em 1855 o governo prussiano não permitia no seu território professores cujos superiores fossem estrangeiros. As religiosas decidiram pela separação da congregação holandesa da alemã que se consolidou no dia da festa de Corpus Christi, sete de junho de 1855. Dessa forma foi criada a casa mãe das Irmãs de Nossa Senhora na Alemanha. Havia agora três casas independentes, em Coesfeld na Alemanha, em Amersfoort na Holanda e em Namur na Bélgica. No final do ano de 1856 o convento esteve isolado e vigiado pela polícia devido uma aluna ter trazido na volta das férias o tifo. A doença que não foi logo reconhecida causou uma epidemia e em janeiro de 1857 as escolas tiveram de ser fechadas. Houve várias vítimas entre alunas e freiras. O convento ficou isolado e a comunicação com a cidade foi totalmente cortada. Foi somente no dia cinco de abril que o convento foi liberado após três meses de isolamento. A congregação expandiu-se pela Alemanha com várias casas filiais. Porém nova epidemia de tifo atingiu o convento desde o outono e 1860 até março de 1861. Houve seis vítimas entre as freiras (ARENS, 2001).

Ao pesquisar nos arquivos da Casa Provincial, Maria Boaventura Jaeger e Maria de Lourdes Schäfer (1993), ambas da *SND*, escreveram a História da Província de Santa Cruz (1923-1990). No livro, afirmam que nove freiras oriundas da Alemanha e uma da América do Norte chegaram ao Brasil, no Rio Grande do Sul, dia 29 de abril de 1923. Abriram duas escolas, uma em Não-Me-Toque e outra em Passo Fundo. Conforme as autoras, nas décadas de 1930 e 1940 com o fechamento de escolas católicas na Alemanha pelo regime nazista, outros grupos de religiosas migraram para o Brasil. No final da década de 1940 já eram 178 freiras oriundas da Alemanha e dos Estados Unidos. No ano de 1937 foi criada a Província de Santa Cruz com sede em Passo Fundo. Com o crescimento do número de religiosas houve o desmembramento e foi criada a segunda província em 1962, a Província Nossa Senhora Aparecida de Canoas (RS).

No ano de 1990 havia casas filiais da Província de Santa Cruz do sul ao norte do Brasil, ou seja, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Acre e Amazonas. Quanto às ações desenvolvidas, a instituição feminina se representa como “missão comum num vasto de ação pastoral-educativa em jardins de infância, escolas de 1º e

2º e 3º graus, na formação de docentes, na área da saúde em hospitais, em bairros e periferias junto aos pobres e marginalizados" (JAEGER; SHÄFER, 1990, p. 21).

Enquanto inserção junto à Igreja Católica no Brasil, a Província de Santa Cruz assumiu a função de estar ao lado desta em ações equitativas que levem em conta as características geográficas, culturais e econômicas de cada região do país. Os parâmetros para essas ações são a partir do Concílio Vaticano II e de Medellin (1968) e de Puebla (1979) e a criação da CNBB em 1952(JAEGER; SHÄFER, 1990).

Para que possamos verificar a chegada da *SND* ao oeste de Santa Catarina, é preciso recuar para o período anterior ao recorte desta pesquisa, ou seja, até a segunda metade do século XIX. Para isso vamos dialogar também com alguns autores que olharam para esse período. Não considero que o processo de inserção da Igreja Católica tenha se dado de forma homogênea em todos os cantos do oeste de Santa Catarina. Por isso entendo a importância de estudar as especificidades da ação de *SND*. Especificidades que podem inclusive ter tomado outros rumos em relação ao que se propunha a instituição feminina católica. Aqui me refiro às tensões que existiam dentro de uma rede de sociabilidades que envolvia sujeitos da instituição e das repartições educacionais do estado de Santa Catarina. Portanto as peças que alguns autores apresentam sobre o processo de colonização do que ocorreu nessa região, serão utilizadas neste capítulo com o intuito de que elas talvez se encaixem em algumas partes do quebra-cabeça que serviu de pano de fundo para a análise documental dessa pesquisa. Tal contextualização se torna necessária na medida em que remonta para a minha tese, ou seja, de que essas especificidades de *SND* são identificadas na atuação das associações escolares do GENSS que foi comandado pelas freiras de 1956 até 1971 no povoado de Maravilha.

Segundo Arthur B. Rambo (2002) a Igreja Católica empreendeu uma renovação no final do século XIX que foi sentida, sobretudo no Rio Grande do Sul, com a nomeação de D. Sebastião Luiz Laranjeira, como bispo, no ano de 1860. Isso principalmente porque fora sagrado e escolhido para tal cargo pelo papa Pio IX. Esse religioso imbuiu-se em implantar na província o projeto da Restauração Católica. Durante sua empreitada encontrou práticas religiosas profanas que eram celebradas em festas e um clero com espírito laico, que nada se assemelhava a proposta da Restauração. A presença de imigrantes alemães, italianos e poloneses na província, a partir de 1860, foi elemento motivador para a vinda de ordens religiosas com o objetivo de assistirem a esses emigrados, contribuindo dessa forma para a implantação de seus objetivos. As divergências entre a Igreja e o Estado na Alemanha, Itália e França, fizeram com que as congregações religiosas procurassem outros países a fim de

garantir o seu trabalho. Com a chegada delas, incluindo as femininas, reforçou-se o projeto da Restauração no sul do Brasil.

Além do mais, a presença das instituições se tornou um vetor de princípios restauradores da Igreja Católica que foram gestados na Europa. Para que se possa compreender como isso se desencadeou, é importante lembrar como se deu o surgimento dos estados europeus laicos. Arthur B. Rambo afirma que:

> A consagração pelo Estado do princípio em que todos e tudo, também as religiões, são iguais perante a lei, a liberdade de consciência, a liberdade de expressão, confinou a Igreja no seu campo de competência específico: questões de fé, de culto e disciplina religiosa. O estado laico evocou a si a educação dos cidadãos, a legitimação dos matrimônios, a administração dos cemitérios. Nas suas decisões ignora e hostiliza a Igreja. Em não poucos casos, o Estado se organiza e age aberta e declaradamente contra a Igreja, quando não a persegue (RAMBO, 2002, p. 286).

A Igreja, para responder ao surgimento de estados laicos colocou "em marcha o projeto da 'Restauração Católica', como resposta à laicização e à secularização da sociedade civil, e, também, como forma de garantir o seu espaço no cenário dos povos" (RAMBO, 2002, p, 287). A Restauração, implantada estrategicamente como rejeição aos governos laicos na França e na Alemanha e na coexistência produtiva com o Estado laico no Brasil, no início do século XIX, colocou a Igreja sob o domínio único do Vaticano, resultando numa "dezena de ordens e congregações religiosas, com destaque para os Jesuítas, que foram os agentes decisivos para o projeto" (RAMBO, 2002, p. 279). Esse processo reverberou no Brasil com a propagação de instituições católicas femininas no Rio Grande do Sul. Sendo assim Rambo (2002, p. 287) afirma que a Restauração Católica "nada mais é do que a reforma da Igreja nas bases doutrinárias e disciplinares que as circunstâncias dos tempos impuseram e que, finalmente, foram formuladas nos documentos do Concílio [de Trento]".

Embora a Igreja negasse a ingerência do Estado laico em seus assuntos, e por sua vez, ela deveria manter-se afastada deste, não poderiam se ignorar de forma mútua. Era preciso encontrar uma fórmula que não fosse, porém, a de voltar ao regime de cristandade. A saída seria considerar que cada um, Igreja, o Estado e a sociedade civil, tivessem obrigações com seus cidadãos, sendo que ao Estado caberia zelar pelo bem estar deles enquanto a Igreja cuidava da parte espiritual. É possível perceber que a história dos povos se formou de modo a se complementarem material e espiritualmente, pois "este foi o quadro esboçado na Europa desde a primeira metade do século XIX e, também, o que se definiu no Brasil a partir da segunda metade do século passado, para assumir a forma definitiva com a proclamação da República e a implantação do Estado laico" (RAMBO, 2002, p. 288, 289).

No campo educacional, uma relação mútua beneficiaria o estado republicano e a própria Igreja. Rogério Luiz Sousa (2003) afirma que o desenvolvimento do ensino escolar dependia da experiência da Igreja, embora ela tivesse essas pretensões educacionais, como forma de fazer frente à secularização do ensino proposta pelos liberais republicanos. A Igreja Católica negava seu passado imperial e se voltava para um projeto reformista europeu, ou seja, o transplante para o Brasil por parte da alta hierarquia católica, do modelo da romanização. Tratava-se da aproximação de Igreja e Estado no campo educacional de maneira que

> A sociedade brasileira, que aos poucos se desenvolvia em uma base urbano-comercial, começava a ser arregimentada por estes projetos político-religiosos que exigiam a moralização dos corpos e o fim do analfabetismo, porque as técnicas de leitura e escrita iam se tornando instrumentos necessários à integração em tal contexto social (SOUSA, 2003, p. 157).

Com relação aos princípios restauradores da Igreja Católica no Brasil e os dissabores trazidos para ela pela Constituição de 1891, a década de 1910 trouxe um alento, com a sua inevitável reaproximação com o Estado. Contar com a tradição da Igreja no campo educacional era uma necessidade para o Estado. Em Santa Catarina essa aproximação tornou-se evidente com os estímulos e subvenção que o governo deu às escolas particulares, principalmente às católicas. Inclusive essa simbiose se deu a tal ponto que: “Eram comuns escolas públicas e subvencionadas terem doutrina cristã todos os dias fora das horas de expediente e, algumas vezes, adotarem manuais de catecismo durante o horário normal das aulas” (SOUSA, 2003, p. 159).

O projeto educacional católico estava em curso e voltava-se para a formação de um sujeito moderno, virtuoso e cristão. Era preciso dar à criança a oportunidade de sujeitar-se a uma prática educacional normatizadora que tivesse sua centralidade na disciplina eclesiástica de forma fundamental para a formação do caráter nacional e da conduta. Com isso, essa criança seria o arauto da ordem, de maneira que iria denunciar e se contrapor aos contrários a esse projeto moderno e cristão. Esse cenário permitia o surgimento de uma rede católica de escolas fundamentada num “referencial cristão-romanizador, moderno e patriótico” (SOUSA, 2003, p. 162).

Abordar sobre a Restauração Católica e a Primeira República é no intuito de relacionar suas implicações com o processo educacional e religioso comandado por uma instituição feminina católica no oeste de Santa Catarina na segunda metade do século XX. E, dessa forma pode-se falar sobre a tese, a de observar a instituição por dentro com sua organização com as

associações escolares como auxiliares nos propósitos da *SND*. Entre elas a Bandeira da Cruzada Eucarística, formada por crianças que intervinham diretamente junto às famílias protestantes com o objetivo de convertê-las ao catolicismo. Portanto, a proposta foi aproximar a lente para tentar ver pelos olhos da instituição e com isso identificar suas representações acerca de infância, de família e do processo educacional e religioso.

Norberto Dallabrida (2001) fala de um processo que fazia parte dos princípios restauradores da Igreja. De um elemento cultural europeu, ou seja, o catolicismo romanizado. Ele chegou ao Brasil se caracterizando como "verdade" vinda da Sé Romana. Buscava produzir fiéis disciplinados e submissos à hierarquia católica. A Romanização foi introduzida de forma silenciosa nos anos de emancipação política do Brasil. Em Santa Catarina foi conduzida aos locais de imigração europeia pelos próprios imigrantes e pelos poucos padres que davam assistência nas colônias. Isto ocorreu na segunda metade do século XIX nas colônias de imigrantes alemães, italianos e poloneses, porém de forma fragmentada, devido à precariedade da presença institucional da Igreja Católica nestes locais.

Segundo Paulo Pinheiro Machado (2004) ainda no início da Primeira República, a Igreja Católica reformou-se internamente, com a criação do bispado de Florianópolis em 1908 e a importação de padres europeus italianos, alemães e poloneses para atender as respectivas colônias dessas nacionalidades. Os padres foram também instalados em locais onde predominava a população luso-brasileira, pois a carência de sacerdotes nesses locais era grande e estava presente a intenção de renovar as práticas litúrgicas nessas regiões, instalando aí o catolicismo romanizado que substituía as práticas religiosas dos luso-brasileiros.

Os princípios emanados do Vaticano chegaram até essas formações sociais, ou seja, aos locais de colonização sem muita dificuldade devido ao fato de estarem

> frente a uma organização tão coesa e tão comprometida com a Igreja e tudo que representavam, e, ainda, o fato de todas as comunidades ostentarem o mesmo perfil organizacional, fica fácil entender que o projeto da Restauração Católica emanado de Roma e implantado via bispo, pároco e diretoria das comunidades - nas paróquias e nas capelas - produzisse, sem tardar, seus efeitos (RAMBO, 2002, p. 293).

Para o desenvolvimento desse projeto chegaram ao Rio Grande do Sul entre os anos de 1870 e 1904 diversas congregações, entre elas as freiras franciscanas da caridade e também os padres diocesanos que depois se instalaram em Chapecó. A chegada das ordens e congregações religiosas não deixou de ser um reforço para os princípios que a Igreja desejava implantar ali (RAMBO, 2002).

> Todo esse contingente humano: imigrantes saídos de uma Igreja restaurada na Europa, religiosos e clero inteiramente comprometidos com o projeto de Igreja definido no Concílio de Trento, reafirmado pelo Concílio Vaticanos I e divulgados pelos documentos pontifícios de Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV, Pio XI e no início do pontificado de Pio XII, sempre sob a autoridade inconteste do Sumo Pontífice, formava a base sólida para que o projeto alcançasse o êxito esperado (RAMBO, 2002, p. 292).

O investimento em instituições religiosas era uma das frentes de atuação da Igreja para promover mudanças. O currículo que era levado à cabo nas escolas das comunidades locais tinha como princípio que a criança aprendesse a ser um membro útil e isso significava saber ler e escrever. Os costumes e os valores dos antepassados deveriam ser internalizados, a língua preservada, o catecismo apreendido, a história bíblica conhecida, as autoridades eclesiásticas respeitadas e a vida orientada pela disciplina prescrita pelo Vaticano. Os festejos de formatura de final de ano na vida escolar das comunidades eram revestidos de sacralidade com o recebimento da eucaristia (RAMBO, 2002). As comunidades que o autor se refere aqui são os pequenos grupos étnicos concentrados num povoado em torno de princípios religiosos comuns e não uma comunidade católica propriamente dita. Analisando o que o autor fala sobre as frentes de atuação da Igreja, é possível afirmar que a presença de *SND* no oeste de Santa Catarina carregou em sua máxima extensão princípios da Restauração Católica. Prescreveu comportamentos e costumes a serem seguidos utilizando mecanismos como a disciplina e controle. Todavia, a presença delas no palco da colonização não se deu por acaso e não ocorreu somente em uma direção. Elemento fundamental que veio ao encontro desses princípios foram as determinações econômicas que tinham como vetor o processo de colonização. Visto dessa forma, a história das instituições religiosas na região oeste se confunde com a formação cultural e econômica dessa região, determinada, sobretudo por ela.

Para fazer valer seus princípios, a estratégia que a Igreja encontrou foi lançar mão do professor e da escola, pois a Restauração Católica promoveu uma organização paroquial e comunitária nos pequenos povoados. A escola nessas pequenas comunidades ficava perto da capela sendo que no início da colonização de alguns lugares a escola e a capela funcionavam no mesmo prédio (RAMBO, 2002). Foi o que aconteceu no povoado de Maravilha. O centro organizacional, educacional e religioso ficava numa montanha de onde se podia ver toda a planície do povoado. Era lá onde estavam o seminário, a capela e o convento de *SND*.

Segundo Paula Leonardi (2008), com frequência se associa a vinda para o Brasil de congregações femininas francesas à tarefa de educar crianças filhas da elite. A autora afirma que de dezesseis congregações femininas que vieram para o Brasil nas primeiras décadas do século XX, quatorze delas se dedicaram prioritariamente à educação. Os motivos da vinda

para o Brasil das congregações femininas francesas foram a política ultramontana da Igreja Católica e a feminização do clero com sua internacionalização ou exílio. [17] Com relação à feminização, se tratou da entrada em larga escala de mulheres na vida religiosa. Leis foram criadas no início do século XX na França que impossibilitavam que as aulas fossem conduzidas por congregações católicas. Esse foi o contexto no qual as instituições femininas enviaram freiras para atuarem na educação em outros países, inclusive no Brasil. Com isso um modelo de organização se tornou dominante no século XIX, ou seja, as congregações com superiora geral. As instituições femininas tinham a possibilidade de desenvolverem-se em diversos lugares, porém ligadas a uma sede ou Casa Geral de onde as ordens e as decisões sobre os rumos da congregação emanariam. Além disso, as congregações que possuíam uma madre superiora e um governo central podiam distribuir suas sucursais pelo país e no exterior. Foi o caso da *SND*, que com o governo central na Casa Provincial de Santa Cruz em Passo Fundo, estendeu sua atuação e criou uma casa filial em Maravilha.

A busca pela ampliação dos espaços que resultou na migração das congregações estrangeiras para o Brasil acabou na conquista de quase um reconhecimento da Igreja Católica por parte do Estado na década de 1920. O colégio Puríssimo Coração de Maria em Rio Claro (SP) e o Ginásio Catarinense em Florianópolis (SC) são exemplos desse fato. Padres e freiras dessas instituições religiosas administraram os bens de salvação de maneira diversa e levando em conta as alianças políticas que estabeleciam com o poder local (LEONARDI, 2008).

Os anos de 1920 se caracterizaram como momento de mudanças na Igreja Católica no Brasil, sem, no entanto, chegar ao ponto de isso ser caracterizado como uma ruptura. Intensificou-se um projeto iniciado ainda na Primeira República. A organização da disciplina eclesiástica romana era planejada pela Santa Sé desde o século XIX, para a América Latina (ROSA, 2011). A Igreja Católica enfrentava desafios nas duas primeiras décadas do século XX, com o objetivo de estreitar relações da Santa Sé com o Estado no campo da diplomacia, visando consolidar sua autonomia e a organização das dioceses. Os laços de dependência entre o episcopado brasileiro e o Papa faziam parte do processo de romanização e isso na visão da Santa Sé, em termos de política de Estado "era uma ação de consolidação do caráter universal da Igreja Católica, centralizada no poder espiritual e político do Papa" (ROSA, 2011, p. 69).

Nos anos de 1950 houve um avanço da monopolização dos bens de salvação e a consolidação de uma estruturação paroquial no oeste de Santa Catarina (DIEL, 2001). É nesse

[17] Também conhecida como processo de romanização. Consistia na expansão do catolicismo fundamentado em Roma (LEONARDI, 2008).

contexto que ocorre no ano de 1965 a criação da paróquia dos padres Missionários da Sagrada Família (*MSF*) no povoado de Maravilha, onde já haviam instalado o seminário desde1954.

2.3 AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E A EDUCAÇÃO

Os Missionários da Sagrada Família (*MSF*) atuavam no povoado de Maravilha desde 1951. Ali já havia o padre polonês Luiz Muhl, que partira de Saudades (SC) para rezar as missas no local. Até o final de 1951, ele visitava os católicos do povoado, onde se ocupava dos rituais religiosos na casa da família Walker. Esta mesma casa era o local onde Amélia Oliveira, considerada a primeira professora no local conduzia o seu magistério. Os protestantes que também já se encontravam no povoado, realizavam seus cultos nas casas de Otto Jahnell e Arnoldo Graf, sendo que foi no rancho de Otto Jahnell o local onde aconteceram os primeiros cultos. Para esses encontros vinham pastores de Palmitos (SC) e Cunha Porã (SC) (GIALDI, 2003). Portanto, os protestantes, como se verifica, chegaram ao povoado antes da instalação do seminário e das freiras no ano de 1954.

Os padres já visitavam as cercanias do povoado desde 1951, porém o seminário foi inaugurado somente em 1954 e a paróquia foi instalada somente em 20 de janeiro de 1965. Ela foi desmembrada de Saudades (SC) e passou a abranger Maravilha e Cunha Porã. No *Livro Tombo* da Paróquia São José Operário de Maravilha está registrado que naquele dia no cerimonial de instalação estava o primeiro vigário empossado na paróquia, padre José Bunse, o padre José Scheibler primeiro padre provincial, o padre Carlo Beldermann, vigário de Saudades, o padre João Batista Fleck, Reitor do pré-seminário e coadjutor da paróquia e o prefeito de Maravilha Nindolfo Carlos Mattje. Constou na ata de instalação que: “O Padre Antônio Lucio Massolini, Pró-Vigário Geral da Diocese de Chapecó procedeu a instalação da nova paróquia de São José Operário, erigida canonicamente em 13 de junho do corrente ano” (*LIVRO TOMBO* PARÓQUIA SJO, 13 jun. 1965, p. 3). Esses dados foram escritos numa ata de instalação e depois transcritos para o Livro Tombo. É possível afirmar isso a partir da seguinte passagem: “Uma cópia será enviada para o Arquivo da Câmara Eclesiástica de Chapecó. O original pertencerá ao Arquivo da Paróquia de São José Operário em Maravilha” (*LIVRO TOMBO* PARÓQUIA SJO, 13 jun. 1965, p. 3).

No caso de Chapecó, foi após o término da construção da igreja em 1931 que a paróquia foi oficializada e o padre passou a residir na vila. Com o desenvolvimento de comunidades no oeste de Santa Catarina, a partir do início da colonização na década de 1920,

a instalação de paróquias passou a ser reivindicada e os migrantes gaúchos passaram a exigir uma maior presença da Igreja Católica resultando no início das visitas dos padres as comunidades. Os moradores ajudavam a construir escolas e a igreja nessas comunidades (HASS, 2007).

Segundo Monica Hass (2007, p. 47) o conservadorismo era majoritário dentro da Igreja Católica na década de 1950 até o Golpe de 1964 e "esse posicionamento conservador também estava presente na Igreja do Oeste Catarinense". Concomitantemente havia um espírito comunitário entre os moradores no período de colonização voltado para a construção de escolas e igrejas. Esse espírito surgiu devido às dificuldades encontradas com a falta de estradas, de mercado, solidão e trabalho duro. A prática da religiosidade se tornava o consolo para os sofrimentos e permeava a vida social. Para tanto a presença do padre se dava de forma regular na região quando fazia suas visitas para rezar a missa, que ocorriam nas casas dos moradores e "a Igreja Católica foi um dos principais elementos responsáveis pela formação de valores que seriam partilhados por todo o grupo" (HASS, 2007, p. 60).

Os discursos de desenvolvimento e de progresso difundidos pelas colonizadoras se configuravam como base da política do processo de colonização. Quem difundia esses discursos eram as lideranças ligadas às colonizadoras, que enalteciam valores que assumiam uma identidade local e regional, relacionados ao trabalho e ao sacrifício, ou seja, a construção do mito do pioneiro e do desbravador. Nesse processo de construção de um discurso regional havia a presença da Igreja Católica que se aliando ao Estado, numa ideia de desenvolvimento para a região, estreitou as relações com o poder político local, tendo seu início na década de 1920 (HASS, 2007).

Existia também uma aliança entre a Igreja e a elite local, pois o projeto colonizador utilizava os serviços da Igreja com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. O catolicismo romanizado na região deu-se inicialmente com a presença dos Padres Franciscanos e a criação da paróquia de Chapecó ocorrida em 13 de junho de 1931, pertencente à Prelazia de Palmas (HASS, 2007). Dez anos mais tarde as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora chegaram a Chapecó, no dia 11 de fevereiro de 1941. No ano de 1947 foi criado o Grupo Escolar Particular Bom Pastor que passou a ser conduzido por esta instituição feminina (PARISOTO, 2014).

Havia uma carência do ensino institucional no oeste de Santa Catarina, com o oferecimento quase que unicamente do ensino primário. Qualquer pessoa que possuísse o mínimo de instrução atuava como professor. Com relação ao ensino secundário, em toda a região havia somente o Colégio Bom Pastor em Chapecó que possuía o Curso Normal

Regional, que começou a funcionar em 1948 comandado pelas irmãs franciscanas. Elas fundaram o colégio em 1946, quando começou com o curso pré-primário. No ano seguinte teve início o curso primário, sendo que pelo regime de internato atendia de 20 a 25 alunas e no regime de externato atendia 160 alunas (HASS, 2007).

Os valores religiosos funcionavam como mecanismos de controle e uma resposta precisava ser dada para o que viesse a comprometer a coesão social. Essa forma de ver o mundo que se apresentava desencadeou o principal fato trágico na metade do século XX no Oeste Catarinense, ocorrido quatro anos após o fim do Território Federal do Iguaçú e cinco após o término da Segunda Guerra Mundial. Pelo menos é o que se pode se falar a partir dos estudos de Monica Hass (2007) sobre o linchamento de outubro de 1950 em Chapecó.[18] A autora afirma que o que estava em jogo no desenrolar desse evento eram os valores sociais e morais do povoado, no que se refere à preservação dos interesses da comunidade italiana e religiosa. A década de 1950 possuía essa característica dogmático-religiosa que envolvia a vida social nos núcleos coloniais e povoados recém-formados. Os documentos falam de um período de efervescência e um recrudescimento dos comportamentos revestidos de uma aura religiosa. Dois fatos trágicos ocorreram no mês de outubro de 1950: a queima da igreja e o linchamento em Chapecó. O *Livro Tombo* da Paróquia Santo Antônio de Chapecó compôs uma narrativa sobre a queima da igreja.[19] O contexto era de um período que se caracterizava

---

[18] Mônica Hass narra com detalhes o acontecimento: a noite trágica de 18 de outubro de 1950 em Chapecó-SC: "Emílio Loss indicou o caminho e Colorindo Robeskini, de olhos bastante vermelhos, parecendo embriagado e um tanto fora de si, foi até o cubículo onde se encontravam Romano Ruani e Ivo de Oliveira. Pedro Campagnolli arrebentou o cadeado com uma pedra, e seis a sete pessoas se aglomeraram na cela. Como só havia uma lâmpada acesa no corredor, Pedro focou os presos com uma lanterna. Eles estavam deitados imóveis, completamente envolvidos por um cobertor e não fizeram nenhum movimento de reação ao ataque. Vários tiros foram disparados contra os dois, acertando-lhes os olhos. Enquanto alguns davam facadas e pauladas neles, Colorindo, em estado de alucinação, pediu a Emílio que mostrasse a cela dos Lima. O cabo Arantes ainda advertiu que eles eram inocentes, mas foi retirado do local, ameaçado com revólveres e facões. Entre gritos de terror e pedindo "pelo amor de Deus" que não o matassem, pois era inocente, Orlando Lima ainda tentou fugir pelo corredor, mas quando chegou perto da porta uma descarga de tiros o derrubou. O caboclo Jovino de Mello aproximou-se e deferiu-lhe golpes de facão, no rosto e braços. Ao mesmo tempo, outros assaltantes atiraram em Armando e cortaram seu peito com golpes de faca e de facão" (HASS, 2007, p 126-127).

[19] Foi na noite de quatro de outubro de 1950, festa de São Francisco de Assis, assim pela meia noite que aconteceu o incêndio e a destruição total de Igreja Matriz de Chapecó, à noite, era escura, sem luar e sem luz (a hidroelétrica de Chapecó estava de limpeza). O alarme do incêndio foi feito por tiros e toques de sinos. O povo acorreu, mas nada pode salvar da Igreja, nem sequer abrir uma porta, dada a violência das chamas. O vento soprava do leste. A Igreja Matriz, de madeira ficou reduzida a um monte de escombros. Qual teria sido a causa do incêndio? Acidental? Propositada? Há uma versão de que o incêndio teria sido provocado por elementos de mau caráter para desviar a atenção do povo, enquanto os mesmos poderiam saquear livremente em outros lugares da cidade. Paira sobre todo este episódio uma aura de mistério ou, pelo menos de interesses ocultos, não ainda explicados, que impedem a reconstrução correta dos fatos. Nos anais das Irmãs Franciscanas consta que, no dia 8 de outubro seguinte (1950) em consequência de novo incêndio na cidade, a polícia teria descoberto os causadores do incêndio e os teria colocado na prisão. Assim surgiu (ou foi criado) um mal estar na cidade e por iniciativa de determinados senhores com liderança na cidade, foi feito um plano para acabar com os incendiários. Quais teriam sido os motivos desta decisão insólita? Quem teria estado atrás

pela volta do domínio das colonizadoras com a venda de terras e extração de madeiras, principais vetores econômicos. É nesse contexto de ascensão e domínio dessas empresas de colonização particulares que a *SND* chega ao povoado de Maravilha. Isso ocorre em 1954, mais precisamente no dia 11 de fevereiro. A função das freiras, cuidarem da educação dos filhos e filhas dos colonos e da religiosidade das famílias no povoado. Muito embora a *SND* tenha aportado em 1954, houve a intenção que essa instituição conduzisse o processo educacional em Chapecó no final na década anterior. Tal evento demonstra que não é possível falar em Igreja Católica, de forma homogênea e única nesse momento, para se referir e denominar os grupos religiosos católicos que estavam nos espaços de colonização. Não se tratava de uma rede interligada de instituições iguais, submetidas a um centro. Eram diferentes.

Os últimos anos da década de 1940 se caracterizaram por ser um período de decisões sobre os rumos da educação em Chapecó com a instalação de um GE. Tanto é que culminou no pedido do vigário do povoado para que a *SND* de Passo Fundo assumisse as atividades educacionais e substituíssem as Irmãs Franciscanas. Foi em 1948, no momento imediatamente anterior à criação do Grupo Escolar, que o vigário, frei Roberto, fez o pedido. Foi registrado no livro de crônicas das irmãs franciscanas:

> Enquanto o Padre Vigário estava em viagem, chegou a Madre Comissária. Achou-nos sem planos e ponderando tudo mandou que prosseguíssemos as nomeações das professoras. Nós esperamos o momento de arrumar as malas, mas a conselho da Madre Isabel e com sua benção pusemos [sic] mãos à obra. Soubemos mais tarde que o Vigário Frei Roberto tinha a intenção de suspender as aulas do colégio por 1 ano enquanto procurava outra congregação de religiosas que nos viessem substituir. [...] E nós sem suspeitarmos estávamos na iminência de uma catástrofe, porém nosso Divino Bom Pastor velava...(*LIVRO CRÔNICAS* COLÉGIO BOM PASTOR CHAPECÓ,1948, p. 09).

A chegada em Chapecó das Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora deu-se no dia onze de fevereiro de 1941. Em cinco de janeiro de 1947 foi inaugurado o Colégio Bom Pastor

---

destas iniciativas? Novo mistério! (Dizem alguns contemporâneos que os presos haviam sido barbaramente torturados na prisão. Em que condições estariam os mesmos na hora do linchamento?) O fato é que reuniram mais ou menos 80homens da cidade e vizinhanças (se enganados ou mal informados, não se sabe) e na noite de 17 de outubro de 1950, pelas 23h30min invadiram a cadeia, tiraram de lá os culpados reais ou supostos do incêndio da Matriz e do lado de fora os lincharam e queimaram. Foi um acontecimento forte e duro para Chapecó. Passados poucos dias, os cúmplices pela morte dos "criminosos" foram presos, bem como todos quantos participaram, assistiram ou viram os acontecimentos. Ficaram estes homens presos por muito tempo no moinho da cidade, aguardando julgamento que aconteceu bom tempo depois, em Porto União. Em vista do incêndio da Matriz, a capela do Colégio Bom Pastor serviu por dois meses como centro paroquial para as missas durante a semana. Aos domingos abriram-se as paredes de três salas de aula, formando assim um salão que servia para as missas dominicais. Enquanto isso, o povo começou a reconstruir uma nova Igreja Matriz provisória e já no dia 10 de dezembro de 1950 era rezada na mesmo a Santa Missa (*LIVRO TOMBO* PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO CHAPECÓ, out. de 1980, p. 26-27).

conduzido por elas (*LIVRO TOMBO* PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO CHAPECÓ, out. 1980). É no contexto dos momentos derradeiros do Território Federal do Iguaçú que o governo de Santa Catarina criou cursos normais regionais nos GEs (*LIVRO CRÔNICAS* DO COLÉGIO BOM PASTOR CHAPECÓ, 1941-1979, p. 07). [20] A criação do território pelo governo de Getúlio Vargas em 1943,

> Tinha o propósito de fortalecer as fronteiras com a Argentina, mas também o de facilitar a expansão da colonização para essa região, dentro da perspectiva da Marcha para o Oeste. A política do governo Vargas tinha por princípio que a construção da nação se daria a partir da difusão e resgate do espírito bandeirante nos brasileiros. Esperava-se que os "trilhos abertos pela bandeira" se constituíssem em meio da construção da brasilidade, sendo que a referida Marcha deveria impulsionar esse processo (RADIN, 2015, p. 160).

Chapecó se caracterizava nesse período, por ser uma área fronteiriça, e a "Marcha para o Oeste", política nacionalista do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), se apresentava no território federal recém-criado. Essa política nacional reverberou em Santa Catarina. Segundo Modesti (2012, p. 48) "Vargas lançou a campanha 'Marcha para Oeste' para assegurar a nacionalidade no interior do país e em regiões de fronteira". A educação, dessa forma, foi o foco e alvo dessa política, com o fechamento de escolas que eram consideradas estrangeiras e o consequente aumento de estabelecimentos de ensino, com destaque para os GEs, visto então como essencial para a construção de um Estado/Nação (MODESTI, 2012).

O projeto nacionalista entre 1930 e 1945 encontrava no espaço educacional o local por excelência para integrar o interior à nação. O foco se voltou para as áreas de colonização, principalmente de fronteira, visando garantir a segurança nacional. A falta de escolas representava um problema para o estado de Santa Catarina ainda na Primeira República. Isso cresceu com a chegada de migrantes teutos e ítalo-gaúchos ao oeste, pois havia a necessidade de nacionalizar esses grupos (RENK, 2006).

Os anos finais da década de 1940 foram tensos e de muitas mudanças em Chapecó, pelo menos para as irmãs franciscanas que em 1947 tinham a tarefa de conduzir o Curso Normal Regional. Esse curso era voltado para a formação de normalistas que atuariam como professoras. Seu objetivo era o de suprir a falta delas na região. Para tal empreitada chegou um diretor de Florianópolis. Porém, desistiu de conduzir a implantação do curso. Naquele mesmo ano, no mês de maio, chegou o inspetor Maurício Wanderlei, mostrando-se

[20] A criação do Território Federal do Iguaçú ocorreu em 1943, ano em que foi criada a Escola Normal Regional, fundada com o objetivo de formar professoras para atender as necessidades educacionais da região, sendo que essa escola foi extinta junto com o Território Federal em 1946.

descontente com o número baixo de matrículas no GE, e “no fim de cinco meses, foi ele que sugeriu a primeira ideia de pedir a transferência do Curso Normal Regional do GE ao Colégio” (*LIVRO CRÔNICAS* COLÉGIO BOM PASTOR CHAPECÓ, 1941-1979, p. 08).

Em seguida o inspetor Maurício Wanderlei também foi removido quando veio em seu lugar Mario Ribas Maciel, que logo em seguida foi removido também, quando então voltou Wanderlei. Foi num período de vacância de inspetor, que Serafim Bertaso, chefe político local, mais o prefeito municipal Vicente Cunha e frei Liberato, que era padre franciscano, se interessaram em transferir o Curso Normal Regional para o controle das irmãs franciscanas (*LIVRO CRÔNICAS* COLÉGIO BOM PASTOR CHAPECÓ, 1941-1979).

O final da década de 1940 também se caracterizou pelo retorno da hegemonia das colonizadoras na região, após um período com a presença de lideranças “estranhas” ao lugar, que representavam o governo de Getúlio Vargas, entre 1931 e 1944, se caracterizando como um período de forte presença do Estado em Chapecó (HASS, 2007). Esse domínio foi favorecido pelo poder econômico que a família Bertaso possuía. Com o final do Estado Novo, em 1944 o engenheiro civil Serafim Enoss Bertaso foi nomeado prefeito de Chapecó. Nesse momento o domínio político desta família se deu devido ao prestígio que possuía junto ao governo estadual. Além disso, “o projeto de colonização utilizou-se também dos serviços da Igreja, aliada dos donos do poder local, a fim de promover o desenvolvimento regional” (HASS, 2007, p. 44). Liderado por Bertaso, os grupos tradicionais seguiram dominando a política em Chapecó, após 1945, pelo PSD, Partido Social Democrático. Esse grupo venceu as eleições municipais de 1947, conduzindo ao cargo de prefeito o advogado e diretor do jornal A Voz de Chapecó, Vicente Cunha (HASS, 2007).

Foi nesse contexto que as Irmãs Franciscanas decidiram não assumir o curso Normal Regional. A justificativa era que haveria dificuldade em lecionar para meninos com mais de doze anos de idade. Assim sendo, a influência de Serafim Bertaso teria feito com que o curso fosse somente para meninas. As freiras franciscanas argumentavam que não possuíam quadro de professores que pudesse assumir o Curso Normal Regional. Em seguida, logo após as eleições que foram favoráveis ao governo do estado, o foco se voltou para a fundação do GE. Foi nesse momento que o padre vigário foi a Passo Fundo com o objetivo de trazer *SND* para substituir as franciscanas (*LIVRO CRÔNICAS* COLÉGIO BOM PASTOR, 1941-1979).

As instituições católicas femininas e masculinas, em alguns povoados e vilas, assumiram papel determinante nas relações econômicas, políticas, sociais e educacionais a partir de sua atuação em GEs, nas paróquias, seminário ou nos hospitais. O dia nove de dezembro de 1933, quando a paróquia de Chapecó passou a pertencer à Prelazia de Palmas.

Transformou-se no momento chave para a inserção dessas instituições nos povoados. Foi nesse contexto que o processo de romanização tomou corpo com a atuação dos padres franciscanos na região conhecida como o Grande Chapecó e que pertencia à paróquia do Senhor Bom Jesus de Lages (SC). A passagem a seguir trata da criação da Prelazia de Palmas.

> Encerrados os estudos em 1927, tiveram sua conclusão pela Bula "*Ad Maius Christi Fidelium*" de 09/12/1933, pela qual S.S. o Papa Pio XI fundava a *Praelatura Nullius Saerata Simi Salvatoris Palmensis*, confiando-a aos desvelos da mesma Província Franciscana do Sul do Brasil, e submetida à Sagrada Congregação Consistorial. A Bula Pontifícia restringiu o território da antiga paróquia (de mais de 50 mil Km²), constituindo a Prelazia dos municípios e comarcas de Palmas e Clevelândia no Paraná, e de Chapecó em Santa Catarina, com a área total de 32.728 Km². A Prelazia abrange, portanto, a parte sul/sudoeste do Paraná e Contestado: disputado durante séculos pelo Brasil e pela Argentina foi dirimido a contenda pelo laudo do presidente Cleveland em 1903. Surgiu, então, o protesto de Santa Catarina contra a posse pacífica do território pelo Paraná. Este litígio ficou solucionado pelo Convênio Interestadual de 1916, confirmado pelo Decreto Presidencial de Venceslau Braz, que dividiu a região em duas partes mais ou menos igual delimitado pelo divisor das águas entre o rio Iguassú e Uruguai; a constar das cabeceiras do rio Jangada, cabendo a parte norte ao Paraná (Palmas e Clevelândia, e o sul a Santa Catarina – Chapecó (*LIVRO TOMBO* PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO CHAPECÓ, 1º out. 1980, p. 09).

O pedido para a criação da paróquia de Chapecó que foi erigida no dia 13 de junho de 1931 ao bispo de Lages Dom Daniel, era no sentido que preferencialmente viessem para a paróquia, padres franciscanos, pois eles teriam conhecimento melhor do ambiente. O pedido foi assinado por lideranças da colonização como Ernesto Bertaso e Selistre de Campos juntamente com o tabelião do local Domingos Giorno. A criação da paróquia de Chapecó deu-se pelo Decreto número 06 do bispo de Lages Dom Daniel Hostim o qual dizia que: "Fazemos saber que, atendendo ao maior proveito espiritual de uma porção de nosso amado rebanho havemos por bem, usando de nossa jurisdição ordinária, erigir e instituir canonicamente a paróquia de Santo Antônio de Chapecó" (*LIVRO TOMBO* PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO CHAPECÓ, 1º out. 1980, p. 6-8). Além de buscar dar assistência religiosa ao "rebanho" que se encontrava nos povoados, havia também a preocupação com a confecção do *Livro Tombo* da nova paróquia, muito embora menos com ele propriamente do que com a divulgação do que seria escrito nele, ou seja, o decreto de criação da paróquia nova. Havia o interesse de que o povo de Lages tomasse conhecimento da criação da Paróquia Santo Antônio, pois assim queria o bispo Dom Daniel:

> Mandamos que seja criado o arquivo da nova paróquia e mais que nele se deve encontrar [...] Este nosso decreto, depois de lido ao povo na Igreja Matriz da nossa paróquia será transcrito integralmente no Livro Tombo e devidamente arquivado. Determinamos que o Arquivo Paroquial com todos os livros da antiga paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (parte catarinense) passa para a nova paróquia de

> Santo Antônio de Chapecó. Dado e passado nesta cidade de Lages, sob o signal e selo de Nossas Armas, aos 13 de junho de 1931. Assinado Daniel, OFM Bispo de Lages (*LIVRO TOMBO* PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO CHAPECÓ, 1º out. 1980, p. 06-08).

A Prelazia de Palmas atravessou três décadas e foi extinta pelo Papa Pio XII no décimo nono ano de seu pontificado. Sua extinção deu-se pela Bula *Quoniam Venerabilis* de 14 de janeiro de 1958, ao mesmo tempo em que criou duas dioceses: a de Chapecó em Santa Catarina e a de Palmas no Paraná, despachada pela Bula no dia 21 de fevereiro de 1958. No dia 25 de abril de 1959 durante o primeiro ano do Pontificado do Papa João XXIII ocorreu a instalação da nova Diocese na Igreja Matriz de Chapecó, conhecida a partir de então como Catedral Santo Antônio com a presidência de Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil. A cerimônia de instalação da Diocese também teve a presença do governador do estado Heriberto Hüelse, do Arcebispo coadjutor de Florianópolis, frei Felício Cesar da Cunha Vasconcellos, Dom José Thuler, vários outros bispos e o povo em geral (*LIVRO TOMBO* PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO CHAPECÓ, out. 1980, p. 29).

Da Diocese de Chapecó nos dias de hoje, faz parte toda a Microrregião Colonial do oeste de Santa Catarina e mais os municípios da Microrregião Colonial do Rio do Peixe que são: Seara, Xavantina, Itá e Ipumirim. Esta Diocese é filiada à Regional Sul IV da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Paulo F. Diel e Adayr M. Tedesco (2007, p. 72) afirmam que em 1930 no extremo oeste de Santa Catarina havia três paróquias que pertenciam à Diocese de Lages: a de Chapecó "com 12.000 almas, Porto Novo (Itapiranga), com 7.000 almas e São Carlos, com 6.000 almas, num total de 25.000 almas nessa região". A ideia ou o discurso da denominação Oeste catarinense não é natural e sim uma construção que foi criada politicamente. A cidade de Chapecó passou a ser seu centro. Isso se deu a partir de um Decreto estadual de maio de 1931 (DIEL; TEDESCO, 2007).

Com relação a isso, ou seja, construção de um espaço, Viscardi afirma que o historiador deve analisar a partir do poder político e social, colocando elementos geográficos, econômicos e culturais, sob uma ótica secundária.

> Sendo a região um constructo de seus agentes, suas fronteiras delimitativas são fluídas e variam em função das circunstâncias em que são delineadas. Portanto, no estudo da História Política, cabe ao historiador, na definição dos limites de seu recorte regional, se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, capaz de responder aos seus questionamentos, levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo entre eles, o que melhor se adéqua aos seus objetivos de pesquisa. Tais critérios são principalmente políticos, e secundariamente econômicos, geográficos e culturais. Esta hierarquia se justifica em

> função de que, a ampliação ou retração dos limites regionais dependem de acordos e/ou disputas que ocorrem na esfera do poder político (VISCARDI, 1997, p. 96).

Assim, conforme Viscardi (1997), as definições de região e fronteiras, não devem levar em conta apenas os aspectos jurídicos e administrativos, muito menos de forma exclusiva os econômicos, mas sim políticos e sociais. O autor afirma que "o espaço regional é socialmente construído através das diferentes experiências históricas vividas por seus atores. Seus limites, antes de serem geográficos, são limites sociais" (VISCARDI, 1997 p. 87).

Com o sentimento isolacionista que permeava as relações sociais no oeste, aflorou e tomou relevo a ideia do emancipacionismo no início da década de 1940, prontamente aceita pelo governo federal, que criou o efêmero Território Federal do Iguaçú composto pelo Oeste Catarinense e o Sudoeste do Paraná, tendo como centro, Laranjeiras do Sul. Após 1945 novos municípios foram criados e desmembrados de Chapecó. O fluxo de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul aumentava, de maneira que em 1950 a população do oeste chegou a 96.624 habitantes sendo 49.698 homens e 46.926 mulheres.

Foi nesse momento que Chapecó já reivindicava um bispado visando criar uma centralidade religiosa na região. Não obstante, as queixas sobre o isolacionismo da região em termos políticos começavam a fazer eco e chegaram aos ouvidos do governo do estado que criou em Chapecó a Secretaria dos Negócios do Oeste com jurisdição administrativa sobre toda a região, se tornando a única fora de uma capital. A população assim, já atingia a partir do ano de 1955 os 241.941 habitantes, com 124.423 homens e 117.518 mulheres distribuídos em 16 municípios. O crescimento populacional verificado, de 250,39% entre as décadas de 1950/60, se explicava pelo aumento do fluxo migratório do Rio Grande do Sul. De modo mais abrangente, a integração religiosa entre o oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná encerrou-se em 1958 com a criação das dioceses de Chapecó e Palmas (DIEL; TEDESCO, 2007).

Paulo Fernando Diel e Adayr Mário Tedesco concentram suas análises de forma específica na atuação dos padres franciscanos, embora tragam os dados demográficos acima. Para os autores esses padres transformaram pelo evangelho o povo que habitava o oeste de Santa Catarina. Segundo eles, as visitas esporádicas anteriores aos franciscanos eram feitas por padres que não tinham formação adequada para evangelizar a população. Embora se perceba por parte dos autores, a denominação de "civilizadores do sertão" atribuída aos franciscanos, é proveitoso considerar razoável a sua constatação de que aportava nestas paragens, uma cultura religiosa que diferia da que já existia ali antes da chegada desses

religiosos. Dessa maneira, considerando que a formação de religiosos que visitavam os vários cantos do oeste era superficial reforçam a ideia de que

> os franciscanos vão renovar a vida religiosa dos habitantes desta região. Neste sentido, os missionários foram capazes de mobilizar as pessoas, de introduzir novas devoções, uma nova moral e de construir sob bases seguras um novo catolicismo, que, cultural, econômica e religiosamente, se distinguia do catolicismo tradicional que aqui existia (DIEL; TEDESCO, 2007, p.77).

Portanto, pode se considerar que até 1933 os padres faziam visitas esporádicas aos confins do oeste de Santa Catarina, pois a população se encontrava dispersa no mato o que dificultava a evangelização nos moldes definidos pelo Vaticano. A chegada dos padres franciscanos aos Campos de Palmas no dia 21 de abril de 1903 trouxe consigo segundo Diel e Tedesco (2007), os princípios da Reforma Católica, centrada na figura do padre, se configurando num catolicismo romanizado.[21] Dessa forma, os franciscanos precederam a instalação da Prelazia de Palmas que se deu em 1933. Para os autores, a Reforma Católica no Brasil seria, portanto, a busca de uma institucionalização da Igreja e a transformação do catolicismo popular em um catolicismo romanizado de maneira a centralizar na figura do padre e da paróquia. Os padres franciscanos seriam aqueles que difundiram a reforma atuando como aglutinadores, juntando a população em capelas e nas paróquias e institucionalizando a Igreja e preparando o terreno para o aporte das instituições religiosas e a instalação da Prelazia de Palmas em 1933. Os franciscanos atuaram nesse contexto, quando também de forma acelerada ocorria a instalação de seminários e colégios católicos no oeste de Santa Catarina. Então, para consolidar sua presença, haveria a necessidade de se criar um processo longo e duradouro de formação cristã dentro dos muros do colégio e nos corredores do seminário. Portanto é oportuno considerar como a ideia de progresso e civilização permeou o imaginário dos diversos atores presentes nesse palco da colonização que privilegiou a presença de instituições religiosas católicas masculinas e femininas. Foi o que ocorreu no povoado de Maravilha (SC), espaço central da colonização, onde aportaram os padres *MSF* e as freiras da *SND*.

[21] Diel e Tedesco (2007) citam em seu texto o termo Reforma Católica enquanto Rambo (2002) utiliza o termo Restauração Católica para se referir ao mesmo fenômeno.

3 A INSTITUIÇÃO FEMININA CATÓLICA NO POVOADO

> "Levou umas semanas até que a máquina escolar correu automática e normalmente" (*ANAIS* CNSS, 1º mar. 1958, s/p).

3.1 AS ESCOLAS PAROQUIAIS

Este capítulo será composto por reflexões acerca da instalação e atuação da instituição feminina católica numa área de colonização. Também será analisada a constituição do GENSS em Maravilha, que concentrava as sociabilidades tecidas em torno do processo educacional e religioso que estava inserido num contexto da colonização nesse espaço. Instalava-se ali aquilo que podemos chamar de instância de consagração, ou seja, um espaço educacional que legitima o acesso aos bens culturais, conforme Pierre Bourdieu (2009). É importante salientar que o processo educacional e religioso foi conduzido pela *SND* com o auxílio das associações escolares. Ao observar a narrativa nos documentos produzidos pelas freiras, procurei observar neles representações que a instituição tinha de si como narrava suas ações.

É proveitoso discorrer sobre esses espaços educacionais e suas funções em Santa Catarina em períodos anteriores, para estabelecer uma comparação com o que aconteceu no povoado de Maravilha. Quando as freiras iniciaram os trabalhos educacionais no povoado, a escola era pública. Tratava-se da Escola Reunida Vera Gomes de Miranda. O que se seguiu foi que o terreno onde foi construída a escola, foi doado à *SND* e o governo do estado pagava os docentes e o aluguel da casa. Ali foi criada uma escola pública conduzida por freiras. Sobre essa forma de viabilizar a educação em espaços longínquos, algo semelhante ocorria em períodos anteriores, especificamente na Primeira República. Rogério Luiz Sousa (2003) afirma que as escolas particulares foram subvencionadas, de modo especial, aquelas que eram católicas. Naturalmente essas promoviam uma educação voltada para uma doutrina cristã, ordem e hierarquia, de maneira que se tornava comum isso ocorrer tanto nas escolas que eram públicas e também nas católicas subvencionadas. A impossibilidade financeira da Primeira República de levar a escolarização a locais distantes levaria a contar com a experiência e tradição da Igreja Católica para suprir essa ausência.

A relação de conflito entre o Estado e a Igreja no contexto da Primeira República no Brasil propiciou o surgimento de uma rede escolar católica que repousava nesse momento em um referencial cristão-romanizador. Aliás, era exatamente devido a esse conflito com o Estado que se fazia necessário para a própria Igreja a presença desta rede escolar católica. Escolas Paroquiais no Paraná e em Santa Catarina foram criadas a partir da Carta Pastoral de 02 de março de 1900, assinada por Dom José de Camargo Barros, Bispo da recém-criada Diocese de Curitiba. A Igreja promovia "uma ação assistencial e educacional que permitisse dar as bases cristãs ao ensino laico e garantisse sua inserção e permanência na sociedade brasileira" (SOUSA, 2003, p.160). Vale lembrar que no estado de Santa Catarina, as Escolas Paroquiais foram fundadas inicialmente na região leste, onde instituiu paradigma cristão através da catequização. De modo geral, ocupavam algum prédio da Igreja e famílias da comunidade as mantinham. A subvenção vinha do poder público. Em Santa Catarina o crescimento dessa rede foi significativo, ultrapassando quantitativamente a escola pública. Adestrar os corpos para a produção e permitir o acesso dos filhos da burguesia a educação formal, eram as intenções do Estado republicano.

Claricia Otto (2003) afirma que ao longo da história os grupos sociais das colônias de Santa Catarina, sempre voltaram sua atenção para a questão educacional. Para a autora, transmitir valores reforçando a cultura existente ou a destruindo, bem como atender as necessidades básicas de atividades como ler, escrever e contar, foi o que cada grupo buscou. Não obstante, afirma também que a situação difícil das condições de vida dos imigrantes de custear os estudos de seus filhos, era escondida pela aparente indiferença que se tinha pela educação. De maneira intencional, a elite das localidades, a Igreja Católica e o governo republicano, passaram a investir nas escolas. A imposição da existência de escolas públicas nas colônias que tinha imigrantes iniciou quando houve a emergência de se construir uma identidade nacional. Com a escola primária e com o poder simbólico, a elite, a Igreja Católica e os republicanos, com o objetivo de construir sujeitos e dar significação aos espaços conforme suas representações criaram um imaginário social.

A instrução do início da colonização do oeste teve semelhanças com a das regiões sul e norte de Santa Catarina. Porém, foi na região sul e no vale do Itajaí-Açú que se formaram, a partir de 1875, os principais núcleos coloniais italianos, onde surgiram as primeiras escolas italianas. As Escolas Paroquiais surgiram dessa forma no início da Primeira República, para atender aos filhos dos imigrantes. Na medida em que essas escolas eram frequentadas por filhos de italianos e as aulas eram conduzidas na sua língua, elas puderam se identificar com as escolas italianas. Com o apoio dos colonos de maioria católica, os padres puderam fundar

as Escolas Paroquiais. A Constituição de 1891 preconizava que as escolas públicas deveriam ser laicas, porém para a expansão do ensino em todo o território de Santa Catarina, foram os padres que as conduziram, contratavam e demitiam professores, sendo que os professores que não eram católicos praticantes eram excluídos. Além disso, os livros que não estivessem alinhados com a doutrina católica também eram excluídos do processo de ensino. Portanto, o ensino era via escolas particulares católicas paroquiais ou mesmo particulares que recebiam algum incentivo municipal, estadual ou mesmo do governo italiano (OTTO, 2003).

A organização escolar nos primeiros momentos da colonização contemplava escolas particulares primárias conduzidas por um colono da comunidade que tinha certa instrução ou mesmo alguma experiência trazida da Itália. De forma geral também a escola ocupava a casa do professor e às vezes as próprias capelas serviam de sala de aula que se convertiam em instalações precárias, mas que teve uma existência efêmera (OTTO, 2003). No povoado de Maravilha ocorreu de forma semelhante. Um barracão de madeira conhecido como o galpão do padre Antônio Hammelnstein (MSF), servia de escola. Este local era o pré-seminário. No ano de 1952 foi enviada uma carta para a matriz da Cia Sul Brasil, em Porto Alegre, assinada pelo diretor-gerente José Leal Filho e pelo padre Antônio Hammelnstein, solicitando uma quadra para a construção de uma casa para o funcionamento da escola. A carta tinha o seguinte teor:

> Encontra se aqui presente, o Revmo. Padre Antônio Hammelstein, que deseja recordar uma palestra mantida com V.S., na presença do signatário, sobre a concessão da quadra urbana nº 4, da Sede Maravilha, para a Mitra da Prelazia de Palmas, afim de que S, Exa.o Sr. Bispo Titular da mesma, providencie na indicação de uma Ordem de Irmãs Religiosas que ai venham estabelecer um colégio. O Revdmo. Padre Antônio, deseja ocupar a referida quadra e nela construir uma casa para funcionar a escola, atualmente sediada no estabelecimento inicial do futuro Seminário dos Missionários da Sagrada Família, casa esta que será futuramente entregue ás Irmãs educacionista. Transmitindo as intenções do Revmo. Padre Antônio Hammelstein, esperamos as determinações de V.S., a respeito (*CARTA À CIA. SUL BRASIL*, Cunha Porã (SC), 26 maio, 1952).

Pelo documento acima se percebe que a Prelazia de Palmas foi a responsável para fazer o contato com a Casa Provincial de Santa Cruz em Passo Fundo, para que a instituição assumisse o processo educacional nesse espaço da colonização. A Cia. Sul Brasil subvencionava a escola. Mais tarde repassou para o Estado. A partir do momento que *SND* passou a se responsabilizar pelos rumos da educação no povoado, ela se tornou uma escola pública conduzida por uma instituição feminina católica. Isso pode se observar numa carta enviada para o escritório da Cia. Sul Brasil em Passarinhos datada de 25 de junho de 1952. Nela aparece o Decreto Lei 289 de 24 de maio de 1952 pelo qual o governo do estado

transferiu para a Sede Maravilha a Escola Isolada de Lajeado Pião que pertencia ao Distrito de Guatambú/Chapecó (SC) (*CARTA SEÇÃO TÉCNICA À CIA. SUL BRASIL EM PASSARINHOS*, Cunha Porá, 26 jun. 1952).

A comunidade construiu a primeira escola do povoado de Maravilha depois de o presidente da Cia. Sul Brasil autorizar a doação de madeira para tal finalidade. Isso ocorreu no dia 30 de maio de 1952. A primeira escola do povoado media 4 x 5 metros quadrados e tinha aberturas de madeira maciça, algumas já com espaço para colocação de vidros. Essa escola ficou de pé até 1958, quando foi demolida no dia nove de agosto (GIALDI, 2003). O terreno onde estava essa escola, que foi utilizado para construção do GENSS, foi doado pela colonizadora para a *SND* (*RELATÓRIO ANUAL GENSS*, 1969).

O padre Antônio intermediou a doação da terra para a construção da escola, já que até então o seu galpão tinha servido para tal finalidade. Assumiu a tarefa de convencer a Provincial de *SND* para conduzir o ensino no povoado. O resultado foi que a madre provincial Maria Irmengarda e a irmã Maria Aleta seguiram de Passo Fundo para o povoado de Maravilha no ano de 1953, para verificar a possibilidade de as freiras assumirem o ensino no local (PILATI,1991).

A chegada de *SND* em Maravilha ocorre no contexto da criação dos municípios de Palmitos, Xaxim, Mondaí, Dionísio Cerqueira, São Carlos, São Miguel do Oeste e Itapiranga, que foram desmembrados de Chapecó pelo Decreto Lei 133 de 30/12/1953. O povoado de Maravilha passou a pertencer a Cunha Porã que foi instalado como Distrito de Palmitos (SC) no dia 2 de março de 1954 (GIALDI, 2009). No dia 16 de outubro de 1951, Cunha Porã havia se tornado Distrito de Chapecó. Depois se tornou Distrito de Palmitos com a emancipação deste último no dia 30 de dezembro de 1953. Maravilha, dessa forma, passou a fazer parte da área do Distrito de Cunha Porã. Em 19 de maio de 1956, a Câmara Municipal de Palmitos aprovou o desmembramento de Maravilha com a Resolução nº 01/56, que elevou à Distrito de Palmitos. Não obstante, no final da década de 1950 os interesses políticos apontavam para a emancipação (GIALDI, 2003).

A população rural de Maravilha aumentou na década de 1950, decorrente do avanço da colonização. Na década seguinte, conforme censo do IBGE, o aumento populacional ficou em torno de 194,6%, sendo que havia ali aproximadamente 6.048 pessoas enquanto que na área urbana tinha algo em torno de 1.203 pessoas, perfazendo um total de 7.251 moradores no município – número expressivo que reforçava a necessidade de infraestrutura básica que atendesse esses moradores. Na década de 1970 o aumento teve um percentual de 103,04%.

Não há pesquisa demográfica do IBGE dos anos anteriores na colônia de Maravilha (GIALDI, 2003, p. 364).

Quando Amélia da Silva Oliveira chegou a Maravilha com sua família, oriunda de Seberi (RS), no dia 16 de janeiro de 1951, residia no povoado as famílias das seguintes pessoas: Otto Jahnell, Arnoldo Graf, Fioravante Trevisan, Domingos Manfrin, Odilon Oliveira, João dos Santos, Alfredo Fischer, Edgar Mondadori, e Leomar Stumpf (ambos os agrimensores), Francisco José Walker (seus filhos frequentariam a escola da professora Amélia), José Mentira, Vitório Regazoni; Honório Rigon; Adolfo e Alberto Walker. Amélia deu início às aulas com a presença de cerca de 50 alunos, subvencionada pela Cia. Sul Brasil (PILATI, 1991).

Dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello *OFM* da Prelazia de Palmas (PR) foi o primeiro bispo a visitar Maravilha. [22] Isso aconteceu no dia 13 de fevereiro de 1952.[23] Muitas pessoas se concentraram naquele dia para recebê-lo nas imediações do seminário que estava sendo construído (GIALDI, 2003). A Cia. Sul Brasil doou o terreno para a construção do Seminário Nossa Senhora de Fátima dos padres da Sagrada Família. O raio de ação desses padres se concentrou entre os rios Uruguai, Antas e o Chapecó. Quanto ao fato de ter sido Maravilha o local do seminário dos padres MSF, Gialdi (2003, p. 147) afirma que o motivo da construção, foi devido "a centralização de Maravilha na extensa área de terras da Cia. Territorial Sul Brasil". A sua inauguração aconteceu no dia 28 de fevereiro de 1954, pouco mais de três meses após a criação do Pré-Seminário Nossa Senhora de Fátima que foi em 25 de novembro de 1953. A madre provincial da *SND*, Maria Irmengarda esteve presente na festa de inauguração que foi organizada pelas freiras. A Sede Maravilha se diferenciava de outros pontos da colonização, pela sua diversidade religiosa e, isso foi fator determinante na formação sociocultural desta sociedade, diferente das demais sedes da região, embora a marca católica tenha sido forte na comunidade maravilhense (GIALDI, 2003).

O seminário, a capela ao seu lado e o convento logo abaixo (foto abaixo), se destacavam no alto da montanha, locais de onde emanavam forças centrípetas, ou seja, para onde convergia a administração da vida educacional, social e religiosa do povoado. Os três se representavam como templos que observavam do alto, os moradores do povoado que ficava logo abaixo, na planície.

---

[22] Ordem dos Frades Pequenos.

[23] A Prelazia de Palmas caracterizou o campo eclesiástico sobre as paróquias localizadas na região oeste de Santa Catarina entre 1933 e 1958.

Figura1 – O seminário e a capela dos padres Missionários da Sagrada Família

Fonte: Acervo do Museu Municipal Padre Fernando Nagel de Maravilha (SC), 1965.

3.2 *SISTERS OF NOTRE DAME*

Pela falta de assistência educacional nas áreas mais longínquas de recente ocupação, o ensino primário precisava de fortalecimento. A partir de 1946 passou a vigorar a nova Lei Orgânica do Ensino Primário pelo Decreto-Lei Federal nº 8.529, de 02/01/1946. Devido não haver nenhuma orientação de âmbito nacional para a educação, as especificidades do ensino eram conduzidas pelos estados, o que revelava grandes disparidades entre as regiões do país. No governo de Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950, a educação passava por indefinições e ausência de medidas que resultassem em avanço nesse campo (ANDRADES, 2006).

Até o ano de 1964 vigorava a Constituição de 1946 que preconizava abrandar as lutas políticas que se apresentavam num cenário conturbado. Nesse período tramitou o Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional visando reformar a educação no país. O texto original do projeto sofreu alteração com um substitutivo que atendia aos interesses dos donos das escolas particulares. Trazia para o interior do projeto teses do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino que tinha sido realizado em 1948. Em 1956 os defensores das escolas públicas e particulares brasileiras travaram um debate que se

estenderia para a sociedade civil. A rede de ensino pública crescia e como faltava um argumento para os donos das escolas particulares, se apropriavam dos discursos da Igreja Católica, fundamentados na "liberdade de ensino" e do "direito da família na educação dos filhos" (GHIRALDELLI JR., 1994, p. 112-113).

Foi nesse contexto que no dia 11 de fevereiro de 1954 as irmãs Maria Borja, Maria Zenaide, Maria Florentina, Maria Reinildes e Maria Aurora da *SND* chegaram para assumir o ensino no povoado de Maravilha. Inicialmente essas freiras se instalaram no Seminário Nossa Senhora de Fátima dos padres da Sagrada Família. Cada uma delas assumiu uma função no seminário nos cuidados com a cozinha e a horta, com a costura, altar da capela e com a roupa de goma. Maria Florentinia era a superiora e cuidava das costuras e algumas eram professoras como no caso da irmã Maria Renildis que era prefeita e professora dos pequenos seminaristas. Havia também mulheres leigas que auxiliavam na sala de aula com crianças do primeiro ano, na lavagem de roupas e na cozinha. Em novembro daquele primeiro ano das freiras no povoado, esses serviços foram assumidos por meninas internas que vinham da área rural e que pagavam com serviços domésticos no seminário. Eram elas as meninas Zeneide de Carli, Hermínia Hister e Lourdes Hermann. Nesse ano eram 115 meninos e 96 meninas perfazendo um total de 211 alunos (*ANAIS* CNSS, 1954, s\p).

As freiras chegaram ao povoado no dia onze de fevereiro de 1954 e as matrículas já iniciaram no dia seguinte na parte da tarde. As aulas iniciaram no dia 15 sendo que vieram na primeira aula 137 crianças. Muitas ficaram de pé, pois a escola tinha apenas onze bancos. Enquanto os alunos novatos ficaram em sala para a primeira aula, os demais foram ao pátio onde "duas irmãs fizeram um pequeno exame a fim de classificá-los conforme o saber de cada uma". As crianças eram classificadas em "fortes" e "fracas".

No mês seguinte à chegada das freiras, aconteceu a primeira visita de um inspetor escolar. Tratava-se do padre Ervino Schimitt (*S. J.*),[24] que conforme a escrita nos *Anais* de 1954, teria ficado satisfeito com a dedicação já que em uma sala onde cabia 60, estavam sendo atendidos 180 alunos. Por fim deixou a avaliação no caderno de inspeção (*ANAIS* CNSS, 1954, s\p). Quanto à presença do inspetor escolar, embora essa primeira visita tenha sido harmoniosa, nem sempre foi assim. As demais visitas foram realizadas por inspetores leigos.

Um documento importante a ser analisado para a compreensão das características iniciais do processo educacional no local é o boletim de estatística do ensino primário geral do

[24] Companhia de Jesus, padres jesuítas.

Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais do IBGE que foi preenchido pela diretora da então Escola Reunidas, irmã Maria Borja com data de dia 15 de fevereiro de 1954, primeiro dia de aula no povoado. O documento, que está na pasta do relatório do GENSS de 1956, revela informações importantes para se compreender os momentos iniciais de *SND* no povoado, pelo menos no que se refere a números. Para começar revela um nome que está apagado, mas que é possível compreender: Escolas Reunidas Padre João Berthier. Esse nome durou pouco e no ano seguinte passou a se chamar Vera Gomes de Miranda. Poderia ser perfeitamente aceitável a explicação de que o nome apagado se deu pela ação do tempo e talvez das traças e fungos. Mas não. É possível perceber que o nome foi apagado com o uso de borracha, mas ainda é visível. Aliás, um dos agravantes que prejudica esse e outros é o fato de que a tinta da caneta se torna extremamente nociva para a preservação dessas fontes. Vem assinada pela irmã Maria Borja embora não seja possível afirmar se foi ela que o preencheu. Lá foi informado que a escola era mantida pelo estado de Santa Catarina, porém a casa onde funcionava era particular, no caso, de *SND*. Era cedido gratuitamente ao estado. Havia três docentes mulheres. O tipo de escola era agrupada e o curso em funcionamento era o Fundamental com quatro turmas, de 1ª a 4ª séries.[25] No boletim, de acordo com uma nota de rodapé na página final, tinha de ser preenchido em duas vias, sendo que uma deveria ficar na escola. A outra cópia tinha de ser entregue ao agente municipal de estatística ou a autoridade escolar do município. Tal documento era para ser preenchido tanto por grupos escolares como também por escolas agrupadas, que é o caso em análise aqui e também para as isoladas (*RELATÓRIO ANUAL GENSS*, 15 fev. 1954, s\p).

Na primeira reunião pedagógica do ano de 1956 realizada no dia dez de março, a diretora orientava sobre o que trabalhar em sala, de maneira que as aulas

> de Geografia e História devem ser ministradas com o auxílio dos respectivos mapas e quadros. Na linguagem oral como também em qualquer outra matéria, exigir sempre resposta completa. Na aritmética fazer muitos exercícios e cálculos no quadro negro, chamar especialmente os alunos mais fracos para descobrir lhes as dificuldades e ajudá-los a vencer as mesmas. Não deixar de fazer todos os dias 5 a 10 minutos de cálculo mental (*RELATÓRIO ANUAL GENSS*, 10mar. 1956, s\p).

As orientações eram voltadas para a memorização dos conteúdos, funcionando por repetição, decorando-os. Com relação às disciplinas de História e de Geografia, recaia sobre elas o foco de se estudar por partes, ou seja, era prescrito nessas reuniões que se prestasse

[25] A legislação de 1946 organizava o ensino primário em Fundamental destinado a crianças entre 07 e 12 anos. Ele dividia-se em dois cursos sucessivos: o elementar obrigatório com duração de quatro anos e o complementar com duração de um ano.

atenção para verificar os mapas para conhecer primeiro o local, depois o regional, o nacional e por fim, o mundial de forma demonstrativa. Aparece isso na ata da primeira reunião pedagógica do dia 10 de março de 1956. Naquele dia, irmã Maria Borja apresentou um plano de aula de como trabalhar a introdução dos conhecimentos de Geografia para o segundo ano do primário:

> começando com o conhecido; por isso as crianças indicam o nome do lugar onde moram, os acidentes geográficos existentes nas localidades vizinhanças. Assim, enquanto que a criança não conhece bem seu povoado e localidades vizinhas no sentido físico e administrativo, não passar adiante (*RELATÓRIO ANUAL GENSS*, 10 mar. 1956, p. 02).

O que parece aqui, apenas para usar uma metáfora, é que se buscava inculcar na criança que tudo se dava de forma linear, progressiva, assim como se fosse o próprio corpo da criança. A infância seria o local, a adolescência o regional e a fase adulta o nacional. A história obedeceria a essa sequência linear. As etapas deveriam ser obedecidas, sempre do micro para o macro. O crescimento econômico se alcançaria com muito trabalho para "ser alguém" na vida. Muito embora, essa pode ter sido a realidade característica daquele momento no GENSS, pois os programas de ensino de disciplinas como Geografia e História do Brasil, Matemática/Aritmética e Português organizavam-se muito em torno do que era cobrado nos exames de admissão ao ginásio.

Na ata da quarta reunião pedagógica realizada no dia 9 de junho de 1956 foi lido um plano de aula de uma professora leiga. Tratava-se de Mercedez Pagliarini Rodrigues, regente do 2º ano. Abordava como trabalhar a disciplina de História que dizia assim: "História Pátria. Fez-se o seguinte comentário: a história dos índios é para os alunos muito interessante e instrutiva. Pode-se associar uma lição de moral, por exemplo: a obediência". E, na quinta reunião pedagógica do dia dois de julho daquele mesmo ano a professora irmã Maria Borja do 4º ano também apresentou um plano de aula da matéria História Pátria. Era a respeito dos Bandeirantes. É citado na ata que na reunião se comentou que se tratava de um assunto que despertava o entusiasmo dos alunos (*RELATÓRIO ANUAL GENSS*, 09 jun. 1956, p. 02-03).

Na ata número 4 de reunião pedagógica realizada no dia 16 de junho de 1955 na Escola Reunidas, Maria Borja que era a diretora e lecionava juntamente com mais três professoras, sendo que uma delas era freira também, recomendou aos professores que seguissem o método analítico-sintético de forma permanente, pois segundo ela, utilizando tal método as crianças aprendiam mais facilmente. A diretora prescrevia também como agir com as crianças para que essas não optassem por decorar os conteúdos para conseguir pontos:

> Quando as professoras passam qualquer lição de história, geografia ou conhecimentos gerais nas classes 2º, 3º e 4º anos, não falarão às crianças de pontos, pois assim elas já desanimam pensando que devem decorar. É preciso antes dizer assim: agora crianças eu quero contar-lhes uma história... Assim as professoras contarão de modo interessante fazendo seguidamente perguntas para que a atenção das crianças não se desvie. Acabada a explicação a professora escreverá no quadro negro as perguntas sobre a lição explicada e mandará as crianças responder, reproduzindo assim a lição explicada. No caderno da preparação das tarefas diárias da professora devem constar as perguntas sobre o ponto que se vai passar e não somente o título. As professoras têm verificado pela experiência do passado que este modo de ensinar tem trazido mais proveito e despertou mais interesse entre os alunos (*LIVRO ATAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS ESCOLA REUNIDAS* 1954-1956, 16 jun. 1955, p. 02).

Como se pode observar a professora assumia o lugar elevado durante a aula, pois a explicação dos temas trabalhados se dava com a prescrição das questões para que respondessem. A explicação, as perguntas no quadro e as respostas. Os estudantes deveriam prestar atenção e ouvir a explicação para que em seguida pudessem responder as perguntas passadas no quadro. As experiências e conhecimentos das crianças não eram levados em conta uma vez que o conhecimento se produzia com a transposição dos assuntos via explicação e depois perguntas, o que deixa evidente que essa metodologia não ficava longe do decorar citado pela diretora na ata. Além disso, a ata daquele mês de junho de 1955 destaca a legitimação dessas práticas, pois no passado já se tivera experiências positivas com o uso delas. Os conhecimentos de História abordavam sobre a pátria e os bandeirantes soavam como heróis desbravadores.

Além de destacar aqui o que deveria ser ensinado é proveitoso também verificar como as disciplinas funcionavam como compartimentos associadas às questões do momento. Para título de ilustração torna-se útil verificar como se apresentava o currículo básico do ano de 1973 após a existência do GE, quando a escola passou a ser Escola Básica Nossa Senhora da Salete (EBNSS). De 5ª a 8ª série as disciplinas eram as seguintes: Língua Nacional, Matemática, História, Geografia, Ciências, Inglês, Educação Física e Educação Religiosa. A disciplina de OSPB era apenas para a 8ª série. Para os meninos havia a disciplina de técnicas agrícolas, menos para a 8ª série. Para as meninas havia a disciplina de Educação para o Lar em todas as séries. Para os meninos da 8ª série tinha Técnicas Comerciais. Educação Artística apenas a 8ª série não tinha. Somente as disciplinas de Língua Nacional e de Matemática possuíam quatro aulas por semana. As demais eram três, duas ou uma vez por semana. Apenas na 8ª série que os meninos eram contemplados com a disciplina de Educação para o Lar (*REGIMENTO ESCOLAR EBNSS*, 20 out. 1973, art. 142).

3.3 O GRUPO ESCOLAR

Os GEs de Santa Catarina, segundo Vera Lúcia da Silva e Gladys Mary Teive (2009) seguiram o modelo paulista que era fundamentado na reforma da instrução pública realizada em 1891 na Primeira República. Esta reforma, conduzida por Caetano de Campos, serviu para o estado de São Paulo apresentar à nação um modelo de escola popular. Se não bastasse, seus professores serviram para fomentar o modelo calcado na modernização do ensino, que se tratava do método intuitivo ou a lição das coisas, que se apresentava como o grande transformador das sociedades. Este método que se popularizava pelas lições de coisas, "lições pelas coisas, pelos olhos, pelos ouvidos, pelo tato, pelo cheiro e pelo gosto, se constituía no carro-chefe do modelo de escolarização em massa que vinha sendo implementado nos Estados Unidos e nos principais países da Europa" (SILVA; TEIVE, 2009, p. 44). O esforço da elite de Santa Catarina para se tornar "civilizada" de conformidade com o modelo burguês e se modernizar, foi ao encontro dessa oferta do Estado, que com isso buscava fomentar uma intervenção no sistema de ensino, visto como arcaico.

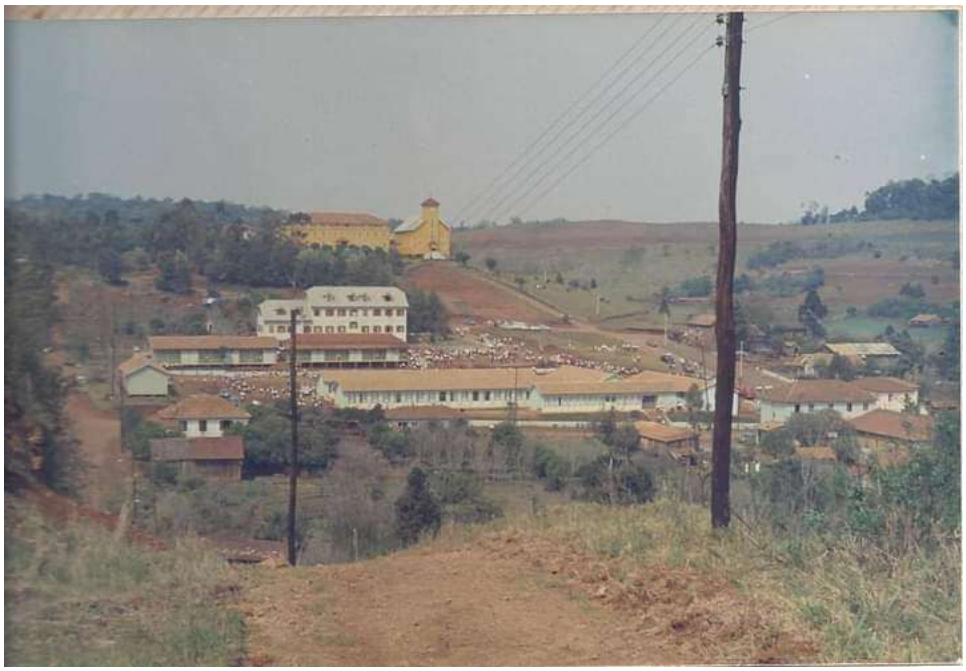
Em Santa Catarina, os GEs erigiram a partir de 1911 e sua função era de buscar o consenso junto ao povo catarinense para que com a implantação de conhecimentos científicos de forma básica e também da educação moral e cívica, desencadeasse numa direção bem definida: a integração do nativo e do imigrante a um projeto civilizador que preconizava racionalizar, higienizar e nacionalizar esse homem e a cidade. A primeira geração de GEs de Santa Catarina deu-se pela criação do GE Conselheiro Mafra em 1910. Foi o primeiro dos seis que vieram depois, todos inaugurados com discursos e festas. As autoras também destacam que havia uma exigência de no mínimo 300 alunos em idade escolar que era dos sete aos quatorze anos, para a criação de um grupo escolar em Santa Catarina, além do custo para a instalação que era alta. Nos locais de pequeno porte funcionavam as escolas reunidas e as isoladas (SILVA; TEIVE, 2009). Uma segunda geração de GEs contempla a criação do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete (GENSS) em Maravilha em 1956.

As sociabilidades em torno das relações na órbita da instituição feminina católica e do GE eram revestidas de vários elementos que faziam funcionar a maquinaria do sistema educacional no povoado. Entre elas estavam as visitas do inspetor escolar, as realizações de festas e datas comemorativas, a aura religiosa que revestia as relações tanto entre os muros do GE como também no seu entorno. Os bens simbólicos administrados pelas freiras como, por exemplo, as conversões, e as ações das associações escolares, auxiliares de *SND*. Tratava-se

de uma teia de relações tecidas a partir de subjetividades que emanavam doutrinas e normas compartilhadas em comum.

Como o objetivo aqui é conhecer a instituição feminina católica por dentro, a partir de suas representações de infância, família e religiosidade, procurei também explicar isso observando as ações e representações das associações escolares acerca de higiene, família e processo educacional. Isso me possibilitou compreender nesta terceira fase da operação historiográfica, e construir a tese de que as associações assumiram um papel fundamental como vetores de doutrinas e valores de *SND*. E que suas ações refletiam no processo educacional, pois envolviam docentes e estudantes nos eventos dentro e fora dos muros do GENSS.

Figura 2 – Fotografia do GENSS, o convento da *SND*, o seminário e a capela *MSF*



Fonte: Acervo EEBNSS. Maravilha (SC), 1971

A fotografia acima mostra o centro educacional e religioso no povoado em 1971. Em primeiro plano o GENSS. Atrás das salas de madeira que abrigavam as turmas de 1ª a 4ª séries do primário, aparece o convento da *SND*. No alto, o seminário e ao seu lado a capela dos padres Missionários da Sagrada Família (*MSF*). Abaixo, as salas do ginásio e do Curso Normal Regional em alvenaria. Esse local era o centro religioso e educacional onde ocorriam eventos municipais, estaduais e federais.

A forma arquitetônica do um GENSS consistia numa galeria coberta que interligava os dois pavimentos em alvenaria. Essa arquitetura permitia que as entradas de todas as salas

pudessem ser observadas a partir da galeria coberta. Com relação a essa arquitetura, Rosa Fátima Souza (2001) afirma que já no início do século passado optou-se por ela para os projetos dos GEs de apenas um pavimento devido ao seu custo mais baixo e forma quadrangular. As escolas juntamente com ferrovias e indústrias compuseram o cenário do progresso e símbolo de civilização no início do século XX. As fotografias de GEs eram refletidas em cartões postais, consumidos por pais, alunos e professores dessas escolas, pois eles se tornaram um "signo de modernidade, transformação e progresso social" (SOUZA, 2001, p. 81). A fotografia do seminário, capela e a Casa das Irmãs no alto refletiam essa ideia de que naquele momento tratava-se de um centro social no povoado em meados do século passado.

Fotografia 3 – A nevasca de 1965 em Maravilha (SC)

Fonte: Acervo Museu Padre Fernando Nagel de Maravilha (SC), 1965.

A localização dos prédios das instituições religiosas determinou a organização social no povoado. Isso é demonstrado na fotografia acima da grande neve de 1965 na região, onde se observa que a partir das construções dos templos, as moradias seguiram pela planície, agrupadas em torno do centro social, educacional e religioso.

Dois anos se passaram após a chegada das freiras no local para instalar uma casa filial. E, a presença delas anunciava mudanças nos rumos educacionais com a instalação do GE quando, no mesmo momento iniciaram as visitas oficiais de autoridades ao local, como a que

ocorreu na manhã do dia 27 de agosto de 1956. A diretora da escola, irmã Maria Borja recebeu o aviso da chegada do governador do estado Jorge Lacerda. Como se observa nos documentos, as freiras estavam ansiosas e era preciso rapidez para organizar o cerimonial de acolhida da autoridade estadual. Para isso a diretora enviou mensageiros para que as crianças do povoado se reunissem em frente à escola para a recepção. Maria Borja juntamente com Maria Helmine recepcionou o governador e em seguida as crianças cantaram o hino nacional entregando um ramalhete de flores. Mas antes disso, as 10h00min as crianças haviam recebido as instruções de como proceder na frente do mandatário que chegou depois do meio dia, após as freiras e as crianças terem esperado por duas horas a sua chegada. Nessa altura, elas já sabiam da criação do GENSS pelo *Diário Oficial do Estado*, pois haviam participado no dia anterior, 26 de agosto, da Conferência Pedagógica de Professores em Cunha Porã quando receberam a informação do inspetor que o delegado da educação estaria na solenidade de instalação do GE (*ANAIS* CNSS, 1956, s\p).

Chegou o dia da instalação. Ocorreu no dia seis de setembro de 1956 com a presença do Inspetor Escolar de Palmitos, que foi agradado com cânticos e poesias das crianças e conduzido pela irmã Maria Borja para conhecer o espaço da escola.

> Para a pequena vila de Maravilha foi este dia um grande acontecimento e um grande benefício. É de admirar que mais de 300 crianças frequentam a nossa escola. Justamente este trabalho, com estas crianças simples de maioria pobre corresponde aos desejos da nossa fundadora beata Madre Júlia e promete a nossa Congregação muitas vocações (*ANAIS* CNSS, 1956, s\p).

Pela passagem acima é possível inferir a intencionalidade da instituição em expandir o seu raio de ação via processo educacional. Ao mesmo tempo em que se firma no princípio pedagógico fundamental, dos ideais da fundadora, a instituição visualiza a oportunidade para "arrebanhar almas".

O cargo de Inspetor Escolar era exercido por Olavo Raul Quandt na 54ª Circunscrição do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina. O GENSS foi criado pelo Decreto do Poder Executivo nº 171 de 13/06/1956 e retificado pelo Decreto nº 181 de 10/07/1956 (*RELATÓRIO ANUAL GENSS*, 06 set.1956, p. 05).

No ano de 1958 as aulas tiveram início no dia primeiro de março. Esses momentos contavam com uma programação. Primeiramente com uma missa onde participavam os docentes e estudantes. Em seguida ocorreu uma sessão cívica. Depois foi feita a classificação dos alunos e das alunas. Naquele dia foram formadas 13 classes com mais de 35 estudantes.

Naquele ano teve início o curso complementar que era o 5º ano. Para tal, 33 estudantes se matricularam. Também no início do ano de 1958 houve a abertura do jardim de infância.

A presença de autoridades em algumas datas demonstra a importância estratégica que representava o GE naquele momento. Era para onde se voltava a movimentação de autoridades que visitavam o povoado. Outra visita relevante foi relatada nos documentos de 1960, quando no dia 11 de junho as freiras receberam o candidato a governador Celso Ramos e sua comitiva, que juntamente com vereadores da Câmara Municipal estiveram no GENSS (*ANAIS* CNSS, 11 jun. 1960, s\p). Outra visita de candidatos a governador do estado ocorreu entre os dias primeiro e sete de agosto de 1965. Na ocasião foi a vez de Carlos Konder Reis e Ivo Silveira. Este último foi o candidato eleito (*ANAIS* CNSS, 1965).

3.3.1 A inspeção escolar

O dia seis de setembro de 1956 é a data que consta na abertura do Livro de Visita do GENSS. Nele há a narrativa das visitas que inspetores e inspetoras escolares fizeram no GE. No termo de encerramento é informado que o livro de uso exclusivo da irmã Maria Borja tem 100 folhas tipograficamente numeradas e rubricadas com suas iniciais. O primeiro registro se refere ao termo de visita do Inspetor Escolar Olavo Raul Quandt quando da instalação do GE da 54ª Circunscrição. No final está escrito que a diretora, irmã Maria Borja tinha de fazer uma cópia do termo para enviar para a 7ª Delegacia de Ensino em Chapecó. A partir daquele ano as visitas do inspetor ocorriam anualmente, pelo menos nos primeiros anos, no mês de novembro (*TERMOS DE VISITA* DO GENSS, 06set. 1956, p. 01).

No ano seguinte, em 1957 ocorreu a visita do bispo prelado de Palmas (PR), Dom Carlos Eduardo Sabóia, no dia 19 de outubro. Foi recebido por volta de 20h00min na capela do seminário. Na ocasião foi oferecido ao bispo, por uma aluna do grupo escolar, um ramalhete de flores. No dia seguinte o bispo rezou uma missa de comunhão geral de todos os fiéis. Naquele dia também foi realizado por dois momentos o cerimonial da crisma. No outro dia, como choveu e houve número reduzido de alunos quando foi realizada nova saudação ao bispo que visitou o GE. A tarde seguiu viagem (*ANAIS* CNSS, 20 out. 1957). Os cerimoniais para receber autoridades civis e eclesiásticas como é possível observar na documentação, algumas vezes eram realizados em torno do GE.

No ano de 1957 ocorreram duas visitas do inspetor escolar. Estavam matriculados naquele ano 328 alunos. Nesta visita, o inspetor comentou sobre a disciplina. Afirmou na ocasião que ela era muito boa. Elogiou também os trabalhos das associações escolares. Por

fim, sobre os documentos disse que os "livros de escrituração e o arquivo estavam em ordem" (*TERMO DE VISITAS GENSS*, 06 set.1957, p. 01). Talvez o inspetor tenha se referido ao próprio livro *Termo de Visitas*, ao *Livro de Correspondências* e também aos *Relatórios Anuais*. A narrativa das páginas dos *Anais* de 1957 ao falar da visita do inspetor escolar cita a existência de outro documento, o Termo de Visitas. Era um livro onde se registrava as visitas e observações do inspetor escolar. Naqueles dias sete e oito de novembro ele cita que "o senhor Olavo Raul Quandt inspecionou o nosso grupo deixando ao despedir-se o termo de visita, onde dizia que estava bem satisfeito com os nossos trabalhos" (*ANAIS* CNSS, 07 e 08 nov.1957, s\p).

Os documentos de 1957 também falam que houve naquele ano a inauguração da quinta sala de aula, construída com a mão-de-obra dos moradores do povoado e destaca que o inspetor ficou satisfeito com o que viu, com o capricho e por fim que ele "voltará inesperadamente para fazer a inspeção". A palavra "inesperadamente" utilizada na escrita confirma a maneira da chegada ao GE e que talvez, por ela ter sido escrita, significava que isso não agradava as freiras (*ANAIS* CNSS, 07 nov. 1957, s\p).

A narrativa escrita nos *Anais* assumia a roupagem de falar de si porque as freiras ao falarem de si, narravam uma memória da *SND*, falavam da instituição. Neles se percebe nuances de subjetividades revestidas de concepções pessoais, como, por exemplo, na narrativa que uma freira faz de sua percepção da noite anterior à inauguração do convento que aconteceu no dia 20 de setembro de 1957, dia em que provavelmente ela registrou o acontecimento:

> todas nós estávamos ansiosamente esperando o clarear deste dia. Durante a noite ao acordar dei uma espiada fora da janela e umas estrelinhas me piscaram. Num sentimento de gratidão rezei o "Magnificat". Talvez as outras também tenham feito. Pelas 3 horas da madrugada o Sr. Ângelo Louves, que passara em companhia do churrasco na ala velha, soltou os primeiros foguetes, acordando todo o pessoal. Talvez também para ele, as estrelinhas piscaram (*ANAIS* CNSS, 20 set. 1957, p. 6-7).

Com relação aos relatórios anuais, se tratava da escrita das atividades do ano no espaço escolar. Elas escreviam os relatórios para repartição educacional do governo estadual no município, a Coordenadoria Local de Educação. Portanto, neste caso havia a necessidade de se fazer uma seleção do que seria escrito nos relatórios.

Em 29 de março de 1960 uma nova visita do inspetor escolar. Junto com ele o delegado de ensino. Reuniram-se com todos os professores do município e do estado e

naquele dia: “o delegado deu suas orientações ao professorado e nos deu uma aula de caligrafia e insistiu muito que se cuidasse bem da caligrafia dos alunos e introduziu nas escolas os cadernos de linha dupla para as aulas de caligrafia” (*ANAIS* CNSS, 29 mar. 1960, s/p).

No final do ano de 1962 o encerramento do ano letivo ocorreu no dia 16 de dezembro. Naquele ano, diferente dos anteriores, os boletins foram entregues aos pais dos alunos. Ao entregar os boletins numa sala do GE, a diretora se dirigiu aos pais e falou:

> No sentido de se sentirem responsáveis pelo futuro do magistério e por isso que permitisse que seus filhos maiores continuassem os estudos o quanto possível, sendo visivelmente apoiada. Os alunos é que não gostaram muito que os pais recebessem os boletins. Pois um disse nos dias anteriores: “Irmãs, eu acho que quando os pais vão sair daquela aula vai cantar galho de cinamomo” (*ANAIS* CNNS, 16 dez. 1962, s\p).

A preocupação se dava por parte da diretora parecia fazer sentido para aquele momento. O de que os alunos do GENSS seguissem a vocação de professor e se tornassem os professores no próprio local. Ao encontro disso é que no ano seguinte foi criado no GE o Curso Normal Regional com o objetivo de formar docentes. Ademais o apelo da diretora também significa que o período era caracterizado pela cultura do trabalho familiar dos filhos, pois seguir os estudos se tornava um desafio, pois enfrentava a resistência dos pais. E quando a freira está solicitando que os pais permitam o estudo dos filhos, se refere no âmbito escolar local, ou seja, do grupo escolar.

No ano de 1962 a visita do inspetor escolar deu-se no mês de abril, no dia 10, quando se apresentou o novo inspetor regional educacional. Tratava-se de Avelino Clemente Prando que pertencia a 72ª Circunscrição e da 15ª Região Escolar. Ele voltaria ainda naquele mesmo ano nos dias 23 e 24 de agosto. Chegou para inspecionar o curso Normal Regional Nossa Senhora Aparecida que foi criado no início daquele ano, 1962, e que agora pertencia a 73ª Circunscrição. Observou sobre a documentação onde constatou que as provas de admissão dos alunos estavam em acordo com as disposições gerais que estruturavam o Ensino Normal, que eram os Decretos números 257 e 3. 674 de 23/11/1946. O inspetor ainda elogiou o fato de que no grupo estava sendo seguido o programa para os cursos normais regionais do Decreto 3.682 de três de dezembro de 1946 (*TERMOS DE VISITA GENSS*, 23 e 24 ago. 1962, p. 03-04). O curso Normal Regional nossa Senhora Aparecida foi criado em 1962 e anexado ao Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete era regido pelo Decreto Lei de 1946, ano em que esses cursos foram criados juntos aos GEs. O Curso Normal Regional era voltado para jovens

que depois se tornariam professoras normalistas na própria escola que atuavam. Em 1963 no dia 15 de setembro ocorreu um evento na Casa Provincial em Passo Fundo. Os *Anais* citam que foi a primeira vez que as alunas do curso participaram de um evento envolvendo alunas de outras oito escolas que possuíam o Ginásio, o Normal do segundo ciclo e o Normal Regional. O nome do evento foi "Em movimento para um mundo melhor" e do GENSS participaram cinco alunas (*ANAIS* CNSS, 15 set. 1963, s\p).

Conforme Letícia Bicalho Canêdo (2012), como para o Estado Novo o nacionalismo era sagrado, buscou-se, por exemplo, uma comunicação da burocracia de maneira a homogeneizar os concursos para os funcionários públicos e, sobretudo unificar as estruturas educacionais inclusive com a Constituição de 1946 que veio para confirmar que pessoas analfabetas não podiam votar. A autora afirma que se tratava de uma contradição, pois restringia a cidadania dada à quantidade de adultos que não sabia ler nem escrever que, em 1950, perfazia um total de 48%. Ademais, a administração, o jurídico, a política e o campo educacional e cultural permitiram com o início da redemocratização em 1945, a instituição do voto obrigatório, que erigiu o eleitor-cidadão.

Maria L. Q. de Moraes (2012) afirma que esse era um período em que a Igreja Católica lançava mão de pregar nas escolas, uma prole numerosa e o fortalecimento do casamento, onde a sexualidade feminina se voltava somente para a reprodução e a convivência entre meninos e meninas nas escolas obedecia a uma segregação prescrita por uma moral sexual cristã.

No livro *Termos de Visita* está registrado que, em 1963, dos dias 03 a 20 de junho, houve nova visita do inspetor escolar, que verificou o prédio, as instalações sanitárias, as salas de aula, o mobiliário, o material didático, a escrituração, harmonia e disciplina entre direção e corpo docente, o ensino, os empregados e os professores. Observou que os professores fizessem mensalmente a classificação dos alunos em fortes, médios e tardios, no gênero masculino e feminino. Nas recomendações para a irmã Maria Inocente, que era normalista e regia o 5º ano 1º complementar, o inspetor observou que: "a) proceda a classificação de seus alunos mensalmente; b) invista muito na parte da grafia dos mesmos; não permita o uso de canetas esferográficas em sua sala de aula" (*TERMOS DE VISITA GENSS*, 03 à 20 jun. 1963, p. 09-10). Embora não ficaram evidentes os critérios utilizados para classificar um aluno, por exemplo, como médio, é possível interpretar que um deles era a habilidade para repetir e fazer cálculos mentais, assuntos recorrentes nesse documento. Além disso, fica evidente que durante o ano letivo os alunos eram classificados, ou seja, trocavam de uma sala para outra "mais forte" ou "mais fraca". Quanto ao uso ou não de caneta ou lápis é possível observar o

quanto esse aspecto da cultura escolar influenciou nos anos seguintes e nos dias atuais o ambiente da sala de aula.

Na sequência de seu trabalho o inspetor avaliou o professor Ângelo Riboldi, regente do curso primário, que trabalhava com dois segundos anos fortes e um fraco e recomendou que cuidasse a margem no caderno de seus alunos e procurasse "evitar o quanto possível o uso desnecessário da borracha de apagar que poderá marcar" e também que observasse do "melhor modo possível em certas crianças a falta de asseio nas mãos e cabelos" (*TERMOS DE VISITA GENSS*, 03 a 20 jun. 1963, p. 10-11). Outro elemento que poderia ser utilizado como critério para classificar os alunos era a questão do asseio. Essa era uma questão central nas discussões no GE. Era assunto recorrente nas reuniões do Pelotão da Saúde, uma das associações escolares que atuava fiscalizando junto aos alunos a sua higiene. Sobre essa questão de classificação, Foucault (1987) afirma que existe um duplo papel na divisão que leva em conta a classificação ou o grau. Esse papel deve observar as competências, as aptidões e também os desvios, sem esquecer-se de castigar e recompensar. É pelas promoções que a disciplina estabelece os lugares na hierarquia. Ela também pune e degrada. O sistema de classificação é duplo, ele recompensa ou pune. Esses elementos permeavam e determinavam as ações levadas a cabo pelas associações escolares no GENSS.

Para a professora Erna Terezinha Seibt que era regente do 1º ano forte, o inspetor recomendou que "o aluno deve responder sempre de pé e com delicadeza". Para a professora Sirlei Maria Stertz recomendou que "uma vez formulada a pergunta observe se não são sempre os mesmos que apontam o dedo e faça que os demais entendam repetindo a explicação". Para a irmã Maria Claret recomendou "manter os alunos constantemente ocupados e não permitir cochichos entre eles". Outro elemento importante a destacar resultante da visita do inspetor escolar era quanto à realização das reuniões pedagógicas. Elas deveriam ocorrer mensalmente nos segundos sábados de cada mês e as atas dessas reuniões deveriam ser enviadas para a Inspetoria Escolar. No final foi recomendado que não se permitisse discussão e comentários entre alunos (*TERMOS DE VISITA GENSS*, 03 a 20 jun. 1963, p. 13-17).

É oportuno destacar que embora os documentos produzidos pelas freiras abordassem sobre as visitas do inspetor escolar ao GE, os registros das reuniões deste com a direção e os professores eram inseridos em ata no livro de visitas. Nos *Anais*, se verifica que as freiras narravam sobre a forma como viam as inspeções escolares no GE. Quanto às determinações para que os estudantes não falassem entre si, traz à tona um contexto em que o diálogo em

grupo, por exemplo, para a construção e produção de conhecimento, era inibido. No ano de 1963 as freiras se reportaram a visita do inspetor da seguinte maneira:

> Desde o dia 3 até 20 tivemos em nosso meio o nosso Inspetor Escolar o senhor Avelino Clemente Prando. Ele inspecionou todas as aulas desde o 1º a 5º anos assistindo no mínimo três lições em cada classe, mas não seguidas nem no mesmo dia, na hora que a gente menos o esperava ele vinha. Após a visita lavrou uma ata de 20 páginas constando nesta ata as coisas principais de cada professor, como seja: pontos que devo melhorar no ensino e também as boas qualidades que já tem método, disciplina, ordem em classe, apresentação da classe, impressão que causa a mesma, escrituração da mesma, culminando esta visita com uma reunião dos professores todos em que foi lida esta ata e dito a cada professor e também às irmãs, o que devem melhorar em sua classe (*ANAIS* CNSS, 03 jun. 1963, p. 06).

Dessa forma, analisando a passagem acima e cruzando os documentos, uma especificidade chama a atenção. Mais de uma vez, as freiras mencionavam nos *Anais*, outro documento, o livro *Termo de Visitas* do Inspetor Escolar. Isso mostra o grau da importância e a atenção que eram dados para aquele livro naquele momento. Os registros feitos nele pareciam suscitar temores. É possível verificar tais desconfortos com essas visitas numa página dos *Anais* do dia três de junho de 1963, nos momentos em que era produzida também a ata da reunião com os assuntos tratados no final da inspeção no GE. Por esse suporte se percebe que o livro que registrava as visitas do inspetor escolar, se tratava de um documento que merecia atenção constante por parte das freiras. Aos olhos delas, as visitas se convertiam em momentos de incertezas para a instituição feminina católica.

O cargo de Inspetor Escolar das associações escolares que era indicado pelo chefe do poder executivo, foi criado em Santa Catarina no ano de 1947. Suas atribuições eram fomentar a criação destas associações além de apoiar as existentes e também fiscalizar. Pelo Decreto Lei nº 3.733 de 12/12/1946 os inspetores escolares deveriam auxiliar ativamente as associações escolares que deveriam promover a educação nos aspectos intelectual, cívico, moral e social. Um novo projeto de sociedade determinava as funções das associações escolares. Estes projetos eram voltados para a categoria trabalho em suas bases sociais. Dessa forma, elas deveriam fazer a ligação entre a escola, a família e demais entidades sociais (METELSKI, 2018). O inspetor escolar estava sempre atento no que se refere a aconselhar os diretores das escolas para que esses organizassem por meio das associações escolares, festas, desfiles e outras comemorações (SILVA, 2014). Porém como demonstra os documentos de *SND*, o inspetor não fiscalizava somente o funcionamento das associações, mas também a metodologia de trabalho dos docentes.

No que se refere aos “cochichos” entre os alunos, é possível observar o apelo que se fazia constantemente nessas visitas pelo exercício da disciplina e do silêncio que deveria ser quase sepulcral e que poderia fazer eco pelos corredores que abrigavam as salas do grupo escolar. Conversar com o colega, discutir ou mesmo se levantar sem permissão poderia se transformar numa transgressão de modo que sobre seu corpo poderia recair a aplicação de um mecanismo disciplinar. O GE com o curso normal se voltava para a tarefa de moldar crianças e jovens que no futuro pudessem servir como professores e professoras. Pelo menos parecia ser essa a intenção da criação do curso Normal Regional.

Entre os dias 3 e 10 de dezembro de 1964 foi delegada uma tarefa para os professores e professoras de todo o Brasil. Realizar um censo escolar. Nos *Anais* foi escrito que no povoado, isso também iria acontecer, pois:

> Como o Brasil é um país muito grande o número de ignorantes e analfabetos também é. Para resolver este problema o nosso governo federal, organizou o trabalho do Censo Escolar. Os professores deviam fazer este trabalho, para isto foram dispensados das aulas nos dias que estavam ocupados com o Censo. Para cada professor foi designado um setor no qual deveria trabalhar e responsabilizar que o trabalho fosse entregue em dia. O trabalho começou com a visita em cada família e anotar em papéis preparados para isto o número de habitantes, se era ou não analfabetos, a idade das crianças, se frequentam ou não uma escola e o motivo porque não frequentam e outras coisas mais. Foi um trabalho demorado e exaustivo, pois os professores caminhavam o dia todo. Muitas vezes aconteceu algo de desagradável em chegarem a certas famílias e em vez de um copo de água, refresco ou refeição receberam palavrões, pois muitos pais pensaram que era alguma coisa da polícia. Nós irmãs ficamos em casa fazendo o trabalho que parecia ser o pior, isto é, controlar se tudo estava certo passar a limpo enfim cuidar que cada setor estivesse completo. Todos deram graças a Deus quando terminou. Para consolar e esquecer um pouco a fadiga recebemos um elogio do inspetor. Disse ele que o trabalho de Maravilha estava ótimo. Ainda ganhamos também um dia para descansar (*ANAIS* CNSS, 10 dez. 1964, s\p).

Alguns elementos presentes nas entrelinhas dessa passagem podem ser analisados. O senso comum de que o problema do analfabetismo no Brasil nesse momento se deve ao fato de o país ser grande territorialmente, e que o governo militar estava disposto a resolver. Segundo que a desconfiança de algumas famílias, citada no documento entendendo que o censo era uma coisa da polícia, remete provavelmente ao entendimento por parte dessas famílias de que se tratava de fiscalização dos militares. Muito embora essa hipótese possa sofrer dúvidas, no sentido de que os efeitos e o entendimento do que ocorrera no Brasil em 1964, tenha chegado tardiamente nos lugares mais inóspitos do país. Entretanto é uma possibilidade e a passagem evidencia. Porém, outra questão na passagem revela que isso foi uma obrigação imposta aos professores de fazerem perguntas objetivas as famílias no que se

refere ao número de analfabetos e porque não enviavam as crianças à escola. Esse é o limite que essa passagem do documento me permite ir.

Foi de três a oito de junho de 1964, já no período pós-golpe de 1964 em que os militares haviam assumido o poder no país, houve a visita de outra pessoa que assumiu como inspetora escolar. Tratava-se de Olga Vieira de Campos Oerding que antes de sua assinatura no final do livro de Termos de Visita, escreveu os dizeres: "Tudo pelo Brasil!". Os itens constantes do termo basicamente eram semelhantes aos dos anos anteriores. O destaque vai para o registro que a inspetora fez com relação ao atraso do pagamento do aluguel do ano anterior para as freiras por parte do estado. Numa primeira análise, parece que a inspetora se referia a situação política e econômica do Brasil, pois ela deixou escrita como observação final: "parabéns e palavras de estímulo para prosseguirem no trabalho com mais ardor e entusiasmo, pois assim estarão contribuindo para a grandeza de nossa estremecida pátria, o nosso querido Brasil!" (*TERMOS DE VISITA GENSS*, 03 a 20 jun. 1964, p. 19-23). As palavras que podem receber uma atenção sobre seu significado que tiveram para a inspetora naquele momento e que desperta uma atenção aqui são duas: "estremecida pátria". Era tudo muito recente e o país estava em ebulição com os desencadeamentos do Golpe Militar deflagrado contra a democracia naquele ano. Em outra visita, também nas considerações finais quando a inspetora Marina C. d'Ávila fez nos dias 18 e 19 de agosto de 1969, ela fala da criança, vista como a esperança da pátria: "tendo a convicção de ter dado o melhor de si para estes pequenos que serão o futuro em quem a Pátria deposita sua esperança em dias melhores" (*TERMO DE VISITAS GENSS*, 20 ago.1969, p. 48).

Importante destacar que nas avaliações feitas pelos inspetores escolares, as críticas e recomendações mais duras eram para as professoras leigas. As professoras que eram freiras de modo geral recebiam elogios, como por exemplo, no mesmo ano, 1964, nos dias 14 e 15, quando esteve fazendo uma visita ao GE, uma equipe de três inspetores da 18ª Circunscrição de Chapecó, da 70ª Circunscrição também de Chapecó, Caxambú do Sul e Águas de Chapecó e da 75ª Circunscrição de São Carlos, Saudades, Pinhalzinho e Modelo, todos esses municípios de Santa Catarina. A irmã Maria Noeli que também era aluna da 3ª série do Normal Regional não recebeu nenhuma recomendação, apenas que: "Continue dedicando-se assim que obterá uma ótima promoção" (*TERMO DE VISITAS GENSS*, 14 e 15 set.1964, p. 27). Havia, portanto críticas duras direcionadas para professoras leigas. No que se refere às freiras, nada se observou.

Nos dias 14 e 15 de junho de 1965 a visita foi feita por quatro inspetores, dois escolares, um regional e um da 73ª Circunscrição. Os trabalhos de inspeção foram

coordenados pelo inspetor regional Arquimedes D'Ávila. No final o termo foi lido numa reunião com todos os funcionários do GE onde eram repassadas orientações pedagógicas e depois assinado por todos e todas. Naquela visita foi abordado sobre a cooperação social nos recreios:

> Todos unidos, serventes, professores e direção devem dispensar a necessária atenção ao recreio dando-lhes exemplos de manifestação de carinho, confiança, sociabilidade. Recreio quer dizer aula de recreação, canto, higiene, boas maneiras, civismo, conhecimentos gerais e acima de tudo a formação de bons hábitos e atitudes sociais em que o mestre e amigo é o líder e o orientador participante (*TERMO DE VISITAS* GENSS, 14 e 15 jun. 1965, p. 35).

As visitas de inspeção se transformavam em momentos tensos no grupo escolar. Sempre se ficava na expectativa e medo da chegada repentina de um inspetor. Ainda mais quando vinha mais de um. O temor pela presença desses personagens aparece evidenciado na seguinte passagem:

> Dias que assustam sempre os professores apesar de estarem com tudo em dia e bem preparados são os dias de inspeção. Este ano tivemos uma arrojada inspeção de quatro inspetores que ficaram por aqui dois dias e foram de aula em aula assistindo as lições. Tivemos no fim da inspeção uma conferencia em que foi ressaltado alguns pontos em que se deve melhorar e também foi louvado o esforço do professorado (*ANAIS* CNSS, 16 jun.1965, s\p).

Os recreios eram vigiados de modo que não se tornassem correrias desenfreadas. Sobretudo era prescrita nesses momentos a prática do civismo e dos bons hábitos. As representações de liderança apresentavam a docência de modo central, como o grande preceptor, de caminhos a serem seguidos. Em 1977 a coordenadora local que era Leocádia Bernardi, esteve na EBNSS (o GE havia deixado de existir em 1971). A visita da coordenadora deu-se exclusivamente para ver sobre uma sindicância. Estava ali para verificar o motivo da "substituição de folhas de Relatório Anual junto à secretaria da escola e outros assuntos de ordem geral" (*TERMO DE VISITAS* GENSS, 30 mar 1977, p. 54). Pelo fato de que outros assuntos não foram descritos no livro de termo de visita daquele dia 30 de março, a sindicância talvez tenha assumido proporções relevantes em relação aos demais assuntos do estabelecimento escolar. Aqueles foram dias tensos no espaço escolar. Aliás, a referência a essa sindicância de adulteração nos relatórios anuais aparece descrito em outras visitas da Coordenadora Local de Educação, feitas nos anos seguintes.

Os documentos evidenciam também que havia também o desejo de expansão das atividades das irmãs para outras localidades. Estava presente a intenção de instalar uma

missão apostólica junto ao GE em Cunha Porã, município vizinho de Maravilha. Com relação à expansão da atuação da *SND*, um fato inusitado mudou o rumo das coisas. No dia 6 de março de 1957 duas irmãs estavam prontas para se dirigirem à Cunha Porã quando receberam aviso urgente de que o inspetor escolar havia chegado. Quando a diretora irmã Maria Ancila foi recebê-lo ficou surpresa ao ver também o delegado de ensino Osvaldo Ferreira Soares. Inicialmente anunciaram satisfação em relação aos trabalhos das irmãs e solicitaram uma reunião com a participação das duas irmãs que estavam preparadas para ir à Cunha Porã. Maria Ancila descreveu tal fato assim: "Logo sabíamos como agir, pois justamente eram esses os dois que não estavam à favor de as irmãs irem à Cunha Porã" (*ANAIS* CNSS, 06 mar.1957, s\p). Em seguida, o delegado deu início à reunião afirmando que havia realizado uma investigação no local e constatado que 70% da população eram contra a presença das irmãs em Cunha Porã. Sobre tal fato, as irmãs registraram que: "Falou apenas com os pastores dos protestantes congregacionalistas que realmente estavam contra as irmãs, enquanto que a população a maioria estava a favor". A reunião seguiu e,

> vendo que não conseguia desanimar-nos e convencer-nos, despediram-se, foi justamente nesse instante que compareceram dirigentes dos que queriam as irmãs em Cunha Porã entre eles o Sr. Ornélio Rüdiger e o Delegado de Polícia e mais dois senhores que tinham vindo para levar as irmãs à Cunha Porã. Imediatamente pediram para falar com o Delegado e o Inspetor. Tomaram, pois, lugar na Secretaria do Grupo, ficando as Irmãs M. Borja e Ancila junto. Acho que não é necessário registrar aqui um resumo do verdadeiramente célebre debate entre o Delegado e esta Comissão. Nunca pensei que homens simples soubessem agir e falar assim como estes cunhaporanos. O Delegado viu-se realmente emaranhado quase sem defesa. Os cunhaporanos prometeram lutar até o sangue se preciso fosse. Mas querem as Irmãs (*ANAIS* CNSS, 06 mar. 1957, s\p).

As irmãs consideravam o Inspetor Escolar responsável pelas dificuldades de a Congregação expandir suas atividades para Cunha Porã. Na sequência o Delegado e o Inspetor se despediram e seguiram para Chapecó, por São Carlos. As irmãs palestraram com a Comissão apresentando as duas irmãs destinadas à Cunha Porã que eram elas Maria Salete e Maria Pulquéria, que "fazem falta imensa em Cunha Porã, devido ao pouco capricho da Diretora do Grupo, que a princípio se mostrou a favor e depois virou de capa" (*ANAIS* CNSS, 06 mar. 1957, s\p). Logo em seguida a Comissão se despediu e as irmãs ficaram confiantes aguardando o desenrolar das coisas, porém, com receio da Casa Provincial de Santa Cruz de Passo Fundo que não estava a par do desenrolar dos fatos e poderia intervir desfavoravelmente (*ANAIS* CNSS, 1957, s\p).

No dia 11 de março de 1957 as irmãs foram surpreendidas com o senhor Ornélio Rüdiger perguntando se tinha fundamento um boato advindo de São Carlos, de que as irmãs

não iriam mais à Cunha Porã. As irmãs trataram de acalmá-lo dizendo que tal coisa a Madre Provincial não faria sem antes se inteirar do assunto. O informante disse que as irmãs de São Carlos haviam transmitido para a Madre as ideias do delegado e que devido a isso ela havia renunciado a tal empresa.

> Infelizmente a carta recebida neste dia veio confirmar os boatos de São Carlos. A notícia recebida, "renunciamos a Cunha Porã", foi uma bomba ou uma ducha fria que nos prostrou em estado quase desesperador, as lágrimas rolaram de todos os olhos. Não por nossa causa, mas pensando nos sacrifícios e lutas desses intrépidos homens de Cunha Porã que já há oito dias deixaram de lado os seus negócios para conseguir uma escola cristã e moralizadora para seus filhos. [...], pois a querida Madre pedia que as duas irmãs voltassem urgentemente a Passo Fundo, Deliberaram que nesta mesma noite as irmãs iriam até Iraí (RS), num carro especial e assim fizeram. Dentro de um quarto de hora arrumaram tudo e vertendo lágrimas de tristeza seguiram o chamado da obediência, era isso pelas 10 horas da noite (*ANAIS* CNSS, 11 mar.1957, s\p).

O Grupo Escolar que havia no Distrito de Cunha Porã, na época pertencente ao município de Palmitos não era conduzido por instituição religiosa. Havia pastores protestantes no Distrito que eram contra a vinda de *SND* para exercer atividades no naquele distrito, conforme a narrativa dos *Anais*. Analisando as fontes se percebe a intenção da casa filial da *SND* de expandir seu raio de ação educacional e religioso num espaço que atuavam os protestantes. Mas pelo que se percebe era uma luta de pessoas de Cunha Porã e das freiras do convento de Maravilha, pois elas citam na narrativa que a Casa Provincial não estava inteirada do movimento dos moradores.

Se analisarmos tal fato fica mais evidente que se tratava de uma luta por espaços entre católicos e protestantes que também havia em Maravilha. A presença e a importância dada à atuação da associação escolar Bandeira da Cruzada Eucarística, demonstra isso. A expansão para Cunha Porã não se concretizou e a atuação de *SND* à frente da educação, também em Maravilha, teve seu apogeu e seu gradual e eminente final, precipitado com o fim do GE no povoado em 1971.

Portanto, uma dúvida paira no ar. Com a evidência de que a atuação de uma associação escolar naquele momento se convertia num processo de controle e coesão social, o que poderia mover as pessoas que delas faziam parte, especificamente no caso do povoado de Maravilha? Talvez uma resposta plausível, seria a de que estar ali e participar da *Bandeira da Cruzada Eucarística* de *SND*, por exemplo, era sinônimo de privilégio.

3.3.2 Irmã Maria Ancila na direção do GE

Irmã Maria Ancila exercia a função de condutora dos destinos educacionais no povoado. Atuava em várias frentes: educacional, social, religiosa e política. O período em que esteve na direção do GENSS foi conturbado, tanto no início como também nos instantes finais no cargo. Consolidava-se como liderança carismática no povoado. Sobre as tensões envolvendo a religiosa, foi possível cruzar quatro documentos que falaram sobre o mesmo acontecimento: os *Anais* do convento, o *Livro Tombo* da Paróquia São José Operário de Maravilha, o *Livro Ata* do Ginásio Secundário Estadual Pio XII do GENSS e o *Livro de Poesias*. Este último será analisado no capítulo quatro. O *Livro Tombo* narra da seguinte maneira os acontecimentos envolvendo a freira:

> O ataque se dirigiu principalmente contra a irmã diretora Maria Ancila. O próprio inspetor escolar estadual não topava a irmã por ser muito autoritária e independente; mas a fundo o motivo da encrenca foi político em parte e em parte ganância e ambição de certo professor Antonio Canci, um ex-seminarista que a custa dos outros, estuda. Para solucionar o caso o senhor inspetor convocou uma reunião de todas as autoridades para o pré-seminário. O resultado foi que a irmã Maria Ancila pôs o cargo da diretoria do ginásio a disposição. Foi então oferecido o cargo a irmã Maria Inocente que não aceitou. Foi em seguida lembrado o nome da senhorita Ilse Ebertz, evangélica, que aceitou a direção do Ginásio Pio XII. Este cargo é por dois anos (*LIVRO TOMBO* PARÓQUIA SJO, 10 abr.1968, p. 05).

A ata número 30 do Ginásio Pio XII do dia 16 de agosto de 1968 também reservou algumas linhas sobre o acontecimento. Nela a diretora Maria Ancila "falou que os professores tem muita autonomia a qual está sendo muito mal interpretada, pois alguns professores estão negligenciando com suas obrigações" (*LIVRO ATA Nº 30 GINÁSIO PIO XII*, 16 ago. 1968, p. 29). Aqui provavelmente a diretora estava se referindo aos professores que estudavam em Passo Fundo. É possível interpretar dessa forma, pois constantemente no *Livro Ata do Ginásio Pio XII* a freira fazia observações sobre a ausência deles nos dias de aulas frequentadas em suas faculdades. Uma passagem que comprova esse embate é a seguinte:

> Como é do conhecimento dos senhores professores, o professor Elói J. Ranzi e o professor Antônio O. Conci por não terem feito o curso da Cades em janeiro, não podem lecionar as matérias português e ciências. Por isso a Revda. Irmã Diretora achou que os referidos professores, conforme a lei do magistério poderão lecionar estas matérias como auxiliares. Falou também para os professores lerem os referidos estatutos para estarem mais a par das leis do magistério (*LIVRO ATA Nº 15 GINÁSIO PIO XII*, 26 maio 1966, p. 12).

Em outra reunião a diretora do GE alertou os professores sobre a participação num curso da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), uma campanha para o desenvolvimento de professores do ensino secundário.[26] Naquela reunião do dia 25 de agosto de 1966 a freira avisou que

> Os professores devem providenciar sua inscrição no curso da Cades. Os professores Elói J. Ranzi, Gildo Felipe e Ilse Ebert pretendem fazer exame de ingresso na Faculdade de Filosofia de Passo Fundo e, portanto acham que não tem a necessidade de fazer o curso. O professor Antônio O. Conci que está fazendo a Faculdade de Filosofia em Passo Fundo disse que o inspetor da faculdade afirma que quem está cursando a mesma não tem necessidade de fazer o curso da Cades (*LIVRO ATA* Nº 18 GINÁSIO PIO XII, 25 ago. 1966, p. 18).

Na mesma reunião duas passagens chamam a atenção. Um é sobre como o docente deveria agir: "Continuando, a diretora disse para os professores não terem muita intimidade com os alunos, para demonstrarem mais superioridade" (*LIVRO ATA Nº 23 GINÁSIO PIO XII*, 1º ago. 1967, p. 23). Aqui a diretora expressa algo característico desse período, o professor como autoritário numa posição que não permitia o diálogo na sala de aula, mas a superioridade do docente. E, a outra passagem traz evidência de que Maria Ancila se voltou para os professores que estudam na faculdade ao alertar que "quando o professor tiver que faltar favor avisar a direção e deixar a matéria preparada ou então indicar o substituto" (*LIVRO ATA Nº 23 GINÁSIO PIO XII*, 1º ago. 1967, p. 23). Em outras reuniões esse assunto também foi colocado em pauta. Na reunião seguinte do dia 23 de setembro de 1966, essa evidência é reforçada, pois já no início a diretora aborda diretamente sobre as faltas dos referidos professores:

> De início falou sobre as faltas dos professores, principalmente dos que fazem faculdade por frequência livre, apresentando o Decreto Lei número 105 parágrafo 16 no qual consta que são faltas justificadas e sem desconto as de luto que são de nove dias. No Regimento Interno consta que duas faltas por mês são justificadas sem prejuízo monetário para o professor e caso falte mais, deverá arranjar um substituto. Todos os professores ficaram de acordo (*LIVRO ATA Nº 24 GINÁSIO PIO XII*, 23 set. 1967, p. 23).

No dia cinco de março aconteceu a primeira reunião do ano de 1968 e os comentários direcionados aos professores estudantes aparecem mais uma vez.

---

[26] O Ministério da Educação e Cultura instituiu a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) pelo Decreto nº 34.638 do ano de 1953 com o objetivo de formar professores do ensino secundário em todo o Brasil. Preparava docentes de ginásios que não possuíam docentes licenciados por Faculdades de Filosofia. Os docentes que tinham graduação superior participavam de disciplinas pedagógicas. Outro objetivo da CADES era conceder bolsas de estudo para o aperfeiçoamento de docentes (OLIVEIRA, 2019).

> Os professores estudantes deverão fazer contrato com os colegas que irão lecionar em seu lugar quando forem assistir às suas aulas de frequência. Deverão pagar a metade das aulas para o professor que substitui. Por exemplo, se o contratado substituiu dezesseis (16) aulas o governo pagará oito (8) aulas (a metade) e o professor estudante as outras oito (8), a outra metade (*LIVRO ATA Nº 27 GINÁSIO PIO XII*, 05 mar. 1968, p. 26).

Nas duas reuniões seguintes que são realizadas nas datas dos acontecimentos do afastamento de irmã Ancila da direção do GE, nenhuma menção a eles. Na reunião do dia 29 de maio o encaminhamento de mais um dever dos professores que estavam estudando. Desta vez "os professores que estudam em Passo Fundo deverão antes de se ausentar apresentar para a direção a relação de suas aulas e o professor substituto" (*LIVRO ATA Nº 29 GINÁSIO PIO XII*, 29 maio 1968, p. 29).

Um ciclo das falas da diretora aos docentes que estudavam em Passo Fundo encerrou com a reunião do dia16 de agosto de 1968. É aí que a fala da freira traz evidências da animosidade que havia. Como assunto final ela disse aos professores que "estão criticando a direção. Se o professor quiser criticar que se dirija à direção. Mas a crítica só será aceita se o professor estiver em dia com sua vida profissional. Enfim, se for um funcionário modelo. Falou que só aceitará críticas construtivas" (*LIVRO ATA Nº 30 GINÁSIO PIO XII*, 16 ago. 1968, p. 30). As reuniões seguintes seguiram sob o comando da freira que permaneceu na direção do Ginásio Secundário Estadual Pio XII devido ser concursada. Ela foi afastada somente do cargo de direção do Ginásio Normal. A última reunião em que aparece no início da ata o nome do ginásio e do GENSS, foi no dia primeiro de março de 1971. Na reunião seguinte que foi realizada no dia três de março do mesmo ano aparece o nome de Escola Básica Nossa Senhora da Salete. Não há também nenhuma fala no corpo do texto das atas que mencione a mudança de GE para escola básica.

É nos *Anais* de 1968 esses acontecimentos aparecem com mais detalhes. Neles consta que no dia três de abril daquele ano pela parte da manhã, um professor telefonou para alertar que estava em curso a trama de uma cilada para Maria Ancila. Tratava-se de uma equipe composta por um professor do próprio GE juntamente com o prefeito do município e mais duas lideranças do local. Objetivo: depor a freira das direções do primário, do ginásio e do Curso Normal Regional. O poder que a freira tinha incomodava. Se não bastasse o padre também estava envolvido nessa trama e teria aconselhado o grupo a ir até Passo Fundo dar parte da freira na Casa Provincial.

> Dirigiram-se a Passo Fundo (RS) para pedir a demissão, ou melhor, a transferência da pessoa em questão. Ali alegaram uma série de mentiras sem fundo, assim, por

> exemplo, que entram milhões no caixa do grupo e ninguém conhecia o seu paradeiro. Após o telefonema, anteriormente mencionado, a irmã procurou localizar as pessoas mencionadas. Sabendo que se tinham dirigido a Passo Fundo, arrumou uma pequena mochila e foi em companhia do chofer e da irmã Maria Oscária atrás para por a limpa o ocorrido. A madre Maria Casilda voara naquele dia a Roma. A irmã Maria Eufêmie estava muito preocupada. Quando as irmãs chegaram em Passo Fundo a equipe havia saído há pouco. No dia seguinte regressaram passando por Chapecó (SC) para conversar com o inspetor escolar e saber como agir (*ANAIS* CNSS, 10 abr. 1968, s\p).

As religiosas conversaram com o inspetor e esse aconselhou a se juntar ao povo. Quando as irmãs chegaram a Maravilha fizeram um abaixo-assinado e conseguiram recolher a quantia de 700 assinaturas: “os pobres vinham e diziam ‘queremos dar o nosso voto para a irmã’. Os estudantes também se movimentaram e prepararam uma passeata com cartazes que diziam: “A juventude quer, reclama, exige irmã Maria Ancila”; “irmã Maria Ancila a juventude é sua defesa”; “Estudantes com Ancila”; “Unidos venceremos”; “Fora com o que pretende” (*ANAIS* CNSS, 10 abr. 1968, s\p).

Figura 4 – Página do *Livro de Poesias* com fotografia da passeata de estudantes em defesa de irmã Ancila

1967

Acontecimento importante marca este ano. Encontro de estudantes de Maravilha, Palmitos, São Carlos, Seminário Cubri e Pinhalzinho. Para um Congresso em nosso Colégio.

Três dias foram dedicados a essas jovens idealistas. Almejando os objetivos previstos.

Este fim de ano foi marcado pela formatura da primeira turma de alunos ginasianos.

1968

Abre-se as cortinas do palco e o ano de 1968 surge, e com ela novas atividades. Todos estão ansiosos da grande realização.

Nesse ano um grande obstáculo foi colocado no caminho de nossa querida diretora. Queriam a todo força tirar seu cargo. Mas sua eficiência e heroísmo nada conseguiram fazer. Foram ela colocou a disposição o cargo de diretora da Regional Regionale. Sendo a nova diretora a Irmã Ilse Ebert.

E a irmã Ancila permaneceu como diretora do Ginásio e primário, para a felicidade dos alunos.

Fonte: Acervo EEBNSS. Maravilha (SC), 1967

A imagem acima é de uma página do *Livro de Poesias* que apresenta os anos de 1967 e 1968. Ela tem uma fotografia da passeata de estudantes protestando contra o grupo de professores e autoridades locais da Arena, que queriam depor a religiosa do cargo de diretora. Conforme a documentação, a manifestação foi silenciosa, pois o contexto exigia que o assim fosse. Mas a noite foi longa.

Naquela noite a juventude ensaiou um grito que não saiu, num lugar distante, numa noite talvez muito escura e talvez fria, era mês de abril. Os jovens saíram na noite e colocavam dizeres de protesto nas calçadas. Aquele parecia ser um momento político. Parecia ser a resistência das freiras contra um grupo que poderia se apresentar como representantes governamentais. O povoado estava em ebulição, quando o juiz de direito local Luiz Elói Dadam, atendendo ao pedido do inspetor escolar convocou uma reunião com todos os envolvidos e diversas lideranças do município. Aqueles dias eram dias de tensão no povoado (*ANAIS* CNSS, 10 abr. 1968, s\p).

Chegou o dia da reunião no dia 10 de abril de 1968. O local escolhido foi o seminário no alto da montanha. Quando o inspetor chegou para a reunião os alunos estavam na frente fazendo a recepção. O inspetor parou e ficou por um longo tempo conversando com eles tentando apaziguar os ânimos. Participaram da reunião somente pessoas convidadas. Tratou-se de um espaço privado para decidir encaminhamentos de âmbito público. Era um cerimonial do poder que estava se montando no espaço religioso. Os alunos ficaram do lado de fora, no pátio do seminário, muito embora fosse proibida a presença deles ali também. Na capela estiveram algumas irmãs que não foram e ficaram rezando. O ambiente expressava um ar lúgubre, a observar pela escrita nos *Anais*. Maria Ancila ocupava o banco dos réus. O espetáculo da punição estava representado.

> A reunião transcorreu num clima de tensão nervosa e antipatia, todos, porém aparentavam um ânimo sereno. No início falou o inspetor a quem o presidente da mesa Dr. Elói Dadan havia concedido a palavra. Além destas pessoas compuseram a mesa: o prefeito, dois sacerdotes, o pastor luterano, irmã Maria Ancila como uma ré e outros (*ANAIS* CNSS, 10 abr. 1968, s\p)

O ritual estava disposto de tal modo que talvez a própria ré, como é citada nos documentos, e sua fiel escudeira, Maria Inocente, já esperavam o resultado do espetáculo, a "condenação" de Maria Ancila. [27] Fica evidente o descontentamento das freiras quando se observa na passagem acima a frase "Maria Ancila como uma ré". Os demais integrantes da

[27] A irmã Maria Inocente tinha um destaque no que se refere a sua proximidade com a diretora do GE, irmã Maria Ancila. Esteve junto à diretora durante esses momentos tensos do embate político que resultou na sua saída da direção da escola.

mesa também revelam o cenário obscuro que tomava corpo ali, com a presença de dois sacerdotes e um pastor luterano.

> A seguir o professor Antônio Conci apresentou as suas razões e a irmã Maria Ancila se defendeu muito bem, estava muito calma. Queriam que a irmã entregasse as direções: a do primário não podia por ser concursada. No ginásio secundário idem e pôs a do ginásio Normal a disposição. Como diretora do cargo vacante, a Arena nomeou a professora Ilse Ebert. Os alunos se desgostaram por ser pessoa de pouca aceitação. E assim terminou a reunião ainda que muitas pessoas quisessem fazer um pronunciamento (*ANAIS* CNSS, 10 abr. 1968, p.s\p).

No final o juiz de direito convidou as pessoas de "destaque", como fala o documento, "para um almoço de 'confraternização' no hotel". A palavra "confraternização" está entre aspas nos *Anais*. Isso também denota o claro e tenso descontentamento com aquele movimento, que parecia ser de representantes locais da Arena, partido oficial da Ditadura Militar. Esse descontentamento aparece na escrita sobre aquele dia:

> A irmã Maria Ancila não pôde esquivar-se uma vez de que ela era o alvo de toda a reunião. Em companhia da irmã Maria Inocente fez ainda esse ato de heroísmo. Tudo parecia terminado, mas as consequências nós a vimos e vivemos no decorrer do ano. Mas unidas pelos laços do amor e da caridade fomos firmes até o fim (*ANAIS* CNSS, 10 abr. 1968, s\p).

Mais um elemento vale destaque aqui também. A escrita nos *Anais*, ou seja, a narrativa desse acontecimento de 10 de abril de 1968, envolvendo as irmãs Maria Ancila e Maria Inocente, ocorreu provavelmente somente no final daquele mesmo ano, ou seja, 1968. O que revela isso são as seguintes passagens a respeito do resultado da audiência: "as consequências nós a vimos e vivemos no decorrer do ano. Mas unidas pelos laços do amor e da caridade fomos firmes até o fim" (*ANAIS* CNSS, 10 abr. 1968, s\p). Também se percebe no detalhe que não foi nenhuma das duas freiras citadas que redigiram o texto, pois não se refere a "nós" e sim a "elas". Maria Ancila acumulava o cargo de direção do GENSS que tinha o primário, o Ginásio Secundário Estadual Pio XII e o Ginásio Normal Regional. De qualquer forma, foi um fato relevante para aquele momento, o que demonstra a importância de se ocupar o comando de um GE.

É importante também observar com relação ao movimento dos estudantes, o contexto mundial no período desses acontecimentos em torno do comando da freira na direção geral do GENSS. Era final da década de 1960, caracterizada por um sentimento de liberdade da juventude. Conforme Eric Hobsbawm (1995) a década de 1960 se caracterizou por uma revolução cultural. O autor destaca os movimentos estudantis de 1968, momento de rebeldia

dos estudantes, como algo caracterizado fora da economia e da política. Essa agitação segundo ele mobilizou a classe média, principalmente os jovens dessa classe que nesse período estavam passando pelo processo educacional. Tratava-se de um grupo minoritário da população que não era reconhecido e definido na vida pública, a não ser pelo consumo de discos de rock. Ao contrário do que aconteceu na esfera política em países do terceiro mundo, o significado cultural da rebelião estudantil foi aquele que fez eco. Certamente, a movimentação dos estudantes em favor da diretora do GENSS, não estava desligada dessa agitação estudantil, algo característico de seu tempo. Naquele momento, a manifestação dos estudantes num povoado durante a ditadura militar no Brasil representava sem dúvida a expressão de sentimentos de jovens que eram filhos de seu tempo. No Brasil, durante o governo de João Goulart entre 1961-64 as mobilizações se intensificaram por parte de trabalhadores urbanos e rurais. Esses movimentos envolviam setores da Igreja Católica, ligas camponesas e sindicatos além de intelectuais e estudantes. Uma forte polarização entre direita e esquerda culminou no golpe militar de 1964 que eliminou direitos civis e políticos além de extinguir partidos. Também esvaziou o poder legislativo, impondo pressão e controle sobre os meios de comunicação. Não bastasse isso perseguiu e eliminou de forma física os contrários ao regime. Era um período de fortes retrocessos sociais com a falta de liberdade para a organização dos trabalhadores e manifestações. A desigualdade social se aprofundava apesar dos índices favoráveis do PIB com um aumento médio em torno de 10% entre os anos de 1968 e 1973 (DE LUCA, 2012).

A composição do magistério no Brasil desde o final do século XIX foi formado majoritariamente por mulheres, que davam aulas para o primário. Por outro lado, até a metade do século XX o cargo de direção era ocupado por homens. Nas fotografias e eventos o diretor refletia as relações de poder no meio escolar. Pode-se dizer que ele refletia a divisão sexual do trabalho (SOUZA, 2001). Aqui se falou sobre a inserção de Maria Ancila na instituição religiosa. Também observou *SND* inserida no contexto educacional em voga naquele momento. Não foi necessário utilizar um capítulo inteiro, mas uma parte dele. Embora a trajetória da freira inserida na instituição possa trazer muitos elementos para outra pesquisa. Também não tive a pretensão de transformar essa parte numa biografia da diretora do GE. Não que isso seja impossível. Aliás, vale lembrar que Phillippe Levillain (2003) traz a ideia de que a biografia por muito tempo foi relegada à margem, pois era vista como uma variante da literatura. Parecia arbitrário investigar, por exemplo, uma personalidade no meio da multidão. A multidão que servia as técnicas e aos movimentos sociais da História, era uma preocupação dos historiadores, pelo menos até o fim dos anos 1970. Aproximar a lente e

perguntar a uma época investigando as reações individuais de uma personalidade parecia fora da ciência, principalmente porque ela era vista como uma variante da literatura. O autor pergunta inclusive: “o que explica na França este ‘retorno’ à biografia, desprezada desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e, tratar-se-á de um simples retorno”? (LEVILLAIN, 2003, p. 144). Utilizar essa metodologia da biografia de Maria Ancila, de fazer outras perguntas aos *Anais* e buscar observar pelos olhos da freira, ocuparia sem dúvida outro capítulo na história da educação.

4 ASSOCIAÇÕESESCOLARES DE *NOTRE DAME*

> "a intencionalidade histórica implica que as construções do historiador tenham a ambição de serem reconstruções mais ou menos aproximadas daquilo que um dia foi 'real'"
> (RICOEUR, 2007. p. 275).

4.1 DISCIPLINA, VIGILÂNCIA, HIGIENE

Nesse capítulo serão apresentadas reflexões sobre as ações das associações escolares da *SND* agregadas ao GENSS em Maravilha. As fontes investigadas para este trabalho foram os *Anais* da instituição feminina católica e as atas das seguintes associações escolares: *Clube de Mães*, *Pelotão da Saúde*, *Bandeira da Cruzada Eucarística* e *Liga Pró-Língua Nacional*. Foram analisadas as normatividades delas que orbitavam em torno da *SND* para compreender os princípios, crenças e representações que a instituição tinha de família, infância, higiene, religiosidade e do processo educacional. Analisar as práticas das associações escolares se torna importante no sentido de compreender as ações e elementos que legitimavam o processo educacional e religioso comandado pelas freiras. Além disso, é importante observar as memórias que se tinha naquele período, registrada nos documentos. No entanto, elas sofriam inspeções em relação ao seu funcionamento, por parte do inspetor, representante governamental que fazia visitas constantes ao GE.

Cristiani Bereta da Silva e Maria Teresa Santos Cunha pesquisaram dois jornais escolares de Florianópolis publicados entre as décadas de 1940 e 1960, se referem em seu artigo a "associações auxiliares ou complementares" e afirmam que elas foram instituídas no primário, na década de 1930 no Brasil. Criado em 1935, o Departamento de Educação de Santa Catarina compôs uma lista que tinha a relação de quais seriam as associações escolares, suas funções e organização. A partir da década de 1940 tanto o governo federal quanto o de Santa Catarina contavam com elas. O objetivo de sua criação é para que servissem como instrumentos que viessem a contribuir para um projeto educativo mais amplo para formar cidadãos úteis a nação brasileira. O Decreto Lei número 2.991/44 as tornou obrigatórias em 1944 e preparar futuros cidadãos úteis para a sociedade moderna naquele contexto, era um dos seus objetivos (CUNHA; SILVA, 2020, p. 131).

Em Santa Catarina, segundo Michele Metelski (2018, p. 19) as associações auxiliares "representaram práticas educacionais inseridas no momento de nacionalização e reguladas por legislação estatal. Passaram por diferentes designações: instituições auxiliares, instituições

complementares da escola e associações escolares". A partir de 1937 os encaminhamentos nas áreas da saúde e educação eram feitos de forma conjunta e o Departamento Nacional de Saúde englobava todos os órgãos de saúde pública. Nesse período foram implantados serviços para a erradicação de doenças. As associações escolares foram impulsionadas em Santa Catarina por Elpídio Barbosa, superintendente geral interino do ensino pela Circular nº 05 de seis de janeiro de 1941. No entanto, já estavam em funcionamento desde o início do século XX. A circular que foi remetida a inspetores escolares, diretores de GEs e professores de escolas isoladas recomendava que houvesse insistência na sua organização devido a importância que se dava a elas, pelo papel social que elas desenvolveriam. O fomento do espírito de cooperação nas escolas, por exemplo, deveria ser conduzido pela *Liga Pró-Língua Nacional*. Seu objetivo era preparar os estudantes para se integrarem aos valores da pátria. O ensino deveria inserir e inculcar as crianças em conhecimentos práticos relacionados à saúde (METELSKI, 2018).

As atas das reuniões pedagógicas do ano de 1955 comprovam que as associações escolares já faziam parte do processo educacional conduzido por *SND* naquele ano. Na reunião pedagógica do dia 12 de março a diretora Maria Borja, da então Escolas Reunidas Professora Vera Gomes de Miranda (que passou no ano seguinte a GENSS), escolheu as professoras que seriam as orientadoras das associações. Duas freiras ficaram no comando: Maria Borja para orientar a *Liga Pró-Língua Nacional* e Maria Zenaide encarregada do *Pelotão da Saúde*. Em seguida foram escolhidos os membros de ambas as diretorias. Durante a reunião a diretora explicou a maneira de fazer a chamada e as provas mensais. Por fim recomendou que observassem o regulamento e cuidassem para que os alunos deixassem seus cadernos em ordem, bem encapados e que trouxessem de casa os lápis apontados e que não deviam permitir que o fizessem na classe (*ATA REUNIÃO PEDAGÓGICA* ESCOLAS REUNIDAS, 12 mar. 1955, p. 01).

Os mecanismos designados para o funcionamento do processo educacional exigem uma administração do tempo. Foucault (1997) afirma que na escola também há o funcionamento de uma micro penalidade do tempo. O autor se refere às divisões das tarefas, os atrasos e as ausências. Também inclui a falta de zelo, a desatenção, enfim, a maneira de ser. Além disso, as atitudes incorretas e os gestos que não estão de acordo e também a utilização de punição, pequenas humilhações até castigos físicos.

Nas páginas iniciais do relatório anual de 1956 do GENSS, ao falar da disciplina, considerava que, de maneira geral, ela "era boa nas aulas, nas formaturas, nos recreios como também nas comemorações e festas escolares. Mesmo assim era necessário às vezes aplicar as

penas disciplinares contidas no artigo 196 do Decreto Nº 3.735" (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 1956, s\p). Além das penas escolares, o ônus do "fracasso" escolar recaía de forma integral sobre o aluno. A disciplina escolar era tratada de forma primordial e parecia ser o que preenchia a maior parte das atividades e encaminhamentos pedagógicos no espaço escolar. As reuniões pedagógicas se transformavam em celebração da disciplina. Era o momento de observá-la, essa arte que segundo Foucault não é mais só para repartir os corpos e extrair o tempo deles "mas de compor forças para obter um aparelho eficiente". Ela tem como sua primeira operação a transformação de multidões confusas e inúteis em uma multiplicidade organizada (FOUCAULT, 1997, p. 126-138)

A configuração no espaço do GENSS assumia uma forma poética na narrativa nos *Anais* do convento, principalmente com relação ao início e o fim do ano letivo. O passado, de modo geral, sempre era invocado para legitimar as ações no presente e no futuro: "Mais um ano vivido. Os dias passaram depressa demais. Todavia procuramos deixar atrás de nós a marca da convivência, da fraternidade" (*ANAIS* CNSS, 1º jan.1971, s\p). O futuro era desconhecido, velado, de maneira que não era possível identificar a silhueta que o envolvia: "Abrem-se as cortinas do palco e o ano de 1968 surge. Ele apresenta-se velado pelo desconhecido. Música, foguetes, troca de cumprimentos e alegria forma o cortejo da aceitação de uma nova etapa de história. Todos estão ansiosos de grandes realizações" (*ANAIS* CNSS, 1º jan. 1968, s\p).

E embora isso pudesse ocorrer no processo de escrita dos *Anais*, não menos perceptível era a expectativa criada em relação aos eventos coletivos. No reinício das aulas durante o mês de fevereiro de 1959, a representação desse momento foi narrada da seguinte forma:

> Assim é neste mundo, tudo passa como uma sombra. Assim depressa se desvaneceram os dias das férias e outra vez estamos diante de uma turma enorme de crianças que ansiosas e alegres aguardam o bater da sineta para formarem pela primeira vez filas e conhecerem de perto a sua professora que os há de cuidar e encaminhar para o bem durante o ano letivo que está para se abrir. Alguns são novatos por isso procuram esconder-se um pouco. Olham com olhinhos desconfiados para as irmãs e professores. Essa timidez, no entanto se esvai depois de uns dias de aula. Iniciamos, pois o ano letivo com uma Santa Missa que foi assistida por todos os alunos e professores, durante a qual imploramos forças e graças para cumprirmos devidamente e com fidelidade nossa missão de educadores e professores. Depois da missa foram classificados os alunos em turnos e classes diferentes. Formamos um quarto ano, dois terceiros anos, três segundos anos e cinco primeiros anos. O Jardim de Infância também foi repartido em duas turmas, maiores e menores. Em seguida as professoras travaram relações com seus novos alunos. Em seguida foram para casa, pois a abertura do novo ano letivo estava feita para no dia seguinte recomeçar sua marcha normal (*ANAIS* CNSS, 15 fev. 1959, s\p).

Na reunião pedagógica do dia 14 de maio de 1955 foi apresentado e prescrito o Decreto 498/55 que abordava sobre o ensino religioso nas escolas. Sobre a forma como seria conduzida essa disciplina foi falado às professoras que "tendo em nossa escola muitos alunos de outras religiões, podíamos recomendar de estudar nosso catecismo, mas o estudo da História Bíblica deve ser obrigatório. Também haverá provas mensais de religião para todos" (*ATA Nº 03 REUNIÃO PEDAGÓGICA* ESCOLA REUNIDAS, 14 maio 1955, p. 1).

A doutrina católica, conforme recomendava a diretora Irmã Maria Borja, era prescrita nas aulas de religião, e se instruía nas reuniões que ela seria "recomendada" também aos alunos que pertenciam a outras religiões que, conforme sua constatação havia vários deles naquele momento. Como no local eram realizados cultos protestantes desde a chegada dos primeiros migrantes, esses alunos de outras religiões ao qual a freira se referia eram majoritariamente pertencentes à Igreja Luterana. Pela passagem, obrigatório mesmo era o estudo da história da Bíblia. Para o cumprimento dessas questões, e como uma espécie de avaliação do andamento das aulas, havia a vigilância. A diretora do GENSS registrou no relatório de 1959 que:

> Assistindo e ministrando aulas nas diversas classes pude colher material abundante e próprio para as reuniões pedagógicas esclarecendo assuntos e temas e ensinando a metodologia de ensino das diversas matérias que sempre deixa a desejar com o professorado não titulado e desprovidos de conhecimentos didáticos e pedagógicos (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 1959, p. 8).

Foi no ano de 1966 que as aulas de religião também foram transmitidas via alto-falantes. A diretora Maria Ancila inaugurou no dia 14 de outubro ao fazer chegar o som para todas as salas de aula do GENSS. Cada sala de aula tinha um alto-falante:

> Qual não foi a surpresa quando os alunos viram a caixinha mágica pendurada em sua sala de aula. A primeira frase que a irmã diretora pronunciou no microfone foi: "Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo". A despesa foi pouca e o proveito é imenso. Pelo microfone a irmã dá duas vezes por semana aula de religião para todos os alunos simultaneamente acompanhada de lindas músicas. Os avisos e chamados de alunos e funcionários ao gabinete de diretor são todos feitos igualmente pelo microfone instalado no gabinete mesmo. Um espetáculo e uma beleza. Fruto do esforço e da boa vontade da irmã diretora em trazer sempre alguma novidade a mais para professores e alunos (*ANAIS* CNSS, 14 out. 1966, s\p).

A diretora do GE também acompanhava as aulas dos professores e, nas reuniões pedagógicas repassava metodologias, pois conforme registrado no *Relatório Anual* havia pessoas que davam aula sem a devida formação na disciplina que atuavam consideradas pela diretora, Maria Ancila, sem conhecimentos para exercer o cargo. Além disso, prescrevia que:

“Para os devidos fins os professores poderão ir classificando os alunos em fracos, médios e tardios. Classificação que se destina para a orientação do professor examinador e não para os alunos” (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 07 nov. 1959, p. 18). Essa classificação em “fortes” e “fracos”, foi feita em novembro conforme se observa no documento, pois assim as turmas para o ano seguinte já estariam divididas. Porém, não aparece no documento quais eram os “devidos fins” que a diretora se referiu, apenas a justificativa de que era para a “orientação do professor examinador e não para os alunos”. Essa frase final aponta para uma tentativa de evitar estigma sobre o aluno, embora isso pudesse acontecer.

Em outra ata de reunião pedagógica é possível verificar pelo relato da diretora, a presença de castigos e admoestações no espaço escolar:

> Admoestações, repreensões e castigos devem sempre visar o melhoramento do aluno, entusiasmando ele para que se eleve sempre mais. O professor não deverá nunca vingar-se com castigos porque serão sempre injustos. Repreenda com calma e dignidade, depois de sentir-se menos nervoso e em condições melhores de compreender o aluno (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 14 out. 1959, p. 19).

É evidente que ocorriam castigos e admoestações como os prescritos pela diretora irmã Maria Ancila, embora isso apareça na fala dela de forma indireta, quando afirmava que os castigos visavam o entusiasmo do aluno. Essa observação também é feita por Dallabrida (2001, p.196), embora num momento anterior, ao analisar a maquinaria escolar no Ginásio Catarinense:

> Escola disciplinar não aplicava castigos fatais e solenes, mas executava uma micro punição silenciosa e anônima, que envolvia atos inadequados, como o uso indevido do tempo, a realização imprópria do trabalho, a incorreta maneira de ser, as falas inoportunas, o insatisfatório uso do corpo e da sexualidade, entre outros.

Na ata da reunião pedagógica do dia 19 de agosto de 1959 constam as prescrições de irmã Ancila para os professores sobre as regras que deveriam ser seguidas no final das aulas:

> No fim das aulas os professores queiram acompanhar seus alunos em fila até o pátio e não dispensá-los já na porta da classe. O aluno quando falar com o professor deverá sempre levantar-se quando estiver sentado. Também quando a resposta for breve e ligeira. Não devemos descuidar essas pequenas regras de civilidade, para que os alunos sempre as prezam mais (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 19 ago. 1959, p. 21).

Como é possível observar, a aplicação dessas regras deveria ser constantemente repassada aos alunos, para que a vigilância se tornasse efetiva ao ponto de se antecipar a

qualquer tentativa de burlá-las. A interação do aluno nas explicações do professor, mesmo que fosse dizer poucas palavras, era limitada. Assim também era a ação de levantar a mão antes de falar qualquer coisa. Foucault analisa essas formações que pouco a pouco vão aparecendo nas escolas primárias ainda no século XVIII, quando se começa na ordem escolar a se definir a repartição dos indivíduos.

> Filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios, alinhamento das classes de idade umas depois das outras. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades (FOUCAULT, 1987, p. 125).

Dallabrida (2001, p. 196) ao analisar essas relações no Ginásio Catarinense na década de 1920, afirma que elas se davam em torno das: "pequenas atitudes que se desviavam da rotinização normalizada, como a má formação nas filas, as brincadeiras fora dos recreios, o pedido de alimento além do estipulado, eram punidas sem exceção".

O GENSS não deixava de ser uma extensão do convento com o auxílio das associações escolares que conduziam os princípios da *SND* até o espaço escolar. Era a forma de prescrever uma civilidade no ambiente do GE que tinha as freiras no comando. Outro elemento quase que certamente poderia percorrer comumente os corredores do convento e do GE, é o mecanismo da vergonha. A respeito dele, Norbert Elias (1993, p. 242) o conceitua de "peculiar modelação da economia das pulsões". Segundo o autor, esse mecanismo teve um forte avanço a partir do século XVI, quando influenciou, sobretudo na constituição e na transformação da personalidade social dos indivíduos ocidentais.

Para Norbert Elias (1993, p. 242), a vergonha "é uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. É um medo da degradação social, ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas". No entanto o autor afirma que o medo da superioridade dos outros não está ligado diretamente à superioridade que eles têm de fato, embora nas crianças isso possa acontecer com relação a uma superioridade física de pais e mestres. O sentimento de inferioridade se dá nos adultos devido ao superego da própria pessoa que se sente inferior. Isso se dá "com a agência de autolimitação implantada no indivíduo por outros de quem ele foi dependente, que exerciam poder e possuíam superioridade sobre ele. A ansiedade que denominamos de 'vergonha' é profundamente velada à vista dos outros" (ELIAS, 1993, p. 242).

4.2 AS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES

Conforme Cristiani Bereta da Silva (2014, p. 38) "o passado e o futuro justificam as linhas ideológicas que sustentam as normatizações, os disciplinamentos e as intervenções sociais no presente que visam construir uma determinada identidade". Neste sentido, as associações escolares se caracterizaram como mecanismos de controle, identificadas e abordadas pela historiografia ainda na Primeira República (1889-1930). Eram eficientes instrumentos de intervenção estatal e a existência delas nos GEs era fundamental, de modo que os "inspetores de ensino recebiam instruções de observar a existência e o funcionamento dessas associações nas escolas, diretores e professores recebiam diferentes incentivos para criar e atuar em sua promoção" (SILVA, 2014, p. 27). A sua existência era vista positivamente. Um exemplo pode ser visto no Grupo Escolar Lauro Müller de Florianópolis, quando, no dia 18 de agosto de 1942, o inspetor escolar Adriano Mosimann registrou em seu relatório uma análise positiva sobre a existência de associações escolares como a *Liga da Bondade*, o *Círculo de Pais e Mestres*, *Clube Agrícola* e o *Pelotão da Saúde* (SILVA, 2014).

Quinze anos depois da visita do inspetor Mosimann ao GE Lauro Müller, no ano de 1957, o inspetor Olavo Raul Quandt durante sua estadia no GENSS em Maravilha, também rendeu elogios às associações escolares. Naquele ano no GE funcionava a *Liga Pró Língua Nacional*, o *Clube Agrícola*, *Liga da Bondade*, *Círculo de Pais e Mestres*, *Caixa Escolar* e a *Biblioteca Escolar*, e o inspetor afirmou que todas elas tiveram "notável rendimento" (*TERMOS DE VISITA* GENSS, 06 set 1957, p.2). Há menção a essas associações no relatório de 1956 quando ocorreu a primeira reunião pedagógica daquele ano e a diretora da escola Maria Borja designou os membros para organizar a *Liga da Bondade*, a *Liga Pró-Língua Nacional* e o *Pelotão da Saúde* (*RELATÓRIO ANUAL* ESCOLA REUNIDAS, 10 mar. 1956, p. 3).

Embora os encaminhamentos a respeito das associações apareçam entremeados nos assuntos das reuniões pedagógicas desde 1955, é com a criação do GE no ano seguinte que os assuntos referentes a elas aparecem de forma latente nos documentos. Isso pode mostrar que as necessidades de lançar mão de diversos mecanismos de controle e vigilância, tomaram corpo com a institucionalização do GE. Portanto, antes da criação do GENSS já havia a *Liga da Bondade*, a *Pró-Língua Nacional* e o *Pelotão da Saúde*. A menção a *Bandeira da Cruzada Eucarística* também aparece nos documentos anteriores a 1956. Em 1957 em visita ao GENSS o inspetor escolar Olavo Raul Quandt rendeu elogios à atuação de associações

escolares “todas com notável rendimento” (*TERMOS DE VISITA* GENSS, 07 e 08 nov. 1957, p. 2). No ano seguinte ainda iria surgir a *Cantina Escolar*, o *Caixa Escolar* e o *Jornal Escolar* (*TERMOS DE VISITA* GENSS, 07 e 08 nov. 1958, s\p).

A primeira vez em que a menção as associações escolares aparecem na documentação é no ano de 1955 quando ainda era a Escolas Reunidas Vera Gomes de Miranda. Neste registro a diretora “lembrou que no mês de novembro deverão ser feitas as atas das reuniões das diversas associações escolares. Por isso, as professoras responsáveis pela orientação de cada uma destas associações realizarão a tempo a reunião dos membros das mesmas” (*RELATÓRIO ANUAL* ESCOLAS REUNIDAS, 1955, s\p). É possível observar a importância que se dava a organização das associações, pois nos relatórios elas aparecem de maneira constante entre os diversos assuntos tratados nas reuniões pedagógicas. Os professores participavam das atividades, pois no início de cada ano a diretora os designava para as associações escolares (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 1959).

No ano de 1964 elas também recebem elogios, pois “merecem a atenção de todos os professores para que nossas crianças se socializem e se tornem cidadãos úteis a nossa querida pátria” (*TERMOS DE VISITA* GENSS, 03 e 08 jun. 1964, p. 21). Naquele ano sete associações estavam funcionando no GENSS. Para cada uma delas havia uma freira encarregada. Os elogios estão presentes, sobretudo no livro *Termos de Visitas* do Inspetor Escolar. Nos *Anais* a narrativa se concentrava mais nas ações da *Bandeira da Cruzada Eucarística*, principalmente devido aos objetivos da *SND* com relação às conversões de famílias protestantes.

As normas emitidas para reger as associações escolares faziam parte de um plano educativo do estado de Santa Catarina que por sua vez seguiam o que ditava o plano educativo federal. As associações escolares tinham como finalidade, no que se refere à sua função, “reorganizar as escolas na comunidade social de trabalho, em cooperação e articulação com todos os meios sociais que tendiam a estender seu raio de ação educativa, estreitando a colaboração entre a escola, a família e outras instituições” (METELSKI, 2018, p. 24).

Rogério Luiz de Sousa (2003, p. 161) afirma que no contexto da Primeira República “a disciplina, o controle e a repressão no meio escolar deveriam assegurar a formação de uma infância identificada com o paradigma do bom cidadão, do bom republicano e do bom cristão”. Inúmeras foram as experiências educacionais realizadas em Santa Catarina até a implantação efetiva do ensino público. Mesmo que a constituição Republicana de 1891 pretendesse assegurar o ensino laico na escola pública, havia dúvida de se ela seria

implantada. Estava presente a necessidade de ampliar a rede de ensino com a construção de espaços públicos, mas para isso era preciso ser superada a inviabilidade das regiões afastadas. Isto fica evidente quando Sousa (2003, p.157) afirma que:

> A emancipação de um Estado Republicano precisava contar com as instituições escolares que contribuíssem com o desenvolvimento da indústria e a difusão de um saber positivista legitimamente aceitável entre a população. A reforma de Benjamin Constant, que tinha como princípios norteadores a laicidade do ensino, a formação na ciência e a gratuidade da escola primária, estava de mãos atadas diante da ineficiência do Estado. Portanto, a expansão do ensino e a organização escolar dependiam da influência e da experiência acumulada da Igreja Católica no setor educacional - como é reconhecido na historiografia brasileira - no intuito de dar uma resposta também à secularização do ensino propagada pelos liberais republicanos.

Em Santa Catarina houve investimento do governo nas escolas particulares, principalmente as católicas, que primavam pela ordem e a hierarquização social. Cotidianamente, a doutrina cristã estava presente e era comum nas escolas públicas subvencionadas, inclusive fora da hora de expediente. Não obstante, era adotado manual de catecismo durante o horário normal das aulas (SOUSA, 2003). Os princípios educacionais levados à cabo pela Igreja, vinham ao encontro e se tornavam mecanismos úteis para a expansão educacional pretendida pela República, que se propunha a ser portadora de patriotismo, ordem e progresso. Lançar mão dessa experiência da Igreja Católica era fundamental, pois ela:

> carregava e reproduzia os princípios de sustentação do Estado Republicano tais como: ordem, obediência, trabalho, amor à pátria, progresso, mimetismo europeu, etc.[...] Era da percepção dos governantes a condição concreta de interferência da Igreja Católica no cotidiano dos sujeitos sociais. Contar com sua força de legitimidade ou, pelo menos de atuação na área educacional era suprir inicialmente uma deficiência financeira e realizar uma mudança comportamental dos sujeitos atingidos por esta escolarização (SOUSA, 2003, p.160).

A República laica brasileira, de algum modo, articulou o investimento da Igreja Católica em instituições escolares. Na verdade, foi uma resposta institucional da Igreja frente ao Estado laico. A perda do status de religião oficial ainda no período imperial e o fim do ensino religioso nas escolas públicas foram situações que fizeram com que a Igreja se voltasse para a ortodoxia romana. Nas instituições escolares católicas, com o objetivo de voltar a "arrebanhar almas", investiu-se prioritariamente na infância com a implementação do catecismo regular. De modo "particular, o ensino secundário foi alvo das estratégias eclesiais, especialmente por obra das congregações e ordens católicas europeias que imigraram para o Brasil" (DALLABRIDA, 2001, p. 19). A religião, enquanto fornecedora de sentido da

realidade que se apresentava, percorria o imaginário social e, como elemento aglutinador, tinha como função evitar "indesejáveis" desvios de conduta.

Problemas são realocados e esses comentados acima respingaram no contexto da atuação de *SND* em Maravilha. A presença dessa instituição religiosa feminina no palco da colonização do oeste de Santa Catarina faz parte de um cenário maior que se articulou com as ações estruturais da Igreja Católica ainda na Primeira República. Elison Paim (2014) destaca que na primeira metade do século XX durante o processo de colonização nesta região, as atividades educacionais foram formalizadas. Isso se tornava um atrativo para os migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. A partir da década de 1960 o atendimento escolar aumentou, mas até então ele vinha se desenvolvendo de forma isolada. Nos primeiros tempos a educação das crianças, filhos dos colonos, se dava de forma quase individualizada. Nas regiões colonizadas por italianos e alemães, de forma especial por estes últimos, iniciaram as construções de salas de aulas, geralmente vinculadas às igrejas. Como o Estado era ausente pelo menos até a década de 1940, as aulas eram conduzidas muitas vezes por pastores ou padres na língua de origem dos imigrantes, alemão e italiano.

Conforme João Carlos Tedesco (2007) no cenário nacional, em linhas gerais, durante a década de 1950, houve consolidação da burguesia. As indústrias automobilísticas estrangeiras também tiveram grandes êxitos nesse período com benefícios governamentais. Os conflitos entre a classe trabalhadora e a burguesia não tinham desaparecidos, porém eram amortecidos pelo crescimento industrial de maneira que trabalhadores e empresários foram beneficiados. Não obstante, a Igreja Católica se apresentou como uma força influente no meio social e rural, nas relações de trabalho. Partindo disso, assumiu um papel patriarcal, assistencialista, humanista e voltado para a família. Com o campo, manteve uma relação estreita, pois é nesse espaço que brotariam as vocações religiosas, a formação de lideranças e a educação rural. A Igreja Católica se envolveu nos anos de 1950 em uma luta contra o comunismo, participando dos sindicatos e buscando a criação de um Brasil cristão, visando um capitalismo social humano e solidário. Contudo, há que se considerar a importância histórica da Igreja Católica no meio rural e no campo político brasileiro.

A década de 1950 é marcada por dois acontecimentos no espaço de colonização da Cia. Sul Brasil. O local onde aportou *SND* em 1954 se tornou município. Foi no dia 27 de julho de 1958 quando a diretora do GENSS, irmã Maria Ancila considerou a instalação do município de Maravilha como: "De máxima importância é o dia de hoje para a nossa povoação, que com apenas oito anos de existência passou a ser município" (*ANAIS* CNSS, 1958, s\p). No entanto, uma passagem nos documentos evidencia os momentos de decisão

sobre a presença de uma instituição feminina católica no povoado para conduzir os destinos do processo educacional. Aconteceram dois anos antes da chegada das freiras ao povoado. Em 1952, foi enviada uma carta para a matriz da Cia. Sul Brasil, em Porto Alegre (RS), assinada pelo diretor-gerente da colonizadora, José Leal Filho e pelo padre Antônio Hammelnstein (*MSF*), solicitando uma quadra para a construção de uma casa para o funcionamento da escola. A carta dizia o seguinte:

> Encontra-se aqui presente, o Revmo. Padre Antônio Hammelstein, que deseja recordar uma palestra mantida com V.S., na presença do signatário, sobre a concessão da quadra urbana nº 4, da Séde Maravilha, para a Mitra da Prelazia de Palmas, afim de que S, Exa. o Sr. Bispo Titular da mesma, providencie na indicação de uma Ordem de Irmãs Religiosas que ai venham estabelecer um colégio. O Revdmo. Padre Antônio, deseja ocupar a referida quadra e nela construir uma casa para funcionar a Escola, atualmente sediada no estabelecimento inicial do futuro Seminário dos Missionários da Sagrada Família, casa esta que será futuramente entregue ás Irmãs educacionistas. Transmitindo as intenções do Revmo. Padre Antônio Hammelstein, esperamos as determinações de V.S., a respeito (*CARTA À CIA. SUL BRASIL*, Cunha Porã (SC), 26 maio 1952).

A carta revela que uma reunião ocorreu com presença do padre, do diretor gerente, José Leal Filho e com o diretor presidente da colonizadora, Abyr Elizalde Diehl. A Cia. Sul Brasil desejava uma congregação de religiosas que fosse indicado pela Prelazia de Palmas. O terreno para a construção da escola já estava em vias de ser providenciado. Na carta não é revelado qual instituição religiosa seria a escolhida para conduzir os trabalhos educacionais.

Com relação à atuação da *SND*, é importante ressaltar que analisar como atuavam as associações escolares no seu entorno, é compreender como se dava a veiculação dos princípios da instituição feminina num cenário onde se encontravam também os padres *MSF* e os protestantes. No local se configurou sociabilidades em torno das quais circulavam as decisões no campo religioso. Com os protestantes, no entanto, eram travadas lutas pela hegemonia do poder religioso. Para que se possam entender os princípios e como agia essa instituição é preciso observar as funções e de que forma as associações escolares normatizavam os valores e princípios de *SND* e os faziam percorrer pelos corredores do GE e fora dele. Fazer percorrer suas normas e o poder simbólico revestido de uma moral cristã. Elas se tornaram auxiliares de valores da instituição. Era o seu fio condutor. No ponto de chegada da linha tênue que ligava a instituição feminina católica às famílias do povoado, aos estudantes e aos docentes, estavam as associações escolares no contato com os estudantes e familiares destes.

Dallabrida (2001) afirma que a Igreja Católica participava e construía a sociedade disciplinar e por consequência a desigualdade social e uma posição discriminatória de gênero,

elementos esses gerados pela sociedade capitalista e disciplinar. Ela preconizava modos de educação com especificidades para classes e gêneros distintos, principalmente no ensino secundário. As instituições eclesiais não contemplaram os pobres na educação refinada e distintiva, relegando a eles saberes rudimentar.

> A segregação do rebanho católico por classes e gêneros não se restringia a escola, mas se colocava especialmente entre as associações eclesiais que congregavam os chamados leigos. Em Florianópolis, os padres jesuítas instituíram congregações marianas específicas para os operários e para a "elite intelectual", que tinham suas reuniões e encaminhamentos separados. As mulheres das elites e talvez parte das classes médias eram reunidas na associação "Damas da Caridade", cujo objetivo era a prática da assistência social aos mais necessitados (DALLABRIDA, 2001, p. 267).

Dallabrida (2001), ao analisar a formação da elite no Ginásio Catarinense na Primeira República, afirma que a educação sofisticada e eficiente se dava devido às ações das associações católicas como, por exemplo, a *Congregação Mariana* e o *Apostolado da Oração*. Ambas eram dirigidas por padres jesuítas. Tinham um padre que era o diretor e também organizava festas. No Ginásio Catarinense essas associações atuavam também no meio colegial, como a *Liga das Boas Conversas* que organizava a integração dos alunos pelas festas e eventos culturais.

Sob o comando das freiras da *SND* havia reuniões específicas, no caso do *Clube de Mães*, por exemplo, que realizava encontros com as mães dos alunos que estudavam no GENSS. As associações escolares eram dirigidas por uma freira ou por um professor leigo. O *Clube de Mães* que tinha como diretora irmã Maria Ancila realizava intervenções junto às famílias do povoado e assim prescrevia uma moral e a obediência aos princípios cristãos. Os encaminhamentos para o funcionamento das associações escolares eram feitos durante as reuniões pedagógicas. Justifica-se que abordavam sobre esses encaminhamentos nas reuniões pedagógicas, porque suas atas faziam parte dos relatórios anuais que seriam fiscalizados pelo inspetor escolar. Dessa forma, no ano de 1956, quando foi realizada no dia 10 de março a primeira dessas reuniões do ano, a diretora do GENSS, que até então era irmã Maria Borja, se referiu a três associações escolares da seguinte maneira: "designando para cada associação os membros organizadores. Assim foi tratado da *Liga Pró-Língua Nacional*, do *Pelotão da Saúde* e da *Liga da Bondade*" (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 10 mar. 1956, s\p). Essa é a primeira menção as associações nos documentos, de modo que juntamente com a Bandeira da Cruzada Eucarística, se tornaram as primeiras associações escolares no povoado.

Dessa forma foram criadas outras associações escolares do GENSS: o *Clube de Mães*, a *Escola de Pais e Mestres*, o *Pelotão da Saúde*, a *Liga da Bondade*, a *Liga Pró-Língua*

Nacional, o *Clube Agrícola*, o *Clube das Plantas*, o *Mural Escolar* que tinha como lema "O futuro depende de nós" e a *Liga da Bondade*. Algumas delas não serão abordadas nesse texto. Entretanto, se transformaram menos em mecanismos de controle e coesão social do que difusores das doutrinas da *SND*.

4.4 A *LIGA PRÓ-LÍNGUA NACIONAL*

No Estado Novo (1937-1945) se pensava de forma semelhante ao período da Primeira República no que se refere aos riscos que poderiam ocorrer com a ausência do sentimento patriótico. Essa ausência poderia comprometer a unidade nacional. O setor da educação era por excelência onde se articulava um projeto político, pois se queria consolidar uma consciência nacional. Era pela disciplina de História nas escolas que o debate se tornava central. Para tanto se destacavam várias atividades entre os muros da escola como, por exemplo, as festas cívicas e também as ações das associações auxiliares (SILVA, 2014). Essas associações poderiam ser a *Liga Pró-Língua Nacional* e também os jornais escolares que se destacaram no ensino primário. Quanto às funções que elas exerciam,

> Essas associações, também nomeadas de instituições complementares, foram práticas pedagógicas que existiram - sob a regulamentação e a inspeção governamental- nas instituições escolares que ofertavam o ensino primário, até pelo menos a década de 1960. O objetivo principal residia em integrar os alunos e estimulá-los a vivenciar experiências que os preparassem para as exigências da vida em sociedade (SILVA, 2014, p. 27).

Em Santa Catarina, entre os anos de 1937 até 1945, a *Liga Pró-Língua Nacional* assumiu um lugar estratégico dentro de um processo capitaneado pelo Estado brasileiro no que concerne a um "abrasileiramento". No ano de 1935, com a criação do Departamento Estadual de Educação que se tornou responsável por escolher quais seriam as associações escolares, foram estabelecidas as suas funções e a organização delas nas escolas. Com o intuito de conduzir uma missão com direcionamento voltado a formar cidadãos patrióticos é que houve a criação da *Liga Pró-Língua Nacional*. No contexto da nacionalização do ensino elas tiveram um significado relevante, principalmente dada à importância de sua presença nas áreas coloniais ou nas cidades onde havia grande número de descendentes de imigrantes europeus. Esse era o caso de Maravilha a partir da década de 1950. As ações dessas ligas se convertiam numa política do Estado com o objetivo de difundir o uso da língua nacional entre os imigrantes e seus descendentes, e essa seria o principal empreendimento dessa associação

escolar (SILVA, 2014).

A *Liga Pró-Língua Nacional* e o desenvolvimento da nacionalização no ensino primário em Santa Catarina na década de 1940 andavam de mãos dadas. A quantidade de estudantes matriculados no ensino primário que não falava a língua nacional no ano de 1939 chegava a 2.475. O número provavelmente tenha sido ainda maior devido às dificuldades de mapear as áreas de colonização estrangeira. O desenvolvimento de nacionalização teve em seu favor o projeto da organização de oito núcleos da *Liga Pró-Língua Nacional* no ano de 1938 capitaneado pelo Departamento de Educação. Em 1939 já eram 78 núcleos e em 1940 foram registrados 153. De forma significativa, a exaltação de personagens ilustres da pátria era resultado das ações da *Liga Pró-Língua Nacional* que apresentavam componente nacionalizador que encontrava eco nas festas de cunho patriótico que aconteciam nas escolas. O Departamento de Educação era responsável por enviar os retratos dos heróis brasileiros aos GEs e estimulava também que em cada sala de aula fossem homenageados os personagens considerados ilustres (SILVA, 2014).

O lema da *Liga Pró-Língua Nacional* do GENSS era: "Tudo pela grandeza do Brasil" e tinha a função de difundir no espaço escolar o "conhecimento do idioma Pátrio, e com isto lutar pela grandeza do Brasil". No dia 1º de abril de 1968 houve uma reunião extraordinária com a participação dos estudantes do 5º ano para a fundação da liga. A sessão foi aberta pela irmã Maria Helmine. Em seguida foi falado sobre uma reformulação dos nomes de cada sala de aula do GENNS que tinha o nome de "pessoas ilustres do Brasil" (*ATA LIGA PRÓ-LÍNGUA NACIONAL Nº1*, 1º abr1968, s\p). Em 1963 as salas já carregavam consigo nomes de heróis nacionais.

> Existem 10 salas numeradas assim distribuídas em ordem numérica com os respectivos patronos: nº 1-Padre José de Anchieta; nº 2-Mem de Sá; nº3-Tomé de Lacerda; nº4-Duque de Caxias; nº5-Duarte da Costa; nº6-Estácio de Sá; nº7-Olavo Bilac; nº8-Padre Manoel de Nóbrega; nº14-Castro Alves; nº13-D. Pedro I (*TERMO DE VISITAS* GENSS, 03 a 20 jun. 1963, p. 8).

Como se percebe, o culto a alguns brasileiros, representados como heróis nacionais, assumia um lugar privilegiado na sala de aula entre os estudantes do GE. A *Liga Pró-Língua Nacional* no GENSS existiu aí em outro contexto, a partir da década de 1950, numa comparação com as primeiras que foram criadas em outros GEs do estado de Santa Catarina, aqueles ainda da primeira geração. Não obstante, a liga não perdeu suas características a partir desta década, que permanecem semelhantes às da primeira geração. Basta verificar na questão de nomear as salas com nomes de personalidades ilustres da pátria. Além disso, outra

característica que permaneceu foi a promoção de uma homogeneidade da língua nacional.

Na reunião da liga do dia 21 de junho de 1968 foi tratado sobre a realização de festas cívicas durante o ano. Além disso, foi revelado sobre "as placas das salas de aula com os patronos que não estão em bom estado. A irmã insistiu para que se fizesse a troca o quanto antes" (*ATA Nº1 LIGA PRÓ-LÍNGUA NACIONAL*, 21 jun.1968, s\p). Cada sala de aula nesse período possuía na sua entrada uma placa com o nome de seu patrono. A "sugestão" da irmã orientadora para a urgência de renová-las demonstra predisposição a cumprir uma exigência que certamente era fiscalizada pelo inspetor escolar.

4.5 A *BANDEIRA DA CRUZADA EUCARÍSTICA*

Os eventos religiosos no espaço de ação da *SND* eram constantes principalmente em seus momentos iniciais no povoado. As manifestações religiosas se voltavam principalmente para a conversão de famílias protestantes. Conforme se observa pela documentação, as atenções eram para a associação escolar *Bandeira da Cruzada Eucarística*. Ela estava na linha de frente de conversão das famílias protestantes no povoado. A narrativa nas fontes dos instantes iniciais da *SND* no povoado revela que as relações eram mediadas pelos rituais religiosos de conversão de famílias protestantes e de eventos de admissão de novos integrantes na associação escolar. Para fazer parte da *Bandeira da Cruzada Eucarística*, as crianças deveriam participar de um ritual de passagem e só então se tornavam "soldadinhos de Cristo".

É oportuno aqui lembrar que, conforme Ricoeur (2010), narrar é refazer a ação. Se as percepções e representações das freiras já eram mediadas simbolicamente, a narrativa nos *Anais* tampouco deixava de ser também. Conforme o autor "o que é re-significado pela narrativa é o que já foi pré-significado no nível do agir humano" (RICOEUR, 2010, p. 138). O autor afirma que o fazer narrativo "re-significa o mundo em sua dimensão temporal" (RICOEUR, 2010, p. 138). Voltaremos a discutir isso com mais detalhes no capítulo quatro. De qualquer forma é importante trazer a teoria aqui para considerar que tanto as ações, como a escrita nos documentos, eram mediadas por percepções de mundo, de maneira que a pessoa que escreve narrando uma ação que houve, já possui a pré-compreensão da própria ação. As freiras ao escrever nos Anais, estavam impregnando neles suas ações, ou seja, elas já controlavam a semântica da ação. Segundo Ricoeur (2010, p. 139) "O ser no mundo segundo a narratividade é um ser no mundo já marcado pela prática linguageira aferente a essa pré-compreensão". O autor, ao esmiuçar mais o assunto diz que "a ação humana pode ser

sobressignificada, porque já é pré-significada por todas as modalidades de sua articulação simbólica" (RICOEUR, 2010, p. 139).

Algumas das famílias protestantes já haviam estabelecido moradia no povoado antes da chegada da *SND*. Um acontecimento demonstra isso. Trata-se do cerimonial da instalação do "cepo fundamental" da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) no dia seis de abril de 1953. Neste mesmo ano foi concluído também o templo, todo de madeira bruta. A construção teve o apoio da comunidade evangélica e foi inaugurado no dia 17 de maio daquele mesmo ano. (GIALDI, 2003). Os *Anais* revelam que havia no povoado uma escola evangélica. Em meados do mês de fevereiro do ano de 1966 é registrado nos anais que "as perspectivas deixam perceber o aumento de número de alunos apesar de ter sido criada uma escola evangélica, foram justamente estes os primeiros que procuraram a escola, pois estavam contentes com o trabalho das irmãs" (*ANAIS* CNNS, 16 fev. 1966, s\p). Tratava-se disso mesmo ou as freiras queriam referendar o seu trabalho? De qualquer maneira as várias vezes em que elas se referem aos protestantes, revelam o grau de competição estabelecido tanto no campo religioso como também educacional. No campo religioso porque quanto mais estudantes protestantes na escola das freiras, maior a possibilidade da conversão, pois como demonstra a documentação, era uma meta a ser seguida com o apoio da *Bandeira da Cruzada Eucarística*, onde crianças protestantes também participavam das cerimônias de entrada de novos membros na associação. Aliás, esta associação escolar, pelas reiteradas vezes em que aparece na escrita dos *Anais*, revela o grau da importância de sua presença no auxílio à *SND* no povoado. Ela assumia papel fundamental nos trabalhos de conversão das famílias protestantes. Era esse o fator da rivalidade entre católicos e protestantes no povoado.

No dia 25 de julho de 1958 foi comemorado o dia do colono. Essa era uma das raras comemorações em que se reuniam protestantes e católicos. Os documentos citam que naquele dia um deputado estadual fez uma visita ao GE. Tratava-se de João Mansfield "residente na Vila Modelo. Quer auxiliar todas as escolas do oeste e fazer um levantamento das mesmas. Por intermédio dele poderemos conseguir facilmente o que não conseguimos do Inspetor Escolar e Delegado de Ensino, por serem espíritas" (*ANAIS* CNSS, 25 jul. 1958, s\p). Aqui é possível verificar que além da rivalidade que havia com os protestantes no povoado, também havia problemas entre as freiras com o inspetor escolar e o delegado de ensino. Pelos documentos contata-se que havia insatisfações das freiras tanto com protestantes quanto com espíritas e também com os representantes do governo do estado. Revela também a possibilidade de uma insatisfação por parte dos integrantes locais e regionais da educação ao fato de que uma instituição feminina católica comandasse um GE.

João Klug (2003) afirma que em Santa Catarina, nas colônias onde a predominância era de protestantes, havia um vínculo entre a escola e a igreja:

> Em torno dessas duas instituições se organizou a vida, o cotidiano das colônias, especialmente daquelas mais distantes dos núcleos urbanos (*stadtplatz*). Fato é que estas instituições desenvolveram vínculos muito fortes entre si, de sorte que, aquilo que afetava uma, produzia reflexos sobre a outra. Assim, escola e a igreja vivenciaram intenso comensalismo institucional no contexto da imigração alemã em Santa Catarina (KLUG, 2003, p. 142).

Nas áreas de colonização de predominância de luteranos, ocorreu a construção de barracões que tinham uma dupla função: durante a semana serviam de escola e nos domingos se transformavam em templos para a prática da religiosidade, pois "nas áreas onde os luteranos eram maioria (praticamente em todo o estado de Santa Catarina) a escola sempre precedeu a igreja" (KLUG, 2003, p 142). Essas considerações iniciais sobre as disputas no campo religioso entre a instituição feminina e os protestantes se devem pelo fato de que a função da *Bandeira da Cruzada Eucarística* era atuar, como o próprio nome os designava como "bandeirantes" que vão à frente em direção ao alvo, neste caso, famílias de protestantes que viviam no povoado. Essa atuação se dava no sentido de convertê-las para a religião católica e os documentos falam de algumas "investidas" dessa associação junto às famílias e jovens intencionados em contrair o matrimônio.

A *Bandeira da Cruzada Eucarística* era formada por crianças que estudavam na escola e não foi por acaso que foi a primeira associação escolar criada no espaço escolar e religioso no povoado. Tornou-se a principal associação, juntamente com o *Clube de Mães*, para a difusão dos princípios religiosos de *SND* junto às famílias que possuíam alunos na escola. Ela foi fundada no dia 28 de março de 1954, ou seja, no segundo mês em que a *SND* se encontrava ali, quando o padre Pedro Elsen (*MSF*) participou de:

> uma reunião pelos chefes de família para deliberar sobre a construção da nova escola. No mesmo dia havia confissão geral das crianças. No dia 28 de março comunhão geral das crianças era uma espécie de festa para elas. De tarde foi fundada a *Bandeira da Cruzada Eucarística* para as crianças que já fizeram a 1ª comunhão (*ANAIS* CNSS, 28 mar. 1954, s\p).

Além da exigência de passar a primeira comunhão para poder participar da *Bandeira da Cruzada Eucarística*, o documento mostra como se convencionava falar de família naquele momento, aquela que tinha o homem como o centro, o "chefe de família" de modo que tomava as decisões e participava da construção da escola e econômicas.

Os trabalhos das freiras não se davam somente na educação. Elas atuavam também no

hospital e no seminário dos padres *MSF*. Com relação ao hospital, a madre provincial Maria Irmengarda fez uma visita inesperada para as freiras no dia 14 de outubro de 1959. As freiras observavam nos documentos que as visitas dela se davam de forma inesperada.

> Estávamos realmente com saudades da nossa madre em Cristo e sempre nutríamos a esperança de revê-la em nosso meio. Que delicadeza da bondade de Deus em satisfazer desejo tão ingênuo e infantil. Acontece que estão trabalhando para a construção de um hospital que deverá ser cuidado pelas nossas irmãs. Se tudo for bem deverá estar pronto em março de 1960. Como a querida madre recebeu o pedido do reverendo padre Julio Ritt, pedindo irmãs para o hospital, resolveu vir dar uma olhadinha para ver como iam as coisas e assim tivemos a grande felicidade de ter a querida madre em nosso meio até a manhã do dia 27 quando partiu rumo a Palmitos e São Carlos (*ANAIS* CNSS, 14 out. 1959, s\p).

As visitas da madre provincial na maioria das vezes são narradas com palavras de satisfação como mostra a passagem acima. No entanto vale ressaltar que os *Anais* deveriam ser encaminhados para a análise na Casa Provincial em Passo Fundo. É importante lembrar isto, pois essa narrativa das ações delas não pode ser interpretada aqui como a pretensa verdade histórica, pois além da constatação de que se tratava de uma normativa da instituição, a narrativa é sempre mediada por significados e símbolos. As palavras escolhidas para compor a parte narrativa se revestiam de alegorias e poesias também ao anunciar as visitas sem aviso da madre provincial. Então, havia em funcionamento todo um sistema de produção e construção de uma narrativa sobre os eventos que se sucediam. Como uma característica de um diário ou uma autobiografia os *Anais* refletiam nas páginas nuances da realidade que se passava construída pelos sujeitos nas suas relações no espaço e cenário que o comportava entre os muros do GE e a Casa Nossa Senhora da Salete, a Casa das Irmãs, o convento.

O processo educacional andava lado a lado com as doutrinas de *SND*. É possível perceber na documentação que a primeira comunhão das crianças, tornava-se um momento relevante, um ritual. Tratava-se de um dos pontos culminantes para o qual se voltavam todas as demais ações travadas nesse palco a partir de uma sociabilidade dos grupos envolvidos. A madre provincial participou de um evento desses no povoado:

> Mais uma vez encaminhamos ao Sagrado Coração de Jesus uma turma de 87 crianças zelosamente preparadas pela irmã Maria Borja. Aqui sempre é fácil de preparar as crianças à Primeira Comunhão, pois nas aulas as professoras e irmãs já ensinam bem o Catecismo e tudo que precisam saber para fazerem a primeira comunhão. Mas mesmo assim sempre exige muito fervor e zelo por parte de quem as prepara e as auxilia na recepção do sacramento. Foi um dia muito bonito sem chuva e o mais bonito ainda em companhia da querida madre Maria Irmengarda (*ANAIS* CNSS, 25 out. 1959, s\p).

As aulas de religião no grupo escolar preparavam para a primeira comunhão como mostra a passagem acima. A preparação para o ritual de passagem começava na sala de aula. E naquele dia 25 de outubro que transcorreu sem chuva, como descreveu a freira responsável pelo registro nos *Anais*, contou com a presença da madre provincial. Havia um dia dedicado à *Bandeira da Cruzada Eucarística*, que era 25 de outubro. Devido à realização da primeira comunhão neste dia, as festividades de recepção de novos aspirantes e membros, foram transferidas para o dia primeiro de novembro. Participar dessa associação escolar era estar no centro das atenções. Ser um "cruzadinho" era poder participar de eventos religiosos e a representação de passagem para uma nova fase na vida e na escola.

> De manhã já cedo vinham chegando os cruzadinhos no pátio da escola. Pouco antes da santa missa os reunimos e seguimos rumo à igreja todos com fita e com a bandeira provisória a frente levada pelo presidente da associação. Antes da santa missa o diretor dos cruzados padre Avelino Heck fez um bonito sermão e em seguida teve lugar a recepção das fitas. Temos atualmente 120 cruzados e aspirantes. Durante a santa missa houve comunhão geral e cantos apropriados aos cruzados. Logo após a santa missa tomaram café na cantina da merenda escolar. Foi um quadro maravilhoso ver esta turma de crianças inocentes alegres e satisfeitas tomando seu café e provando os doces dos colegas, pois cada qual devia trazer alguma coisa. Depois do café fizeram rifas e jogos, venderam os doces restantes tudo em benefício da bandeira oficial que já encomendamos. Antes do meio dia fizeram uma pequena hora de arte com poesias e cantos próprios dos cruzados. Também representaram uma pequena comédia onde entrava em cena o demônio procurando desviar os cruzadinhos de seu bom caminho. Finalmente foram pra casa satisfeitos e resolvidos de serem sempre bons amigos e soldados de Cristo Rei (*ANAIS* CNSS, 1° nov. 1959, s\p).

Foi um dia inteiro festivo onde os cruzadinhos eram os portadores de um poder simbólico com a chancela da instituição feminina e também das famílias que participavam, pois a legitimidade desta associação escolar se dava com o apoio que vinha de fora dos muros do GE e do convento. A apresentação da comédia teatral na parte da tarde mostrava a importância sagrada atribuída a *Bandeira da Cruzada Eucarística*. A peça teatral que apresentava o demônio que os tentava a desviar-se de seus caminhos enaltecia a importância que essa associação escolar tinha na comunidade escolar e religiosa.

Outro ritual foi realizado no dia 21 de agosto de 1960. Tratava-se da recepção de aspirantes e membros da *Bandeira da Cruzada Eucarística* que foi narrado assim nos *Anais*:

> Aqui em nossa pequena Maravilha são muitas as crianças que tendo um lar bem formado ingressam na *Bandeira da Cruzada Eucarística*. Já de manhã bem cedinho estava no pátio da escola os que neste dia iriam receber a primeira distinção de conformidade com o regulamento a fita estreita que passou a chamar-se "Aspirante da *Bandeira da Cruzada Eucarística*" e estando os demais cruzados presentes fomos à igreja onde o diretor da Cruzada fez um belo sermão estimulando as crianças e congratulando-se com os senhores pais dos felizes cruzados explicando ao mesmo

> tempo o valor e a influência de um bom cruzadinho. Em seguida teve lugar a cerimônia de recepção das fitas. Neste dia foram admitidos como aspirantes 30 crianças e receberam a fita definitiva de cruzados 25 crianças. Depois da santa missa todos vieram na escola onde tiraram uma fotografia em vários grupos. Primeiro os da diretoria, presidente, secretário, tesoureiro e apóstolos e depois todos os cruzados e cruzadas estando sempre no centro o diretor da Cruzada, reverendo padre Alcides Cericato. Depois disto todos foram alegres para casa (*ANAIS* CNSS, 21 ago. 1960, s\p).

Chamam a atenção na passagem alguns elementos. Primeiro onde diz sobre lar "bem formado". Dá a entender que se tratava daquele que representava a família que atendia as doutrinas prescritas pela instituição, principalmente aquelas repassadas por irmã Ancila nas reuniões do *Clube de Mães*. Como participavam as mães dos alunos que estudavam no GE, o lar formado era aquele da família tradicional católica. Irmã Ancila falava nas reuniões de outra associação escolar, o *Clube de Mães*, que a esposa deveria fazer o possível para não importunar o marido e tratá-lo com atenção. A mãe assim devia ser a "rainha do lar" e educar a filha para o matrimônio. Portanto ser um cruzadinho era fazer parte dessa família cristã. Era estar incluído nas atividades do GE e também incumbido de uma tarefa honrosa, converter famílias que não estavam no caminho correto, ou seja, aquelas que não estavam batizadas na Igreja Católica, os protestantes. Portanto, ter um lar "bem formado" era um dos requisitos para fazer parte da *Bandeira da Cruzada Eucarística*. Na citação acima é possível verificar que existia um regulamento e ser um "soldadinho" era uma distinção. Havia um ritual simbólico de entrega das fitas aos aspirantes. Fazer parte dessa associação era também contar com a aceitação dos pais e da instituição feminina. Uma associação que se revestia de poder simbólico, pois tinha na sua direção um padre. Uma associação a qual era delegada a função de converter as famílias que pelas representações da instituição feminina católica, estavam no "caminho errado".

Em 21 de abril de 1961, novos membros foram recepcionados na *Bandeira da Cruzada Eucarística*. Receberam as insígnias e uma nova diretoria foi eleita. Ao total, 23 novos membros passaram a fazer parte da associação que passou a contar com 83 cruzadinhos (*ANAIS* CNSS, 21 abr. 1961, s/p). Dois dias depois, em 23 de abril, a diretoria promoveu uma quermesse com a participação somente de crianças. O objetivo era arrecadar dinheiro para comprar uma bandeira para a associação escolar (*ANAIS*, 23 abr. 1961, s/p).

A iniciação para se tornar integrante da *Bandeira da Cruzada Eucarística* tinha a função de tornar a criança um "soldado de Cristo". Numa celebração que ocorreu no dia 31 de maio de 1962, quando houve o ingresso de crianças na cruzada é possível observar isso:

> Já há vários meses que os nossos pequenos estão se preparando a fim de ingressarem no número dos soldados de Cristo sob a "*Bandeira da Cruzada Eucarística*". Neste dia tão festivo para ele se reuniram no pátio da escola, onde sob a direção da irmã Maria Ancila e dos apóstolos da Cruzada, foram conduzidos em procissão até a igreja, onde após um lindo sermão receberam a insígnia de "Cruzados" ou aspirantes da *Bandeira da Cruzada Eucarística*. E a seguir houve Santa Missa (*ANAIS* CNSS, 31 maio 1962, s\p).

A principal função dos cruzadinhos, a de converter famílias protestantes para o batismo na Igreja Católica tinha um relativo sucesso. O exemplo apresentado a seguir mostra como ocorria o ritual:

> O senhor Egom Dispsel, era protestante, mas sua esposa é católica, e ele não se sentiu feliz ao ver que as crianças rezavam e a mãe as ensinava e ele não podia ensinar-lhe nada, pois nada sabia da nossa religião para poder ensinar os pequenos. Por isso se tornou católico; mas a mais feliz foi a sua esposa que agora poderia novamente receber os sacramentos, que desde o dia do casamento não mais os recebeu em vista que ficou excomungada por ter se casado em outra religião. Foi batizado o pai e os três filhos. O pai fez neste mesmo dia a 1ª Comunhão (*ANAIS* CNSS, 21 abr. 1961, s\p).

A mulher citada na passagem estava feliz, pelo menos é o que foi escrito sobre ela. O foco parecia ser a infelicidade do marido ao ver que não podia ensinar as crianças. A passagem deixa a entender que a felicidade da mulher nesse caso dependeria da decisão do homem da casa de decidir se converter ao catolicismo. A mulher fora punida por ter se casado com um homem que professava outra religião. No texto, constata-se que, mesmo tendo sido excomungada a mãe continuava a educar as crianças na moral cristã católica. Com a decisão do marido de abjurar ao protestantismo a alegria retornaria ao lar, pois a esposa assim poderia voltar a receber os sacramentos da Igreja Católica. Não há nenhum caso registrado nos *Anais* que mostra sobre homem católico que tenha sido excomungado por ter se casado com mulher protestante. O caso acima demonstra como centralidade a infelicidade pela qual passava o pai na família. Demonstra também a responsabilidade pela educação e a felicidade do lar que recaia sobre a mulher.

Os cruzadinhos atuavam junto às crianças e também aos adultos. A conversão tinha o objetivo voltado para o matrimonio. No dia 3 de fevereiro de 1959, por exemplo, houve o batismo de duas moças que desejavam se casar com rapazes católicos. O passo inicial para a conversão eram as instruções católicas, as quais preparavam as moças para o batismo e depois para o ritual da primeira comunhão, muito embora o batismo e a primeira comunhão conforme os documentos, não transformassem a convertida numa praticante fervorosa na nova religião. As referidas moças pertenciam:

> A Igreja Luterana Missouri e querendo casar-se com rapazes católicos [...] depois de terem recebido durante um mês instrução católica em nossa casa foram batizadas e fizeram a 1ª Comunhão. Infelizmente uma delas não ficou católica fervorosa como devia ser (*ANAIS* CNSS, 03 fev. 1959, s\p).

Seguidamente, ao se referir aos protestantes no povoado, os *Anais* demonstram que a abordagem a essas famílias se dava a partir do conhecimento de crianças dessa religião, que estudavam no grupo escolar, ou seja, o contato entre católicos e protestantes se dava no GENSS. Embora a escola fosse comandada pela instituição feminina católica, crianças protestantes também estudavam lá e a presença delas era registrada pelas freiras nos *Anais*. As atividades do dia 13 de dezembro de 1959 são narradas com ênfase, pois falam da primeira formatura dos alunos complementaristas, correspondente naquele momento ao quinto ano.

> Muitos deles foram os primeiros alunos que em 1954 começaram a frequentar as aulas das nossas duas irmãs pioneiras de Maravilha, irmã Maria Borja e Maria Zenaide. De manhã às 7 horas houve santa missa encomendada pelos formandos e celebrada em ação de graças. Também os alunos protestantes assistiram a santa missa durante a qual receberam uma lembrança de sua escola, isto é, um santinho com uns conselhos para a vida. De tarde às cinco horas teve lugar a parte profana da festa. As meninas vestiam vestido branco muito decente e os meninos fatiota azuis. Entraram no salão, precedidas do Ilmo. Senhor Dr. José Leal Filho paraninfo da turma ao som de uma peça musical. Depois do hino nacional foram entregues os certificados de conclusão de curso e lidas as promoções dos demais alunos do curso primário. Entre as diversas classes sempre havia alguma poesia ou canto. Foi realmente difícil nos despedir desta turma de alunos exemplares gratos e reconhecidos. Também eles principalmente as meninas sentiram muito deixar a sua querida escola e mestras (*ANAIS* CNSS, 13 dez. 1959, s\p).

A presença de crianças protestantes nesses eventos religiosos era lembrada com destaque na escrita dos *Anais*. Isso mostra como este momento de conclusão dos estudos, uma vez que a maioria dos estudantes não continuaria sua formação, era importante. Certamente que a constância de citações nos *Anais* da CNSS que registraram a presença deles nos eventos demonstra o grau de importância que se dava a isto nos corredores da instituição. Era relevante para aquele momento, muito mais porque demonstraria para a Casa Provincial os progressos que a presença do convento no povoado fazia no campo religioso.

Naquele evento religioso de formatura, a lembrança que as crianças protestantes receberam se caracterizava de princípios católicos. Mas era entregue como lembrança da escola, pois a instituição e a escola representavam uma simbiose naquele momento. O paraninfo da turma era o diretor local da Cia. Sul Brasil. Aliás, nos eventos religiosos e escolares, algumas vezes representantes da colonizadora se faziam presente. A parte entendida como “normal” no evento era a missa, pois a entrega dos certificados e o hino nacional

caracterizavam-se como a parte profana da festa.

Em dezembro de 1960 houve mais uma abjuração ao protestantismo. Foi realizada mais uma cerimônia de batismo, quando:

> Hoje foi batizada toda a família do Sr. Arlindo Jahnel. Já há muito tempo que a sua esposa estava sempre em dúvidas, ela via que estavam no caminho errado e queriam entrar no caminho que conduz verdadeiramente ao céu. Por isso começou-se o trabalho da catequese, e no dia 7 de dezembro foram batizados todos em nossa capela. Em primeiro lugar o pai e a mãe deviam abjurar ao protestantismo. Isto as crianças não precisaram porque ainda não eram confirmadas na igreja protestante. Seguiu o batismo de todos. Eles mesmo respondiam as perguntas do padre com exceção da mais pequena que tem só seis meses. Foram sete batismos de uma vez só: o pai Arlindo, a mãe Erna e as quatro filhas Sonélia, Erecilda, Neusa e Elaci e o filho Irineu. No dia seguinte o pai e a mãe e as duas filhas mais velhas fizeram a primeira comunhão em uma missa solene em nossa capela (*ANAIS* CNSS, 08 dez. 1960, s\p).

Pela ótica de *SND*, no processo de conversão das famílias protestantes do povoado, quem não fosse batizado na religião católica, estava no caminho errado. É possível observar isso quando diz que a esposa do senhor Arlindo Janhel há algum tempo já estava em dúvidas e via que estava no caminho errado. Também é verificável isso na frase de que abjurar ao protestantismo e se batizar na Igreja Católica era "entrar no caminho que conduz verdadeiramente ao céu" (*ANAIS* CNSS, 08 dez. 1960, s\p). O ritual de passagem dessa família, como se verifica na passagem foi realizado capela das freiras. A mãe e o pai primeiramente abjuraram ao protestantismo respondendo as perguntas do padre. Somente eles porque as crianças não estavam confirmadas ainda nessa religião. Com exceção da criança que tinha apenas seis meses também as outras respondiam as perguntas do padre. Depois houve o batismo.

O trabalho da catequese se tornava a ação pela qual a criança era moldada dentro dos preceitos cristãos católicos e culminou naquele dia sete de dezembro no ritual que começou com o pai e a mãe e depois com as crianças. O ritual era conduzido por uma ou mais freiras. Nele poderia às vezes ocorrer a intermediação das freiras no que se refere às respostas ao padre conforme está inferido na passagem onde diz que: "eles mesmo respondiam as perguntas do padre. Nesse dia a entrevista foi direta com a família. Após a conversão houve uma festa, pois depois da missa, todos regozijaram com um café no convento das irmãs. Nessa capela onde ocorreu o ritual tinha espaço para vinte pessoas que frequentavam as aulas da catequese, ou seja, a preparação das famílias para a conversão. É possível inferir isso na passagem seguinte: "Num aprisco cabem muitas ovelhas mansas e isto é mesmo verdade, pois, numa sala que durante o ano só cabiam 20 pessoas agora tinha 50 e todos tinham o seu

lugar para sentar" (*ANAIS* CNSS, 08 dez. 1960, s\p).

A passagem a seguir narra um caso em que a esposa deveria trocar de religião para casar-se. Somente desta maneira ela poderia ser aceita por uma família pertencente à religião católica. Trata-se de mais um episódio que mostra que as conversões de modo geral, eram direcionadas as questões matrimoniais:

> A senhorita Frida Biss querendo desposar um jovem católico e sendo ela pertencente ao protestantismo devia tornar-se católica. E como os futuros sogros são católicos fervorosos ela devia trocar de religião um ano antes do casamento para ver de fato se ela pratica bem a religião que abraçou caso contrário não poderá casar com o dito jovem (*ANAIS* CNSS, 14 de set. de 1961, s\p).

Como é possível observar, o peso da responsabilidade de praticar assiduamente a religião católica também recaia sobre a provável noiva. A passagem acima, que se trata de um registro feito nos *Anais* a partir de um relato de não se sabe quem, se da noiva, do noivo ou dos pais, foi escrita de tal forma que mostra que era a senhorita Frida que estava querendo casar-se. O fato de os sogros serem católicos fervorosos também pesava na decisão para que ela se convertesse e não o contrário, ou seja, o noivo se converter ao protestantismo. E para completar ela deveria ser católica praticante, para que a família do noivo pudesse observar e aprovar. Caso reprovasse, não poderia se casar.

Os arranjos de família na hora do matrimonio se davam permeados pela questão religiosa. Era primordial que o casal se convertesse para a Igreja Católica para que o enlace se concretizasse. Como se verifica na documentação, o expediente da conversão recaía de forma geral sobre a mulher. A passagem a seguir mostra um episódio desses.

> Batismo da convertida Delcy Knop. Esta jovem foi nossa aluna e já no tempo de aula ela disse: "Se eu me casar é só com um católico para poder deste modo me tornar católica". E de fato isto se deu no dia 26 de setembro deste ano. O pastor protestante queria obrigar o rapaz a ficar protestante. Este apesar de ser um católico não muito fervoroso, protestou imediatamente e o pastor insistiu e o rapaz disse-lhe: "O senhor me deixe em paz se não, não sairá bem". E ele insistiu e se não tivesse outros homens perto o pastor teria levado uma boa sova. Mas uns arranhões no rosto ele recebeu (*ANAIS* CNSS, 26 set. 1961, s\p).

A passagem revela as tensões que existiam entre católicos e protestantes no povoado. A animosidade era tanta pela disputa dos fiéis, ao ponto de uma briga corporal com arranhões ter destaque na escrita dos *Anais*. No entanto essas refregas pareciam ocorrer com a proximidade dos casamentos. Como é possível observar na passagem acima a jovem se batizou na Igreja Católica, e para usar um termo daquele período, presente nos documentos,

ela “abjurou” ao protestantismo para casar-se com um rapaz católico. O pastor protestante interveio no sentido de convencer o rapaz a se tornar protestante para que não “perdesse” a jovem para as freiras. Não teve sucesso, pelo menos naquele dia. Aliás, não foi possível observar nos *Anais* que algum pastor do povoado tenha tido sucesso em alguma disputa por fiéis no povoado. Já foi abordado neste texto, que se deve tomar muito cuidado com a naturalização da narratividade. Principalmente no caso de acontecimentos como esse que envolviam refrega com os protestantes. Um dos motivos para esse cuidado é sem dúvida a constatação de que os *Anais* produzidos pelas freiras eram encaminhados para a Casa Provincial de Santa Cruz em Passo Fundo a fim de receber um visto da Madre Provincial. Reproduziam a visão de mundo da *SND* e narravam os eventos de uma forma poética. Enfim, ao escreveras freiras estavam imitando suas ações e sabiam que era algo que estavam registrando para a posterioridade, criando uma memória da instituição e do seu trabalho. Mas, a operação da escrita se destinava principalmente para os superiores como uma norma da instituição.

Os rituais de primeira comunhão contemplavam também a participação de crianças convertidas que eram alunas do GE. Quando, no dia 30 de outubro de 1961, 101 alunos participaram desse cerimonial simbólico “eram quase todos do mesmo tamanho. Só uns eram maiores porque eram crianças convertidas do protestantismo” (*ANAIS* CNSS, 30 out. 1961, s\p). O que mostra que a *Bandeira da Cruzada Eucarística* atuava junto às famílias e também junto às crianças do GE. Além disso, algumas crianças protestantes também participavam nos rituais católicos realizados no povoado.

Mais uma vez para título de comparação, embora em período anterior ao nosso recorte, no Ginásio Catarinense em Florianópolis, os alunos protestantes eram considerados alinhados com a doutrina católica no que se refere à disciplina e aplicação. Alguns inclusive ocupavam cargos de confiança dos padres jesuítas alemães. Embora ocorresse algum conflito com viés religioso, de modo geral tinha o objetivo de formar uma elite católica. Na sua composição havia grupos elitistas e os alunos do sexo masculino e integrantes de famílias de classes médias. Ocupar o aparelho estatal e formar líderes para as instituições catarinenses faziam parte do projeto educativo do colégio jesuíta. Para isso era preciso formar uma elite de ascendência europeia, laica, branca, uma elite católica (DALLABRIDA, 2001).

Nova recepção aos cruzados foi realizada no dia cinco de outubro de 1963. O cerimonial tomava corpo com os alunos em fileira carregando a bandeira da *Cruzada Eucarística* até a igreja. O padre, após o sermão, entregou as fitas aos novos integrantes. Nesse ano em torno de 130 alunos compunham esta associação A recepção de novos

membros se tornava um cerimonial relevante com participação dos familiares. Fazer parte desta associação como está na documentação, era deter o status de "soldadinho de Jesus" ou de um "exército intrépido na luta pela honra de Cristo Rei" (*ANAIS* CNSS, 05 out. 1963, s\p). Em 1964 a associação teve 100 membros e em 1965 subiu para 150 membros (*ANAIS* CNSS, 1965). Havia os que detinham a fita larga e os das fitas estreitas. Essa diferenciação era um mecanismo simbólico da *SND* também usado para premiar a dedicação das *Filhas de Maria*, mulheres e moças recrutadas na comunidade que auxiliavam os trabalhos das freiras. No caso dos cruzadinhos a fita larga simbolizava um grau superior. Portar a fita larga era sinal de prestígio entre os familiares (*ANAIS* CNSS, 1964).

O dia sete de setembro em 1964 caiu numa segunda-feira e a festa no GENSS teve início no dia anterior, domingo, com churrasco, bolo, rifa da boneca e venda de lembrancinhas. A preparação para o desfile começou ainda no dia primeiro de setembro. Os alunos iam todos os dias marchando até o altar da pátria onde se encontrava o fogo simbólico. Cada aula tinha seu dia marcado para ir até o local e fazer uma hora cívica. No dia cinco houve uma parada da juventude com alunos do Curso Normal Regional e do Ginásio que desfilaram pela cidade (*ANAIS* CNSS, 07 set. 1964, s\p).

> No dia sete cedo começaram a chegar as escolas de fora para tomarem parte do desfile. Nossos alunos formavam bonitos pelotões. À frente os tamboreiros e a bandeira nacional e em seguida os pelotões do Normal, Ginásio, Curso Primário e Jardim de Infância com seus bonitos quepes enfeitados com uma bandeirinha (*ANAIS* CNSS, 07 set. 1964, s\p).

Levando em conta que ao escrever as freiras o faziam para alguém, ou seja, para a Casa Provincial em Passo Fundo e que no final de cada ano a madre provincial dava seu visto, o que foi escrito do dia Sete de Setembro de 1964 aparece de forma extensa e festiva detalhando as atividades preparatórias e também do dia. Pelo menos na parte inicial. Porque na parte final da narrativa daquele dia o tom assume outra forma, embora mantenha a roupagem de uma comportada "prestação de contas" para a Casa Provincial. Mais uma vez é sobre a relação com os protestantes do povoado:

> Antes do desfile teve lugar a parte religiosa que este ano tomou um caráter bem interessante, pois após a santa missa campal assistida por todo o povo católico e protestante, houve também ali no mesmo lugar o culto dos protestantes. Pudemos desta maneira ver de perto o vazio deste culto. O pastor revestido de uma túnica preta com um colarinho branco faz uma leitura após outra das epístolas. Cantaram um canto e no fim ele deu uma benção. Que diferença da nossa religião. Como devemos agradecer a Deus que nos chamou a fé verdadeira e como devemos rezar para a conversão desta pobre gente (*ANAIS* CNSS, 07 set. 1964, s\p).

A visão da instituição feminina católica a partir do que uma freira escreve nos *Anais* é naturalizada e não simplesmente uma "prestação de contas" para a Casa Provincial. Ao escrever essas palavras, a freira expressa sua visão, convencida de estar na "religião certa". E a forma de o pastor conduzir seu culto é visto pelas freiras como vazio. Quem escreveu, demonstra reprovação à leitura das epístolas, feitas uma após a outra. A cor da túnica do pastor também é reprovada. Pela narrativa que qualifica o acontecimento como de "caráter bem interessante", ele não deveria ocorrer com frequência, ou aquela teria sido a primeira vez em que católicos e protestantes estiveram juntos na parte religiosa das homenagens do feriado de Sete de Setembro. E finalmente, a frase que afirma que "devemos rezar para a conversão desta pobre gente" revela que para as freiras os que estavam fora do catolicismo eram vistos como "pobre gente" por não terem conhecido a "verdadeira religião". Esta frase ajuda a entender como elas davam importância ao seu papel de conversão e o motivo de investir na cruzada.

Um evento religioso realizado no dia 27 de setembro de 1964 apresentava com os símbolos dos cruzadinhos o tom cerimonioso que assumia esses momentos. Na ocasião os membros da associação receberam a visita dos cruzados de São Carlos (SC). Começou com a subida em fila até a capela que ficava no monte ao lado do seminário, acima do grupo escolar e do convento, portando a bandeira da *Cruzada Eucarística*.

> Na igreja dava gosto de ver os bancos quase todos repletos de cruzadinhos em uniforme e com sua fita amarela. Como Jesus não devia ter ficado contente com essa turminha. Os bancos com enfeites amarelos e brancos davam um aspecto lindo. Cantaram e rezaram a valer. Na parte da tarde houve uma hora de arte para a qual convidamos também nossas coirmãs do seminário e do hospital (*ANAIS* CNSS, 27 set. 1964, s\p).

Os rituais de passagem tinham seu espaço no calendário de eventos do GE, de modo que as crianças eram preparadas durante o ano letivo para este evento religioso.

> Sessenta crianças foram preparadas durante o ano letivo para a Primeira Eucaristia. A criança fazia parte de um grupo reduzido que era preparado por uma irmã ou professora leiga. A ir. Maria Orielde orientava tudo. Ela tinha feito um cursinho para tal finalidade em Chapecó. Foi muito bonito. No final da Santa Missa cada criança era chamada e os pais vinham recebê-la no altar e a conduziam para fora. (*ANAIS* CNSS, 1970, s\p).

A vida religiosa encontrava eco na vida escolar. A *Bandeira da Cruzada Eucarística* atuava junto aos moradores da comunidade. Algumas vezes, uma família inteira poderia ser

batizada e convertida para a Igreja Católica. Os "*soldados de cristo*", como eram chamadas as crianças da associação escolar, atuavam como se fossem sensores da *SND*. Nas conversões havia um ritual a seguir junto à família para desligá-la do protestantismo. Antes de qualquer coisa, como aparece na documentação, os pais protestantes que eram convertidos, precisavam abjurar de sua crença. No dia seguinte a esse desligamento, as pessoas adultas já faziam a primeira comunhão. Com relação a rituais dentro das instituições religiosas Erving Goffman (2001) fala em gestos clássicos dentro das instituições totais, como ele conceitua prisões e conventos. E dá um exemplo: o de beijar os pés, um ritual que se converte em penitência. Há também o exercício de sessões da *meã culpa* que são rotineiras nas instituições religiosas católicas. O autor afirma que para que isso aconteça os territórios do "eu" devem ser violados, ou seja, a fronteira estabelecida pelo indivíduo entre o seu "ser" com o meio em que vive, é invadida.

4.6 *PELOTÃO DA SAÚDE*

O *Pelotão da Saúde* em Santa Catarina conforme Metelski (2018) era uma associação escolar que seguia normas estaduais e federais. Havia um plano estadual que acompanhava o que ditava o plano na esfera federal. Segundo o autor, eles foram entre as demais associações, aquela que fez com que as crianças vivessem situações cotidianas da sociedade no espaço escolar, além de buscar impregnar nelas um sentimento patriótico e cívico. Sua principal função era ensinar a higiene, mas com participação ativa dos estudantes nas reuniões que sempre ocorriam mensalmente depois do recreio. Nelas os estudantes falavam sobre assuntos relacionados à educação sanitária. No final das reuniões as atas deveriam ser assinadas em duas vias e enviadas ao Departamento de Educação e para a Inspetoria Escolar. Nas atas deveriam constar os nomes e cargos dos presentes, data da fundação do pelotão e o nome do patrono. De preferência a reunião deveria ser realizada entre os dias 25 e 30 de cada mês.

A Ata número 1 do dia nove de março de 1968, escrita pela secretária Rosani Bernardi, relata que às três horas da tarde foi realizado no galpão da querência, na sala do 4º ano, a primeira reunião do *Pelotão da Saúde* daquele ano, tendo como orientadora a irmã Maria Helmine, que orientava também as demais associações escolares. Composto por uma diretoria, ele tinha em cada classe dois monitores, que faziam revista higiênica nas salas de aula. As revistas aconteciam todas as sextas feiras. Os integrantes usavam avental e capacete brancos. A classe vencedora, após terem sido feitos os trabalhos de revista, recebia uma bandeira branca que permanecia na sala até a próxima visita, pois:

> Assim sempre todos queriam ganhar a bandeirinha e vinham limpos para a escola. [...] As reuniões foram feitas em junho e março e agora no fim do ano. Em todas elas foi sempre falado sobre a limpeza, ordem e asseio que deve haver entre os alunos. Por isso fizemos todas as semanas a revista. Alguns monitores se distinguiram pelo interesse que mostraram em conservar sempre o pátio limpo e também as privadas, quase todos os dias as lavamos, e ensinamos aos pequenos como comportar-se neste lugar. Temos duas bandeiras novas, uma para o turno matutino e a outra para o vespertino (*RELATORIO FINAL PELOTÃO DA SAUDE*, 1959, p. 23).

Mais uma vez a presença de bandeiras com símbolo de premiação e punição. Assim era também na *Bandeira da Cruzada Eucarística*. Como mostra a passagem, a higiene era voltada de forma principal para o corpo e alguns integrantes do pelotão se engajavam na ideia e limpavam o pátio e as privadas. Outra função do *Pelotão da Saúde* era ensinar as crianças a utilizar a privada. O *Pelotão da Saúde* foi uma das primeiras associações que atuaram com as freiras no povoado. Ele já existia em 1955, um ano após a chegada da instituição feminina ao local. Uma menção a ele na ata de reunião pedagógica, realizada dia 16 de junho daquele ano, destaca a sua institucionalização. Com relação a sua função que era observar a higiene dos alunos, a diretora da Escolas Reunidas, Maria Borja, observava durante a reunião pedagógica que: "tem-se notado o desasseio em algumas crianças. Cada professora explicará aos seus alunos como devem apresentar-se na aula. O *Pelotão da Saúde* deve empenhar-se mais para que reine o maior asseio e higiene entre os alunos" (*ATA REUNIÃO PEDAGÓGICA* Nº 04 ESCOLAS REUNIDAS, 16 jun. 1955, p. 04).

Isso mostra a preocupação do que naquele momento se tornava um problema para a convivência e organização entre os muros da escola. A falta de higiene soava como uma ameaça as pretensões de formar uma sociedade em torno dos valores civilizatórios e cristãos. Essa associação tinha contato direto com os estudantes, pois era formada por eles. Também reproduzia os princípios da instituição feminina, pois tinha uma freira na sua coordenação. Eram estudantes reproduzindo normas, prescrições e representações para outros estudantes. Não estar limpo, asseado, poderia ser constrangedor e ter de enfrentar a vigilância constante do *Pelotão da Saúde*, que:

> Tinha reunião em março, agosto e no fim do ano. Nestas reuniões a orientadora sempre insistiu na ordem, asseio e higiene. Os monitores se esforçaram para conservar a ordem e o asseio nas patentes e também no pátio e nunca zombaram de um aluno que não estava limpo (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 1957, p. 57).

O poder exercido sobre os corpos entre os muros do GE não se dava somente de forma interna. O governo estadual também enviava especialistas para verificação da higiene. É

possível verificar nos documentos que falam que no dia cinco de setembro de 1961 ocorreu: “uma campanha contra a chamada ‘tracoma’. Todos os alunos e professores foram examinados. Foram encontrados muitos portadores desta doença principalmente entre os pequenos” (*ANAIS* CNSS, 05 set. 1961, s\p).

O discurso normalizador de higiene, ordem e disciplina eram difundidos com o objetivo do adestramento dos corpos, para torná-los limpos, disciplinados, patrióticos e eficientes. O discurso da norma se tornava uma forma de esquadrinhar e tornar os corpos dóceis entre os muros do GE e fora dele também. A premiação, a punição e a sanção se tornavam mecanismos de controle presentes na condução do processo educacional e dos rituais religiosos. Essas iniciativas entre os muros do GE não ocorriam por acaso. Isso porque os princípios norteadores de política de Estado estavam presentes aí. Flávio W. M. Gentil (2015) afirma que isso ocorre quando o Estado toma a iniciativa de conhecer sua população. É o governo de Getúlio Vargas que assume essa tarefa de inculcar as normas de higiene ao administrar os corpos. Santa Catarina usa como vitrine as transformações escolares no período Vargas. O ano de 1930, por exemplo, é considerado como marco na gestão da população, momento em que o Estado cria mecanismos de reconhecimento. Assim, pelo controle das matrículas era possível deter dados dos estudantes que resultaria no controle da população. É nesse contexto que se insere a personagem do inspetor escolar, que de agora em diante teria a função de ser o representante do Estado no GE.

O *Pelotão da Saúde* possuía em 1969 um pequeno pronto socorro com medicamentos para atender alunos que se machucavam. Além disso, era responsável pela limpeza e por manter a ordem do pátio do GENSS. Ensinava como manter a higiene do corpo e outras ações. A metodologia consistia em os fiscais andar pelo pátio e pelos sanitários durante o recreio a fim de observar o comportamento higiênico e a ordem dos alunos. Como neste ano de 1969 a escola estava sem serventes, o pelotão ficou responsável por passar em todas as salas ao final das aulas. As turmas que deixavam a sala mais limpa também eram premiadas com algum atrativo que poderia ser um filme de slides (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 1969, p. 39). Havia um sistema de pontuação com registros e dados dos alunos sobre suas atividades. O ambiente escolar era permeado pelas premiações e punições, definidos pelas visitas e exames acerca da higiene.

A freira encarregada pelas associações escolares do GENSS, irmã Maria Helmine incentivava o uso do lenço na sala de aula. Tratava-se de uma determinação, como a que se verificou no dia seis de maio de 1968. Naquele dia, que era uma quarta-feira, as alunas e alunos do quarto ano deveriam trazer um lenço, pois haveria a revista na sala. Naquele mesmo

mês e ano, no dia 3 de maio de 1968, o *Pelotão da Saúde* do GE realizou uma reunião para falar sobre o uso do lenço. A fiscalização era rigorosa. Na reunião ficou certo que: "na próxima semana os encarregados farão revista do lenço; no meio da semana se fará uma revista geral em todas as classes; e falou-se ainda da maneira de usar o lenço corretamente" (*ATA PELOTÃO DA SAÚDE*, 03 maio1968, s\p). Durante a semana eram escalados quatro estudantes. Quem escalava era a diretoria. Eles deviam cuidar da limpeza e da ordem durante o recreio (*ATA Nº1 PELOTÃO DA SAÚDE*, 18 maio 1968, s\p).

No ano de 1965, na festa de encerramento das atividades, ocorrida no dia 13 de dezembro, a atmosfera religiosa trazia consigo a disciplina e a vigilância. Naquele dia houve o encerramento das atividades com as crianças do jardim de infância, com uma festinha embaixo de um pessegueiro com bandeirinhas e um presépio com a presença das mães, entoando "poesias para o Menino Jesus". Também teve o encerramento para

> Aqueles professores que tinham a responsabilidade de alguma atividade extra como *Clube Agrícola*, *Pelotão da Saúde*, *Liga da Bondade*, *Biblioteca*, etc. começaram a movimentar-se para apresentar o Relatório dos trabalhos durante o ano. Não se tinha tempo para perder (*ANAIS* CNSS, 13 dez. 1964, p.65).

Assim, fechava-se a cortina de mais um ano, com os professores finalizando os trabalhos junto às associações escolares. Estas se tornaram um importante vetor das normas e doutrinas de *SND*. Não menos importante é o fato de que ao estudar essas associações, são reveladas várias ações, que as transformaram em eficientes instrumentos extensivos, na condução de normas governamentais e religiosas. Entre os muros do GENSS toda uma tecnologia de controle do corpo repousava sobre os alunos. A ação do *Pelotão da Saúde* se aproximava de um discurso médico e o corpo da criança era o alvo.

Na fotografia abaixo as crianças integrantes do *Pelotão da Saúde* se colocam de forma altiva para o registro fotográfico e dão a ver elementos possíveis de serem analisados no que se refere ao padrão delas: fileiras sobrepostas com os meninos na parte de trás, meninas à frente e de joelhos. Não há a presença de docentes ou freiras, com o registro somente as crianças do *Pelotão da Saúde* que desenvolvia atividades de vigiar e prescrever normas de higiene no espaço do GE. Os monitores eram os responsáveis pela fiscalização e a turma poderia ser premiada ou punida. Outros detalhes da fotografia, a cruz no capacete, o uniforme branco. No instante do registro um menino e uma menina se voltaram para trás para olhar os meninos que estão no canto esquerdo da fotografia. Provavelmente não pertenciam ao

pelotão. Um detalhe que não escapa à observação é em relação ao local onde as crianças foram organizadas. Essa escolha diz algo, pois aparece o convento, o seminário e a capela.

Figura 5 – Fotografia das crianças do *Pelotão da Saúde* do GENSS

Fonte: Acervo EEBNSS. Maravilha (SC), s/d.

Gladys Teive e Norberto Dallabrida (2012) afirmam que, enquanto subárea da ciência médica, a escolarização da higiene tinha o objetivo de mudar os comportamentos que se tinha com o corpo. Essa escolarização provinha do discurso higienista do final do século XIX e tinha como objetivo a mudança de hábito que ocorreria pela imposição de condutas a partir de normas de civilidade que eram prescritas para formar moral e fisicamente o cidadão brasileiro. O alvo dessa obrigação imposta para que se cumprissem noções higiênicas era, além das crianças, também suas famílias. As crianças nos GEs de Santa Catarina passaram a ter o seu aprendizado avaliado, quando houve a instauração da revista semanal que era feita pelas professoras. Essa fiscalização era sobre a higiene do cabelo, unhas, pescoço e dentes que, mais tarde, passou a ser realizada pelo Pelotão da Saúde.

Hellena Altmann (2009) afirma que uma das maneiras de a medicina penetrar na sociedade foi pela escola. Um enunciado em nome da ciência se tornou um projeto no Brasil no século XIX e ele não poderia mais ficar restrito somente na esfera privada familiar ou religiosa. A sociedade deveria ser higienizada, homogênea e regenerada. Tratava-se de um modelo de organização escolar calado na medicina higiênica. Historicamente a medicina priorizou um saber/poder no espaço escolar. Isso ocorreu de tal maneira que

> em nome da saúde pública, os médicos entraram na escola com o objetivo de educar crianças e suas famílias. As concepções médico-higienistas, que influenciaram profundamente a política educacional no Brasil no século XIX, também exerceram influências em trabalhos de educação sexual no século seguinte, com o objetivo de combater a masturbação, as doenças venéreas e preparar a mulher para o papel de esposa e mãe (ALTMANN, 2009, p. 343).

A educação dos dias de hoje não é idêntica à do século XIX, porém há realocações de problemas, assim como há rupturas e mudanças. O processo educacional intervém no comportamento sexual, pois se destaca como o espaço de se exercitar tecnologias governamentais (ALTMANN, 2009). Podemos afirmar que essa concepção médico-higienista, que permeou o espaço escolar no final do século XIX e início do XX, de alguma forma ou outra se apresentava nas intervenções do *Pelotão da Saúde* no GE em estudo aqui.

Nas décadas de 1930 e de 1940, o governo de Santa Catarina lançou mão de políticas visando solucionar o problema da prostituição e da infância abandonada com investimentos na família, no hospital, na escola e na saúde. Voltou-se para a escola para difundir hábitos de higiene na população catarinense. Surgiram assim dispositivos para uma intervenção sobre o corpo, que contemplava o lazer regulado e a higiene (CAMPOS, 1992).

A política higienista era sentida no estado de Santa Catarina desde a década de 1920 quando, por exemplo, os alunos do Ginásio Catarinense eram examinados pelo médico do colégio. Ele agia de acordo com a política que estava em vigor na cidade de Florianópolis. Para tanto o fazia via instruções orais e relatórios. No ano de 1920, o inspetor da higiene do Estado e também médico do colégio, Joaquim Ferreira Lima, aplicou a vacina contra a varíola nos internos e semi-internos e promoveu a intervenção da “Comissão Rockfeller” que fez conferência a respeito de doenças e aplicou dosagens contra enfermidades endêmicas. O médico do referido colégio não se contentava em somente conferir a higiene no meio escolar, tratava também de promover precauções relacionadas à desinfecção e o isolamento de enfermidades contagiosas. Havia até uma ficha sanitária individual confeccionada após a realização dos três exames que fazia durante o ano. Essa ficha era enviada aos pais no final do ano (DALLABRIDA, 2001). Dallabrida (2003, p. 24) afirma que “os sistemas escolares nacionais dos séculos XIX e XX, tiveram como paradigma as escolas privadas cristãs, em que os ‘novos moralizadores de massa’- higienistas, reformadores sociais, educadores - ocuparam o lugar dos eclesiásticos”.

Faço aqui um desvio para citar Foucault (1987) que ao pontuar a essência da reforma penal no século XVIII, enumera que se trata de:

> Deslocar o objetivo e mudar sua escala. Definir novas táticas para atingir um alvo que agora é mais tênue, mas também mais difuso no corpo social. Encontrar novas técnicas as quais ajustar as punições e cujos efeitos adaptar. Colocar novos princípios para regularizar, afinar, universalizar a arte de castigar. Homogeneizar seu exercício. Diminuir seu custo econômico e político aumentando sua eficácia e multiplicando seus circuitos. Em resumo, constituir uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir [...]. A arte de punir deve, portanto repousar sobre toda uma tecnologia da representação (FOUCAULT, 1987, p. 76-77).

Foucault (2005) também afirma que no século XVIII a saúde e o bem-estar físico se tornam um objetivo político que a "polícia" do corpo social devia regular ao lado das questões econômicas e da ordem. Esta ordem higiênica era disseminada também pelas instituições de caridade e religiosas. Estas atribuições higiênicas vinham acompanhadas de atividades de distribuição de vestuário, amparo as crianças pobres abandonadas, educação moral e vigilância sobre mendigos e indigentes. Mas para nossa pretensão, a sanção, a punição e a premiação, toda essa vigilância sobre a higiene dos corpos das crianças se transforma também numa maneira de regular e esquadrinhar no GENSS com o objetivo de torná-los eficientes e dóceis.

Entre as finalidades do *Pelotão da Saúde* estabelecidas pela circular nº 26 de 19 de março de 1941 estava a de os próprios estudantes que faziam parte da associação escolar, se tornassem uma espécie de cruzados dos preceitos higiênicos dentro e fora dos muros da escola. O próprio ensino de higiene passava a obter um novo significado, pois não bastava apenas a teoria, mas fazer com que a própria escola se tornasse um laboratório. O que era ensinado precisava atingir o universo prático da criança da primeira e da segunda infância (METELSKI, 2018). Embora pudesse parecer que essas prescrições se davam dentro dos muros do GE para depois percorrer pelo tecido social no povoado, parecia ocorrer ao contrário. Os mecanismos de poder que se verificavam no processo educacional da *SND* era uma prescrição característica daquele período, vinha de fora e se alojava entre os muros, na sala de aula e nos corredores do colégio.

4.7 O *CLUBE DE MÃES*

As instituições escolares dos séculos XIX e XX contribuíram para a produção da sociedade capitalista se transformando desse modo em "instituições de sequestro", muito embora tenham tido uma característica diferenciada no que se referem as "classes sociais, gêneros, nacionalidades, etnias, religiões, particularmente com a implantação da escolarização obrigatória pelos estados nacionais" (DALLABRIDA, 2001, p. 151). Conforme o autor, na

Igreja Católica havia a predominância masculina, pelo fato de o sacerdócio ter se tornado ofício exclusivo dos homens. Entretanto, havia outros elementos, pois:

> nas igrejas luteranas, presbiteriana, ortodoxa, que se estabeleceram em Santa Catarina desde a segunda metade do século XIX, os homens – os pastores – também dominavam as diversas atividades sociais como o culto, a administração eclesial, a direção de escolas e associações assistenciais (DALLABRIDA, 2001, p. 256).

As reuniões do *Clube de Mães* do GENSS aconteciam a cada dois meses. Possuía uma diretoria e uma secretária que era responsável pela escrita da ata. Também contava com uma biblioteca voltada exclusivamente para as mães e para moças que aspiravam ao matrimônio. Aliás, esse era um assunto fundamental discutido durante as reuniões do *Clube de Mães* que juntamente com a *Bandeira da Cruzada Eucarística*, assumia papel preponderante nas atividades da *SND*. Os temas gerais que eram prescritos para as mães dos alunos se relacionavam fundamentalmente ao papel que a mulher devia exercer em casa e na sociedade. A responsabilidade de um "lar feliz" recaia toda sobre a mãe. Ela devia cuidar da educação dos filhos, mas de modo especial das filhas. Estas deveriam ser educadas para o matrimônio. O marido deveria receber cuidados com delicadeza de modo a não ser importunado, pois do contrário poderia ocorrer discórdia no lar. Esses são elementos relacionados a valores que aparecem nos *Anais* do convento e nas atas do *Clube de Mães* de modo que nas reuniões os assuntos abordados eram sobre "a educação das crianças, importância da mãe para a felicidade do lar, necessidade de colaboração entre a família e a escola, como satisfazer o marido para que haja paz na família" (*ANAIS* CNSS, 23 ago. 1959, s\p).

O *Clube de Mães* foi uma associação escolar que foi criada cinco anos após *SND* chegar ao povoado. Portanto, não esteve desde o início das atividades com as freiras, como foi o caso dos cruzadinhos. Porém, se converteu num instrumento importante e estratégico para a difusão de princípios e doutrinas da instituição feminina católica. Eram as mães dos alunos do GENSS que frequentavam as reuniões. Seu funcionamento se dava como uma instituição extraescolar. Consta no *Relatório Anual* de 1959 que o *Clube de Mães* possuía 97 associadas e a *Associação de Pais e Mestres* tinha 54 sócios. O *Relatório Anual* destacava ainda a boa participação, pois "as reuniões foram sempre bem frequentadas e foram ventilados assuntos de interesse familiar, como educar os filhos e necessidade de colaboração entre a escola e a família" (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 1959, p. 07). Sem dúvida que o relatório tinha a função de enaltecer as ações também das associações, principalmente do *Clube de Mães*, pois

se tornara um canal direto entre os preceitos religiosos da *SND* e as famílias do povoado. Além do mais, o relatório anual era um documento que seria fiscalizado pelo inspetor escolar.

O *Clube de Mães* visava estabelecer padrões de conduta moral para as famílias. Em suas reuniões era deliberado e prescrito o papel que a mulher deveria exercer, assim como o do homem e da criança, nos lares do povoado. O clube enquanto instrumento de controle social, prescrevia para suas sócias, os princípios da moral cristã da instituição feminina. No documento pesquisado de 1959, é utilizado o termo associação, para se referir ao *Clube de Mães*. Essa associação que se tornou importante vetor da doutrina de *SND* juntamente com a *Bandeira da Cruzada Eucarística* foi criada em 1959. No dia 23 de agosto de 1959 aconteceu a sua segunda reunião. A primeira ocorreu nesse mesmo mês e ano, ou seja, em agosto de 1959. É possível inferir isso a partir da citação a seguir, pois fala que no primeiro mês de trabalhos, o clube foi reorganizado e "devido à doença da irmã, ficou um pouco parada esta associação, mas logo no primeiro mês de atividade foi reorganizado" (*ANAIS* CNSS, 23 ago. 1959, s\p).

O *Clube de Mães* tinha como orientadora a irmã Maria Ancila que também era diretora do GE. Nas reuniões era tratado de modo geral, sobre a família, sobretudo de questões relacionadas com a educação das meninas. Dessa forma era abordado o assunto sobre o papel da mulher no lar e na sociedade, principalmente o de mãe. Nessa mesma linha, estava a preparação das moças para o casamento. Aliás, isso era mais importante do que preparar elas para a continuidade dos estudos. Os encontros do clube ocorriam a cada dois meses. As conversas eram permeadas por conselhos para que as mães soubessem o que fazer no seu lar, ou seja:

> Uma mãe inteligente saberá fazer de sua família uma pequena e agradável sociedade, fazer tanto como seus filhos e esposo se sinta bem no lar. Não basta proibir aos filhos, você não vá lá, em tal sociedade, ou não leia esta revista ou livro mau, é preciso já, antes de tal cousa tirar-lhe [...] como, por exemplo, ter um rádio em casa, não sai tão caro e é útil e instrutivo. Não recalcar ou inibir o espírito de curiosidade sexual, mas em tempo oportuno quando o filho perguntar devemos orientá-lo. Conduzi-lo para seu pleno e sadio desabrochamento dentro de uma esfera moral e religiosa, principalmente as mães preparem as filhas antes do casamento. Não ter vergonha de falar, pois por esse falso pudor talvez quantas lágrimas terá de verter sua filha (*LIVRO ATAS DO CLUBE DE MÃES* Nº 01, 28 maio, 1961).

A centralidade do homem como chefe da família era legitimada nas falas que ocorriam nessas reuniões. Essas falas se direcionavam para os lares das famílias que tinham seus filhos no GE. A passagem abaixo, trecho da ata da reunião em que a secretária anotava os assuntos

tratados, demonstra os ensinamentos de irmã Ancila.

> A seguir acrescentou ainda a Revda. Irmã Orientadora, as mulheres sejam submissas aos seus maridos como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, [...]. Nós como religiosas mesmo de certo modo também dependemos do homem (*LIVRO ATAS CLUBE DE MÃES* nº 02, 28 maio 1961, p. 02).

As mães saiam satisfeitas de receber os conselhos vindos da irmã diretora. Na reunião do dia 23 de agosto de 1959, foi salientada a necessidade deste se tornar um local para conversar sobre a família que se queria para aquele momento e não como um local de aprofundamento das causas e sofrimentos das mulheres, enquanto submissas a seus maridos. Eram tecidos também elogios ao funcionamento do clube. Dizia-se que ele era "uma das instituições mais bem organizadas que temos em nossa Escola [...] é a parte feminina da *Associação de Pais e Mestres* também em pleno funcionamento em nossa escola" (*ANAIS* CNSS, 23 ago. 1959, s\p). Diferente da associação dos pais, que tratava de diversos assuntos administrativos e econômicos, o *Clube de Mães* tratava das coisas pertinentes ao trabalho da mulher no lar, de como ser uma boa esposa e mãe. Além disso, atuava também no controle e vigilância da moral das famílias do povoado. O lugar dos sujeitos dentro das associações escolares era aquele que deveria ser em suas casas, ou seja, assim como no *Clube de Mães* se tratava sobre a mulher ser a "rainha do lar", assim ela deveria ser de fato, cuidar da moral, da família, dos filhos. Os temas principais que eram abordados nas reuniões se referiam à supremacia do homem sobre a mulher, ou seja, de como tratar o marido com gestos delicados, para que este não ficasse zangado. Era prescrito sobre:

> A educação das crianças, importância da mãe para a felicidade do lar, necessidade de colaboração entre a família e a escola, como satisfazer o marido para que haja paz na família etc..... As mães ficam sempre muito contentes. Dizem que poderia ficar o dia todo escutando a irmã falar. Grandes têm sido os frutos destas reuniões. São realizadas geralmente de dois em dois meses. Tem a Diretoria bem constituída, a secretária lavra fielmente as atas. Temos uma biblioteca mais ou menos bem organizada, só para as mães e moças que aspiram ao matrimonio. Pagam Cr$ 40,00 anuais para retirar uma vez por semana um livro (*ANAIS* CNSS, 23 ago. 1959, s\p).

No dia, 28 de maio de 1961, estavam presentes na reunião 43 sócias e irmã Maria Ancila que mais uma vez destacava a importância da mãe no lar que deveria se voltar para

> Unir a família à boa escola para a defesa dos direitos sagrados da família, principalmente contra as forças externas que procuram fazer vacilar as bases da família. Uma mãe inteligente saberá fazer de sua família uma pequena e agradável sociedade, fazer tanto como seus filhos e esposo se sintam bem no lar (*ATA CLUBE*

> *DE MÃES* nº 01,28 maio 1961, p. 01).

Das reuniões para as famílias do povoado, os ensinamentos eram difundidos para que as esposas:

> Procurasse tudo fazer para ser mesmo o sol do lar. Dentro sim de suas possibilidades cuidarem muito da aparência pessoal para agradar o esposo. Muitas relaxam em aparecer bonitas e pensam "ha eu tenho o meu" sim acrescentou ela, "tu tens o teu então o segura faça com que o se sinta atraído ao lar. É teu dever também". Finalizou explicando "ha economias que custam caro" (*ATA CLUBE DE MÃES* nº 01, 28 maio 1961, p. 01).

Além de se responsabilizar pela harmonia no lar, a mãe deveria cuidar do marido. Literalmente deveria o segurar, pois isto era seu dever também. Essa é a ideia trazida na fala da freira registrada na ata da reunião daquele dia. Muitos outros deveres as mulheres tinham no lar. Cuidar para não perder o marido era apenas um deles. Aqui novamente me desvio para falar sobre os ensinamentos formulados por irmã Ancila nessas reuniões. É bom lembrar que ela também era diretora do GENSS e superiora no convento. Quanto a isso se pode fazer uma observação. Os preceitos difundidos pela freira para as mulheres do povoado registrados nas atas do clube poderiam ser comparados com o silencio dos *Anais* em relação ao contexto social e econômico?

No povoado, as associações escolares, principalmente o *Clube de Mães*, atuavam como vigilantes das regras morais e se tornavam o meio para difundi-las. É importante destacar também que o contexto no qual se dão as relações em torno dessas associações é caracterizado por uma posição conservadora da Igreja Católica, pois

> Que impunha seus preceitos por meio das escolas e púlpitos, pregando casamento indissolúvel e prole numerosa. A moral sexual cristã estigmatizava as mulheres que se separavam do marido e condenava a sexualidade feminina desligada de fins reprodutivos. A convivência entre meninos e meninas esbarrava com as práticas de muitas escolas de segregar os alunos por sexo. Reproduzia-se sem grandes barreiras a educação de meninas reprimidas sexualmente, voltadas para os afazeres domésticos, sem direito sequer a sonhar com carreiras profissionais de prestígio na época, como Medicina, Engenharia e Advocacia (MORAES, 2012, p. 500).

Nas reuniões do *Clube de Mães* a prescrição e o direcionamento para os lares eram que: "cada família deveria ter uma bíblia em casa e na hora das refeições fosse lido um trechinho para assim difundir melhor o cristianismo em nossas famílias" (*ATA DO CLUBE DE MÃES* nº 10, 1966, p.7). Nas reuniões, as mães também costuravam uniformes para os estudantes pobres do GE. Para tal tarefa, havia um grupo constituído dentro do próprio *Clube de Mães*. Eram as

> Representantes Sociais que: encarregadas da criança pobre andaram de casa em casa oferecendo assim oportunidade de frequentar as aulas a diversas crianças pobres que não frequentavam. [...] não deixaram de cumprir a missão de que foram encarregadas, em vigiar o comportamento dos colegiais na sociedade (*RELATÓRIO CLUBE DE MÃES*, 1966, p. 09).

As representantes sociais faziam o trabalho de identificar as crianças pobres para convencê-las para que frequentassem as aulas. A passagem evidencia uma prática comum nesse período, a exclusão de crianças pobres do acesso ao ensino. Vigiar e convencer essas crianças a frequentarem às aulas se transformava também numa forma de disciplinar e observar o comportamento delas dentro e fora dos muros da escola. As reuniões do *Clube de Mães* se voltavam para a maneira de educar os filhos e era explicado que a mãe tinha o dever de castigá-los quando eles merecessem, pois,

> Nesta altura a D.D. Orientadora leu-nos uns trechos da Bíblia sobre "Autoridade do homem no lar" e poema alfabético sobre a mulher virtuosa. Cujos trechos tanto agradaram as ouvintes que umas já prometeram comprar a Bíblia e outras as que têm de estudá-la mais. Que a esposa e mãe mantenham-se sempre calma e aja com maneiras delicadas. Desta maneira conseguirá tudo de seu esposo, bem como de seus filhos. [...] a mãe tem o dever de castigar seus filhos quando estes merecerem. Acrescentou que: quem mais executa seus filhos, mais gosta deles. Os pais não devem fazer a vontade do filho, não expor-se a muitas brincadeiras com ele e nem rir quando este pratica uma má ação (*ATA CLUBE DE MÃES*, 05 maio1962, p.4).

A passagem acima demonstra que a diretora do GE e do clube prescrevia que os pais não deveriam se voltar a muitas brincadeiras com os filhos. Nem mesmo o riso seria recomendável. A esposa deveria agir com gestos delicados. Aliás, a representação de mulher e mãe era esse, o da delicadeza nas ações para tudo conseguir do marido. A moral cristã, presente no espaço escolar e difundida além dos muros da escola, regia a vida social e os "bons costumes" familiares no povoado. Um exemplo disso é que no dia 11 de maio de 1965 a diretora irmã Ancila conclamou as mães a se unirem contra a abertura de uma "casa de corrupção" que estava prestes a abrir na cidade, considerando tal fato como sendo "perigoso" (*ATA CLUBE DE MÃES nº 9*, 11 maio 1965, p.7). Tratava-se evidentemente da primeira casa de prostituição que estava sendo aberta nas cercanias, dada a importância com que foi tratada sua abertura, uma vez que ocupou a pauta da reunião do *Clube de Mães* naquele dia.

Um dos assuntos tratados nas reuniões era o de tornar as mães dos alunos e alunas do GE, responsáveis pelos seus lares. Elas deveriam assumir o papel de mãe e de cuidadora do lar enquanto o homem tinha como papel, prover o sustento da família. As reuniões dessa associação eram revestidas de representações de família que se tinha naquele momento. Para tanto, essas divisões de papéis sociais que se abrigava no âmago das famílias, encontrava eco

entre os muros da escola.

Outra instituição também reforçava a definição de papéis na sociedade. Trata-se do curso Normal Regional Nossa Senhora Aparecida, criado em 1962 anexado ao GENSS e voltado para o gênero feminino, essencialmente para a formação de professoras do primário. Irmã Maria Constância era professora da disciplina de Artes Femininas na qual as moças tinham aulas de costura de lingerie. Nesse ano o Curso Normal tinha 20 rapazes e 45 moças (*ANAIS* CNSS, 1965). A escola normal legitimava esse processo, ao se tornar uma escola para formar moças normalistas.

4.8 AS INTERNAS E AS *FILHAS DE MARIA*

A primeira página dos *Anais* do ano de 1960 traz algumas informações sobre como era estruturada a Casa Nossa Senhora da Salete, o convento. Aliás, o termo "Casa" naquele momento nos documentos significava ser a Casa Filial de *SND*, um local para além das quatro paredes e dos três andares que ela tinha. Estava sob sua responsabilidade como Casa Filial, o internato, que naquele ano contava com 17 meninas, o GE que possuía o curso primário e complementar, curso supletivo e o jardim de infância. Uma professora "leiga" também morava no convento como pensionista. O total de alunos naquele ano era de 535 (*ANAIS* CNNS, jan. 1960, s\p).

Para título de comparação, no ano seguinte, em 1961, o internato passou a contar com 25 internas e o pensionato tinha duas professoras "leigas". No entanto o número de alunos no GENSS reduziu com um total de matriculados de 469, sendo 231 meninos e 238 meninas (*ANAIS* CNNS, jan. 1961, s\p). Em 1965 o internato contava com 23 moças. Entre elas haviam as que eram chamadas pelas freiras de "internas ajudantes". Nesse ano havia duas delas. Eram as que não podiam pagar e por isso faziam os serviços de limpeza e cozinha na casa (*ANAIS* CNSS, 1965).

Num período em que as únicas luzes que se podiam observar nas noites que caiam sobre o povoado eram as dos lampiões, a contemplação do mundo que se apresentava a sua volta poderia ser a solução tanto para as freiras quanto para as internas, tanto mais porque o convento (fotografia abaixo) que foi construído em 1957 ficava no alto de onde era possível observar a planície.

Figura 6 – Fotografia de 1957 do convento da *SND*

Fonte: Acervo da EEBNSS. Maravilha, 1957.

A fotografia acima foi tirada logo após a sua construção. Mas a escuridão no povoado predominara até o dia 24 de setembro de 1960, pois[28]

> Aqui em Maravilha todos andavam com seu pequeno lampião, qual vaga-lume iluminando só o lugar onde está. Mas agora nós também fazemos parte das cidades iluminadas, pois os políticos medem todas as suas possibilidades e capacidades para que o povo se anime e por isto de um dia para o outro nós tínhamos luz em nossa cidade. Que beleza, agora de noite tudo está iluminado de maneira que de longe se enxerga a cidade com suas pequenas casinhas todas claras (*ANAIS* CNSS, 24 set. 1960, s\p).

O ano de 1960 chegou ao final e era hora das internas voltarem para suas casas. No convento residiam as freiras, as internas e uma ou duas professoras leigas. Ali havia capela, sala de estudos, refeitório e dormitório.

> Neste mundo tudo tem um fim. O ano letivo já passou e novamente podemos gozar de novas alegrias que sempre nos trazem as férias. As nossas internas já se retiraram para as suas casas de modo que nós estamos bem sozinhas no nosso pequeno convento, silêncio e quietude reinam nele. Agora ao olharmos na sala de estudos,

[28] Um ano antes o prefeito havia solicitado autorização da Câmara Municipal durante uma sessão extraordinária no dia quatro de junho de 1959 quando leu uma mensagem aos vereadores sobre a criação de uma lei para a compra de um Conjunto Diesel Elétrico. Justificou a aquisição por uma satisfatória proposta do estado e pela necessidade do abastecimento de energia elétrica na cidade (VIEIRA, 2012).

> tudo está guardado. Não há mais pilhas de cadernos por cima das carteiras. Agora quem vai entrar em ação são as vassouras, os panos e as escovas. Feliz de quem aqui habita (*ANAIS* CNSS, 15 dez. 1960, s\p).

E assim fechavam-se as cortinas daquele ano de 1960 com as internas em casa, as freiras no convento e a escrita dos *Anais* concluída. O visto nesse documento foi dado no ano seguinte em cinco de maio de 1961, pela madre provincial Maria Gervásia. No dia 25 de novembro de 1960 a *Congregação Mariana*, conhecida também como as *Filhas de Maria*, uma associação considerada pelas freiras como desenvolvida e com várias sócias, promoveram um piquenique. Era dia de Santa Catarina e os professores e as freiras puderam acompanhar as sócias num local mais afastado. Depois das diversões à tarde foram a Cunha Porã (SC) visitar o GE daquele município vizinho. Sobre este dia as freiras narraram que "depois disto fomos no fotógrafo onde tiraram uma foto todos trepados no caminhão que nos conduzia e em seguida voltamos para casa. Quando chegamos já era sete e meia e cada qual se retirou para a sua casa muito contente" (*ANAIS* CNNS, 25 nov. 1960, s\p).

No mês seguinte, em dezembro de 1960 durante cinco dias aconteceu um retiro espiritual para as *Filhas de Maria*. Na quantidade de trinta se alojaram no convento para um retiro fechado. Porém "quinze estavam conosco só durante o dia. Todos os exercícios do santo retiro eram feitos em nossa capela. No dia do encerramento houve a recepção de novos membros na *Congregação Mariana*" (*ANAIS* CNNS, 07 dez. 1960, s\p).

No ano seguinte em 1961 na mesma época ocorreu mais um evento relativo ao silêncio e a clausura. Foi nos dias cinco a sete de dezembro quando 45 congregadas marianas se reuniram na casa das irmãs, quinze a mais que no ano anterior. Naqueles dias algumas ficavam internadas e outras iam para casa fazer as refeições e "por isso interrompiam o silencio. Durante esses três dias reinaram em toda parte muita calma e recolhimento. Tinham três meditações e uma instrução por dia. No último dia umas receberam a fita, uma as largas e outras a estreita" (*ANAIS* CNNS, 07 dez. 1961, s\p). Os momentos de clausura envolviam as internas e também as *Filhas de Maria*. Desrespeitar esse momento solene de silencio implicava em no final do retiro não receber o reconhecimento por completo tendo como símbolo a entrega das fitas no último dia. Romper o silêncio não agradava as freiras. Era preferível que as mulheres da associação *Filhas de Maria* permanecessem enclausuradas no convento durante os dias de meditação e de contemplação.

Porém, as atividades religiosas das freiras não se limitavam somente à clausura. Era preciso "arrebanhar almas", novas meninas para seguir a vocação da congregação. Para tanto havia os passeios para o interior. Eles se tornavam uma oportunidade para as freiras se

aproximarem dessas meninas. No dia primeiro de novembro de 1961 um piquenique foi promovido pelos estudantes e pelas *Filhas de Maria* nos arredores num local conhecido como Bom Jesus. Foram 34 pessoas com um caminhão alugado. Chegaram ao local às 10h30min.

> Os meninos junto com o professor começaram sem muita demora o jogo de futebol. As meninas se dirigiram num pequeno mato junto com as irmãs para preparar as suas tendas. Entramos no mato, era tão bom. O mato todo estava percorrido pelos cortadores de pinheiros e por isso todo cheio de estradinhas muito propícias a nós. Perto das 12 horas chegaram os meninos a fim de almoçarem. Durante o almoço cantavam e tocavam violão. Depois de termos descansado, fomos novamente ao povoado a fim de organizar uns jogos [...]. Depois começaram a chegar moças e meninas da localidade para falar com as irmãs, pois para elas era isso uma grande novidade. Umas nunca tinham visto tais personagens. Por isso primeiro olhavam, depois sorriam e conversavam. E dentro de poucas horas parecia que tinha uma reunião de importância. Depois fomos ver o local destinado à construção do futuro colégio das irmãs, do hospital e da igreja. As 16h30min partimos rumo a casa aonde chegamos às 18h45min bem contentes. Para dizer de passagem, parece que a nossa visita foi proveitosa, pois três dias atrás uma mãe veio matricular a sua filha aqui em nosso internato, porque ela quer também ser irmã (*ANAIS* CNNS, 1º nov. 1961, s\p).

Dessa passagem podemos analisar primeiro que, assim como pensavam em Cunha Porã, a *SND* tinha a intenção se expandir com mais uma escola para o interior. Nos documentos não aparecem outras menções sobre este assunto. Em segundo lugar, outro elemento que aparece é que havia ainda nesse período os cortadores de pinheiros que faziam o serviço para a Cia. Sul Brasil, embora a colonizadora condenasse essa prática quando ela era feita por pequenos posseiros ou caboclos. De qualquer forma, naquele dia um caminho desses, aberto no meio do mato foi utilizado pelas freiras e pelas *Filhas de Maria*. Elas encontraram um local e montaram a tenda para cuidar da preparação do almoço. Os meninos e o professor jogavam bola e chegaram somente na hora do almoço. Em terceiro lugar outra análise fundamental se refere à forma como as meninas do interior viam as freiras. Conforme a narrativa, essas meninas nunca tinham visto uma freira antes e a visita delas se transformou num acontecimento importante. Na narrativa dos *Anais*, as freiras consideraram que o piquenique foi proveitoso, pois, uma mãe logo veio até o convento para internar sua filha. Outro elemento importante observado na narrativa se refere quando teria sido escrito sobre este dia. Se a mãe da menina veio há três dias, como foi narrado, o registro nos *Anais* possivelmente ocorreu uma semana depois da realização do piquenique. E finalmente é possível, embora seja óbvio em partes, dizer que quem escreveu se trata de uma freira. O que revela isso é a frase “ela quer também ser irmã”, se referindo à filha que a mãe trouxe para internar. (*ANAIS* CNNS, 25 nov. 1962, s\p).

As meninas que se tornavam associadas das *Filhas de Maria* eram jovens alunas do

GE. No dia 15 de agosto de 1962 os *Anais* revelam isso ao destacar que a população de Maravilha havia aumentado. Com isso também aumentou o número de jovens meninas que "ingressaram nas fileiras das congregadas" (*ANAIS* CNNS, 15 ago. 1962, s\p). No ano seguinte 1963, o convento contava com 17 internas. O cargo de prefeita do internato e diretora da associação *Filhas de Maria*, era de Irmã Maria Inocente que em 1966 acumulava funções como regente da quarta série do Curso Normal Regional, aulas de Matemática, Didática, Psicologia, Artes Femininas no terceiro e quarto ano ginasial e Curso Regional. Além disso, era dirigente da equipe que formava a Pia Obradas Vocações Sacerdotais, que contava com oito famílias associadas e 14 membros. Nesse ano de 1966 o internato tinha 24 moças. Oito delas estudavam no Ginásio Normal. Já a associação *Filhas de Maria* formada por mulheres da comunidade, tinha 34 integrantes (*ANAIS* CNNS, 1966). Como é possível observar, várias eram as associações que funcionavam na órbita do convento. Ele se tornava o centro social, religioso e educacional no povoado. As investidas e vocações junto às famílias aconteciam de diversas formas, caracterizadas pelas ações destas associações.

Figura 7 – Fotografia das internas em 1965

Fonte: Acervo da EEBNSS, Maravilha, 1965

Em 1967 o número de meninas no Ginásio Normal superava amplamente o número de meninos. Eram 73 meninas e apenas dois meninos. O estudo e trabalho de normalista era feminino. Nesse ano o internato contava com 20 moças. O número da associação *Filhas de*

Maria era de 30. A *Bandeira da Cruzada Eucarística* possuía número maior de membros em relação com as demais associações escolares no ano de 1967. Tinha o total de150. No ano seguinte, 1968, o número de membros da *Bandeira da Cruzada Eucarística* reduziu para 100 e de meninas no internato subiu para 21, ou seja, o trabalho de trazer alunas para o convento prosseguia no final desta década de 1960. Em 1969 o número de internas reduziu para apenas 12 e não há menção à *Bandeira da Cruzada Eucarística*. No ano de 1970 o número de internas caiu para nove (*ANAIS* CNNS, 1967-1968-1970).

Erving Goffman (2001) analisa que nos estabelecimentos religiosos que ele conceitua como "instituições totais", definida por ele como um local onde grande número de indivíduos trabalha e reside em condições semelhantes e separadas da sociedade. Também levam uma vida administrada e fechada por um considerável período de tempo. Conforme o autor, especificamente no caso dos conventos, há reduções das características que as freiras trazem consigo, do seu convívio familiar. Nos conventos se apresentavam normas para que a freira renunciasse a tudo que caracterizava sua vida anterior. Tratava-se de uma troca, da renúncia pela confissão, ou seja. Era preciso expor suas formas de pensar para que a instituição as pudesse administrar. Não poderia mais haver segredos. Essa racionalização, segundo o autor era necessária para que maior número de pessoas pudesse ser administrado num espaço menor e com menos custos. Quanto a esta questão de suprimir nessas instituições características da pessoa que entra para o convento, o autor afirma que:

> As pessoas podem voluntariamente decidir entrar para uma instituição total e, a partir de então, podem lamentar a perda da possibilidade de tomar decisões importantes. Em outros casos, principalmente entre os religiosos, os internados podem partir de um desejo voluntário de perder a decisão pessoal, e manter esse desejo. As instituições totais são fatais para o eu civil do internado, embora a ligação do internado com esse eu civil possa variar consideravelmente (GOFFMAN, 2001, p. 48).

Na sociedade moderna, uma disposição básica se refere ao fato do indivíduo poder ir a diferentes lugares para brincar, dormir e trabalhar. A interação com diferentes pessoas é uma possibilidade sem a necessidade de seguir um plano racional de forma geral. Nas instituições totais, na qual se enquadra o convento e o internato, o aspecto central é a ruptura das barreiras que separam essas três esferas da vida. No convento todos os aspectos da vida estão reunidos num lugar apenas e subordinados a uma única autoridade. Além disso, todas as atividades diárias são realizadas em conjunto com outras pessoas que são tratadas da mesma forma. Todas as atividades vêm impostas de cima e seguem um plano racional único (GOFFMAN, 2001).

5 OS DOCUMENTOS DE *SISTERS OF NOTRE DAME*

> O documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os "puseram no mundo"; estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhe socorro e assistência (RICOEUR, 2007, p. 179).

> A história, evidentemente, é antes de tudo um encontro com a morte. É uma sensação estranha esse súbito encontro com existências desconhecidas, acidentadas e plenas, que misturam, como que para complicar mais, o próximo (muito próximo) e o distante, o defunto (FARGE, 2017, p. 15).

5.1 *ANAIS* DE *SND:* TESTEMUNHO E IMITAÇÃO DA REALIDADE

Na narrativa dos *Anais* do convento as freiras falam de si, mas falam da instituição. Ao interpretar essas fontes foi possível verificar as representações de mundo da instituição feminina católica que permeiam as narrativas individuais, ou seja, as freiras inseridas na instituição. Tornou-se oportuno então analisar como as narrativas foram construídas com suas representações acerca do processo educacional daquele período. Dessa forma, este capítulo propõe interpretar os documentos que foram produzidos no convento da *SND*, no caso, os *Anais* e também no GENSS, no caso o jornalzinho escolar *O Girafinha*. Aqui será apresentada uma proposta de analisar o próprio processo de narratividade que compôs a operação historiográfica desde a origem, ou seja, desde a seleção, passando pela compreensão e explicação e a escrita. Para isso é preciso ter em mente que o documento nunca está dado para um historiador. Os documentos, independentemente de sua natureza, só se tornam fontes para o historiador, ou seja, testemunhos, como vestígios do passado que se quer compreender e explicar depois que foi selecionado, o momento do arquivo, do inventário. Dessa forma, "o momento do arquivo é o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica" (RICOEUR, 2007, p.176). É importante considerar que a escrita nos Anais por parte das freiras se trata de uma narrativa de suas ações. Porém, neste trabalho, as freiras não participam da operação historiográfica. Os rastros, vestígios de suas ações, de suas existências no tempo foram encontrados nos documentos. Mas também esses vestígios, com o tempo, desligaram-se dos "autores que os puseram no mundo". Como vestígios, rastros do passado que dormem nos arquivos, sem o interesse e a seleção feita, seriam apenas testemunhos mudos, órfãos. É o historiador que os socorre quando os seleciona como fontes históricas.

> Para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento (RICOEUR, 2007, p. 189)

Considero importante problematizar algumas reflexões acerca da seleção, compilação, compreensão, leitura e interpretação, principalmente dos *Anais* do convento, mas também não menos do jornal *O Girafinha*, do *Livro de Poesias* e dos registros fotográficos.

Como afirma Carlos Bacelar (2003), é preciso além de conhecer a história do documento que se está pesquisando é preciso também contextualizá-lo e entender que ele não é neutro. Para o nosso interesse, vale ressaltar que a compreensão de que a documentação da *SND* expressa a sua visão de mundo é essencial, pois os documentos enquanto testemunhos revelam elementos para isso. Essas representações de si na narrativa resultam da interação da instituição religiosa com a comunidade local ao seu entorno. Portanto, a maneira escolhida para se aproximar da realidade do período desta pesquisa, foi interpretar os acontecimentos que foram narrados por seus testemunhos.

Entretanto, vale lembrar que para observar a instituição feminina católica a partir de representações de si, se tornou necessário compreender o sentido da produção dos documentos. Esse foi o olhar para essas fontes investigadas, pois, documentos diferentes exigem metodologias diferentes, olhares diferentes. E se esse era o desafio, então se tratava de espiar pelas suas frestas dos para tentar enxergar o convento e o GE por dentro. Luciana Heymann (2013) observa que o arquivo recebe atributos no campo simbólico e contornos da localização, do meio onde ele vive, ou seja, onde ele está sendo produzido. Sobre esse investimento, se busca trazer à luz o caráter construído do arquivo. Assim, torna-se importante o que está contido nos documentos, pois "o arquivo passaria a ser visto como instância na qual se constroem 'fatos' e 'verdades'" (HEYMANN, 2013, p. 68).

Ao mesmo tempo em que nos capítulos anteriores buscou-se conhecer a realidade do recorte temporal pela narrativa dos acontecimentos, também se privilegiou interpretar essas narrativas, sobretudo neste último capítulo. Dessa forma, houve a análise dos documentos com o objetivo de perceber a importância que os contemporâneos davam a eles, pois suas narrativas expressavam valores e crenças de seu tempo. Para isso foi preciso ter em mente o contexto da produção dos documentos selecionados, ou seja, usá-los como suporte para tentar dar sentido às relações estabelecidas naquele momento. Sobre isso Bacelar (2003) afirma que contextualizar os documentos que se coleta é fundamentalmente necessário para o historiador.

Além disso, é preciso estar ciente de que nenhum documento é neutro. Sempre carrega consigo a visão e a opinião da instituição que o produz.

Nessa linha se torna importante compreender o significado que esses documentos tiveram naquele momento e também posteriormente para os testemunhos contemporâneos. Para ampliar os horizontes e o conhecimento sobre as práticas da *SND* é relevante conhecer em que circunstâncias e como narravam seus dias. Nos *Anais* foram projetadas as representações que a instituição feminina católica tinha de si inseridas no processo educacional que conduziam. Roger Chartier (1990) acerca do conceito de representação afirma que se trata de uma realidade que "é construída, pensada, dada a ler", ou seja, uma apreciação do real por um determinado grupo. Os grupos produzem e partilham suas próprias disposições estáveis. Com isso, incorporam esquemas intelectuais e "criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido" (CHARTIER, 1990, p. 17). Esse grupo, que pode ser *SND*, construiu sua realidade no povoado pela narrativa dos *Anais*.

Aquilo que se percebe do social não se reveste de forma nenhuma de discurso de neutralidade. Para o nosso caso, as percepções do social produzem estratégias escolares que tem a tendência de impor uma autoridade a outros que são reduzidos ao menosprezo pelas próprias representações do real. Com isso as representações do real de um determinado grupo que detém a autoridade, legitimam e justificam para os demais indivíduos e fornece a eles, um sentido para suas escolhas e condutas. Enfim, as lutas econômicas não são mais importantes que as lutas de representações. Esta última serve para compreender "os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio" (CHARTIER, 1990, p. 17).

A superiora local do convento tinha como função cuidar para que os *Anais* depois de concluídos fossem enviados para Passo Fundo para que as assistentes e a secretária geral na Casa Provincial de Santa Cruz pudessem ler e a madre provincial dar o seu visto. Muito embora se tratasse de um relato anual das atividades das freiras no povoado, era uma obrigação escrevê-los. Com relação a uma categorização desse documento, torna-se interessante trazer Ricoeur (2007, p. 181) novamente para a discussão, pois ele fala sobre documentos que são testemunhos a contragosto. O autor afirma que "os documentos de arquivos provêm em sua maioria de testemunhas a contragosto", e também na repartição dos testemunhos, ou seja, os "testemunhos voluntários, destinados à posteridade, e aqueles das testemunhas à contragosto, alvos da indiscrição e do apetite do historiador". Ricoeur (2007) acerta no alvo, pois investigar esses documentos suscitou um entusiasmo de encontrar ditos e não ditos, ou seja, os silêncios de um documento que obviamente não é neutro. Dizendo isso

também quero dizer que a postura a respeito dessas fontes deve ser a de duvidar delas. Isso devido a erros que ela pode conter. Uma complexidade envolve a escrita de um documento como os *Anais*. Nada é muito preciso.

Com relação às regras para os *Anais* uma página com orientações diz o seguinte:

> A superiora local cuida que os *Anais* sejam escritos e os envia à casa provincial e ao generalato (Normas para a aplicação das Constituições, 8.15). Os *Anais* têm por fim dar um resumo estatístico das atividades da casa e narrar em ordem cronológica os principais acontecimentos do ano (*DIRETRIZES ANAIS, GENERALATO DE ROMA*, dez. 1982).

E, muito embora não tenha sido encontrada nenhuma menção quanto à censura e o que poderia ser escrito, é possível perceber que as atividades obedeciam a uma característica de imitação e de oração. Quanto à imitação, Paul Ricoeur (2007) afirma que a narrativa está pautada numa ação mediada. As freiras ao realizar a escrita imitavam as ações que realizavam. Ao compor a narrativa dos *Anais*, elas o faziam mediado por uma compreensão prévia de mundo e por seus recursos simbólicos e tendo em mente o caráter temporal das ações. Tomando a afirmação do autor para quem "imitar é elaborar uma significação articulada da ação" (RICOEUR, 2010, p. 96), é preciso ter a consciência das mediações simbólicas que carregam consigo características temporais de onde vem a capacidade da ação de poder ser narrada. Quanto à fase da operação que desemboca na representação historiadora, pode-se afirmar há relações de pressuposição e de transformação. O autor ao conceituar essas duas categorias o faz de modo que:

> Por um lado, toda narrativa pressupõe da parte do narrador e de seu auditório uma familiaridade com termos tais como agente, objetivo, meio, circunstância, ajuda, hostilidade, cooperação, conflito, sucesso, fracasso etc. nesse sentido, a frase narrativa mínima é uma frase de ação na forma X faz A em tais ou tais circunstancias e levando em conta o fato de que Y faz B em circunstancias idênticas ou diferentes. No fim das contas, as narrativas têm por tema agir e sofrer (RICOEUR, 2010, p. 98-99).

Essa era uma ação mimetizada como se fosse um ritual religioso. Ora, é preciso observar também esses elementos nas fontes. Os gestos e as ações assumem contornos por imitação e oração impregnados na narrativa dos *Anais*. Imitar, assim, é repetir os modelos de sua vocação. Observando a escrita se percebe uma sequência comum entre eles. Começam evocando a memória para em seguida imitar e orar como se verifica nas seguintes passagens: "Depois da luta vem o descanso" (*ANAIS* CNSS, 13 jan. 1964, s\p). Outro exemplo: "As surpresas são sempre, digo, quase sempre coisas que acontecem muitas vezes na família das

Irmãs de Nossa Senhora, principalmente como esta que vamos relatar" (*ANAIS* CNSS, 1º fev. 1964, s\p). Após a evocação da memória vinha a imitação. Relatavam-se as viagens das freiras para em seguida se fazer a oração para que tudo desse certo nessas viagens de ida e de volta. No mesmo dia do início das aulas em 1964 foi escrito o seguinte: "Como em cada ano também este foi iniciado com uma devota santa missa, na qual professores e alunos novos e antigos mostraram seu entusiasmo pelo fervor e devoção com que rezaram e cantaram" (*ANAIS* CNSS, 19 fev. 1964, s\p). A narração sobre as atividades no GE geralmente começava no mês de fevereiro quando iniciavam as matrículas e as aulas. Paul Ricoeur (2007) afirma que a mediação simbólica sustenta a ação de modo que "o simbolismo não está na cabeça, não é uma operação psicológica destinada a guiar a ação, mas uma significação incorporada à ação e passível de ser decifrada nela pelos outros atores do jogo social" (RICOEUR, 2010, p, 102). Ou seja, ao escrever as freiras sabiam que aqueles que lessem aquilo, entenderiam. Tanto a ação que elas desenvolviam como agente na realidade a sua volta, como também a ação da escrita nos *Anais*, eram ações mediadas simbolicamente. Uma freira, ao narrar nos *Anais* uma ação que um grupo delas desenvolveu em determinado dia, já tinha representações pré-concebidas das articulações que levaram aquele grupo a agir da maneira que agiu.

Os documentos de *SND* suscitam e atraem também análises a partir de seus silêncios, pois disso eles também foram produzidos. A escolha por registrar alguns temas e não outros revelam características e representações da instituição com relação a si e aos outros grupos que se relacionavam no povoado, como o das famílias protestantes e como a ausência de qualquer comentário sobre um determinado contexto social, econômico e político, como o do golpe militar de 1964. É preciso ter em conta que eles eram escritos para que alguém pudesse ler anualmente e no final dar o seu visto, sua aprovação. Não era dirigido ao público, embora pudesse ter esse caráter. Portanto, elas sabiam que o que escreviam seria lido por alguém, nesse caso a madre provincial. De modo geral, observei uma mescla de contentamento e serenidade nas narrativas sobre os dias passados no convento. Na parte final, no fechamento da escrita de cada ano era comum dizer que o entorno se tornava deserto. Na casa ficavam poucas freiras já que a maioria viajava para visitar seus familiares. Com isso, o convento assumia um tom lúgubre. Em outros momentos a narrativa assume tons poéticos, principalmente quando chegavam os dias de piquenique. Considero que um passeio não é algo poético, a narrativa dele sim, pois isso depende também de quem narrava. Quanto aos passeios, eram feitos pelo interior juntamente com alunos e alunas do GE.

Os acontecimentos narrados nos *Anais* falavam também de dois mundos que caracterizavam os dias na clausura. Um era uma mescla de orações e festividades enquanto o outro despertava ansiedades e tensões. Um era o mundo do convento, das orações, das festas, dos passeios pelo interior. O outro era o da relação com o GE. Constata-se isto a partir a leitura dos documentos. A narrativa que compõe a escrita dos *Anais* se referia ao dia a dia no convento e também no GE. Aliás, sobre este último, eram registrados no início da página de cada ano os dados estatísticos do GE, ou seja, quantidade de estudantes, docentes e os departamentos que faziam parte do convento. Mas uma questão caberia para reflexão: o GE fazia parte do convento ou do mundo fora do convento? Tratava-se de uma simbiose. Até porque os *Anais* do convento narram a vida no GE. Um era o da clausura, da concentração religiosa. O outro era o que exigia o contato e a relação com autoridades governamentais ligadas a educação. Os outros documentos do GENSS são os *Relatórios Anuais* e o livro *Termos de Visita* do Inspetor Escolar. Embora nos *Anais* predominassem as orações e eventos religiosos, neles também eram projetados os momentos de tensão em relação ao GE. Foi o que aconteceu no conflito em 1968 quando a presença de irmã Ancila no comando geral do GE foi questionada por líderes políticos locais (ver capítulo II).

No início da narrativa de cada ano se apresentava um sumário estatístico com a quantidade de freiras que trabalharam naquele ano na Casa Filial da *SND*. Primeiro era descrita a função de cada uma delas na casa e também no GENSS. Contava também o número de freiras que vinham para a casa e as que eram transferidas para outras filiais. Também a quantidade de freiras que trabalhavam no final de cada ano. Em seguida aparecia o pessoal leigo que trabalhava no GE que eram os docentes, zeladoras e secretária. Na sequência vinham as atividades desenvolvidas no convento. No ano de 1965 a CNSS possuía o jardim de infância, o curso primário, o ginásio normal e secundário, curso de datilografia e o internato. Como podemos ver, as atividades eram nomeadas como sendo na casa, porém esses cursos pertenciam ao GENSS. Depois vinha o número de matriculados (*ANAIS* CNSS, 1º jan. 1965, s\p). A tabela a seguir apresenta dados referentes aos alunos e alunas em 1965.

Tabela 03 – Quantidade de alunos e alunas em 1965 no GENSS

	Meninos	Meninas	Total
Jardim de Infância	75	77	152
1º ano primário	135	238	373
2º ano primário	85	65	150
3º ano primário	66	78	144
4º ano primário	33	26	59
5º ano primário	33	38	71
Curso Ginasial	31	11	42
Curso Normal	20	45	65
Total	478	578	1056

Fonte: *Anais* CNSS, 1º jan. 1965, s\p. Acervo EEBNSS, Maravilha (SC).

Depois era apresentado o número de integrantes no curso de datilografia, que em 1965 era de oito, a *Bandeira da Cruzada Eucarística* com 150 membros naquele ano, as *Filhas de Maria* com 35 meninas. E por fim, antes da parte narrativa, a composição do internato que naquele ano de 1965 contava com 23 moças que estudavam no GE nos seguintes anos:

Tabela 04 – Quantidade de internas do convento em 1965 que estudavam no GENSS

Curso	Internas
2º ano	1 interna
3º ano	5 internas
4º ano	3 internas
5º ano	6 internas
Curso Ginasial	2 internas
Curso Normal	6 internas

Fonte: *Anais* CNSS, 1º jan. 1965, s\p. Acervo EEBNSS, Maravilha (SC).

Os *Anais* narravam situações como piqueniques, festas, formaturas com roupagem religiosa. A narrativa também abordava sobre a ternura das crianças que participavam de eventos como os da associação escolar *Bandeira da Cruzada Eucarística*, que recebiam uma atenção relevante por parte das freiras porque atuavam diretamente nas conversões de famílias protestantes no povoado. A narrativa dos *Anais* tinha o objetivo de dar uma significação à instituição feminina a partir de suas representações, crenças e valores.

Figura 8 – Capa dos *Anais* de 1959 com uma fotografia do convento

Fonte: Acervo da EEBNSS. Maravilha (SC), 1959.

A capa dos *Anais* de *SND* do ano de 1959 tem a fotografia do convento, conhecida naquele momento também como Casa Filial de *SND*, Casa das Irmãs ou Casa Nossa Senhora da Salete (CNSS). Essas denominações aparecem nos documentos. Escolhi a denominação de convento, em primeiro lugar porque facilita a escrita e a leitura; em segundo porque assim aparece na documentação e em terceiro lugar porque lá moravam as freiras e as moças internas que vinham do interior para aspirar ao mundo da clausura, o mundo da contemplação, da instituição feminina. Algumas vezes aparece nos documentos a denominação de Casa Filial de *SND*. Nesse caso se refere a como ela era chamada pela administração central, ou seja, pela Casa Provincial de Passo Fundo. As irmãs quando chegaram ao povoado em 1954 foram morar no seminário já que o convento foi construído somente em 1957.

Os *Anais* de *SND* são arquivos testemunhos de seus autores. As freiras os produziam como uma formalidade exigida pela Casa Provincial de Santa Cruz de Passo Fundo. Porém, essa formalidade ao mesmo tempo fazia aquilo que Luciana Heymann (2013) classifica como a necessidade de se criar uma identidade. Dessa forma, poderia haver a consciência de preservar a memória das experiências vividas. A autora fala sobre arquivos pessoais, mas também de arquivos institucionais. E, os *Anais* se enquadrariam nessa tipologia documental, porque as freiras falavam da instituição, mas também falavam de si. Portanto, sabiam que ao falar de si estavam falando da instituição. Seus testemunhos já se distanciaram de seus autores e aguardavam para que alguém pudesse interpretá-los. Somente assim eles puderam fazer algum sentido. Nesta questão de atribuir sentido a esses documentos, nos permitimos

corroborar com o que Luciana Heymann (2013, p. 75) fala sobre arquivos pessoais, ou seja, que são "investimentos pessoais, imagem pública e visões de mundo [que] se objetivam nos usos que seus titulares ou seus herdeiros lhes conferem, e fornecem chaves para compreender o arquivo".

Os contemporâneos que tiveram acesso a esses documentos tanto para a tarefa da escrita como também para a guarda e administração nos instantes próximos de suas produções ou mesmo quem teve acesso a eles em momentos posteriores, deveriam ter a consciência do registro que se deveria fazer das atividades da instituição religiosa. Ao longo de sua trajetória, os *Anais* experimentaram em torno de si a escrita das representações de infância e de educação, da instituição por um lado e, por outro, o emprego da guarda, de sua administração, ou seja, de sua designação, de sua função.

Sobre a função de uma determinada documentação, Farge (2017, p. 15) traz um exemplo ao qualificar um caderno íntimo ao dizer que ele "largado em um canto de sótão e encontrado alguns séculos depois, sugere que quem o escreveu pretendia de algum modo ser descoberto e acreditava que os acontecimentos de sua vida tinham de ser redigidos". A autora também enfatiza a diferença do que seria se fosse um ladrão ou um traidor, pois, esses não queriam registros e suas palavras foram consignadas ao arquivo por necessidade. Isso quer dizer que muda toda a postura do historiador: se foi um documento que se pretendia ser descoberto ou um que foi totalmente forçoso no seu registro. A análise desta fonte exigirá metodologias diferentes. Ao analisar os *Anais* de *SND* entendo que as freiras escreviam com a consciência de que eles eram públicos, porque eram encaminhados a Casa Provincial, ou a "Casa Mãe" como era chamada por elas.

Os *Anais* de *SND* ao se desligarem de seus autores deixaram rastros e a operação histórica envolvendo esses documentos se caracterizou pela seleção, análise, a interpretação e a escrita. O que as freiras fizeram foi compor uma narrativa de suas ações. Foi impregnar nos *Anais* o que se tornou uma narrativa de representação do real. Esses documentos se tornaram testemunhos de uma ponta a outra, ou seja, desde o momento em que foram escritos, passando pela seleção das fontes, que se tornou a primeira fase, passando pela compilação, leitura e interpretação, segunda fase, até a escrita, terceira fase da operação historiográfica. Neles dormem seus testemunhos, estão sós. Seus autores tomaram distância.

Sobre a questão de como foram tratados, minha situação de distanciamento desses testemunhos e de seus autores não me permite saber se, em sua trajetória, eles sofreram a indiferença e as efemérides de olhos apressados. Se algumas pessoas ao se voltarem para eles apenas tenham passado a vista nesses documentos, e os considerado como mera burocracia.

Ou ainda olhos também apressados e curiosos tenham passado por eles com uma única intenção: vigiar o que estava sendo escrito e se estava sendo escrito. Muitas possibilidades se apresentam. Mas a documentação não permite ir muito além. Os *Anais* permitem chegar apenas ao ponto de enfatizar de que eles tinham outro sentido quando foram produzidos, diferente daquele que tem hoje. O máximo que podemos chegar é que no calor da hora da escrita deles, havia naquele momento a consciência de que estavam constituindo para o futuro uma história da instituição no povoado ou apenas cumprindo uma mera formalidade. Aquele instante está perdido.

As perguntas feitas aos *Anais* são com o intuito de obter respostas acerca das representações que a instituição feminina tinha em relação à educação das crianças e de si mesma na sua atuação que se dava de forma conjunta com as associações escolares. Quando me lancei na seara de fazer uma análise dessas fontes, buscava um embasamento que pudesse trazer outra forma de interpretá-los. Foi no contato com a literatura sobre o tema que compreendi como lidar com essas fontes. Paul Ricoeur (2007) traz uma discussão em relação à escala. Ele compara a ótica da história em relação à arquitetura e o urbanismo. O autor afirma que o discurso histórico se cristaliza como uma obra, comparação que faz com um arquiteto e um urbanista, em relação à escala, pois o plano dos dois segundo ele "tem por referente um edifício, uma cidade ainda por construir; além disso, o edifício e a cidade mantêm relações variáveis com contextos escalonados entre a natureza, a paisagem, a rede de comunicação, as partes da cidade já edificadas" (RICOEUR, 2007, p. 222), ou seja, "essas características próprias da noção de escala em arquitetura e urbanismo dizem respeito ao historiador, na medida em que a operação historiográfica é, num certo sentido, uma operação arquitetônica" (RICOEUR, 2007, p. 222). Dessa forma, o autor destaca que se pode falar na ideia de que o discurso histórico deve também ser construído como uma obra, pois, "cada obra se insere num ambiente já edificado; as releituras do passado são outras tantas reconstruções, às vezes ao preço de custosas demolições: construir, desconstruir, reconstruir são gestos familiares para o historiador" (RICOEUR, 2007, p. 222). Pensar nisso, é saber que nessa aventura é preciso construir aquilo que já foi edificado. Aquela realidade já foi construída nos documentos pelos seus autores. O que nos propomos é reconstruí-la. Além do mais, constatar que os testemunhos desses documentos em boa parte já desapareceram é entender que é somente nesse ponto que há uma convergência no sentido daquele grupo social organizar os fatos ocorridos no tempo naquele presente passado. Registravam nos documentos uma narrativa que encontrava no seu passado próximo a sua legitimidade ao mesmo tempo em que concebia no presente, um futuro próspero para a instituição feminina.

5.1.1 A passagem de irmã Ancila no GE Lauro Müller

A narrativa dá-se em torno do suspense que envolveu momentos decisivos da vida de irmã Ancila. Era o cargo de diretora do GENSS que estava em jogo. Nessa aventura aparece também o nome de outra instituição, o Grupo Escolar Lauro Muller. Começa com a viagem de duas freiras até a capital do estado a fim de que a irmã Maria Ancila pudesse fazer um exame de admissão à classe de diretores de GEs. Partiram de viagem no dia 30 de janeiro de 1958. Esta era a segunda tentativa que a freira fazia para assumir o referido cargo. Na primeira vez havia sido indeferido, pois faltavam quatro meses de exercício no Estado. No entanto, as duas freiras, ao chegarem a Florianópolis (SC) foram diretas para o Grupo Escolar Lauro Müller a fim de verificar se a irmã estava inscrita para fazer o exame. A surpresa foi que seu nome não constava da lista dos deferidos. Naquele momento as freiras que já estavam em choque foram para o Colégio Sagrado Coração de Jesus das irmãs da Divina Providência, onde se hospedaram. Lá caíram em oração (*ANAIS* CNSS, 1958).[29]

As coisas estavam ficando mais difíceis, pois dia 31 era feriado e não dava para fazer muita coisa senão rezar. Foi o que as religiosas fizeram.

> Já neste dia telefonamos para o ex-deputado Vicente J. Schneider que prometeu ajudar. No dia 1 de fevereiro era sábado e não foi possível fazer muita coisa. Ficamos, pois sossegadamente em casa rezando. De tarde deste mesmo dia um telefonema do ex-deputado comunicava que ele nada havia feito porque o secretário de educação e outros graúdos estavam inaugurando obras públicas. No dia seguinte, domingo, resolvemos fazer uma novena. Nunca rezamos tanto como neste dia (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p).

À noite Maria Ancila e Maria Luíza solicitaram para que as irmãs da Divina Providência também fizessem orações, pois estavam cansadas e estudar naquela altura não adiantava mais. Foram dormir e os raios do sol apareceram cedo na manhã seguinte, que já era dia 3, o tão esperado dia do exame. Pela manhã a freira aspirante ao cargo de diretora do GE, ainda não sabia se iria poder fazê-lo ou não. O ex-deputado havia prometido às freiras que às 10h00min haveria de buscá-las e iria com elas até a Secretaria da Educação. Passavam alguns minutos das dez horas quando o ex-deputado telefonou e disse que o secretário da educação tinha viajado e que nada mais poderia fazer (*ANAIS* CNSS, 1958).

---

[29] O colégio referido aqui, das irmãs da Divina Providência, foi fundado no ano de 1898. Tratava-se de uma escola privada que tinha ensino primário e que atendia as crianças das classes médias e da elite. Mais tarde foi instalado o curso normal (DALLABRIDA, 2001).

> Foi a bomba atômica que nos atingiu em cheio. Fomos à capela, pois só Deus numa hora dessas pode ajudar. De repente disse a irmã Maria Ancila "vamos ao Tribunal de Contas e falar com o senhor Vicente para ver se não há um meio". Saímos, pois à rua chegando ao Tribunal de Contas procuramos logo falar com o senhor Vicente que ficou um tanto encabulado, pois tinha prometido fazer o possível. Prontificou-se logo a acompanhar-nos até a secretaria (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p).

Ao chegar procuraram verificar a causa do requerimento ter sido indeferido. De primeira, parecia mesmo que os papéis ainda não tinham chegado. Quando foram verificar na Diretoria de Ensino constataram que havia sido indeferido pelo motivo de faltarem dois anos de exercício no Estado, justamente dois anos que a irmã havia trabalhado em São Carlos (SC) como diarista.

> A nossa sorte foi o senhor Vicente. Fomos com ele ao Grupo Escolar Lauro Muller onde se encontrava a banca examinadora e o diretor de ensino. Estavam todos de acordo que fizesse o exame e o diretor disse que poderíamos voltar de tarde para o exame. Um alívio graças a Deus (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p).

Depois disso as duas voltaram ao colégio onde estavam hospedadas. Após o almoço Maria Ancila leu o ponto que falava sobre "métodos". Isso foi rápido, pois às duas e meia da tarde elas deveriam voltar para o GE Lauro Müller. Na sequência dos acontecimentos em Florianópolis, os candidatos inscritos foram chamados. A freira não estava na lista e não foi chamada, mas decidiu entrar na sala e sentou-se no último banco. Em seguida, as folhas do exame foram entregues, menos para irmã Ancila, que a essa altura estava muito nervosa: "Deus sabe e os examinadores que eram oito ficaram me observando uns com compaixão, outros com indiferença". O diretor se aproximou e mostrou para freira duas fichas que comprovaram que ela trabalhou como funcionária, como normalista, porém não como efetiva e sim diarista. Depois de ouvir o diretor, irmã Ancila disse: "Os senhores me deixem fazer o exame e depois o secretário poderá resolver o caso" (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p). A banca concordou e,

> Fiz, pois o exame que levou três horas e não deu para descansar um momento sequer, pois a matéria exigida foi muita. Nunca na minha vida senti o poder da oração como neste dia e nestas horas, pois me lembrava de tudo e fiz assim um bom exame. A coitada da irmã Maria Luiza ficou todo esse tempo caminhando no pátio e rezando. Foi o meu Moisés. Quando voltamos ao colégio logo a despachei para a cama. O exame estava feito, mas não sabia se iria ser aprovada por isso telefonei logo ao ex-deputado explicando minhas dúvidas. Mais uma vez prometeu ajudar e ajudou mesmo. De fato, a banca examinadora estava resolvida a anular as minhas provas. Muito lutamos, discutimos durante os dias quatro e cinco com a banca examinadora. Com o secretário finalmente fomos de Pilatos a Herodes e vice-versa. No dia seis de manhã recorremos, graças a mais uma inspiração, à dona Ondina Nunes Gonzaga ex-diretora do Departamento de Educação. Foi a nossa salvação. Ela recorreu ao governador do estado, Dr. Jorge Lacerda que estava ao meu favor. E

> assim entraram em acordo com a banca e meu exame foi aprovado (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p).

Assim, houve um acordo diante da intervenção do governador do estado. Porém pediram à freira que não fosse nesse mesmo dia à tarde ao GE junto com os demais candidatos para a escolha de aulas e sim que fosse ao palácio do governador. As duas foram comunicadas pela dona Ondina por volta de meio dia por telefone, assim que chegaram à hospedagem. Ao chegarem ao palácio à tarde foram conduzidas por dona Ondina ao gabinete do ex-diretor de ensino Abelardo Souza,

> homem bom e correto que disse: "Irmã, está tudo em ordem com a senhora, volte sossegada para seu grupo porque o seu exame foi aprovado e deferido graças a bondade do governador. E mesmo porque a senhora vai para um lugar onde ninguém quer ir (no mato)" (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p).

Depois dos agradecimentos feitos a dona Ondina e ao colégio das Irmãs da Divina Providência, foram passear pela cidade, pois "irmã Maria Luiza gosta muito de ver a natureza e a cidade. Quando estávamos quase em casa, o bom Deus nos abençoou com uma bela chuvinha" (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p). Maria Ancila telefonou ao ex-deputado e ele convidou as duas freiras para visitar sua casa. No dia sete, logo depois da missa, seguiram para a casa do ex-deputado Vicente Schneider, que depois as levou de volta ao colégio. Almoçaram e às duas horas da tarde uma condução as levou ao aeroporto. O avião atrasou seis horas devido ao mau tempo em São Paulo. Saíram de Florianópolis às cinco horas e chegaram às 07h40min em Porto Alegre, RS. Durante a viagem, a irmã Maria Luiza, se dirigindo a Maria Ancila diz: "Se vai fazer exame para inspetor daqui a cinco anos, então posso de novo ir contigo?". Irmã Ancila teria achado graça da pergunta (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p).

> Dia 10, segunda-feira cada uma seguiu viagem para sua casa. A irmã Maria Luiza, no entanto, fez questão de ir a Passo Fundo, RS onde mesmo devia passar para relatar tudo à querida madre Irmã Maria Irmengarda, pois foi pensando nela e na cara congregação que não esmorecemos na luta. Convém lembrar que o senhor Vicente Schneider é conhecido pelas irmãs que trabalham em Santa Catarina. Diversas vezes passou na nossa zona quando ainda era deputado. Agora trabalha no Tribunal de Contas. A dona Ondina Nunes Gonzaga trabalhou muitos anos no extinto Departamento de Educação e fez questão de ajudar principalmente as religiosas em questões escolares (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p).

A passagem acima revela as redes de sociabilidade em torno de decisões no campo da educação que possibilitaram que fosse resolvido o problema em relação ao exame para acessar ao cargo de direção do GENSS. Sem dúvida parecia ser um posto ambicionado e a

freira estava determinada a assumi-lo. Aliás, irmã Luiza cita na passagem o cargo de inspetor escolar, de que haveria a possibilidade de ser assumido também pela freira. Pelo menos é isso que mostra a fala de irmã Luiza quando já estavam no avião de volta pra casa: "Se vai fazer exame para inspetor daqui a cinco anos, então posso de novo ir contigo?" (*ANAIS* CNSS, 30 jan.1958, s\p). A dificuldade de irmã Ancila conseguir a aprovação, pois faltava tempo para atender as exigências do referido exame, tomou outros rumos com a intervenção e resolução do governador. As freiras foram aconselhadas a não se apresentarem na escolha de vagas e para que fossem direto ao palácio do governo para receber a notícia da aprovação. O acordo que foi feito, conforme demonstra a narrativa proporcionou que a irmã Ancila pudesse assumir seu cargo de diretora no GENSS. Não há dúvida que esse cargo era ambicionado. O povoado onde estava o GENSS foi considerado pelo ex-diretor de ensino do Departamento de Educação, Abelardo Souza, como um lugar onde só tinha mato e para onde ninguém queria ir. Porém, irmã Ancila no cargo de diretora do GENSS enfrentaria muitos desafios, entre eles o embate com docentes do próprio GE que eram contrários a sua presença no comando dos destinos educacionais. Isso ocorreu dez anos depois, em 1968 (ver capítulo 3).

Vale ressaltar que a interpretação entre o que irmã Ancila vivenciou naqueles dias na capital do estado, o seu relato oral ao voltar para o convento que foi registrado nos *Anais* por outra freira, por ela mesma ou talvez pela própria irmã Luiza que a acompanhou, é complexa no que se refere a chegar próximo da realidade histórica daqueles dias, ou mesmo no questionamento de saber quem escreveu. Quando irmã Ancila relatou suas ações para a escrita temos a primeira interferência, a primeira mudança, o início da narrativa que foi impregnada no papel. A representação do real se apresenta então porque a realidade é construída. O documento começa a ser construído. É uma situação que passa do testemunho oral para o testemunho escrito. Irmã Ancila narrou suas ações daqueles dias em Florianópolis para a escrita nos *Anais*. Aqui se pode falar também que a freira ao narrar fez uma ação de imitação do real. É Ricoeur (2007) que traz o conceito de intriga. Segundo ele, ela "consiste em conduzir uma ação complexa de uma situação inicial para uma situação terminal por meio de transformações regradas que se prestem a uma formulação apropriada no quadro da narratologia" (RICOEUR, 2007, p. 255).

Com relação ao conceito de acontecimento no plano narrativo, Ricoeur (2007, p. 255) diz que "é o que, ao acontecer, faz a ação avançar: é uma variável da intriga. São ditos repentinos os acontecimentos que suscitam uma reviravolta inesperada". O autor fala dos acontecimentos de longa duração. Aqueles, por exemplo, de longo alcance, onde sua trama já ocorre bem antes de seu desencadeamento. Pude observar isso na narrativa dos *Anais*, e me

permiti fazer uma relação baseada no que Ricoeur (2007, p. 255) qualifica de "uma coordenação entre acontecimentos múltiplos", ou seja, da ascensão de irmã Ancila ao cargo direção do GE e seu desligamento dez anos depois, ambos os acontecimentos narrados nos *Anais*. Aliás, este último acontecimento também foi narrado no *Livro de Poesias* produzido em 1973 (ver capítulo 4).

Embora a seguinte passagem evidencie de que o relato de Maria Ancila após sua volta da capital do estado foi escrito por outra freira, em outras partes parece a própria freira que escreve. Em outros trechos também parece ser irmã Maria Luiza: "Conta a irmã Maria Ancila: Quando chegamos ao tal grupo, chegou também o diretor de ensino, homem muito bom e calmo. Logo disse: 'Irmã, o seu caso está feio'. Nada pude dizer-lhe a não ser rezar" (*ANAIS* CNSS, 30 jan. 1958, s\p). Como é possível observar, a frase "conta a irmã Maria Ancila" revela que outra pessoa escreveu. Não há como provar quem de fato escreveu, mas é possível verificar que um modelo apenas de letra compõe toda a narrativa. O que se percebe é que alguns trechos parecem terem sido escritos diretamente por irmã Ancila. Em outros trechos, deixa transparecer que outra pessoa tenha sido a interlocutora que escreveu, ou seja, alguém que ouviu a narrativa da freira e registrou no documento.

A freira deu o seu testemunho de seus dias no GE Lauro Müller para que fossem registrados nos *Anais*. Esse testemunho que sobreviveu no documento tornou possível a interpretação dessa forma, ou seja, coordenar e relacionar os dois momentos, a tomada de posse e a saída do cargo de diretora do GENSS, de irmã Maria Ancila, como um tornando-se desdobramento do outro. A narrativa de 1958 e a de 1968 apresentam dois momentos e se ligam na medida em que se identificam em suas características pelas relações na teia de sociabilidades dos dois momentos. Embora estejam ligados dessa forma, são duas narrativas de contextos diferentes. Num momento em que raramente se observava uma mulher na direção de um GE, a narrativa dos *Anais* qualifica os dias em Florianópolis como tensos. Em outro momento, em 1968 a narrativa eleva o tom ao definir como revoltante a ação de um grupo local no sentido de tirá-la do cargo de diretora do GE.

Os resultados dos acontecimentos de 1958 reverberaram nos anos seguintes no período em que a freira esteve à frente do GENSS, estendendo seu alcance até 1968 quando a freira deixou um dos cargos que ocupava no GE. A partir da narrativa dos *Anais*, é possível analisar como a Irmã Ancila estava inserida numa teia de sociabilidades que envolvia autoridades da educação de Santa Catarina. Aliás, é importante destacar que esses se tratam de dois momentos relevantes e decisivos para os rumos do GENSS, nos 15 anos de sua existência,

entre 1956 e 1971. A saga de Irmã Ancila em Florianópolis no ano de 1958 é mais um acontecimento que possibilita entender a história da educação catarinense.

Essa discussão de interpretação documental permite breve diálogo com Arlete Farge (2017), que considera que o arquivo vislumbra para si um fato inesperado que se abre no tecido dos dias. Também afirma que nos instantes da vida de alguns personagens tudo pode ser focalizado. Por essa constatação da autora, embora ela tenha estudado sobre arquivos policiais, podemos entender que esses instantes aos quais ela se refere podem revelar muitas ações. Por esse ponto de vista, os *Anais* de *SND* possibilitariam espiar o dia-a-dia no convento e fora dele, pois

> o arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam a vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte (FARGE, 2007, p. 15).

A narrativa dos dias de irmã Ancila tentando acessar o cargo de diretora do GE junto às autoridades em Florianópolis é um desses instantes em que se abre uma brecha para se visualizar uma multiplicidade de ações que trazem à tona sociabilidades que podem revelar características das relações tecidas em torno do processo educacional em Santa Catarina. Os dias da freira em Florianópolis revelam um instante em escala menor, inserida numa escala maior dessas relações educacionais, ambas submetidas a um contexto em escalas diferentes. A análise da narrativa dos *Anais* proporciona perceber aspectos da vida em uma instituição religiosa e suas relações com a estrutura educacional do estado. Novamente recorro à Farge (2007, p. 18), pois,

> O arquivo petrifica esses momentos ao acaso e na desordem; aquele que o lê, que o toca ou que o descobre é sempre despertado primeiramente por um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado, tornam-se representações do real. Como se a prova do que foi o passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima. Como se, ao folhear o arquivo, se tivesse conquistado o privilégio de "tocar o real". Então por que discursar, fornecer novas palavras para explicar aquilo que simplesmente já repousa sobre as folhas, ou entre elas?

Então respondemos como a própria autora o faz: "Sua história existe apenas no momento em que são confrontados com certo tipo de indagações, e não no momento em que são recolhidos, por mais que isso cause alegria" (FARGE, 2007, p. 19). A evidência de outra freira ter ouvido o testemunho de Maria Ancila e escrito e esta última ter vivido os momentos que narrou ao voltar para o convento, se torna um desafio para a interpretação dos

documentos. Trata-se daquilo que Paul Ricoeur (2007) considera que pode ser “remédio ou veneno”, por que:

> toda a defesa do arquivo permanecerá em suspenso, na medida em que não sabemos, e talvez não saibamos jamais, se a passagem do testemunho oral ao testemunho escrito, ao documento de arquivo, é quanto a sua utilidade ou seus inconvenientes para a memória viva, remédio ou veneno (RICOEUR, 2007, p. 178).

Para que a narrativa do testemunho tenha validade é preciso que exista um correspondente documentado. É disso que Ricoeur (2007) está falando, sobre o testemunho oral e sua relação com o documento. São metodologias diferentes, pois “o momento do arquivo é o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica. O testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido. Arquivo é escrita; ela é lida e consultada. Nos arquivos o historiador profissional é um leitor” (RICOEUR, 2007, p. 176). O arquivo assim é o testemunho escrito. Ele é o rastro documental e possui o testemunho das pessoas do passado. Esta é a parte principal do arquivo. O trabalho da escrita e da organização dos *Anais* por parte das freiras é o objeto de análise nesse texto.

Torna-se importante também trazer aqui as angústias de Paula Leonardi (2008), que pesquisou duas instituições femininas francesas que se instalaram no Brasil na primeira metade do século XX: as Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux e as Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, quando diz que se emaranhou numa teia de memórias ao se deparar com os documentos. Sua inquietação foi “como ler fontes diversas e produzidas em diferentes períodos? Se eu pretendia ler a Congregação por dentro, tinha que entender também o sentido da produção desses documentos” (LEONARDI, 2008, p. 24). A autora afirma que havia regras para a escrita dos *Anais* de maneira que a narrativa devesse ser composta levando em conta que a sua leitura fosse pública. Que deveria utilizar palavras que não se tornassem um atentado a quem quer que fosse interna ou externamente ao espaço da congregação. Que a escrita não fosse constranger e nem causar algum efeito indesejado. Quando a autora analisou a produção documental dessas duas congregações, chegou a uma conclusão que ali aparecia uma tríade, como ela chamou o que mais se encontrava nas narrativas: recordar, imitar e louvar.

5.2 FOTOGRAFIAS

Rosa Fátima de Souza (2001, p. 77) salienta que as fotografias escolares são "testemunho precário, porém evocativo de um modo de ser e representar a escola primária". A autora abordou sobre os desafios a serem superados no que se refere ao uso de fotografias escolares na pesquisa histórica. As questões que ela colocou são relevantes, como "quando a vida escolar se torna tema do olhar fotográfico? Quando e por que se fotografam cenas escolares? Quem conserva essas imagens e por que o fazem? O que nos revelam essas imagens?" (SOUZA, 2001, p. 77). Além disso, a autora afirma que a própria tarefa de selecionar as fotografias vem a se tornar a própria pesquisa, e que "tomadas como fonte de pesquisa para a história da escola primária, as fotografias escolares são mais que um testemunho, mais que uma evocação. Exibem fortes impressões de uma escola primária dotada de identidade e cultura próprias" (SOUZA, 2001, p. 99). Dessa forma, se elas revelam impressões de culturas próprias, é esse o objetivo aqui, observar nas fotografias as representações acerca do processo educacional, por parte das freiras.

Figura 9 – Fotografia da primeira escola em 195

Fonte: Acervo da EEBNSS. Maravilha (SC), 1958.

Nos *Anais* de *SND* falar de si era rememorar acontecimentos que permaneceram na memória coletiva do povoado e da congregação, como por exemplo, a fotografia acima que foi tirada naquele momento com o sentido de servir para a posteridade, endereçada para o futuro. Tinha-se consciência que aquela era uma fotografia para registrar um momento, mas um momento que representava o passado. A imagem evoca no presente o passado, o início das atividades educacionais no povoado no ano de 1954. São vários tempos presentes nesta

fotografia. A ação de registrar aquele instante apontava para o passado e para o futuro. Congelar um instante no tempo significava para as freiras consagrar os momentos iniciais no povoado na condução do processo educacional. A fotografia se tornou um testemunho. Futuro, passado e presente se encontram nessa imagem. Seria naquele dia demolida a casa onde foi a primeira escola das freiras no povoado. Aquele instante foi narrado assim nos *Anais*:

> Como vamos derrubar o prédio da escola velha, isto é, a primeira sala de aula que tivemos aqui, aproveitamos ainda a ocasião para tirar uma fotografia. Ela saiu bonita e temos assim uma lembrança do primeiro prédio escolar que era rudimentar. Era uma casinha de uma peça só com capacidade para uns 50 alunos feita de madeira bruta sem vidraças, apenas as aberturas davam entrada à luz e ao ar como também ao sol e a chuva (*ANAIS* CNSS, 09 ago. 1958, s\p).

Uma fotografia que juntada a passagem acima dos se tornou um testemunho de representação do real. Ela não é só uma imagem. Ela fala dos três estratos do tempo e como esta é uma fotografia que possui um referencial, ou seja, é datada, nos leva a entender que sim, é um registro do qual, semelhante a uma carta abandonada num sótão que quer ser encontrada, quer ser vista, como bem colocou Farge (2017) na passagem no início deste capítulo.

Por outro lado, podemos afirmar, por exemplo, que situação oposta é com relação a uma fotografia que não tem nenhuma identificação nem data. Nesse caso é como se o tempo fosse amarrado ali por um instante, porém preso de significados. Dessa maneira os participantes da fotografia estariam perdidos em diversos tempos e recordações que os fariam extrapolar à lógica do arquivo. Tudo assim se resumiria ao instante. Melhor dizendo, a ação do registro fotográfico se caracteriza pelo calor da hora que não remete de modo consciente que tal registro viesse a se tornar um documento histórico.

Dizendo de outra forma, a fotografia sem data escapa da função de documento e de arquivo. É no tempo presente que elas se inscrevem, pois se torna significativo aquele momento presente para docentes e discentes na temporalidade do agora. Depois essa fotografia sem data se torna menos um instrumento para a história do que uma memória institucional. Essa ausência de nomes e também de datas nas fotografias indicam que naquele momento havia um compartilhamento afetivo e de significados que escapava à noção de arquivo (SOUZA, 2001).

O exemplo do que abordamos até aqui, ou seja, a foto da primeira escola no povoado nos leva a tecer outras considerações. Os encerramentos de anos letivos são registrados

também como um momento relevante para a recordação. Um tempo da trajetória de vida na escola é congelado numa fotografia dessas e "os pais ou responsáveis pelas crianças são o público alvo para o consumo desse tipo de fotografia que para muitos faz parte do álbum de família" (SOUZA, 2001, p. 80). A autora afirma que enquanto há pessoas que se recordam dessas fotografias que não possuem identificação, seu conteúdo ainda se torna latente. Quando não houver mais referentes, ela emudece a imagem que vai sobreviver somente no seu conteúdo (SOUZA, 2001). Não foi o caso da foto da escola onde aparecem as duas freiras, pois o registro naquele momento é concebido como algo para ser lembrado da primeira escola onde as irmãs iniciaram os trabalhos educacionais no povoado. É possível analisar assim a partir da seguinte passagem: "Como vamos derrubar o prédio da escola velha, aproveitamos ainda a ocasião para tirar uma fotografia. Ela saiu bonita e temos assim uma lembrança do primeiro prédio escolar" (*ANAIS* CNSS, 09 ago. 1958, s\p).

Figura 10 – Fotografia da Visita do governador em 1968

Fonte: Acervo EEBNSS. Maravilha (SC) 1968.

Na fotografia acima a diretora do GENSS, irmã Maria Ancila aparece junto ao governador Ivo Silveira durante visita ao povoado em 1968. Naquele ano a freira ainda iria enfrentar uma audiência que culminaria na sua saída de um dos cargos de direção que ocupava. O fato de haver esse registro fotográfico da visita do governador do estado revela a importância que teve esse momento para os contemporâneos. O cerimonial de recepção, como se observa, haviam alunas uniformizadas para o acontecimento e inclusive uma delas com flores para serem entregues ao político. O uniforme usado pelas alunas no evento não era o que deveria ser usado nas aulas. Infere-se, portanto que houve toda uma organização anterior inclusive com a preparação de uniforme diferente para a ocasião.

As alunas uniformizadas fizeram uma baliza para recepção da comitiva governamental de maneira que as crianças ficaram de um lado e as adultas do outro. Um grupo formado somente por homens que acompanhavam o governador aparecem sisudos na fotografia e registra-se a presença de um militar. O olhar de irmã Ancila para o lado não difere do olhar sério do homem de terno preto e bigode. Aliás, parece que o que chamou a atenção de irmã Ancila também chamou a atenção do homem de terno preto e bigode. Talvez alguém dos que estavam nesta fotografia ao lado do governador fosse ligado à educação. Não há identificação na foto. O homem prostrado a frente da comitiva parece estar conduzindo a cerimônia de recepção. Esse momento da fotografia foi registrado da seguinte forma nos *Anais*:

> Antes das eleições o governador do estado Ivo Silveira fez uma visita aos municípios do oeste. Recebemo-lo da melhor maneira possível. Ele iria inaugurar o novo grupo João XXIII e como este fica distante, fizemos a nossa saudação diante do nosso grupo. Os alunos formaram alas ao longo da estrada. Uma equipe de tamboreiros foi encontrá-lo. Vinha acompanhado por uma grande comitiva governamental e um grande número de carros. O senhor governador desceu do carro e saudou as crianças e falou com a irmã Maria Ancila. Um aluno, Afonso Sehnem o saudou em nome dos alunos. Ofertaram-lhe também um lindo buquê de cravos que apreciou muito. O senhor Ivo Silveira disse que nunca havia recebido uma recepção tão calorosa. Entrou no seu carro e se dirigiu ao novo grupo. Nesse mesmo dia visitou-nos também o deputado Mossolini. Conversou longamente com a diretora tratando de assuntos escolares (*ANAIS* CNSS, 09 out. 1961, s\p).

A passagem demonstra que a comitiva do governador e o número de carros estavam em grande número. Além do mais no início afirma que a visita ocorreu em época de eleições e que o objetivo da visita se dá pela inauguração de mais um GE no município. Outro elemento importante a destacar nessa passagem é a magnitude do cerimonial de saudação ao governador.

Figura 11– Fotografia da inauguração das salas de emergência do GENSS

Fonte: Acervo Museu Padre Fernando Nagel. Maravilha (SC), s/d

Na fotografia acima é possível observar a presença de Irmã Ancila em outro evento cerimonial juntamente com autoridades inaugurando salas de aula de madeira. Analisando essas fotografias se observa a freira e diretora do GE naquele período presente em vários em eventos do campo educacional, social, religioso e político, rodeada por homens, políticos ligados ao governo. Ela estava no comando do GE e ao mesmo tempo como superiora do convento também. Farge (2017) destaca que é graças às palavras femininas que se consegue observar nos documentos a convivência entre a mulher e o meio. Mas a autora ainda fala da centralidade das mulheres nas redes de sociabilidades:

> Além das estruturas fixas de comunidades, existem redes de sociabilidade e de vizinhança nas quais as mulheres têm um papel central, pondo em funcionamento as solidariedades tradicionais ou semeando o espaço com divergências e conflitos que depois será preciso apaziguar (FARGE, 2017, p. 40).

Pelo menos nas duas fotografias nas quais se homenageiam as autoridades que acorriam ao povoado, os rituais de recepção e saudação eram encenados com a participação de alunas. Na fotografia abaixo uma homenagem de saudação às autoridades, a agricultura e ao comércio feito por alunas do ginásio, uniformizadas.

Figura 12 – Fotografia da Homenagem para as autoridades

Fonte: Acervo da EEBNSS, Maravilha (SC), s/d.

Esses registros fotográficos evidenciam que nas festas de recepção às autoridades, eram as meninas que estavam envolvidas nas recepções e homenagens. O que isso pode revelar? A figura feminina está ligada à cerimônia, aos gestos delicados e acolhedores, a delicadeza feminina que encanta. Esse é o papel delegado as alunas como se verifica nas fotografias. Conforme a documentação analisada no capítulo anterior no qual abordei sobre as associações escolares, a que tratava das representações de feminilidade era o *Clube de Mães*, espaço onde irmã Ancila conclamava as mães das alunas do GE. Elas eram as responsáveis pela educação e pela preparação das filhas, antes de tudo, para o matrimônio.

Na fotografia abaixo as crianças estão em fileiras que se sobrepõem umas as outras. Ela segue o mesmo padrão das demais, onde as meninas ficam à frente e os meninos na fileira da parte de trás. Essa disposição para as fotografias se observa em outros registros de *SND*. O que isso pode revelar desse contexto? Os meninos na retaguarda, tem o significado do homem como aquele que protege. A separação verificada nesses registros também ocorria em outros momentos na vida escolar, como nos recreios, por exemplo, onde meninos e meninas brincavam em espaços separados.

Figura 13 – Fotografia da primeira turma do Jardim de Infância em 1958

Fonte: Acervo EEBNSS. Maravilha (SC), 1958.

Mais uma vez é possível traçar um paralelo com as informações de Souza (2001) que salienta que nas fotografias os docentes assumiam a posição central ou ao lado das turmas. Como se observa acima, a freira está ao centro e as duas professoras ao lado. Outro fator que chama a atenção é a vestimenta das duas professoras na foto. Não foi possível localizar

quanto a regras de vestimentas para os docentes. Porém, numa reunião pedagógica do GE, o assunto foi comentado: “foi pedido ao professorado que seja exemplo de boa educação e de boas maneiras. Sobretudo devem evitar os trajes indecentes (*RELATÓRIO ANUAL* GENSS, 1957, s\p). Sobre esta questão, outro elemento chama a atenção. Na *Ata do Ginásio Secundário Estadual Pio XII*, a diretora irmã Maria Ancila explicou sobre o dever dos docentes no que se refere à vestimenta. A freira disse que “em dia de festa escolar, os professores devem trajar terno azul ou preto, camisa branca e gravata, meias e sapatos pretos” (*ATA Nº18 GINÁSIO PIO XII*, 25 ago. 1966). Na ata da sessão ordinária seguinte “a irmã diretora pediu para os professores serem mais fiéis no uso dos guarda-pós e alguns são exemplares neste mister” (*ATA Nº19 GINÁSIO PIO XII*, 29 out. 1966).

Rosa Fátima de Souza (2001) afirma que fileiras sucessivas, uma se sobrepondo a outra para o enquadramento com professores ao lado e geralmente meninos atrás, são imagens registradas nos GEs. A disposição de fileiras com um grupo de estudantes sentados na primeira e outro em pé na segunda e assim de forma sucessiva se sobrepondo umas às outras, pode ser que tenha se consolidado como uma saída técnica para o enquadramento na fotografia. Nessa disposição os docentes quase sempre se posicionam ao lado ou no meio com algumas fotografias contando com a presença do diretor ou diretora. As fotografias então, desse modo, reproduziam a estrutura dos GEs. A autora afirma também que a escolarização em massa se tornou possível devido a essa unidade de racionalização que encontrou a sua base na divisão e classificação dos discentes. Portanto, assim disposta, essas fotografias representavam a hierarquia e o poder que juntava os membros do GE que assim eram retratados (SOUZA, 2001).

Além do mais, a ideia de observar por uma janela, ou melhor, pela fotografia, pode revelar a forma como ocorriam as relações no tecido social, pertinente para nosso estudo. A fotografia assim é fragmento do tempo que revela as relações de poder. Por elas se podem observar vários elementos da cultura escolar. Por ali é possível observar a classificação, a disciplina e a seriedade no semblante dos sujeitos retratados, a relação hierárquica entre homens e mulheres e ainda a reveladora ausência de crianças negras (SOUZA, 2001).

> As fotografias de classe expressam este comportamento desejável. Nas imagens, o ar de respeito, de seriedade, de gravidade. Poucas crianças emitem um sorriso furtivo. Pernas juntas, os braços cruzados ou estendidos. A pose para a fotografia da classe consiste, na primeira metade do século XX, em um ritual de compenetração. A escola é o espaço da ordem, da obediência, do silêncio e da disciplina, cuja representação é confirmada nesse tipo de imagem (SOUZA, 2001, p. 90).

Então aqui podemos nos aproximar da fotografia e tentar ultrapassar a sua superfície para observar do outro lado. Pensando assim ela é uma janela por onde podemos observar o momento que foi congelado no tempo.

Figura 14 – Fotografia das crianças no Jardim de Infância com cestinhas da Páscoa em 1960

Fonte: Acervo Museu Padre Fernando Nagel. Maravilha (SC), 1960.

Souza (2001) afirma que a sala de aula, de modo geral, é um espaço pouco retratado, sendo a maioria dos registros ao ar livre. Tanto essas fotografias como as registradas ao ar livre refletem a cultura escolar que predominava nas escolas primárias. Revelam uma maneira de se viver na escola, representações da própria instituição que a conduz. Além disso, a autora pontua que:

> As imagens revelam a presença de crianças negras nas classes dos grupos escolares. Este dado, desconsiderado nos registros escolares, apresenta-se como uma informação interessante e de fundamental importância para a história da educação em geral e dos negros no Brasil. Eles são em pequeno número: um, dois, três em cada turma. As imagens retratam, portanto, a exclusão social do negro na educação (SOUZA, 2001, p. 89).

Das fotografias selecionadas para esta pesquisa, apenas a do Jardim de Infância do GENSS (Figura 14) reflete o interior de uma sala de aula do GE. Trata-se de uma fotografia, conforme informa os créditos, montada de forma superposta. Observando os detalhes dela, podemos considerar algumas reflexões. Vamos observar que, segundo Souza (2001, p. 88) as "classes masculinas e classes femininas registram a divisão sexual predominante no ensino público até o início dos anos de 1970, motivada e mantida por princípios morais". É o que se pode ver na fotografia. Além do mais se constata que os meninos ficaram na parte superior da

fotografia. A divisão dos lugares de meninos e meninas se observava na sala de aula. Aproximando a lente podemos observar na fotografia crianças com olhares sérios e algumas assustadas. Chama a atenção o ar lúgubre e sepulcral que a imagem revela. A sala expressa um ambiente fechado e com parca iluminação. A luz que se observa são as das vidraças das janelas. Por parte das meninas, umas duas ou três esboçam um sorriso, enquanto dos meninos, talvez dois arrisquem um. Meninas e meninos estavam sérios, demonstrando obediência, como corpos adestrados, uniformizados, obedientes, esquadrinhados e colocados em posição de participantes de um poder disciplinar. Trata-se de elementos que revelam traços da cultura escolar nesse espaço.

Agora passamos para uma análise de detalhes de objetos na sala de aula da fotografia acima. Na parede do lado da sala onde tem as janelas e onde também estão os meninos há quadros de símbolos cristãos, retratos de santos católicos na parede. Da esquerda para a direita a primeira imagem está num quadro inclinado para frente em relação à parede. A fotografia mostra que após as cestinhas em formato de coelhinho ter sido confeccionada, a turma foi organizada para o registro do resultado da atividade de Páscoa. Com relação aos detalhes de confecção da fotografia, não é possível comprovar se ambas foram registradas no mesmo instante para a montagem. Mas os coelhinhos sobre a mesa demonstram que o trabalho deve ter sido feito por todas as crianças e ao final, feito o registro fotográfico das duas imagens. Também há uma uniformização das vestes. Mais ou menos a metade dos meninos estava de jardineira e camisa branca, enquanto outros só de camisa branca. Porém se percebe a separação entre esses dois grupos também pelo uniforme. As meninas da mesma forma. Há uma separação entre as que estão com vestidos de outras cores e as que estão com jardineira e camisa branca. Verifica-se que foi feito deliberadamente a separação dos uniformizados com aqueles e aquelas que não tinham essa roupa.

Na fotografia abaixo observamos alunas e alunos do GE participando do ritual da Primeira Comunhão com o padre no meio. Nela é possível observar vários elementos culturais presentes no espaço escolar que suscitam um questionamento: Havia no povoado crianças negras que não tinham acesso à escola? A pergunta sem resposta torna-se necessária, pois nas fotografias e nos documentos não aparecem crianças negras.

O processo de hierarquização é outro elemento que se pode observar nas imagens, como por exemplo, a legitimidade do padre como figura central na fotografia abaixo. Essas imagens congeladas no tempo revelam a classificação e a seleção que eram feitas no espaço do GE. Como se verifica abaixo, as meninas na primeira fileira estão de joelhos juntamente com o padre para que os alunos que estão nas fileiras atrás possam aparecer também. As

meninas estão vestidas com roupa branca com asas e segurando uma vela com a mão esquerda e a mão direita no peito. Os meninos estão também segurando uma vela com a mão esquerda e a outra na altura do peito com a mão no peito. No contexto no qual a fotografia está inserida as meninas de branco representavam a pureza angelical que a mulher deveria ter. Com o véu branco representavam a própria Virgem Maria.

Figura 15 – Fotografia das crianças no ritual de Primeira Comunhão em 1957

Fonte: Acervo EEBNSS. Maravilha (SC), 1957.

No registro fotográfico abaixo do dia 15 de outubro de 1957 estão todas as alunas e alunos do GENSS, as Irmãs Maria Ancila, Maria Borja e Maria Zenaide, as professoras Zeneide de Carli, Elza Garbin, Maria Walker e Mercedez Rodrigues. Na dedicatória do quadro está escrito: “Salve 15 de outubro - Viva! Viva! As boas mestras”.

Figura 16 – Fotografia da homenagem aos professores em 1957

Fonte: Acervo Museu Padre Fernando Nagel. Maravilha (SC), 1957.

A fotografia pela sua organização também revela elementos da cultura escolar, entre eles, a hierarquia e a divisão dos sexos. A fotografia enquadra todas as turmas naquele segundo ano de existência do GENSS e foi o momento relevante da homenagem aos docentes. Aqui aparece novamente o padrão das fileiras sobrepostas. A diferença desta em relação às anteriores é que meninas e meninos foram separados no meio onde está também a diretora irmã Maria Ancila. De um lado as meninas e de outro os meninos.

Já a fotografia abaixo registra no palco em frente ao convento o momento em que está sendo coroada a criança que foi escolhida como a Boneca Viva no dia sete de setembro de 1971. O registro mostra uma criança recebendo a coroa e outras postadas ao lado, que provavelmente foram as que concorriam ao título. Aliás, o interesse demonstrado pelo olhar atento das demais crianças, demonstra a importância do evento. No lado esquerdo aparece uma menina batendo palmas e na janela do convento, uma criança e duas freiras observando o momento da premiação. Pelo local em que o palco foi armado, é possível inferir que se tratava de um evento ligado ao jardim de infância do GE. O que representava naquele momento a realização da Festa da Boneca Viva? Mais uma fotografia onde não aparece nenhuma criança negra.

Figura 17 – Fotografia da festa da Boneca Viva em 1971

Fonte: Acervo EEBNSS. Maravilha (SC), 1971.

No ano de 1970 foi realizada a Festa da Boneca Viva. Fez parte da festa escolar da “Semana da Nacionalização”, como registrado nos *Anais*:

> foi intensamente festejada e ao lado disso preparamos também com os alunos a tradicional festa escolar para o seis de setembro. Acontece, porém que o dia amanheceu e chovia torrencialmente. Tudo estava pronto. Enormes quantias de doces e carnes. O que fazer? As tendas armadas no pátio. No dia anterior estavam desmoronadas. A diretora irmã Maria Ancila põe música no alto-falante. Tudo na vida tem sentido, sentido tem e convidou o povo da cidade para que colaborassem na compra de carne e que mesmo assim viesse a festa que seria nos prédios escolares (facilmente transformáveis em salões devido às grandes portas. O povo compareceu quase em massa e lamentava a situação. Mas não desanimamos. O dia sete amanheceu mais ou menos ensolarado. O desfile programado de toda a juventude saiu maravilhoso e a festa continuou mais animada do que no dia anterior. O que mais deu pra mexer no bolso do pessoal foi o Concurso da Boneca Viva. Correram sete candidatas. Cada uma das participantes recebeu uma boneca correspondendo ao lugar em que havia ficado. Saiu como vencedora: Ana Lúcia Boni; segundo lugar Fátima Leane Serafini; terceiro lugar Neiva Aparecida Kamler. O lucro da festa foi muito satisfatório. Deu mais ou menos Cr$ 7.000,00 que foi empregado nas reformas dos prédios escolares (*ANAIS* CNSS, 06 e 07 set. de 1970).

5.3 O *LIVRO DE POESIAS*

No início do *Livro de Poesias* há uma foto com duas freiras e outras duas professoras leigas com o recorte entre 1954 e 1973 e a data de outubro de 1973, o que demonstra que ele foi produzido neste ano. Ele começa com um texto que diz o seguinte: “Lembrando o que foi semeado desde 1954 até nossos dias, irmanando mestres e alunos. Nossa gratidão profunda através do trabalho que ora iniciamos” (*LIVRO DE POESIAS*, 1973, s\p). Trata-se de um conjunto de material alusivo ao cinquentenário do Colégio *Notre Dame* de Passo Fundo que foi fundado em 1923. Porém o livro faz uma narrativa da presença das religiosas no povoado de Maravilha entre 1954 e 1973. Em forma de versos poéticos, destaca os principais acontecimentos em torno das atividades educacionais da instituição. Logo no início há a narrativa da chegada das freiras no local, o que ocorreu 19 anos antes do momento em que o livro foi produzido. Essa passagem demonstra que provavelmente a fonte foi outro documento da *SND*, pois se assemelha ao que foi escrito nos *Anais* embora com pequenas mudanças e com detalhes de uma forma romantizada da chegada da instituição:

> Em 11 de setembro de 1954 sob um céu azul com o sol de verão chega a nossa cidade as irmãs da Congregação de Nossa Senhora. Após uma viagem cansativa, percorrendo matas, montes e vales. Finalmente avistam grande plantação de milho, onde a grande nobre missão as esperava. Sendo que a chegada das mesmas foi pomposa, sinos badalaram, foguetes esfumaçaram o ar, adultos, jovens e crianças acorriam para dar boas-vindas às irmãs. Sua moradia provisória foi no Educandário Nossa Senhora de Fátima. No dia 15 de fevereiro iniciaram as atividades escolares. Nesse dia estavam presentes 137 crianças na escola. Esta continha apenas 11 bancos. Porém todos entraram na sala de aula. À tarde vieram meninos maiores para confeccionar novos bancos e roçar a capoeira ao redor da escola. No dia seguinte os alunos foram selecionados e distribuídos em turmas, sendo que todos tinham lugar para sentar e estudar acomodadamente (*LIVRO DE POESIAS*, 1973, s\p).

A instituição feminina queria passar uma memória de si quando narrou no *Livro de Poesias* a sua chegada ao povoado. Trata-se de uma forma de pensar a própria instituição. Além disso, se torna uma maneira de conhecermos a instituição por dentro, analisando as representações de si. A chegada das freiras ao povoado é rememorada através da documentação da instituição. Caracteriza o acontecimento como um divisor de águas no povoado, ou seja, como se as atividades educacionais conduzidas pelas freiras representassem a chegada da própria civilização. Isso é percebido nas palavras que qualificam o início das atividades da instituição, como por exemplo, sinos badalando, foguetes e a juventude vinda ao encontro das religiosas, pois como elas mesmas narram nesse livro que foi produzido em 1973, no ano de 1954 "sob um céu azul com sol de verão, percorrendo matas, montes e vales finalmente avistam grande plantação de milho, onde a nobre e grande missão as esperava" (*LIVRO DE POESIAS*, 1973, s\p). A vinda ao povoado era vista em 1973 como uma expedição missionária e civilizatória. Ali se plantaria uma semente que era a evangelização, a conversão e uma educação com valores e princípios religiosos seguidos por esta instituição feminina. É bom lembrar, no entanto que, a partir de 1956, é criado o GENSS. Os princípios e valores da instituição religiosa vão se fundir com as normas e regimentos educacionais do GE.

Essa questão da memória de si se apresenta de forma mais latente no *Livro de Poesias* de *SND* e suscita uma reflexão, qual seja a relação de escalas entre o ato de produção e da administração dos documentos e as transformações educacionais no país e no estado de Santa Catarina. A produção em 1973 do *Livro de Poesias* traz para aquele presente, de forma poética, um passado glorioso e pioneiro à frente do processo educacional. O livro é em comemoração aos 50 anos de *SND* no Brasil, e traz para o presente outro tempo, como se fosse uma fotografia sobreposta, um tempo sobreposto a outro. Na sequência, versos poéticos cantam a chegada das freiras ao povoado em 1954 da seguinte forma:

Amiga, foi assim que chegaste.

Esperança
Entusiasmo,
Amor,
Doação,
Altruísmo ardoroso
Fortes, invencível,
valente
Amiga
Nas horas difíceis
Descobres horizontes,
Rompes barreiras,
Não chegas a sós,
Trazes muito
A dor dos corações.
Chegas
Chegas sorrindo.
Espalhando flores.
Iniciando tua missão.
Todos balbuciam,
Adultos,
Jovens,
Crianças.
Chegaram, chegaram.
Aos 11 de fevereiro de
1954
Sinos tocaram

contigo...
Já não queres,
Não aceitas restrições
Empecilhos...
Avanças... Chegas
Não pegas o arado
Para pilhares para trás
É tempo...
É hora...
Mãos a obra.
São marcas
Do presente
Do passado,
Para formar
Um futuro
Chegas
Tudo rejuvenesce
Esperança...
Entusiasmo
Amor...
Doação...
És forte
És alegre.
Vede as lágrimas dos olhos, as rugas do rosto.
Foguetes destroem o silencio
Que reina na pequena aldeia.
Não houve olho
Que não viu...
Coração que não sentiu...
Voz que não contou...
A presença do teu calor.
Obrigada por teres chegado
Aberto estradas,
Estradas onde mãos entrelaçadas,
Até hoje continuam...
Obrigada,
Pelas pequeninas sementes, que hoje são frutos na história da pequena grande aldeia,
Maravilha (*LIVRO DE POESIAS*, 1973, s\p).

Nesse ano em que foi produzido o *Livro de Poesias*, o GE já havia deixado de existir, pois funcionou até 1971 quando passou a ser denominada de Escola Básica Nossa Senhora da Salete (EBNSS). As irmãs seguiram atuando na escola. A poesia acima enaltece o momento da chegada das freiras ao povoado como heroísmo e pioneirismo, pois cita que elas desbravaram e "abriram estradas" até o momento presente quando ainda as mãos da instituição seguem entrelaçadas. Também faz um agradecimento às freiras, pois elas teriam lançado a semente e os frutos no passado que estavam sendo colhidos na pequena aldeia até o presente. Além disso, ela narra a chegada das irmãs como um acontecimento fundante no povoado. Consideradas como desbravadoras, elas são representadas como descobridoras de horizontes ao romper barreiras e não ter se curvado aos obstáculos, fosse quais fossem. Lançam mão ao arado para não olhar para trás, porque o passado e o presente são vistos como tempos difíceis e é preciso mãos à obra porque as marcas do passado e do presente formarão um futuro próspero. É também representado na poesia que quando elas chegaram à aldeia, ali viram olhos com rugas e com lágrimas e dores nos corações. Mas elas chegaram espalhando sorrisos e flores e calor aos olhos e aos corações da aldeia. A chegada das freiras é pintada de flores e alegria para a aldeia.

A segunda parte do *Livro de Poesias* foi dedicada ao cinquentenário de *SND* no Brasil (1923-1973). Possui material produzido no Colégio *Notre Dame* de Passo Fundo. Trata-se de

panfletos comemorativos e uma cópia do jornalzinho *O Cebolinha* do Grêmio Estudantil *Notre Dame* (GEND) que foi anexado. O editorial do jornalzinho na primeira página destacava as novidades tecnológicas de impressão:

> Oba! Uh! É! Oh! Ah! Ih! É isso mesmo! É *O Cebolinha*, o seu jornalzinho! Agora pela primeira vez feita em offset. Você vê que tem vantagens! Vem como vai – com ou sem erros. Sua impressão é pelo menos dez vezes mais rápida! Depois de três dias a gente já o tem em mãos. Dá para por fotos, sem fazer clichê, e outras coisas mais. Vamos partir pra outra. Este é o último "mesário" da gestão 72/73. Temos a dizer-lhe que foi uma experiência maravilhosa. Você precisa experimentar... E, como todos os jornaizinhos deste ano tiveram algo sobre os 50 anos, também este tem. Dedicamo-lo com carinho as dezoito gestões que nos precederam bem como a vigésima que assumirá em breve. É isso aí tchê! Mais um pouco e terá férias! Seja feliz! Os seis membros da diretoria do GEND (*LIVRO DE POESIAS*, 1973, s\p).

Como se percebe o que havia de mais rápido na produção do jornalzinho demorava três dias. Uma diretoria estava deixando o GEND e produziram uma edição em homenagem as gestões anteriores que eram o total de 18. A vigésima diretoria iria assumir. As demais edições daquele ano de 1973 tinham sido voltadas para o cinquentenário de *SND*. *O Cebolinha* publicou uma poesia que traz elementos que chamam para a reflexão, pois exprime o contexto no qual o jornalzinho era publicado:

> Se o mundo fosse só meu.
> Se o mundo fosse só meu, nunca deixaria o ódio reinar entre os homens. Não permitiria depósito de armamentos militares. Nem o fabrico de bombas atômicas. Se o mundo fosse só meu, não aceitaria o comunismo. Não aceitaria esse grande problema racial que existe no mundo. Se fosse só meu, daria um jeito para por mais fábricas para que todos tivessem o seu pão de cada dia. Se o mundo fosse só meu, queria provar para todos que Deus existe. Se o mundo fosse só meu, não deixaria queimar os cadáveres. Decretaria lei rigorosa para todos os pais das crianças, quando essas atingissem seus sete anos, as pusessem na escola. Se o mundo fosse só meu, mandaria construir hospitais com serviços gratuitos para os doentes que não pudessem pagar. Imporia uma ordem para que os pobres tivessem somente, ou no máximo, dois filhos. Se o mundo fosse só meu, não deixaria ninguém brigar por causa do canal de Suez. Isto, se o mundo fosse só meu. Mas não é possível, porque esta suposição jamais será verdadeira. É apenas um desejo de alguém que aspira um mundo melhor (*LIVRO DE POESIAS*, 1973, s\p).

No mínimo se pode pensar que os desejos da aluna que escreveu a poesia refletem o contexto no qual está inserida e que a poesia possui um conhecimento histórico sobre o que acontecia naquele contexto. Aliás, esse é um elemento importante, a percepção do que estava acontecendo quando a poesia foi escrita: um mundo que vivia sob os auspícios da Guerra Fria. É possível aqui conhecer algumas coisas que afetavam pelo menos esta aluna do ginásio naquele momento, interpretando a sua poesia. Nela aparece como se moldava a criança na escola; uma visão em relação à gestão dos pobres de que eles eram o problema e que o mundo

seria melhor se eles fossem obrigados por imposição, a terem somente um filho ou no máximo dois. Aqui a estudante atribui aos pobres o problema da fome devido ao número de filhos. O pano de fundo da produção dessa poesia era determinado por um mundo bipolar no qual União Soviética e Estados Unidos protagonizavam uma corrida armamentista, pois eram superpotências em lados opostos ideologicamente: capitalismo x comunismo. A poesia coloca o comunismo ao lado de outros problemas como a fabricação de armas atômicas. A dúvida sobre a existência de Deus parecia despertar preocupação à menina e essa própria preocupação demonstra que essa dúvida era uma ameaça. Aliás, afirma também que se fosse uma líder provaria ao mundo a existência de Deus. Outra interpretação que a estudante faz sobre a época é que não havia naquele período a obrigatoriedade de os pais colocarem os filhos na escola. Outro elemento é que não havia hospitais públicos e que as famílias tinham de modo geral, muitos filhos. A Guerra Fria é o tema da poesia, demonstrando que ele respingava nas produções artísticas no meio escolar. Portanto, como podemos observar, essa poesia pinta como era o mundo na visão de uma jovem estudante.

Na primeira parte do *Livro de Poesias* o destaque é para o ano de 1964 como de grande vitória para o povoado, pois no dia oito de março aconteceu a inauguração do Ginásio Pio XII e "assim o desenvolvimento do ensino em Maravilha marca passo com o desenvolvimento geral" (*LIVRO DE POESIAS*, 1973, s\p). A inauguração do ginásio foi considerada como uma inserção do GENSS no cenário nacional, do que existia de mais moderno em termos educacionais. Mas essa é uma narrativa que se constrói em 1973, o ano em que foi produzido o *Livro de Poesias*. Esse evento foi narrado da seguinte forma nos *Anais* de *SND* daquele dia oito de março de 1964:

> Uma coisa esperada sempre com alegria é a visita da querida Madre. Este ano foi uma coisa bem especial porque estávamos também preparando a inauguração do Ginásio Pio XII que de agora em diante iria funcionar sob a direção das irmãs. A querida madre Maria Casilda já devia ter chegado dias antes, mas o mau tempo atrapalhou, ou melhor, a Providência Divina assim dispõe que justamente nos dias da festa o tempo permitisse a chegada tão esperada. Quando pela tardinha do dia oito com o pessoal no pátio esperando o início da festa, apareceu a querida madre acompanhada da querida irmã Ancila, os dirigentes da festa e todo o povo ficaram ufanos e orgulhosos, pois pensaram que a madre tinha vindo só por causa da festa. Como a aspiração do povo foi ouvida por Deus isto é, a criação do ginásio, este mesmo povo não poupou esforços para que a inauguração fosse das mais bonitas, o que na realidade foi. Ao anoitecer já vieram as senhoras da cidade preparar os suculentos pastéis, cachorro quente e outras delícias enquanto os senhores homens cuidaram das bebidas e outros divertimentos. O ponto culminante da festa foi a escolha do padrinho do ginásio. Fizeram isso por meio de um leilão. Aquele que entrasse com a maior quantia é o que ficaria padrinho. Isto foi animado, interessante e rendeu uma boa soma para as obras do dito ginásio. A festa terminou com a colocação do quadro de Pio XII, belamente ornamentado na sala do ginásio. Também não faltou uma animada banda de música para abrilhantar a ocasião.

> Voltaram depois todos contentes para casa com o feliz êxito da festa. No dia seguinte fizemos com as crianças a saudação à querida madre. Durante os dias seguintes a querida madre fez também a visita no hospital e no seminário (*ANAIS* CNSS, 08 mar. 1964, s\p).

É possível observar que a presença da madre provincial no evento de inauguração do Ginásio Pio XII era esperada pelo povo que acompanhava o cerimonial e que ficaram impressionados ao imaginar que a madre havia vindo especialmente para a festa. A passagem acima deixa transparecer a intenção de promover uma entrada triunfal para a madre provincial juntamente com os organizadores da festa e com a diretora do GE. Reiteradamente há menção à religiosa nesta passagem dando a interpretar que havia interesse por parte da congregação de reafirmar seu comando e continuidade no processo educacional. Conforme os *Anais* a instalação do ginásio era uma aspiração do povo. Então, parece que a presença da madre não era somente uma visita de rotina. O evento era considerado importante para a instituição e a presença de Maria Casilda reafirmaria a presença das freiras no povoado.

Os dois destaques dos anos de 1967/68 no *Livro de Poesias* foram para um encontro de estudantes e os desdobramentos do embate de irmã Ancila com autoridades políticas do povoado.

> Acontecimento importante marca esse ano de 1967. Encontro de estudantes de Maravilha, Palmitos, São Carlos, Saudades, Caibi e Pinhalzinho para um congresso em nosso colégio. Três dias foram dedicados a esses jovens idealistas alcançando os objetivos previstos. Abrem-se as cortinas do palco e o ano de 1968 surge e com ela novas atividades. Todos estão ansiosos de grandes realizações. Nesse ano um grande obstáculo foi colocado no nosso caminho de nossa querida diretora. Queriam a toda força tirar seu cargo. Mas com sua eficiência e heroísmo nada conseguiram fazer. Porém ela colocou a disposição o cargo de diretora do Normal Regional. A irmã Ancila permaneceu como diretora do ginásio e primário para a felicidade dos alunos (*LIVRO DE POESIAS*, 1973, s\p).

Os dois acontecimentos que se refere à passagem acima compõem uma página do *Livro de Poesias*. Os dois dispostos na mesma página evidenciam uma intencionalidade de posicionamento à favor de irmã Ancila. Muito embora não tivesse nos documentos de *SND* qualquer tipo de crítica direta à situação política do país naquele momento. Mas isso também não quer dizer que essas críticas não existissem. Os dois eventos acima demonstram que havia um posicionamento contra a saída de irmã Ancila de um dos cargos no GE. Aqui analisamos o que Paul Ricoeur chama de uma intencionalidade historiadora, ou seja, como ele diz, que ela "designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos" (RICOEUR, 2007, p. 289). Pois é disso

que se trata aqui especificamente no caso do *Livro de Poesias*, interpretar algo que já foi interpretado a partir de uma expectativa e um sentido dado a essa documentação.

Os dois eventos tiveram algo em comum e um mesmo pano de fundo. Algo em comum porque nos dois momentos estiveram envolvidos jovens estudantes organizados em protestos. O mesmo cenário porque se mobilizaram contra uma situação comum a ambos: a mobilização da juventude que contrastava com um período ditatorial no Brasil. Conforme Tânia Regina de Luca (2012), este foi um período de instabilidade econômica quando, apesar do PIB (Produto Interno Bruto) favorável, havia no Brasil um aprofundamento da desigualdade social e uma acumulação da riqueza. Em segundo lugar porque o antigo modelo familiar sofreu impacto devido às rápidas mudanças econômicas na segunda parte do século XX. Entre essas mudanças o acesso das mulheres aos serviços públicos via concurso, o que proporcionou a ocupação de postos que tinham as garantias das leis trabalhistas e, embora a realização de concursos fosse preceito constitucional, sua prática era burlada (MORAES, 2012). É nesse contexto que irmã Ancila havia acessado via concurso o cargo de diretora do GENSS. Devemos lembrar, no entanto que o agravante para esse período é exatamente a condição na qual ela se encontrava, ou seja, tinha o comando geral do GENSS e a sua presença na direção criou um embate com um grupo de docentes do GE. Entre a narrativa dos dois eventos está uma fotografia que mostra um grupo de estudantes protestando contra a decisão de tirar irmã Ancila da direção do Curso Normal Regional (ver figura no capítulo dois página 79).

5.4 *O GIRAFINHA*

Fundamentalmente o que pretendemos aqui é refletir sobre o que foi escrito no jornalzinho escolar *O Girafinha*, como foi escrito e quais os principais temas abordados. A partir disso, tentar compreender ele situado no seu contexto histórico e analisar as representações de infância e de educação que eram impressas no jornalzinho. Além disso, observar também representações de infância a partir de comemorações de datas cívicas, militares, ano internacional da mulher, dia das mães e dia dos pais. É proveitoso afirmar que ao observar essas questões também se torna importante procurar saber que passado que o jornalzinho escolar *O Girafinha* permitia acessar. Surgem então os desafios metodológicos: não desvincular de maneira nenhuma as imagens ou textos de sua realidade e contexto. Ao projetar aqui uma imagem ou passagem do jornalzinho busco apresentar o pano de fundo no qual esse suporte estava inserido.

Aqui cabe uma dúvida: quais as possibilidades úteis para a pesquisa de um jornalzinho escolar? Cristiani Bereta da Silva e Maria Teresa Santos Cunha afirmam que com a pesquisa nos jornais escolares "foi possível investigar/reconhecer a expressão de diversas vivências e impressões dos alunos e alunas como 'peças' de suas respectivas instituições, priorizando, portanto, as atividades discentes" (CUNHA; SILVA, 2020, p. 132). Além do mais há semelhanças do que investiguei no *O Girafinha* com aquilo as autoras pesquisaram anteriormente nos jornais escolares *Pétalas Infantil* do Colégio Sagrado Coração de Jesus e *A Criança Brasileira* do Grupo Escolar Lauro Müller, ambos de Florianópolis, que circularam entre 1940 e 1960. Porém, as autoras selecionaram exemplares publicados entre 1942 e 1952. E o que se encontrava em suas páginas? Uma estrutura de matérias e temas semelhantes aos que eram publicados no *O Girafinha*, ou seja,

> Em suas páginas era possível encontrar notícias sobre o cotidiano escolar, colaborações dos discentes (poesias, redações escolares, notícias de viagens realizadas pela escola), descrições sobre comemorações e festejos patrióticos. Destacavam-se também os acontecimentos sociais que em conjunto com os demais temas, conformavam uma espécie de crônica da vida estudantil (CUNHA; SILVA, 2020, p. 132).

Enfim, com a análise desse jornalzinho não pretendo trazer respostas e sim analisar os principais temas escritos nele situado num contexto histórico, sem evidentemente, a pretensão de esgotar o assunto. O que ele pode fornecer são representações que os sujeitos envolvidos no processo educacional tinham a respeito dos temas abordados. E para isso cabe refletir sobre algumas questões a partir da análise do jornal como, por exemplo, quais conteúdos eram publicados? Quais as representações sobre educação e sobre pátria? O que era ensinado a partir de um material escolar? Considerando esses elementos é importante levar em conta que a análise do jornalzinho não deve ser dissociada do seu lugar social "no sentido que delimita e requer igualmente determinados comportamentos e atitudes geradoras de valores" (SILVA, 2013, p. 181). O que se falava no jornalzinho *O Girafinha* é o que circulava nas relações do tecido social.

Antes de ir de imediato para alguns exemplares é importante lembrar que o jornalzinho escolar aqui pesquisado circulou por mais de treze anos (LEMES, 2005). *O Girafinha* era um jornalzinho escolar datilografado e tinha forma de tabloide.[30] Era produzido por professores leigos e freiras de *SND*. A primeira edição do jornal que foi lançada no mês de abril de 1975 tinha na direção professoras de atividades complementares. Três professoras

[30] O tabloide é um formato de jornal que surgiu em meados do século XX. Cada página mede 26,5 cm na forma horizontal por 29,7 verticais. Há, porém variações (CUNHA; SILVA, 2020, p. 142).

faziam a redação e a equipe de trabalho era composta por sete pessoas. Na página das colunas havia as seguintes três seções: As dez mais da 8ª B; Implico com; Em destaque. "As dez mais" destacavam a mais simpática, o mais caloroso, as mais faladeiras, a mais caprichosa, a mais bonita, a mais quieta, a mais amorosa, a visitante, o mais bonito e o mais estudioso. A seção "implico com" falava da pressa do professor, a calma das professoras, o silêncio da 3ª normal, a dedicação das serventes, o rebolado das professoras, os amores e a meiguice das professoras. Em seguida vinha a seção dos aniversariantes e a "página jovem" que trazia poesias que falavam de amor, amizade e namoro. Na outra página tinha mais uma seção denominada de "fatos e boatos" onde entre outras era estruturada da maneira seguinte: "Que a irmã Lúcia foi ao rio é fato, mas que não volta é boato; Que as irmãs do colégio têm uma Brasília é fato, mas que não foram pra valeta é boato" (*O GIRAFINHA*, abr. 1975, p. 06).

Na página seguinte havia uma seção para os estudantes da 4ª série que falavam de suas turmas e docentes. Na mesma página uma seção intitulada "Isso acontece nas provas" que tinha algumas pérolas:

> Aquele aluno da 7ª série A numa prova de História sobre a civilização grega: "Esparta não evoluiu nas formas de governo por causa da lua nova". Na 1ª série A do 2º grau: "A causa principal que leva a conservação do alto índice de natalidade são os cursos de noivos". Na 5ª série D: O professor entusiasmado explica o que era a Escola de Sagres. O aluno impaciente insiste levantando a mão. Dada a oportunidade: "Professor, é uma exploração. Por Cr$ 2,00 dão apenas 16 folhas de papel". Na 7ª série C: "Os gregos são tb [também] chamados helenos porque eram casados com Helena". O nosso D. Pedro I governou também em Portugal com o título de eleitor (*O GIRAFINHA*, abr. 1975, p. 07).

O que tenho a oferecer sobre *O Girafinha* além de sua materialidade é a interpretação que fiz dele sobre os critérios de escolha das publicações. Uma hipótese é que as matérias para o jornalzinho eram selecionadas pelos próprios professores redatores. Porém num documento sempre aparecem frases que nos chamam a atenção para não esquecermos que a própria sociedade em que vivemos é uma construção. Isso não bastasse, os documentos nos revelam permanências e descontinuidades. Digo isso porque na passagem acima aparece a abreviação da palavra "também", ou seja, as letras "tb". Uma forma de comunicação impressa num tabloide de 1975 utilizando uma abreviação também usada nos dias de hoje na linguagem virtual das redes sociais. O tabloide não deixava de expressar o pensamento do momento, compartilhado numa rede de sociabilidades que envolvia estudantes, docentes e as freiras.

A página oito foi composta de informações esportivas e a seção "entrevistando". O entrevistado foi um palhaço de circo chamado de forma artística de Bolinha do Circo Bira.

Seu nome era Manoel Cruz. É evidente que o circo estava na cidade por aqueles dias de abril de 1975 e a reportagem do jornalzinho escolar aproveitou a ocasião. Para finalizar esta edição foram noticiados três acontecimentos na cidade e um recado final da diretora da EBNSS, irmã Maria Inocente que conclamava os estudantes a enviarem matéria para o jornalzinho: "Parabéns aos que escreveram para *O Girafinha*. Um convite para que escrevam aos que ainda não se animaram. O jornal é de vocês. Ele quer crescer vendo vocês crescerem como 'pequenos escritores'" (*O GIRAFINHA*, abr. 1975, p. 10). A edição de número cinco do jornalzinho, lançada em novembro de 1975 no seu primeiro ano de existência, teve na sua última página a redação de um histórico das atividades educacionais no povoado. Era a seção "você sabia que":

> A primeira professora de Maravilha foi Dona Amélia dos Santos paga pela Companhia Territorial Sul Brasil através de seu representante Dr. José Leal Filho? A primeira escolinha funcionava na casa do Sr. Arlindo Licks? Em 1951 foi criada a primeira escola municipal em Maravilha? O primeiro professor dessa escola municipal foi o Sr. David Gottardo? Em 1952 no dia 24 de maio passou para o estado com o nome de Escola Isolada Estadual de Maravilha? A partir de então o Sr. Guilherme Manfrin passou a colaborar como professor dessa escola? Além da escola (galpão) era também capela atendida pelo padre Antônio? Em 1954 passou a denominar-se Escolas Reunidas Vera Gomes de Miranda? Em 12 de fevereiro de 1954 chegaram as irmãs Maria Borja e Maria Zenaide (*Notre Dame*) para assumirem a direção da escola? Em 1954 o número de alunos era de 120, muitas vezes acomodados em tocos de árvores ao invés de bancos escolares? As primeiras professoras leigas contratadas depois que as irmãs assumiram a direção foram: Mercedes Rodrigues, Hilária Reckers, Zeneide de Carli e Maria Cembranel? A 13 de junho de 1956 pelo decreto nº 171/56 foi criado o Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete? Desde 14/02/1957 é diretora a irmã Maria Ancila (Lúcia Linck)? Atualmente lecionam na escola 49 docentes onde estudam 1.600 estudantes? (*O GIRAFINHA*, abr. 1975, s\p).

A passagem acima, um trabalho elaborado pela 8ª série A, fez uma linha do tempo com a ligação das datas aos acontecimentos que eram considerados importantes como marco educacional e religioso no povoado. Essas datas também foram evocadas em forma de versos num outro documento que foi produzido no ano de 1973, o *Livro de Poesias*. Como ambos os documentos registram esses acontecimentos, é possível perceber a importância desses fatos para a memória coletiva, tanto das famílias que residiam no povoado como também de docentes e estudantes. A chegada das irmãs é vista dessa forma, como um marco da chegada do progresso no povoado. A linha cronológica impressa no jornalzinho e também no *Livro de Poesias* cria no imaginário social como um momento de pioneirismo, ou seja, o começo de tudo. Pensando assim, tudo que possa ter ocorrido antes não aparece nem é contemplado nos documentos. A tabela a seguir mostra quais são os exemplares do jornalzinho *O Girafinha* que fazem parte do acervo da Escola de EBNSS.

Tabela 5 – Exemplares do jornalzinho escolar *O Girafinha*

Ano	Data	Número
Ano I	Abr/1975	01
Ano I	Jun/1975	02
Ano I	Ago/1975-Edição Especial Dia dos Pais	03
Ano I	Set/1975-Edição Especial Semana da Pátria	04
Ano I	Nov/1975	05
Ano II	Abr/1976	01
Ano II	Jun/1976	07
Ano II	Set/1976-Edição Especial Semana da Pátria	Não consta
Ano II	Nov/Dez/1976-Edição Especial de Natal	10
Não consta	Edição Especial Semana da Criança, s\d	Não consta
Não consta	Nov/1985	03
Não Consta	Abr/1988-Edição Especial de Homenagem ao Dia do índio	01
Ano X	1988	02

Fonte: Acervo da EEBNSS.

A capa da edição especial do jornalzinho escolar que está abaixo foi comemorativa à semana da criança. Ela apresentava o desenho de duas meninas e um menino. Uma menina com cabelo loiro, a outra cabelo preto e o menino com cabelo ruivo. Os desenhos no jornal eram feitos a mão e ao lado deles aparecia o nome da autora ou do autor.

Figura 18 – Capa do jornal *O Girafinha* de outubro de 1975

Fonte: Acervo da EEBNSS.

Na primeira página desta edição acima havia um convite para a primavera para a criança. Em seguida uma poesia com o título "porque gosto de ser criança?" Em seguida várias seções separadas com perguntas para as crianças da segunda, terceira e quarta séries: "o que é Deus para mim?" "O que é a escola para você?" "O que me faz feliz?" "Por que gosto de ser criança?" "Quem é Deus para você?" Outra pergunta que foi feita para as crianças para aquela edição foi: "O que é céu para mim?" Logo depois uma oração em agradecimento a Jesus Cristo feito por uma aluna (*O GIRAFINHA*, 1975, s\p).

Quando a pergunta foi "o que você gostaria de ganhar no dia da criança?" Duas meninas responderam que gostariam de uma boneca e uma delas uma bicicleta, enquanto um menino um carrinho e outro um ki-chute. Outra pergunta foi "o que você acha que a criança que é querida e estudiosa deve fazer na escola?" As respostas: "Estudar; aprender, respeitar os coleguinhas e não brigar; aprender a escrever; ficar quietinho e fazer continhas; respeitar a professora". Outro assunto foi sobre se a criança pode ajudar a primavera e algumas respostas foram: "Cuidar das árvores, plantas e flores. Não matar passarinhos; plantar árvores para evitar poluição. São Paulo é muito poluído. Se continuar assim o Brasil poderá ficar um deserto e o homem estará se destruindo" (*O GIRAFINHA*, 1975, s\p). O que podemos refletir sobre as frases das crianças do primário acima? Que para ter um futuro próspero, a criança precisava saber fazer conta, ler e escrever e a consciência da destruição da natureza que era muito comentada nas edições. Na última página dessa edição de outubro de 1975 há um texto que foi produzido pelas meninas da 1ª série B do 2º grau. Trata-se de uma homenagem que os meninos da turma fizeram a elas pelo ano internacional da mulher que foi 1975 e elas publicaram no jornalzinho:

> Pelas moças da 1ª B.
> Sorrisos, gestos, palavras eram expressos pelos rapazes da turma B do 2º grau. Expressando os seus semblantes uma homenagem sincera a nós, suas colegas de aula. Tudo isso, em comemoração ao Ano Internacional da Mulher. Era quinta-feira. Em plena sala de aula, nossos colegas deram um motivo todo especial a aula de Educação Religiosa. Falaram suas opiniões, palavras simples, mas disseram tudo o que pensam da mulher, tanto do positivo como negativo. E nós, ouvindo, quando em cada uma de nós surgiu uma emoção inexplicável que penetrou no íntimo. Em cada semblante uma felicidade notava-se estampada no rosto, dando certa realização feminina. Surpreendeu-nos quando cada colega ofereceu uma flor e a junto dela um pensamento para cada moça. Um simples coquetel completou esta homenagem. Tudo aquilo foi muito bacana. E todas nós agradecemos em especial ao professor Luiz, essa iniciativa brilhante, que trouxe para nós, moças, um pouco de felicidade, pois que isso fez sentir-nos valorizadas e mostrou o quanto somos importantes (*O GIRAFINHA*, out. 1975, s\p).

Figura 19 – Página de *O Girafinha* de 1975

Fonte: Acervo da EEBNSS. Maravilha (SC), 1975.

Outro elemento que pode nos revelar como se davam as relações em casa com os pais, ou seja, no entorno do GE são as frases dos pais para os filhos em casa. A seção tem o seguinte título: “Frases ditas pelos pais que os alunos da 4ª série mais escutam em casa”, que está na página do jornalzinho acima. Após as frases entre parênteses, vinham os nomes das crianças autoras. As frases são as seguintes:

> - Não mexa no gato; - Chinelo do pai; - Vai na rodoviária pedir dinheiro ao pai; - Quando voltou da aula? Onde estavas até agora? ; - Silvânia trabalhe mais; - Quando voltou da aula? Piá passeador, tu me paga; - Pede para o pai. Vai ficar de castigo; - Olha menina, me dá uma raiva! ; - Piá burro fica quieto ou vai apanhar; - Vou contar

> pro pai;- Vai dormir. Vá buscar o chinelo. Eu não falo mais; - Cuidado; - Vá trabalhar, porque comer vocês quer; - Fica em casa. Desliga o motor. Vai mais tarde na aula. Vou pegar uma vara; - Levanta da cama porque eu vou lá com um copo de água fria; - Vá levar a lavagem. Você vai ver do pai; - Meu Deus! Você me deixa louca! ; - Vai limpar a polenteira (*O GIRAFINHA*, 1975, s\p).

Tratou-se de uma tarefa para meninas e meninos da quarta série para ser publicada no jornal da escola. A partir dessas frases se observa que as relações entre as crianças e os pais eram conflituosas, assim como o era também na escola. Tratava-se de trabalhos que os alunos e alunas eram obrigados a fazer para os pais na área rural. Entre elas, levar a lavagem para os porcos, manusear o motor ou limpar a polenteira. Algumas frases revelam que as crianças apanhavam de vara ou chinelo. Tudo indica que essa relação de castigos era naturalizada tanto em casa como também na escola.

Figura 20 – Capa de *O Girafinha* de 1976

Fonte: Acervo da EEBNSS. Maravilha (SC), 1976.

Conforme mostra a foto acima no ano seguinte, em 1976 foi publicada uma edição especial dedicada ao dia Sete de Setembro, Independência do Brasil. A capa e seu conteúdo demonstram a crença que se tinha entre os muros da escola básica e fora deles também, de que esse era um país que ia para frente. Não deixava de ser, sobretudo, uma crença no presente, que era legitimado pela memória de um passado de glória dos “grandes homens” da independência e isso era rememorado no jornalzinho. Isso também não deixava de projetar um futuro de progresso e de resolução de todos os problemas que o país tinha, ou seja,

demonstra que a ideia que se tinha era que o progresso levaria a um futuro próspero. Ao longo da edição do jornalzinho havia um sentimento efusivo e fervor demonstrado em forma de poesias, entrevistas, charadas, diálogos entre alunos e alunas, quadrinhas e exercícios de história. A capa do jornalzinho já anunciava que cada pessoa poderia carregar dentro de si os ideais patrióticos. A Independência do Brasil era projetada e usada como a base que impulsionava esse entusiasmo. Os textos apontavam para uma conformação de que mesmo morando ali no povoado era possível se unir aos mais de 110 milhões de brasileiros.

Figura 21 – Página de *O Girafinha* de 1976

Fonte: Acervo da EEBNSS. Maravilha (SC), 1976.

Essa edição tem na sua penúltima página, a da foto acima um acróstico que foi produzido por duas alunas da 8ª série F. Demonstrava os temas que se trabalhavam na escola. Cantava-se em versos entusiasmados um sentimento de que para garantir um futuro seguro o brasileiro deveria trabalhar. Que o Brasil estava progredindo e que iria garantir um futuro com segurança. Pelos versos a confiança é de que o Brasil ia para frente e a segurança assumia um espaço destacado nos versos. Aliás, por essa palavra aparecer nos versos nota-se a importância primordial que se dava para essa condição, de modo que se falava mais dela do que propriamente sobre educação. Portanto, o apelo entusiasmado percorre e dá o tom em

todas as páginas dessa edição do jornalzinho. Chama a atenção nas primeiras páginas um texto de um aluno sobre o que ele aprendeu na disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC):

> Eu aprendi que todos nós somos livres para escolher. Se nós escolhermos o bem, então nós escolhemos certo. Mas também podemos escolher o mal. Eu também aprendi que para ser feliz é preciso aprender a viver. Aprendi também em EMC que temos quatro tipos de justiça: justiça legal, justiça comutativa, justiça distributiva e justiça social. Também aprendi que para ser feliz é preciso obedecer a voz da consciência. Se não obedecermos a voz da consciência então não seremos felizes. Aprendi uma frase muito bonita: "nunca se espera ser amado, mas se ama primeiro". Todo o bom cristão faz isto. A Bíblia foi escrita para ensinar religião e não ciência. Moral é a ciência que nos ensina a ser felizes. O maior castigo dos primeiros homens foi a perda da vida, de amizade com Deus. Eu também aprendi que Deus morreu por todos nós. Ele morreu por nossa salvação, pelos nossos pecados e nós devemos aproveitar a oportunidade que Deus nos deu. Também aprendi que devemos cumprir os Dez Mandamentos da lei de Deus (*O GIRAFINHA*, 1976, s\p).

O texto escrito por esse aluno, que não colocamos o nome, revela alguns assuntos que se trabalhava nas aulas de EMC. A dita, digamos assim, prestação de contas feita pelo aluno traz uma frase que convida para reflexão: "A Bíblia foi escrita para ensinar religião e não ciência. Moral é a ciência que nos ensina a ser felizes" (*O Girafinha*, 1976, s\p). A narrativa do que o estudante aprendeu em EMC demonstra em primeiro lugar uma negação da ciência em favor da moral. O ensinamento na disciplina de EMC pela narrativa do estudante se dava baseado nos princípios cristãos católicos. a moral seria colocada em primeiro plano e apresentada como ciência.

Embora esses temas fossem trabalhados nessa disciplina, ao serem publicados no jornalzinho assumiam outra característica. Tinha-se a consciência de para quem se estava escrevendo o jornalzinho. Ele era distribuído internamente e também para os pais dos alunos e alunas. Isso é possível verificar num pequeno detalhe: na capa que tem as três crianças desenhadas está escrito a caneta que aquele exemplar era para a tia, tio, pai e mãe. Aqui cabe uma observação. Ao observar as matérias que foram publicadas n'*O Girafinha*, me deparei com conteúdos que foram produzidos no espaço escolar por docentes e religiosas. Os leitores, ao darem crédito às narrativas do jornalzinho, teriam então um mundo que era "intersubjetivamente compartilhado", termo concebido e utilizado por Paul Ricoeur (2007, p. 175) quando fala de testemunhos e memória. Esse compartilhamento é o que conhecemos também como senso comum.

O Girafinha evocava a memória de acontecimentos do passado para justificar as condutas escolares no presente. Para isso eram publicadas edições especiais da semana da pátria e Dia das Crianças, por exemplo. Receitava de modo geral como deveria ser a criança e

o que era ser um “verdadeiro patriota”. Com relação a isso, podemos afirmar que tínhamos aí uma memória manipulada e um reforço de algo como semelhança dos membros dessa comunidade. Acerca desse conceito Paul Ricoeur (2007) leva em conta a mobilização de memória, ou seja, no sentido de reivindicar uma identidade. E para isso, essa memória manipulada estaria a serviço da busca e da demanda, da própria identidade. Alguns sintomas disso segundo o autor seria o excesso de memória, ou seja, o abuso dela numa determinada região ou o abuso do esquecimento que viria da insuficiência de memória. Ao utilizar esse conceito para olhar para essa fonte impressa, *O Girafinha* era um agente que expressava uma narrativa de memória não violenta, não coercitiva, mas sim uma rememoração forçada ou mesmo, ensinada.

As pessoas dentro dos muros da escola, e também fora dele, compartilhavam a linguagem, valores e crenças de seu tempo, daquilo que era pensado para o país, para o futuro. Os testemunhos que agora estão longe de seus autores, foram abandonados por eles. Dessa forma, o jornalzinho traz uma memória das concepções de mundo que eram difundidas pela escola. Mas trazem uma memória falha. O que quero dizer, por exemplo, é que o enaltecimento de figuras militares do passado, tratados como heróis, era matéria que compunha as páginas d’*O Girafinha* de maneira que eram homenageados com poesias e versos que ocupavam edições inteiras do jornalzinho escolar. Quanto a essa questão do enaltecimento de figuras de vulto nacional impresso no jornalzinho escolar, é proveitoso trazer o que Cunha e Silva falam a respeito. A partir de suas pesquisas em jornais escolares que circularam entre as décadas de 1940 e 1960 que foram produzidos por estudantes do primário, as autoras afirmam que eles são entendidos como produções discursivas e escolares de um determinado tempo e lugar que tanto pelos suportes que se apresentam à leitura, como pelos preceitos cívicos e patrióticos que punham em circulação, permitem pensar sua importância na construção de uma dada memória (CUNHA; SILVA, 2020, p. 131). Sem dúvida, *O Girafinha* assume uma função da construção de uma dada memória calcada em figuras do passado e seus feitos a fim de legitimar a adoção de princípios patrióticos na escola.

Além do mais, se ele era distribuído para o público externo da escola então era preciso que se mostrasse o que se estava ensinando daquilo que deveria ser prescrito para as crianças e jovens naquele momento, ou seja, ensinamentos patrióticos e cristãos e finalmente a negação da ciência e a primazia da moral entendida como aparece na escrita do estudante, a verdadeira ciência e que deveria ser difundida nas aulas de EMC. O que chama a atenção é

que se a moral poderia ser entendida como ciência, como afirma o estudante, qual a moral que ensina a ser feliz?

Aliás, diga-se de passagem, se observa que a moral aceita era aquela do "bom cristão". Essa moral era então a ciência e, portanto, aquilo que se ensinava em EMC. A Bíblia era o livro que deveria ser ensinado e que esse pecado, de não aprendê-la com olhar religioso, já foi cometido pelos primeiros homens que se distanciaram de Deus. Então a mensagem que deveria chegar para a comunidade escolar era a de que estavam sendo formados alunos e alunas, sobretudo, cristãos e patrióticos. Arlete Farge (2007) ao abordar sobre a publicação de impressos diz que eles são dirigidos de forma intencional para um público. E ao ser produzido para que um grande número de pessoas leia, busca a criação de um pensamento e, a partir de textos reflexivos, mudarem algumas coisas porque "sua ordem e estrutura obedecem a sistemas mais ou menos fáceis de decifrar e, independentemente da aparência que assuma, ele existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos" (FARGE, 2007, p. 13).

A edição número três do jornalzinho *O Girafinha* lançada em agosto de 1975 narrou a criação do seminário dos padres *MSF* da seguinte forma:

> Dominando a colina, qual santuário sagrado ergue-se na zona sul da cidade de Maravilha o Seminário Nossa Senhora de Fátima. A paisagem hoje é outra: novos jardins, novas árvores, nova casa também. Há mais de um ano vem sendo construído o novo seminário, dando um colorido diferente ao morro. Até o presente estágio já foram concluídos 796 metros quadrados de construção que pronta terá 1.808 metros quadrados. Terá capacidade para abrigar 70 seminaristas. A inauguração, segundo o reitor, será após sua conclusão não estando prevista ainda. A próxima etapa será a construção de uma nova ala onde se encontrava o seminário velho. Construído, o seminário terá três salas de estudo, uma biblioteca, duas salas de recreio, cinco dormitórios, uma capela, além de cozinha e outros acessórios, indispensáveis, é claro. Para a recreação, além do inconfundível galpão CTG e da piscina, será construída uma pista para esportes (*O GIRAFINHA*, ago.1975, nº 03).

O jornalzinho destaca que estava em curso a construção de novas alas do seminário. O seminário velho era feito todo em madeira e ficava ao lado da capela, também em madeira. O reitor tinha assessores que eram irmãos, padre ecônomo e estudantes. Neste ano de 1975 havia 47 seminaristas que estudavam na EBNSS e vinham de Maravilha e de municípios vizinhos como Cunha Porã, Nova Erechim, Palma Sola, Romelândia, Águas de Chapecó, Saudades, São Miguel do Oeste, São Carlos, Palmitos, Pinhalzinho, Anchieta, Caibi, Modelo, Caxambu do Sul e São José do Cedro, todos em Santa Catarina. A maior parte dos seminaristas eram alunos de 5ª e 6ª séries. Alguns estudavam de manhã, outros de tarde e de noite (*O GIRAFINHA*, ago. 1975, nº 03).

Certamente muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas no que se refere a pesquisas sobre esse jornalzinho escolar. Os exemplares selecionados e recortados para esta pesquisa foram aqueles a que tive acesso e que se encontram na atual escola que já foi grupo escolar entre os anos de 1956 e 1971. Por hora o que moveu a compor esta narrativa foi o objetivo de observar práticas e representações acerca de infância, família e educação impressas no periódico. Certamente ficarão em aberto muitas outras questões que deverão ser abordadas no futuro porque conforme afirma Silva (2013, p. 193) "isso reitera a ideia de que os jornais escolares constituem-se em instrumentos privilegiados para se observarem práticas e representações que as designam". Além disso, interpretar esses jornais permite "observar orientações diversas, como aquelas voltadas ao bom comportamento, aos bons costumes, entre outras normatividades. Permitem problematizar, descrever e narrar práticas instituídas nas escolas" (SILVA, 2013, p. 193).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com a documentação de *SND* revelou o caminho a percorrer para observar as categorias disciplina e controle presentes e conformadores da doutrina cristã católica. Estava atrás de descobrir o submundo dos corredores de uma instituição religiosa, pois isso me intrigava principalmente quais características assumia num convento. Escolhi pesquisar sobre o convento e um GE juntos em termos de espaço e relações sociais. Chegar até aqui precisou desmontar e novamente montar um quebra-cabeças. Foi devagar com idas e voltas. Mas ao olhar a escrita se desenvolvendo, pude perceber que a pesquisa se construiu no andar da carruagem. Isso porque concebi que investigar um convento com as freiras e suas representações no comando de um GE poderia trazer à tona as características de uma teia de sociabilidades entrecruzadas entre as duas instituições. Fora isso, o que mais chamou a atenção foram as fontes. Aliás, nessa altura vale ressaltar que o aprendizado se tornou a forma como pude olhar para essa documentação. Talvez seja essa a maior contribuição se assim posso falar, do resultado desta pesquisa que ora se conclui, ou seja, a possibilidade aberta para se compreender a realidade histórica daquele momento. E quando coloco em possibilidade aberta, estou me referindo de forma literal. Isso porque após percorrer todas as fases da operação historiográfica, nesta última, a representação historiadora, trouxe a compreensão que toda operação serviu para dizer no final, que ela fica em aberto. Em primeiro lugar porque existem outros documentos nos arquivos da escola. Seus testemunhos lá adormecem. Outras pesquisas poderão superar esta. A tese de que as associações escolares, principalmente a Bandeira da Cruzada Eucarística, o Clube de Mães, as Filhas de Maria se tornaram extensões aos propósitos de *SND* para legitimar sua presença no povoado pôde ser observada pelas fontes. Aliás, a documentação ao ser interrogada trouxe a tona alguns instantes da presença das instituições religiosas, como a freira que olhava as estrelas pela janela do convento e aguardava o dia seguinte de forma ansiosa; como a freira que foi prestar a prova para o cargo da direção do GE; a audiência que envolveu professores, juiz, freiras e estudantes em torno da deposição da diretora do seu cargo. Mas, quando digo que todo esse trabalho permanece em aberto quero dizer também que os documentos que merecem novas pesquisas são os *Anais* de *SND*. Foi a partir deles que pôde ser composta aqui uma narrativa sobre aqueles dias. Mas principalmente porque pude perceber que as freiras ao escrever também estavam compondo uma narrativa das suas ações. São exatamente essas ações delas que merecerão novas pesquisas, pois as interpretações poderão ser diferentes no que se refere a conceber como elas

imitavam o real ao escrever nos *Anais*. Penso que esse é o resultado por excelência desta pesquisa.

Além da interpretação de que ali estiveram juntos o convento e o GE, numa simbiose, o que eu queria era tentar me aproximar ao máximo dos detalhes característicos e da realidade do que acontecia nos corredores de um convento. Além disso, buscava perceber a maneira como uma instituição religiosa feminina conduzia uma escola. Minha curiosidade era observar nesses locais além da disciplina e a difusão de doutrinas católicas. A imagem que eu tinha de uma escola conduzida por freiras era que se tratava de local onde se orava, vigiava e se moldava as crianças com a disciplina e o controle. Nas primeiras pesquisas ainda no mestrado utilizei a lente de Vigiar e Punir de Michel Foucault (1997) para pesquisar nos documentos de *SND*. No entanto não foi possível verificar em que medida o poder circulava por entre os corpos no espaço do GE, pois não encontrei fontes que pudessem comprovar.

A partir da interpretação das atas das reuniões pedagógicas reuniões estas comandadas pela diretora irmã Maria Ancila, pude constatar que os mecanismos disciplinares eram reflexos do contexto no qual estavam inseridos, ou seja, uma mistura do processo hierárquico histórico da Igreja e das determinações econômico e sociais do período, ou seja, caracterizado em grande parte pelo momento da ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985.

Numa das associações escolares, o *Clube de Mães*, por exemplo, foi possível identificar que os mecanismos disciplinares eram difundidos em forma de prescrições para as mães de como educar principalmente suas filhas. Mas foi somente agora na pesquisa do Doutorado que foi possível percorrer outro caminho, com outra abordagem, que levasse olhara instituição feminina por dentro. Para tanto, durante a operação da leitura, compreensão e interpretação dos documentos, desloquei a lente para os *Anais* da instituição e percebi que seria possível investigar neles as representações que as freiras tinham de si mesmas, ou seja, vi que era possível contar uma história dos próprios documentos. Eles passaram a ser o sentido, a tese. Foi isso que tentei de certa forma fazer nesse trabalho. Porém, é importante ressaltar que isso não foi alcançado na sua plenitude, de forma alguma. Foi possível olhar para eles com uma ideia que se estava fazendo uma reconstrução daquilo que já foi construído. A realidade já havia sido construída na narrativa. Por ora basta dizer que eles sempre têm mais a revelar, uma vez que a leitura dos documentos depende do problema de pesquisa.

Mas é preciso falar que nada disso teria sido possível se não houvesse o acesso às reflexões da História do Tempo Presente. Esse encontro com o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) consolidou leituras que possibilitaram que os documentos se revestissem de outra roupagem. Uma delas

só foi possível devido ao encontro com as leituras e reflexões em Paul Ricoeur (2007; 2010). Contribuiu, sobretudo com relação a outras possibilidades de tratar o arquivo, a fase documental e com isso preencher lacunas existentes na fase da interpretação. Assim, a pesquisa se construiu entre duas escritas. Foi possível não apenas considerar como uma história linear de *SND* no povoado, mas sobre como a memória de si da instituição era tratada nos *Anais*. Mas, sobretudo sobre as percepções que surgiram entre a escrita feita pelas freiras e a escrita desta tese. Por esta operação foi possível ver os *Anais* como memória viva. Foi na fase da operação histórica da compreensão e explicação que esses elementos se tornaram evidentes e relevantes.

Porém, vale aqui ressaltar que não foi a intenção e nem a pretensão aqui esmiuçar as complexas, valorosas e excelentes teorias desenvolvidas por Paul Ricoeur neste campo. O que me propus foi após a leitura e compreensão de suas ideias acerca de arquivo e documentos, utilizar-me dessa lente para olhar os documentos de *SND*. Então algumas ideias do autor percorreram esse trabalho. Enfim, munido desse arcabouço teórico-metodológico pude formular algumas interpretações historiadoras.

Após percorrer pelos rituais que caracterizam as fases da pesquisa e assumir uma posição hermenêutica perante a documentação. Durante a operação historiográfica se construiu a fase da interpretação e compreensão que veio se tornar a tese desse trabalho. Durante a pesquisa o olhar se voltou para os *Anais*. Eles permitiram observar a instituição feminina católica por dentro, mesmo que parcialmente e deduzir que os demais documentos como relatórios e atas das associações escolares, o *Livro de Poesias*, *Termo de Visitas* do inspetor escolar e as páginas do jornal escolar *O Girafinha*, estavam interligados aos *Anais*. Isso porque na escrita deles, as freiras davam uma atenção relevante, às vezes aos relatórios das associações e às vezes a elas próprias como é o caso da associação escolar *Bandeira da Cruzada Eucarística*. Aliás, nos momentos iniciais de atuação da instituição, essa associação escolar se tornou um auxílio fundamental para a consolidação de *SND* no povoado, sobretudo no que se refere às conversões de famílias protestantes.

Com essa análise foi possível verificar que as associações escolares se tornaram o principal instrumento de *SND* para preparar a sua consolidação como instituição religiosa. Foi também possível perceber que com isso a instituição feminina católica tinha a intenção de prosseguir com o comando do processo educacional e religioso no povoado. Outro elemento que vem corroborar com essa tese, é que a precipitação do final do GE em 1971 apressou o final do projeto de *SND* para o local, coincidindo com a saída da freira que estava no comando do GE desde sua instalação.

Como foram abordados ao longo do texto, os *Anais* de *SND* foram concebidos como narrativas de imitações e representações da realidade. Mais ainda, imitação das ações. E ao interpretá-las pude perceber que essas ações ao serem imitadas na escrita, seriam também mediadas pela cultura, pelo símbolo. Para tanto foi possível também considerar que a operação da escrita era mediada pela cultura.

Não obstante, junto aos elementos pontuados acima da operação historiográfica, soma-se a constatação de que ela teve início ainda quando as freiras desenvolveram a escrita, a administração e a organização dos *Anais*. Inclua-se a tudo isso a função deles naquele momento. Mas não só. O que aflorou durante o processo da narrativa, se tornou a tese desse texto, as representações da instituição feminina católica observada nas ações das associações escolares no povoado.

Durante o processo de compilação ocorreu a interpretação dos documentos. Era a fase de ler as fontes e escrever no caderno, às vezes num bloco de anotações. Em alguns momentos foi preciso utilizar uma lupa para decifrar o que estava escrito, o que também foi feito com relação às fotografias. A lupa, enquanto equipamento serviu para observar os detalhes das fotografias. Depois da compilação veio o momento da escrita, a terceira fase da operação historiográfica. Aí houve uma nova filtragem. Foi nesse processo conjuntamente com as leituras orientadas que as possibilidades foram abrindo. Foi possível investigar nesses documentos temas universais, ali num cantinho, num povoado, num convento. As ações das associações escolares se transformaram na tese. Aliás, uma delas citada várias vezes na escrita das freiras, a *Bandeira da Cruzada Eucarística*. Devido às várias vezes em que o nome dessa associação aparece, pode-se ter uma ideia da importância que ela tinha para as freiras, para a instituição, para os contemporâneos. Quanto aos demais documentos, como os *Relatórios Anuais* e o *Termo de Visitas* do Inspetor Escolar, eram registradas questões técnicas referidas a datas e avaliações de docentes. Mas todos eles ajudaram a montar o quebra-cabeça do período que as freiras estiveram à frente da educação no GE.

Na narrativa dos *Anais*, uma representação de si da instituição. Em cada ação da instituição uma imitação na escrita. Também aqui o que quero dizer é que a narrativa no momento da escrita imitava as ações realizadas pelas freiras e pela instituição. Mas não foi só isso. O início do fazer história se deu com a escrita deles. Então, além de investigar as representações da instituição feminina pelas ações narradas nos *Anais* e nas atas das associações escolares, pude desenvolver uma narrativa que levou a analisar a própria ação da escrita dos documentos.

Não há dúvidas de que na hora da escrita as freiras responsáveis tinham a consciência de para quem estavam escrevendo. Da mesma forma com relação aos *Relatórios Anuais* do GENSS. Aliás, os acontecimentos narrados nos relatórios tinham um caráter seletivo. Eram conferidos pelo inspetor escolar de maneira que sua produção se destinava ao Departamento Estadual de Educação. Por outro lado, investigar os *Anais* requereu uma diferente metodologia no sentido não apenas de interpretar os acontecimentos de forma cronológica, mas perceber neles as representações da instituição feminina acerca de si, inserida no espaço escolar e no tempo.

A investigação da documentação colocou um problema diante do qual a narrativa contida neles poderia se transformar na sua própria história, uma história experiência, da documentação da *SND*. Assim, uma forma foi a de considerar a operação de escrita deles como o reflexo das ações da instituição feminina. A sua escrita então passou a ser interpretada nesta pesquisa como aquilo que Ricoeur (2010) chama de intriga da interpretação narrativa, qual seja, a imitação da ação. Ações estas que a instituição feminina desenvolvia no convento e no espaço escolar. Exemplo disso é o *Livro de Poesias* que narrou eventos comemorativos. Sua escrita no ano de 1973 se voltou para momentos anteriores à sua produção. Os acontecimentos nesse livro foram narrados em forma de poemas. Sua funcionalidade para os contemporâneos foi de enaltecimento dos momentos da chegada das freiras ao povoado e dos primeiros contatos com os moradores do vilarejo. A narrativa se tornou uma imitação das ações das freiras e sua fonte pode ter sido os *Anais*. Não foi possível comprovar. Algo que já é possível adiantar como ponto de partida para uma continuidade da investigação é que o *Livro de Poesias* suscitou de como os contemporâneos viam o seu passado ali no local onde viviam. Outra questão que ficou em aberto é em relação à presença do seminário, a capela e o convento na montanha. Eles funcionariam como olhos protetores que pairavam sobre o povoado? E a intenção delas ali seria para abrandara dura realidade do processo de colonização? Talvez.

A pesquisa não é o fechamento do assunto, não se esgota aqui. Enquanto escrevo essas considerações finais, penso que muitas outras ideias são possíveis a respeito desses documentos educacionais e eclesiásticos. Na fase da interpretação, cada leitura e interpretação, novas evidências. Portanto, a seleção, interpretação e escrita propiciaram imaginar um passado que não existe mais, mas que existiu. Que ele foi presente, que ele foi passado e que ele foi futuro. Aqui ele se apresentou como o passado, mas que já foi presente para os testemunhos encerrados nos documentos. A interpretação feita aqui teve a intenção de remover poeira e trazer à tona subjetividades de pessoas que não estão mais aqui e de outras

que ainda estão. Mas, sobretudo de elementos que ainda estão no presente e que no passado foram presentes. É possível pontuar alguns elementos desse passado que estão presentes atualmente, como a luta no meio educacional, os resquícios da disciplina e da exclusão do período pesquisado. Da memória viva. Mas também da constatação de que escolhi pesquisar isso porque em alguns momentos eu também estava lá.

Os documentos selecionados aqui serviram no período pesquisado (1954-1971) a outros propósitos. É o caso da produção do *Livro de Poesias* no ano de 1973. Ele narrou sobre momentos históricos anteriores a sua escrita. Não é possível saber se para composição de tais versos os contemporâneos de 1973 que o produziram beberam na fonte dos *Anais*, nem tampouco se entrevistaram alguma freira. Mas é exatamente essa dinâmica que gostaria de apresentar aqui nessas considerações, ou seja, a de que as narrativas da atuação das freiras e das associações escolares no povoado foram sendo construídas como imitação das ações que compuseram a escrita da documentação. Pode-se dizer agora que enquanto a instituição agia também imitava suas ações na escrita dos *Anais*. Era uma narrativa do que acontecia a sua volta. Talvez possa ir mais além ao dizer que num percurso linear a identidade da instituição ia se constituindo via documentação. Tanto se pode afirmar que no ponto de chegada, ou seja, na escrita desse trabalho se materializa a ideia de que só foi possível interpretar esse passado graças à documentação produzida no convento por *SND*.

Como esse texto foi produzido em cima de algo que já foi edificado, outras releituras daquele presente já foram feitas em outros momentos do passado que são outras tantas reconstruções, pois "construir, desconstruir, reconstruir são gestos familiares para o historiador" (RICOEUR, 2007, p. 222). O que quero dizer é que em diferentes momentos próximos às datas em que os documentos foram produzidos, eles tiveram outro significado, construção de sentido diferente daquela que se constrói no presente. Um aspecto fundamental que Ricoeur (2007) aborda é a existência de acontecimentos considerados como de uma influência que perdura, ou melhor, acontecimentos que estendem suas determinações, que possuem um longo alcance, uma longa duração da história narrada. É por isso que esses testemunhos que adormecem nos documentos estão aí, presentes. No final posso afirmar que o resultado da pesquisa é que ela não terminou. Tem muitos elementos e situações constantes nesses documentos esperando para serem descobertos. Ela serviu para a compreensão de que deve continuar.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Corpo e gênero na educação sexual: análise de uma escola carioca. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.) [et al.]. **Sexualidade, Reprodução e Saúde**. Rio de Janeiro. FGV, 2009, p. 337-362.

***ANAIS* DA CASA NOSSA SENHORA DA SALETE.** Acervo EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963. 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971.

ARENS, Bernard. **A Bem-Aventurada Júlia Billiart.** Passo Fundo: Editora e Gráfica Berthier, 2001.

ATA CLUBE DE MÃES. Arquivo Permanente EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1961-1962-1965-1966.

ATA LIGA PRÓ-LÍNGUA NACIONAL Nº1. Acervo da EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1968.

ATA DO PELOTÃO DA SAÚDE, Acervo da EEB. Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1968.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezzi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 23-79.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945).** 1992. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. (orgs.). 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 517-543.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARTA À CIA. SUL BRASIL. Acervo Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha (SC), 1952.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites:** o Ginásio Catarinense na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. (orgs.). 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 469-493.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização: Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

GENTIL, Flávio Welker Merola. **Acervo professor Elpídio Barbosa**: nacionalização do ensino, culturas políticas e escolares (Santa Catarina 1930-1940). 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis\SC, 2015.

GIALDI, Francisco. **Maravilha: sua terra, sua gente, sua história.** 2. ed. Porto Alegre: EST Editora, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo\SP: Editora Perspectiva. 2001.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 67-76.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAEGER, Maria Boaventura; SCHÄFER, Maria de Lourdes. **História da Província de Santa Cruz**: 1923-1990. Passo Fundo, RS: Irmãs de Nossa Senhora, 1993.

KLUG, João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas**: modos de educação em Santa Catarina na primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 141-154.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos**: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em História e Historiografia da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIVRO DE ATAS GINÁSIO SECUNDÁRIO ESTADUAL PIO XII. Acervo da EEB Nossa Senhora da Salete. Maravilha (SC), 1964 a 1974.

LIVRO DE POESIAS. Acervo da EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1973.

LIVRO TERMOS DE VISITAS DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE (GENSS). Acervo da EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1957-1958-1963-1964.

MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2012, p. 223-249.

METELSKI, Michele. **Saúde, força e alegria**: as práticas higienistas escolarizadas dos pelotões de saúde de Santa Catarina (1941-19553). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

MODESTI, Tatiane. **A educação como um projeto de estado/nação na fronteira oeste catarinense:** Chapecó 1930-1945. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2012.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminino. In: Pinsky, Jaime; Bassanezi, Carla (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 495-515.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

O GIRAFINHA. Acervo da EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1975- 1976.

OLIVEIRA, George Fredman Santos. **A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) no Estado de Santa Catarina**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC) 2019.

OTTO, Clarícia. As escolas Italianas entre o Político e o Cultural**:** discursos e tensões na construção de sujeitos. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas**: modos de educação em Santa Catarina na primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 105-140.

PAIM, ElisonAntonio. Memórias de professores em escolas multisseriadas/isoladas na região Oeste de Santa Catarina. In: SILVA, CristianiBereta da (Org.). **Educar para a nação**: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba, PR: CRV, 2014, p. 209-227.

PILATI, José Isaac. **História da colonização de Maravilha**. Florianópolis: Edição da Imprensa Universitária/Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir & ZARTH, Paulo (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2016, p. 146-166.

RELATÓRIO ANUAL ESCOLA REUNIDAS. Acervo da EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1955-1956.

RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE. Acervo da EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1956-1957-1959-1969.

RELATÓRIO CLUBE DE MÃES. Acervo da EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1966.

RELATORIO FINAL DO PELOTÃO DE SAUDE. Acervo da EEB Nossa Senhora da Salete, Maravilha (SC), 1959.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa vol. 1.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
SERVATIA, Irmã Maria; AMABILIS, Irmã Maria. **Soli Deo**: Vidas a Serviço. Passo Fundo: Nova Prova, 1952.

SILVA, CristianiBereta. História nacional e a construção do "espírito brasileiro": (Santa Catarina – décadas de 1930 e 1940). In: SILVA, CristianiBereta da (Org.). **Educar para a nação**: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2014, p. 19-42.

SILVA, Cristiani Bereta; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 65, 2013, p. 135-159.

SOUSA, Rogério L. de. As escolas Paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (org). **Mosaico de Escolas:** modos de educação em Santa Catarina na primeira República**.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 155-171.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. In: RANZI, S.M.F.; BENCOSTA, M.L.A. (org). **Educar em Revista**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001, p. 75-101.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho**: 1960-1980. Porto Alegre, RS: Est Edições, 2007.

TEIVE, Gladys Mary, Ghizoni. **A escola da república**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**.** Chapecó: Argos, 2006.

VIEIRA, V. M. **Uma educação moral cristã**: a atuação da Congregação das Irmãs de *Notre Dame* em Maravilha, SC (1954-1976). 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo (RS) 2012.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Decreto Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em www2. camara.leg.br. acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **DECRETO Nº 58, DE 10/12/1937.** Dispõe sobre a oficialização da inscrição da Companhia Territorial Colonizadora Sul Brasil no Registro de Imóveis de Chapecó, sob o nº 01, efetuada em 17/06/1938 e registrada sob o n° 02 na sob o Decreto nº 3010 de 20/08/1938. Consultado em Werlang (2006).

Santa Catarina. ***Decreto-Lei Estadual nº 2.991, de 28 de abril de 1944*.** Estabelece instruções para as associações auxiliares da escola nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944. Consultado em Cunha e Silva (2020)

SANTA CATARINA. **Lei nº 45 de 19/07/1921.** Dispõe sobre a criação do Distrito de Cascalho, sede inicial da Companhia Territorial Colonizadora Sul Brasil. Consultado em Werlang (2006).

SANTA CATARINA. **Lei 133 de 30/12/1953**. Dispoe sobre a alteração da organização administrativa do Estado de Santa Catarina cria municípios e outras providencias. Consultado em Werlang (2006).

SANTA CATARINA. **Lei nº 348 de 21/06/1958**. Dispõe sobre o desmembramento dos municípios de Maravilha e Cunha Porã e outras providências. Consultado em Werlang (2006).

SANTA CATARINA. **Lei nº 1016 de 29/03/1965**. Dispõe sobre a criação do município de Caibi desmembrado do município de Palmitos. Consultado em Werlang (2006).

SANTA CATARINA. **Decreto Lei nº 1.633 de 04/08/1928**. Dispõe sobre a assinatura de um termo de compromisso com o objetivo de promover o povoamento das terras com colonos nacionais e estrangeiros. Consultado em Werlang (2006).

SANTA CATARINA. **Decreto Lei 21 de 05/03/1925**. Determina em seu Artigo 1º o estabelecimento do prazo de 31 de dezembro de 1925 para que os ditos intrusos regularizassem sua situação nas terras. Consultado em Werlang (2006).

SANTA CATARINA. **Decreto Lei 289 de 24 de maio de 1952.** Dispõe sobre transferência para a Sede Maravilha da Escola Isolada de Lajeado Pião que pertencia ao Distrito de Guatambú/Chapecó (SC). Consultado em C*arta Seção Técnica à Companhia Territorial Colonizadora Sul Brasil.* Passarinhos, Distrito de Cunha Porá, Chapecó (SC), (1952).

SANTA CATARINA. **Decreto Lei 133 de 30/12/1953**. Dispõe sobre a criação dos municípios de Palmitos, Xaxim, Mondaí, Dionísio Cerqueira, São Carlos, São Miguel do Oeste e Itapiranga, desmembrados do município de Chapecó (SC). Consultado em Gialdi (2009).

SANTA CATARINA. **Decreto Lei nº 8.529, de 02/01/1946**. Dispõe sobre a nova Lei Orgânica do Ensino Primário. Consultada em Andrades (2006).
O GENSS foi criado pelo Decreto do Poder Executivo nº 171 de 13/06/1956 e retificado pelo Decreto número 181 de 10/07/1956.

SANTA CATARINA. **Decretos nº 257 e 3. 674 de 23/11/1946**. Dispõe sobre a Lei Organica do Ensino Normal no Estado de Santa Catarina. Expede regulamento para os estabelecimentos de Ensino Normal. Consultado em livro Termos de Visita do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete de Maravilha (SC), (1962).
SANTA CATARINA. **Decreto Lei nº 3.733 de 12/12/1946**. Expede o Regulamento para o Serviço de Inspeção Escolar. Consultado em Metelski (2018).

VATICANO. Bula Papal ***Ad Maius Christi Fidelium*** de 09/12/1933. Sobre a criação da Prelazia de Palmas, pela qual S.S. o Papa Pio XI fundava a *Praelatura Nullius Saerata Simi Salvatoris Palmensis,* confiando-a aos desvelos da mesma Província Franciscana do Sul do Brasil, e submetida à Sagrada Congregação Consistorial. Consultado em *LivroTombo da* Paróquia Santo Antônio de Chapecó (1980).

VATICANO. Bula Papal ***Quoniam Venerabilis* de 14 de janeiro de 1958.** Sobre a extinção da Prelazia de Palmas pelo Papa Pio XII no 19º ano de seu pontificado. Consultado em *Livro Tombo da P*aróquia Santo Antônio de Chapecó (1980).